

RELATÓRIO E CONTAS 2016

**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
CONTAS
CONSOLIDADAS**

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

2

ÓRGÃOS SOCIAIS

3

O NOSSO GRUPO

Principais Indicadores
A Nossa História
Sobre o Grupo Fidelidade
Estratégia do Grupo

4

A NOSSA PERFORMANCE

Síntese de Acontecimentos
2016
Atuação do Grupo Fidelidade
Performance Operacional
e Financeira

5

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Evolução Macroeconómica
Perspetivas para o Mercado
Segurador em 2017
Principais Desafios para o Futuro
Posicionamento do Grupo
Fidelidade no Futuro

6

EMPRESAS INTEGRADAS NO GRUPO FIDELIDADE

7

GESTÃO DE RISCOS

8

RESPONSABILIDADE SOCIAL

9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser Fidelidade é estar no mundo de uma forma especial. É saber estar próximo, impulsionar a mudança. É reinventar o futuro com orgulho do nosso passado. É superar desafios e limites para chegar cada dia mais longe.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA



2016 foi um ano que recordaremos com agrado no Grupo Fidelidade.

Em primeiro lugar pelos resultados obtidos. Nas páginas que se seguem encontrarão informação detalhada dos principais indicadores económico-financeiros, pelo que limitar-me-ei a assinalar o crescimento equilibrado de todos os ramos Não Vida, o aumento de quota de mercado global para 32,2%, a melhoria do rácio combinado no negócio Não Vida e a significativa diminuição dos encargos nas responsabilidades derivadas de seguros Vida.

Em segundo lugar, porque marcou a consolidação de uma etapa de recuperação das taxas técnicas do seguro Não Vida. Com efeito, para estes resultados contribuiu decisivamente o fim de uma etapa de mais de dez anos de deflação de preços nos seguros obrigatórios. Acredito que a recuperação das taxas técnicas praticadas nos Acidentes de Trabalho vai continuar e assistiremos também ao aumento dos prémios médios praticados no seguro Automóvel.

É de referir, a seguir, o vasto número de atividades que foram desenvolvidas para preparar o Grupo para a economia digital. Sob a denominação de Programa Compass, foram enquadradas todas as iniciativas que visam transformar os processos da Companhia para acompanhar as necessidades e preferências de uma sociedade em rápida evolução.

Entre os mais de 50 projetos deste Programa são de salientar os relativos à complementaridade entre canais no âmbito digital; a implementação de técnicas de “machine learning” no processo de subscrição e prevenção de fraude; a escolha de soluções telemáticas para uma gestão mais apurada dos riscos; a internalização da gestão de acidentes de trabalho, com unidades próprias de cuidados médicos; a implementação de soluções de telemedicina; o trabalho desenvolvido para adaptar o modelo de relação das preferências das diversas tipologias de clientes; o reforço da eficiência comercial das redes de distribuição e, em geral, a melhoria de processos internos, comerciais e de marketing para assegurar um crescimento sustentável.

Finalmente é de destacar as parcerias que foram concretizadas em 2016 e que constituem importantes alavancas de desenvolvimento futuro. Em 2016 foram assinados acordos de parceria estratégica com a SantaLucia para a exploração do seguro funeral; com a Advance Medical para a criação de soluções avançadas de telemedicina; com a Munich Re, para disponibilizar soluções absolutamente inovadoras para aumentar a cultura financeira e de poupança dos portugueses; e com a The Flow para introduzir a primeira solução telemática baseada nos telefones móveis.

Sem a confiança dos nossos mais de dois milhões de clientes, sem o esforço diário dos nossos mais de três mil colaboradores e o apoio dos nossos acionistas, nada disto teria sido possível.

O meu mais sincero agradecimento a todos eles.

ÓRGÃOS SOCIAIS

2





FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

Conselho de Administração

Presidente	Guangchang GUO
Vice-Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	Qunbin WANG
	Michael LEE
	José Manuel Alvarez Quintero
	António Manuel Marques de Sousa Noronha
	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
	Wai Lam William MAK
	Lan KANG
	Xiaoyong WU
	Lingjiang XU

Comissão Executiva

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	António Manuel Marques de Sousa Noronha
	José Manuel Alvarez Quintero
	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
	Wai Lam William MAK

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	José António da Costa Figueiredo
	Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

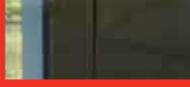
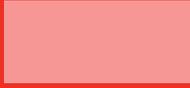
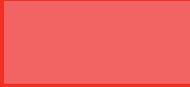
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

O NOSSO
GRUPO

3

FIDELIDADE





a. Principais Indicadores

**€3.727
milhões**

Total Prémios Emitidos

Vida: € 2.452 milhões
Não Vida: € 1.274 milhões

32,2%

Quota de Mercado (PT)

Vida: 35,5%
Não Vida: 26,9%

11,4%

Peso Operação
Internacional Não Vida

**€15,9 mil
milhões**

Ativo Líquido

3.183

Colaboradores

97,6%

Rácio Combinado
Não Vida

**€211
milhões**

Resultado Líquido

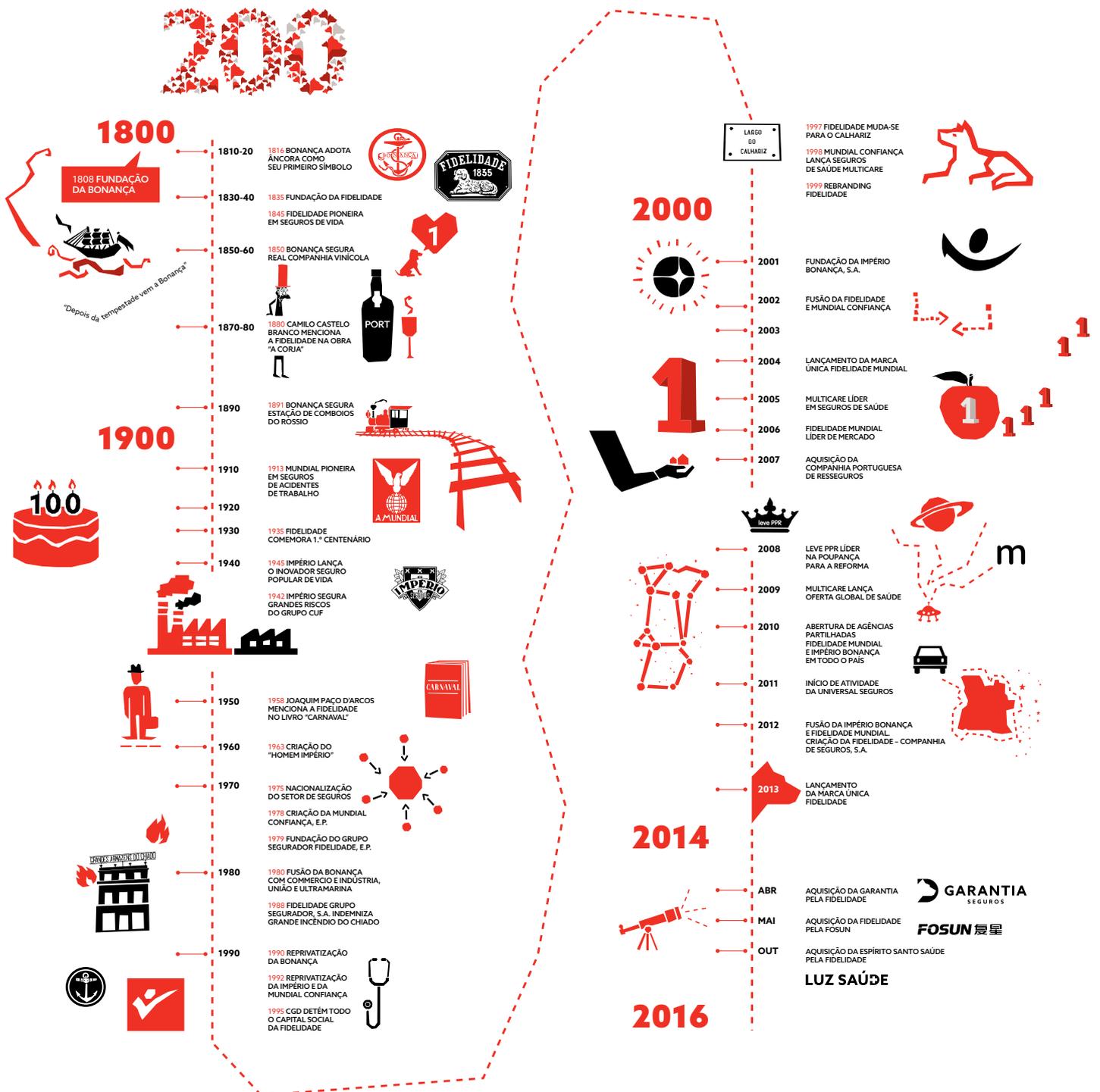
**€2.044
milhões**

Capitais Próprios

10,7%

Rentabilidade dos
Capitais Próprios

b. A Nossa História



Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez da Fidelidade.

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seis seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores players do setor: a Fidelidade Mundial (doravante "FM") e a Império-Bonança (doravante "IB"), detidas pelos dois maiores Grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a CGD - acionista único da Fidelidade Mundial - adquire também a Império Bonança lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e consequente aquisição por parte do Grupo Fosun de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a Fidelidade entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

É já nesse contexto que o Grupo Fidelidade avança ainda em 2014 para a aquisição da Garantia, seguradora líder em Cabo Verde, e para a aquisição da Espírito Santo Saúde, empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal, atualmente denominada Luz Saúde.

Descrição dos maiores Acionistas

Fosun

Conglomerado de investimento chinês de dimensão mundial, com enfoque na indústria seguradora e presença em diversos setores de atividade.

Caixa Geral de Depósitos

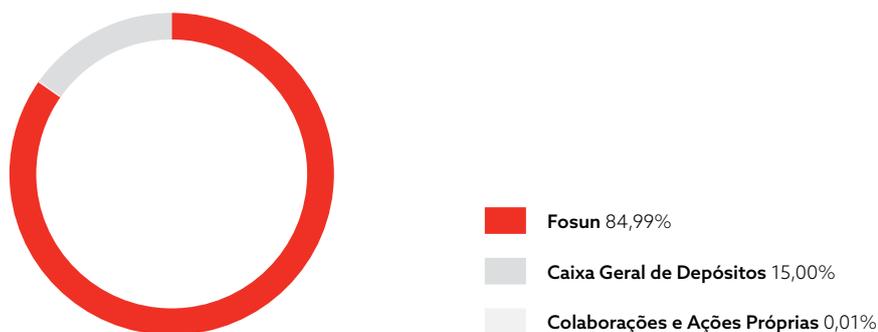
Banco estatal português, considerado a maior instituição financeira em Portugal, com aproximadamente 4 milhões de clientes e com presença em mais de 20 países.

c. Sobre o Grupo Fidelidade

i. Estrutura Acionista

A estrutura acionista da Fidelidade resulta do processo de privatização ocorrido em 2014. Atualmente, a Fosun é detentora de 84,99% do capital, sendo que a CGD detém uma participação de 15,00%. Estes dois acionistas de referência, pela sua complementaridade e ambição, são garante de estabilidade e dinamização das operações da Companhia.

Estrutura Acionista



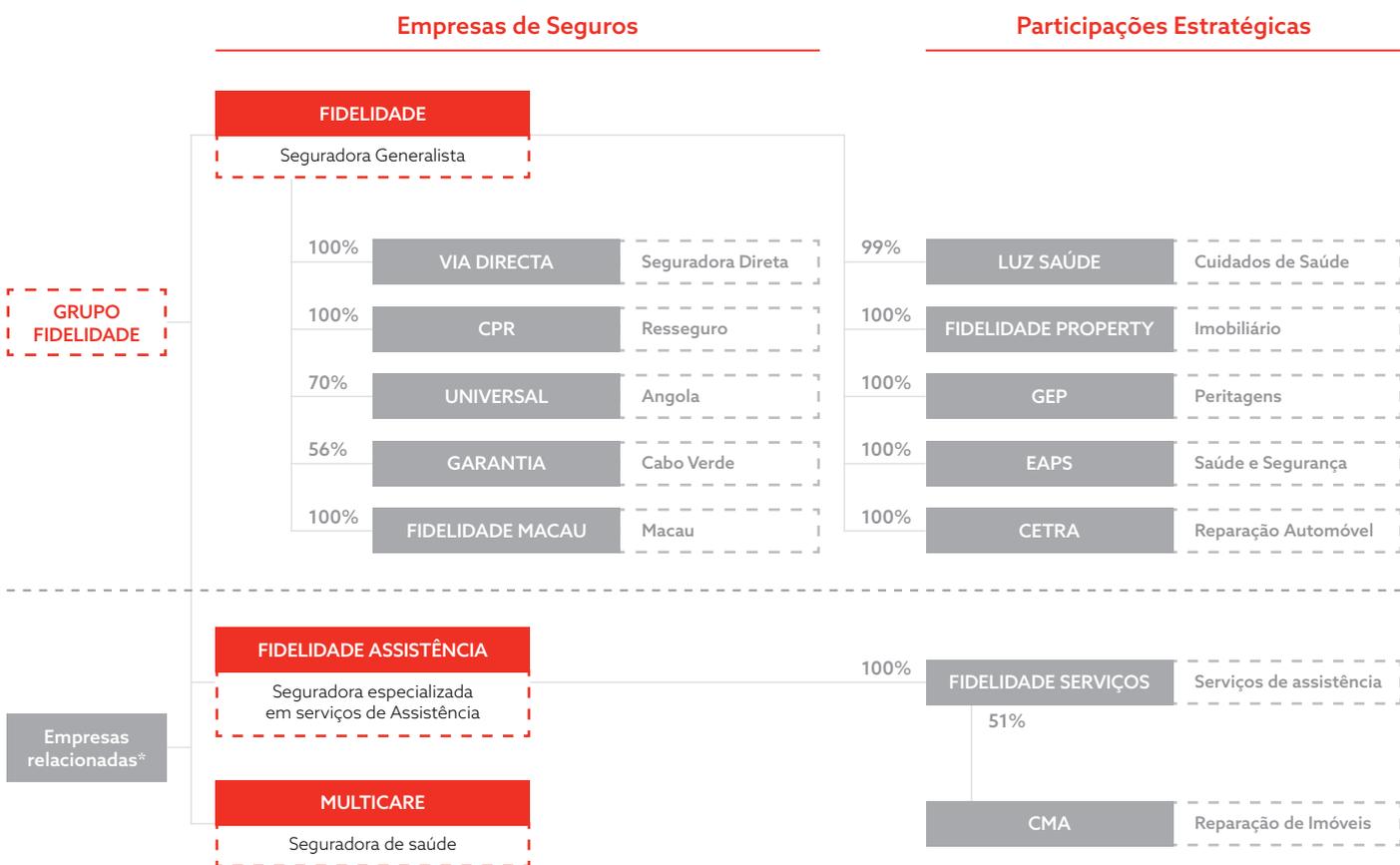
ii. Estrutura do Grupo

O Grupo Fidelidade opera no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros). Adicionalmente, está presente no mercado internacional quer através de sucursais da Fidelidade (Espanha, França, Luxemburgo, Macau-Ramos Vida e Moçambique), quer através de empresas seguradoras participadas, nomeadamente, a Universal Seguros, a Garantia e a Fidelidade Macau (Ramos Não vida).

A Fidelidade mantém ainda uma relação próxima com outras empresas seguradoras que partilham uma estrutura acionista semelhante, a Multicare e a Fidelidade Assistência. Em ambos os casos, as seguradoras operam de forma totalmente coordenada com a Fidelidade por forma a garantir a robustez da oferta de produtos e serviços.

Por fim, o Grupo Fidelidade integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, Grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.



* Empresas parceiras com estrutura acionista semelhante (Fosun: 80% e CGD: 20%), mas não detidas pela Fidelidade

iii. Missão e Valores

**SER FIDELIDADE É ESTAR NO MUNDO DE UMA FORMA ESPECIAL.
É SABER ESTAR PRÓXIMO, IMPULSIONAR A MUDANÇA.
É REINVENTAR O FUTURO COM ORGULHO DO NOSSO PASSADO.
É SUPERAR DESAFIOS E LIMITES PARA CHEGAR CADA DIA MAIS LONGE.**

A Fidelidade tem como missão apoiar o desenvolvimento e a construção de uma sociedade sustentável. Compromete-se a educar, servir, acompanhar e cuidar das pessoas ao longo da vida com produtos e serviços inovadores que efetivamente as protegem, para que a vida não pare.

Desde a nossa origem que somos uma empresa humana feita de pessoas que pensam nas pessoas. Somos verdadeiros em tudo o que dizemos e fazemos. As pessoas sabem que podem confiar em nós. Este é o compromisso que alimenta a estabilidade das relações com todos os que são Fidelidade – clientes, colaboradores, parceiros, acionistas e a própria sociedade.

Be proud of our past, inspire our future.

Somos Fidelidade sempre que reinventamos o passado com o futuro. A nossa história orgulha-nos, desafia-nos, dá-nos força, responsabilidade e inspiração para reinventar o futuro. Honramos a nossa História partilhando o conhecimento.

Be innovative, chase the progress.

Somos Fidelidade sempre que impulsionamos a mudança. Acreditamos que é sempre possível encontrar melhores soluções para proteger a vida. É este espírito que nos impulsiona a mudar e a reinventar o que fazemos.

Be outstanding, overcome your limits.

Somos Fidelidade sempre que nos superamos. Queremos saber sempre mais e tentamos ir sempre mais além em tudo o que fazemos. Ousamos sonhar e superamo-nos para continuar a transformar a sociedade.

Be people driven, be there.

Somos Fidelidade sempre que estamos próximos. O Grupo Fidelidade é feito de pessoas que contribuem para proteger e cuidar de pessoas. Somos confiáveis, honrando os nossos compromissos. As pessoas sabem que podem contar com a nossa competência. Porque cada história é parte da nossa.

iv. Posicionamento

A área seguradora do Grupo Fidelidade atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2016, o Grupo Fidelidade voltou a reforçar a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 32,2% que correspondeu a um acréscimo de 2,4pp face ao ano anterior.

Nos ramos Vida, o Grupo Fidelidade reforçou a sua quota de mercado ao nível dos produtos financeiros (capitalização e planos de poupança reforma), alcançando a liderança destacada quer em termos de prémios, quer em termos de provisões matemáticas/responsabilidades técnicas.

No caso dos produtos para a reforma e fruto da aposta continuada nessa vertente, o Grupo Fidelidade detém uma quota de 56%, traduzindo a elevada confiança dos nossos clientes na solidez do Grupo.

Ramos Vida - Quota de Mercado



Também ao nível dos ramos Não Vida, o Grupo Fidelidade cresceu acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,8pp para 26,9%, sendo de destacar o incremento de 1,5pp nos produtos de Saúde (quota de 34%) e de Acidentes Pessoais (quota de 15%).

Ramo Não Vida - Quota de Mercado



Grupo Fidelidade

Vida Risco **19%**
Anuidades **16%**
Vida Capitalização **31%**
PPR's **56%**

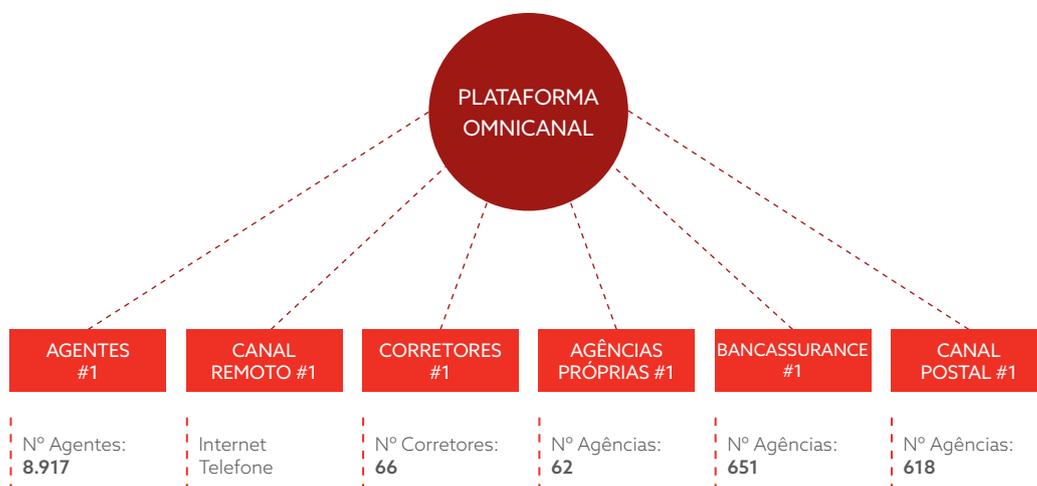
Grupo Fidelidade

Automóvel **28%**
Acidentes de Trabalho **24%**
Acidentes Pessoais **15%**
Saúde **34%**
Multiriscos Habitação **23%**
Multiriscos Comércio e Indústria **33%**
Restantes Incêndios & Outros Danos **40%**
Responsabilidade Civil **27%**
Transportes **33%**

v. Rede de Distribuição

A Fidelidade e as seguradoras do Grupo comercializam produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, o Grupo Fidelidade procura desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, o Grupo Fidelidade tem vindo a desenvolver uma estratégia Omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza. A nova plataforma web da Fidelidade, lançada em 2016, procura justamente articular o mundo online e o mundo físico, constituindo uma das ações mais relevantes já concretizadas neste âmbito.

vi. A oferta e as marcas do Grupo Fidelidade

O Grupo Fidelidade tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta Fidelidade inclui seguros Vida (Risco e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multiriscos Habitação, entre muitos outros. A oferta de seguros, do Grupo Fidelidade, é ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

A oferta, do Grupo Fidelidade, chega aos seus clientes através de três marcas distintas, sendo todas elas líderes no seu segmento de atuação: a Fidelidade, a Multicare e a Ok! teleseguros.

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

- Produtos Vida e Não Vida
- Marca de referência focada nos canais tradicionais (ex. Agentes, Bancário)

multicare 

- Seguros de Saúde
- Ampla oferta de seguros de saúde

 **ok! teleseguros**

- Venda Online de seguros
- Foco em produtos Não Vida (ex. Auto, Habitação) vendidos pelo canal remoto

vii. Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade para o Grupo Fidelidade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. O Grupo Fidelidade destaca-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido perçecionadas e reconhecidas pelos clientes.

Ao longo dos últimos anos, a Fidelidade orgulha-se de ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os Portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Fidelidade, que escolheu ser uma seguradora feita de pessoas que pensam nas pessoas.



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2017

Melhor nível de satisfação e intenção de compra por parte dos consumidores



MARCA DE CONFIANÇA 2016

Marca de Confiança dos Portugueses na categoria de companhia de seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2016

Melhor Grande Seguradora Vida, na categoria da Banca e Seguros



MARKTEST REPUTATION INDEX 2016

Seguradora com a mais alta reputação em Portugal



BASEF SEGUROS GLOBAL 2016

Melhores Seguros
Melhores Preços
A mais inovadora
A mais sólida



MARKTEST REPUTATION INDEX 2016

Melhor Seguradora nas áreas do marketing, comunicação e publicidade



REPUTATION INSTITUTE

Melhor Reputação, Público, Empresas e Media



GLOBAL BANKING & FINANCE REVIEW 2015

Melhor Seguradora Não Vida em Portugal e Seguradora com melhor serviço ao cliente em Portugal



EFMA ACCENTURE INNOVATION AWARDS 2014

Vencedora na Categoria de "Sustainable Business"

viii. Presença Internacional

A área seguradora do Grupo Fidelidade tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia), com várias unidades de negócio, sejam sucursais ou participadas.

Numa fase inicial, o processo de internacionalização da Fidelidade visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, o Grupo Fidelidade considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados.

PORTUGAL

- Sede e principal centro de operações
- Líder de Mercado com uma quota global de 32%

ESPAÑA

- Presente desde 1995
- Foco no canal banca seguros com o BCG, negócio bilateral e brokers

FRANÇA/ LUXEMBURGO

- Presente desde 1997
- Foco na comunidade luso descendente

MACAU VIDA/ MACAU NÃO VIDA

- Representa a presença da Fidelidade no continente asiático
- 5ª maior empresa em Vida e 7ª maior empresa em Não Vida

CABO VERDE

- Participação maioritária na Garantia, líder de mercado com 56% de quota global

ANGOLA

- Participação maioritária na Universal Seguros
- Regista um crescimento contínuo do negócio (crescimento de 40% em 2016 na moeda local)

MOÇAMBIQUE

- Operação lançada em dezembro de 2014 para os ramos vida e não vida

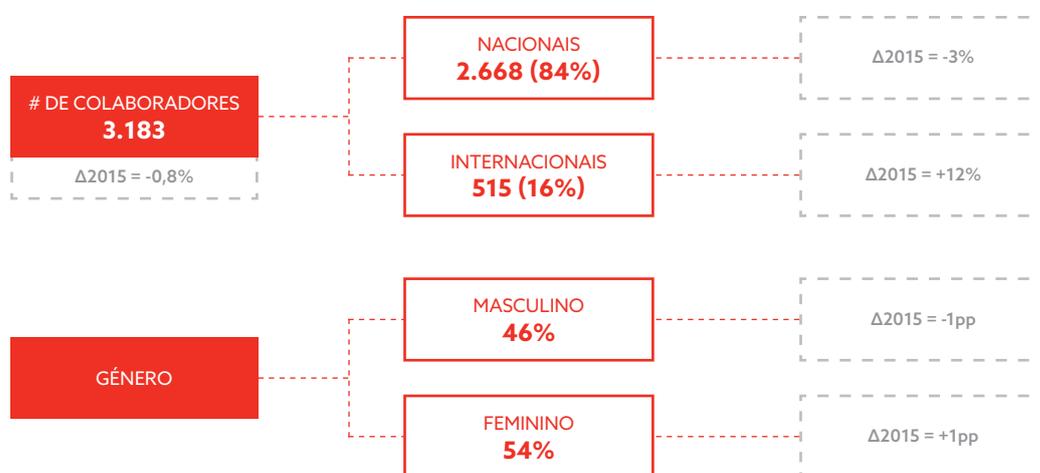
- Portugal
- Sucursais Participadas
- Participadas



ix. A Equipa do Grupo Fidelidade

No final de 2016, o número total de colaboradores na área seguradora do Grupo Fidelidade ascendeu a 3.183, estando 84% em Portugal e 16% nas operações internacionais.

Face a 2015, o número de colaboradores reduziu-se em 0,8%, refletindo a evolução do conjunto de empresas do Grupo em Portugal (-3%). Por outro lado, nas operações internacionais verificou-se um aumento de 12%, em linha com a crescente internacionalização do Grupo.



Em 2016, o principal objetivo foi o rejuvenescimento e adaptação da organização de modo a acompanhar os novos desafios de mercado. Esta aposta com vista ao desenvolvimento de novas competências conduziu a uma redução da idade média de 46,1 anos em 2015 para 45,2 anos em 2016 (considerando o conjunto das empresas da área seguradora do Grupo Fidelidade em Portugal).

No que se refere à antiguidade média nas empresas da área seguradora do Grupo Fidelidade, a mesma reflete a tendência de rejuvenescimento acima referida, pelo que:

- 31% dos colaboradores têm menos de 10 anos de antiguidade, face a 25% em 2015;
- 56% dos colaboradores tem entre 10 e 30 anos de antiguidade, o que significou um decréscimo de 2pp face a 2015.

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2016 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e que contou com um grande envolvimento por parte de todas as nossas Pessoas.

Assim, para além do esforço de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas verificado, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

d. Estratégia do Grupo

O Grupo Fidelidade é líder incontestado do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- Liderança destacada no mercado, materializada numa base superior a 2,1 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais online;
- Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão de sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, o Grupo Fidelidade assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Em concreto, este último objetivo implica aumentar o peso do negócio internacional para cerca de 30-50% do negócio global Não Vida, assumindo-se como uma referência nos mercados em que estiver presente, destacando-se pelas suas competências operacionais e de gestão multicanal.

Assim, o Grupo Fidelidade tem vindo a operar de acordo com três vetores estratégicos fundamentais:

- Consolidação da posição no Mercado Nacional;
- Expansão do Negócio Internacional;
- Otimização da Gestão de Investimentos.

PONTO DE PARTIDA FIDELIDADE

- Liderança no mercado nacional, com uma base de 2,1 milhões de clientes
- Marca única no mercado pelo seu valor e reconhecimento pelos clientes
- Competências técnicas de referência, ampla gama de produtos
- Qualidade na gestão de sinistros, reconhecida pela sua eficiência

VETORES ESTRATÉGICOS

1. Consolidação da posição no Mercado Nacional

- Transformação digital, inovação da oferta, enfoque comercial, reforço da organização

2. Expansão do Negócio Internacional

- Diversificação da atividade pela entrada da Fidelidade em novos mercados

3. Otimização da Gestão de Investimentos

- Adequação do modelo de gestão de investimentos ao contexto dos mercados

No decorrer do ano de 2016, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação do Grupo Fidelidade, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes equipas da Companhia.

Consolidação da posição no Mercado Nacional

Apesar da posição de liderança detida pelo Grupo Fidelidade, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado. Neste capítulo, destacam-se a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos e o potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, o Grupo Fidelidade está a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português.

Neste sentido, o Grupo tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- Avaliação de oportunidades de integração vertical na cadeia de valor;
- Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente;
- Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição do Grupo Fidelidade no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que o Grupo está presente.

Expansão do Negócio Internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização da Fidelidade visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A Fidelidade seguiu, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que o Banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados Francês e Luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio. Em África, e numa fase mais recente, o Grupo Fidelidade expandiu-se também para mercados onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes – Angola, Cabo Verde e, mais recentemente, Moçambique.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica para o Grupo Fidelidade, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo do Grupo Fidelidade passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Neste contexto, a Fidelidade tem vindo a analisar ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso da Fidelidade.

Otimização da Gestão de Investimentos

O objetivo da Fidelidade nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação da Empresa.

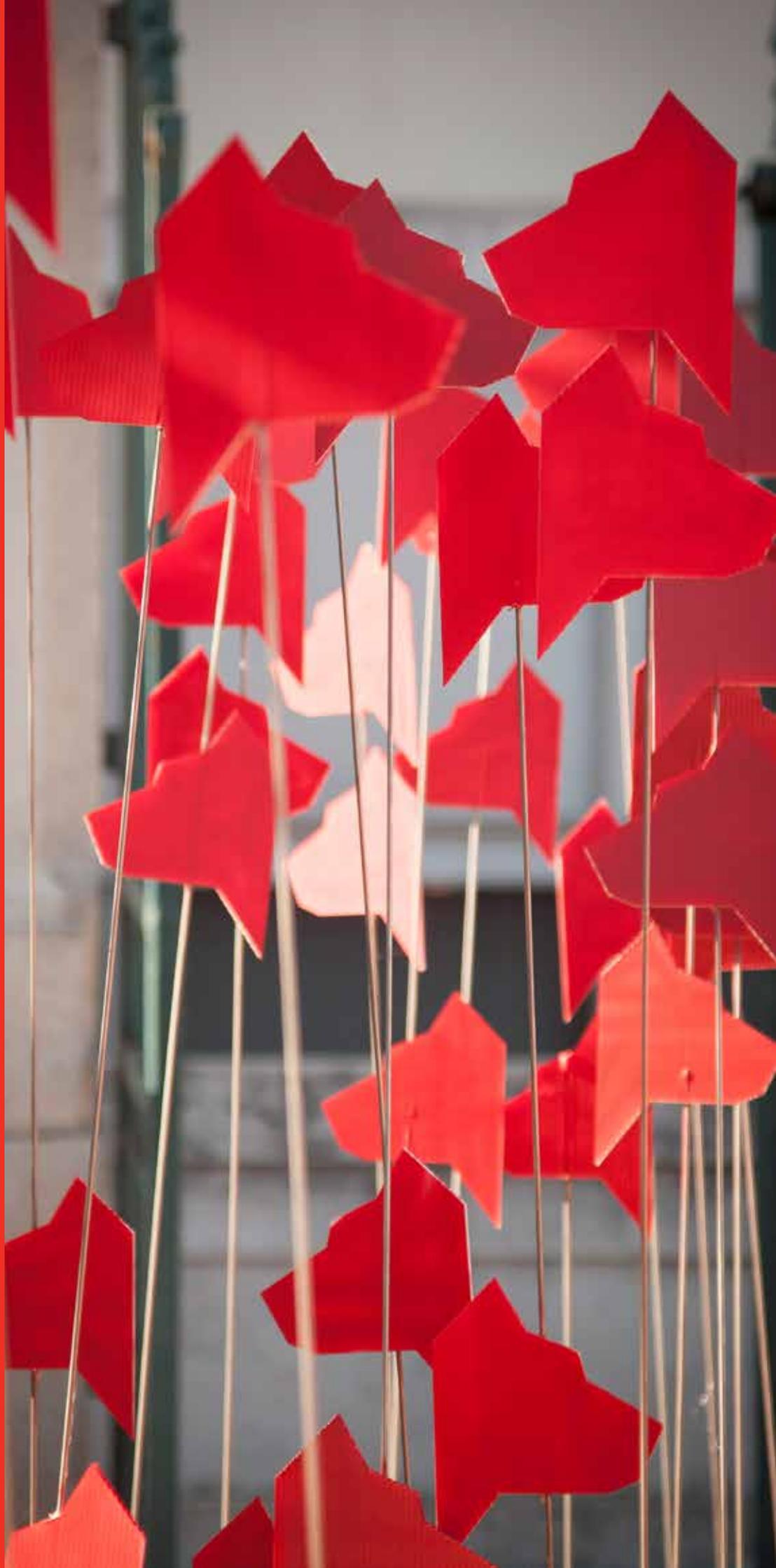
Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, que se espera prolongado no tempo, situação que constitui um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

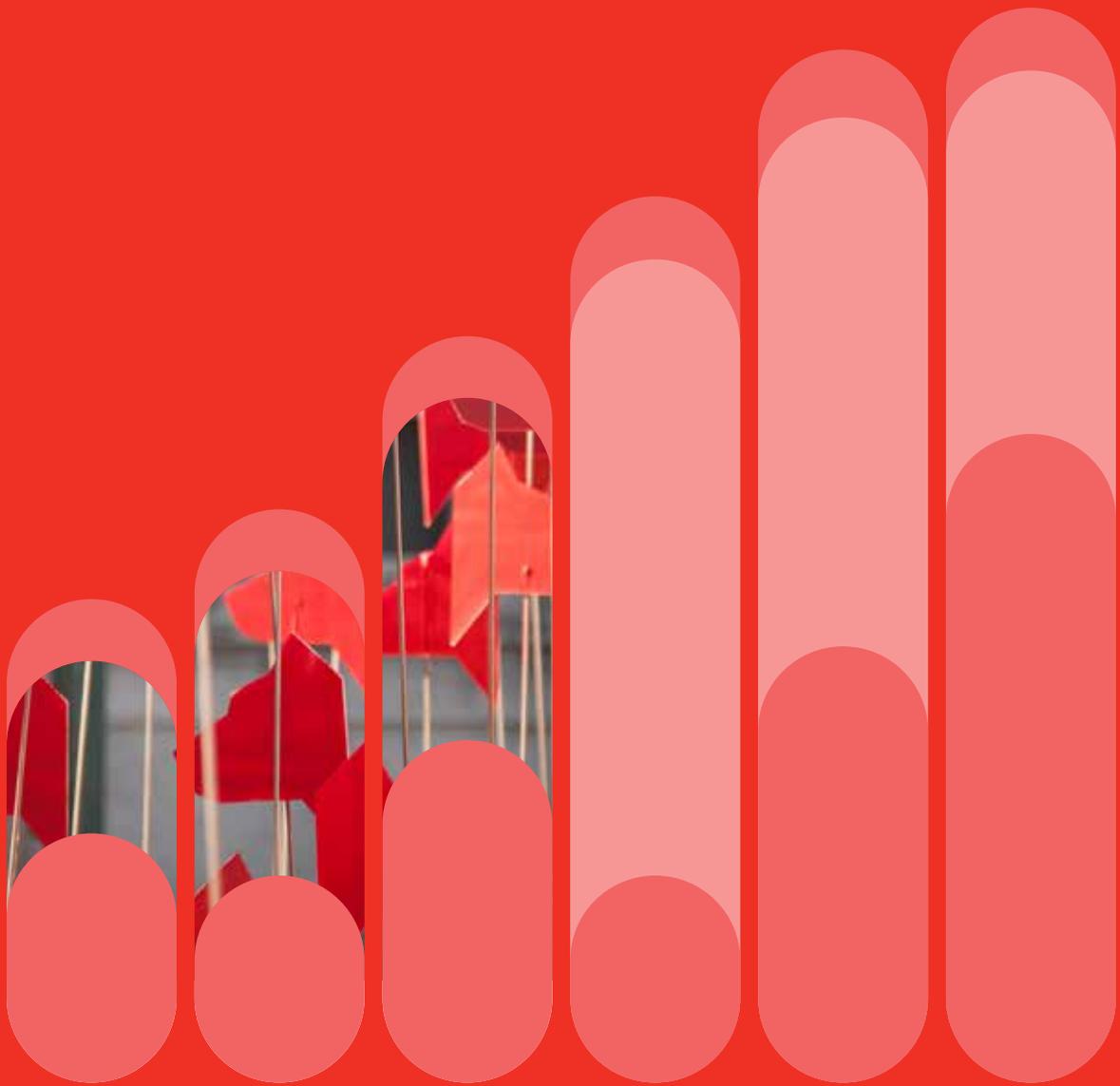
Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portfólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta a nova regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde Janeiro de 2016.

4

**A NOSSA
PERFORMANCE**





a. Síntese de Acontecimentos 2016

JANEIRO	Solvência II – entrada em vigor da nova regulação para a indústria seguradora
FEVEREIRO	Proteching – primeira edição do acelerador de startups com o apoio Fidelidade e a colaboração da Beta-i, promovendo a inovação nas áreas de saúde e assistência Fidelidade - Cuidados Médicos Acidentes – abertura da nova Unidade no Porto enfocada na prestação de serviços médicos na área de Acidentes de Trabalho
MARÇO	Web Platform Fidelidade – lançamento da nova plataforma Fidelidade, garantindo acessibilidade e integração com os restantes parceiros da mediação
ABRIL	Oferta Pequenos Negócios – lançamento da oferta pensada especificamente na proteção das pessoas, do património e das suas responsabilidades
MAIO	Rock in Rio – Fidelidade marca presença no Rock in Rio 2016, sendo seguradora oficial e tendo um dos stands mais visitados do evento
JUNHO	GICC – Global Insurance Committee do Grupo Fosun em Lisboa, com a organização da Fidelidade e participação de seguradoras europeias, americanas e asiáticas Multicare 24 – lançamento da nova oferta de saúde Multicare, incluindo orientação médica online, inovação absoluta no mercado Português
JULHO	IAPMEI e Turismo de Portugal – Fidelidade alia-se ao IAPMEI e Turismo de Portugal para garantir oferta diferenciada para as PME Líder e PME Excelência Munich Re – início de parceria para o desenvolvimento de uma plataforma inovadora e 100% digital na área de captação de poupanças
SETEMBRO	Santalucía – lançamento da cooperação com o líder do mercado espanhol para dinamização do produto de assistência familiar e funeral em território nacional
OUTUBRO	Advance Medical – assinatura de um acordo quadro com a Advance Medical para estabelecimento de uma plataforma nacional de referência na área da saúde digital
NOVEMBRO	Web Summit – realização de um Official Startup Gathering com a participação do Secretário de Estado da Indústria e inúmeros parceiros do ecossistema da inovação
DEZEMBRO	My Fidelidade – soft launch da nova master app mobile da Fidelidade, centralizando informação sobre oferta e acesso a diferentes serviços do Grupo

i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2016 a produção de seguro direto totalizou cerca de 10.872 milhões de euros. Apesar da evolução positiva do segmento Não Vida, o mercado decresceu 14,1% face ao ano anterior, refletindo a tendência menos positiva no segmento Vida.

A queda do segmento Vida foi de 23% face ao ano anterior, totalizando um montante de prémios de 6.676 milhões de euros. Este declínio acentuado verificou-se pelo segundo ano consecutivo como consequência direta dos desafios existentes no mercado dos produtos financeiros.

O segmento Não Vida revelou um progresso assinalável em 2016, com um crescimento de 5,0% para 4.196 milhões de euros, confirmando assim a tendência de recuperação do montante de prémios iniciada em 2015 (em que a evolução foi de 3,8%). O crescimento verificado em 2016 representa a maior taxa de crescimento anual desde 2003, quer em termos nominais, quer em termos reais.

Prémios Mercado Segurador

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



O ano de 2016 ficou ainda marcado por acontecimentos marcantes na estrutura empresarial do mercado segurador português. Várias operações de aquisição por parte de grupos financeiros internacionais deverão tornar o mercado mais concentrado nas seguradoras de maior dimensão, com particular incidência nos ramos Não Vida.

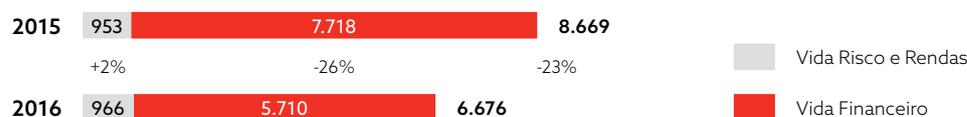
ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida registou em 2016 um volume de prémios de 6.676 milhões de euros, representando um decréscimo de 23% face ao ano anterior. Os produtos Vida Financeiro decresceram 26% de 7.718 para 5.710 milhões de euros, enquanto os produtos Vida Risco e Rendas cresceram 2%, de 953 para 966 milhões de euros.

Prémios do Segmento Vida

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



O atual enquadramento para a venda de produtos Vida Financeiro não é o mais favorável à atividade seguradora. Por um lado, os novos produtos de retalho de obrigações do tesouro Português aumentaram o nível de concorrência e, por outro, o contexto macroeconómico de baixas taxas de juro gera um desincentivo à acumulação de poupança, em particular desde 2013.

Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

Fonte: INE



Não obstante, importa também sublinhar que o atual contexto de taxas de juro é favorável ao aumento da procura de crédito, em particular crédito à habitação. Tendo em conta ainda o crescente entusiasmo no mercado imobiliário português, criam-se as condições adequadas para o aumento da venda de seguros de vida vinculados ao crédito e, conseqüentemente, o crescimento do montante de prémios dos produtos de Vida Risco.

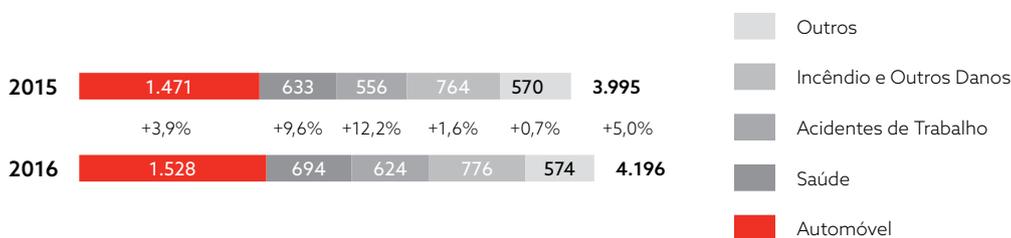
iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A excelente performance do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como base a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verifica-se que os principais dinamizadores do crescimento deste ramo foram os ramos Acidentes de Trabalho e Saúde.

Prémios do Segmento Não Vida

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pelo crescimento do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2016, foi o ramo do segmento Não Vida que mais cresceu, com um aumento de 12,2% face ao ano anterior e atingindo um volume de prémios de 624 milhões de euros.

A segunda linha de negócio que mais cresceu foi a Saúde com 9,6% de crescimento e um volume de prémios de 694 milhões de euros em 2016. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde. No ano de 2016, o mercado beneficiou também de um grande contrato de Saúde-Grupo relativo ao universo anteriormente gerido pela PT ACS em regime de auto-seguro.

No que diz respeito ao seguro Automóvel, o crescimento do parque automóvel associado à melhoria da qualidade do mesmo, bem como o ambiente económico mais favorável, permitiram que o maior ramo Não Vida em Portugal obtivesse uma performance bastante positiva, crescendo 3,9% face ao ano anterior.

Apesar da redução dos níveis de investimento empresarial, o ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multiriscos Habitação, registou um crescimento de 1,6% atingindo um montante de prémios de 776 milhões de euros em 2016. Em linha com os seguros de vida risco, esta linha de negócio foi influenciada positivamente pela recuperação de algum dinamismo no mercado imobiliário português.

As restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida não conseguiram acompanhar os resultados das quatro linhas de negócio principais. Em 2016, o valor agregado dessas linhas de negócio aumentou apenas 0,7% face ao ano anterior, para 574 milhões de euros.

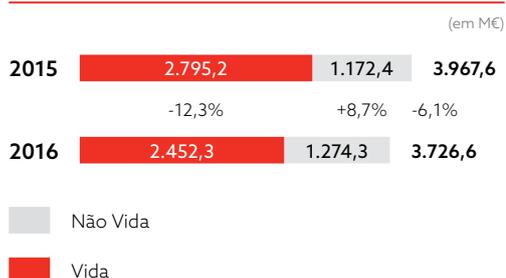
b. Atuação do Grupo Fidelidade

i. Principais indicadores de atividade

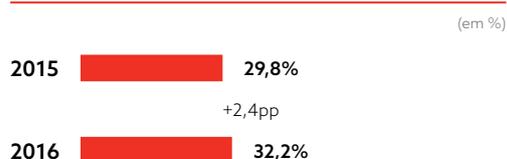
Num ano de 2016 marcado pelas tendências já referidas, o Grupo Fidelidade apresentou uma performance muito consistente, registando um total de prémios emitidos de 3.727 milhões de euros.

Ao nível da atividade em Portugal, o Grupo Fidelidade contabilizou 3.499 milhões de euros, o que lhe permitiu reforçar a posição de liderança, aumentando a sua quota de mercado total para 32,2%, um aumento de 2,4pp face ao ano 2015, tendo este crescimento de quota sido suportado quer nos ramos Vida, quer nos ramos Não Vida. O negócio internacional verificou também um crescimento substancial de 12,7% com o reforço das operações internacionais já existentes.

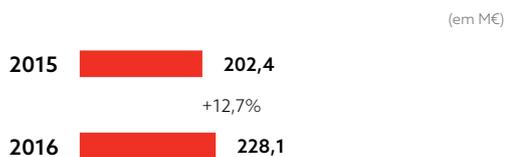
Total Prémios Emitidos detalhe Vida e Não Vida



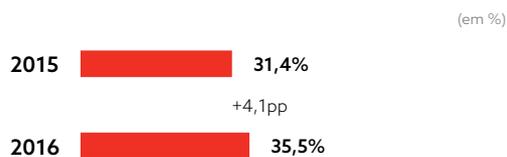
Quota de Mercado Total em Portugal



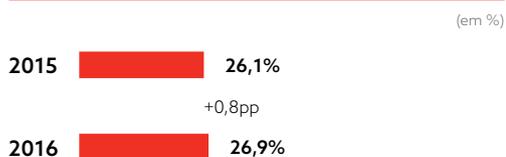
Prémios Emitidos no Negócio Internacional



Quota de Mercado Vida em Portugal



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



ii. Principais linhas de atuação do Grupo Fidelidade

A performance robusta do Grupo Fidelidade ao longo do ano 2016 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave para o Grupo:

- I. Produtos e Serviços;
- II. Distribuição;
- III. Pessoas e Organização.

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma marca do Grupo Fidelidade que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como um Grupo de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas um Grupo segurador.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos nossos clientes através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical do Grupo Fidelidade, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel consolidou-se em 2016 o sucesso das soluções “Proteção Vital do Condutor” e do seguro de danos próprios “Auto Estima”. A cobertura “Proteção Vital do Condutor”, lançada no ano 2014, representa uma solução pioneira em Portugal, que responde ao desafio da falta de proteção adequada do condutor no caso de este ser responsável pelo acidente, permitindo assim garantir e acelerar a resposta da seguradora quando o cliente mais dela precisa. Já o seguro de danos próprios Auto Estima, lançado no ano 2015, representa uma solução totalmente inovadora no mercado Português especialmente concebida para automóveis com mais de quatro anos, e tem permitido à Fidelidade reforçar a penetração no segmento de danos próprios.

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento do Grupo Fidelidade. Ainda durante o ano de 2015 o Grupo Fidelidade tinha já na sua oferta um seguro inovador no mercado Português - Seguro Proteção Vital, com uma cobertura específica de Oncologia, para fins de diagnóstico e tratamento, com um capital de 1.000.000€. Esta cobertura, suportada por uma rede médica de excelência, implica uma forte aposta na prevenção com a realização de check-ups periódicos e diferenciados, visando um rastreio atempado e um diagnóstico o mais precoce possível de situações do foro oncológico. Já no decorrer do ano 2016 ficou também disponível a nova oferta de seguros de Saúde Multicare, que se tornou mais simples e próxima dos clientes com a criação de três novos Planos de Saúde, com níveis de proteção crescentes. Adicionalmente, no âmbito da parceria realizada com a Advance Medical, e reforçando a aposta digital do Grupo Fidelidade, esta nova oferta disponibilizou também a plataforma Multicare24, podendo os clientes ter acesso a aconselhamento médico online, entre outros serviços de apoio na área da saúde e bem-estar.

Na área dos Acidentes Pessoais, 2016 foi também um ano de consolidação, nomeadamente, com a dinamização comercial do produto “Proteção Vital das Pessoas”. Este produto lançado em 2015 incorpora uma abordagem inovadora e muito competitiva que complementa a proteção das pessoas em caso de acidente quando não estão cobertas pelos seguros obrigatórios como o seguro automóvel e/ou o seguro de acidentes de trabalho, por exemplo, durante as atividades de tempos livres ou em caso de um acidente doméstico, sendo que este produto tem revelado grande aceitação pelo mercado.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a nossa rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criada, em colaboração com a Luz Saúde, uma unidade específica de tratamentos médicos na área geográfica do Porto. Esta unidade tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

Também no ramo Vida o Grupo Fidelidade tem vindo a disponibilizar novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e pela elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, o Grupo Fidelidade tem vindo a reforçar a sua oferta de produtos unit linked, que permitem aos clientes alcançar retornos mais atrativos, não penalizando a solidez dos investimentos. Não obstante este reforço de oferta, o Grupo Fidelidade mantém também uma gama de produtos de poupança com garantia de capital e taxa de juro, em linha com o interesse de uma elevada proporção dos clientes nacionais.

No Vida Risco e para além de novas ofertas direcionadas para segmentos específicos, o Grupo Fidelidade tem vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário Português que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo. Como resultado, a oferta de produtos existente e comercializada maioritariamente através da rede de agências da Caixa Geral de Depósitos, maior banco de retalho nacional, tem vindo a ter uma performance comercial sustentada.

II. Distribuição

O Grupo Fidelidade tem nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, o Grupo Fidelidade tem promovido uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm também marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição – mediação, lojas próprias, corretores, banca (CGD), correios e canais online.

Durante o ano de 2016 foi efetuada uma racionalização da estrutura interna de apoio à mediação, prosseguindo uma atuação iniciada no ano de 2015 de reestruturação da rede de agências próprias, com o objetivo de melhor adequar os meios existentes às necessidades da nossa rede comercial. Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

Destaca-se ainda em 2016 o lançamento da nova plataforma web (www.fidelidade.pt) que representa um importante marco na implementação da estratégia omnicanal do Grupo Fidelidade. Esta plataforma permite a simulação e contratação online de seguros automóvel, saúde e multiriscos habitação, em forte articulação com a rede de mediação e reforçando a aposta digital do Grupo.

III. Pessoas e Organização

Uma “nova” Fidelidade que se posiciona cada vez mais como um parceiro na proteção das pessoas, ao garantir uma qualidade de serviço a toda a prova, produtos inovadores, práticas cada vez mais transparentes e maior proximidade com os clientes, colaboradores e parceiros. Este é o grande desafio e a dinâmica que orientam o dia-a-dia das pessoas no Grupo Fidelidade.

Pretendemos tornar a organização mais ágil, mais digital, mais inovadora, dando a oportunidade às pessoas para serem mais criativas e participarem mais neste esforço de transformação. Por tudo isto, a Gestão de Pessoas e o seu alinhamento com a estratégia da empresa e necessidades das unidades de negócio tornam-se ainda mais fundamentais.

Como primeiro passo, reposicionou-se a Direção de Recursos Humanos como Direção de Pessoas e Organização, adotando uma postura de maior parceria com todas as áreas do Grupo, bem como de agente de mudança. Definiu-se ainda um programa integrado de ação na área da Gestão de Pessoas, com um plano de trabalho e projetos concretos e que se estrutura segundo quatro linhas principais de atuação:

- Desenvolvimento de Pessoas - Garantir a preparação das Pessoas para enfrentar os desafios futuros, atraindo, desenvolvendo e retendo os melhores colaboradores para o Grupo Fidelidade. Implementar Modelos de Gestão de Pessoas assentes em meritocracia que promovam oportunidades de crescimento e desenvolvimento dos colaboradores. Assegurar a sucessão e promover a Mobilidade para garantir uma pool de talentos globais que responda aos desafios das diferentes operações do Grupo a nível nacional e internacional;
- Transformação Organizacional - Apoiar no desenho da estrutura organizacional que melhor responda aos desafios do negócio e apoiar na planificação da força de trabalho contribuindo para o rejuvenescimento da Organização, a retenção do conhecimento, e a introdução de novos perfis de competências. Criar políticas transversais ao grupo, respeitando as especificidades de cada empresa e garantindo a equidade entre todos os colaboradores;
- Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio - Apoiar os responsáveis pelos negócios na gestão das suas pessoas. Perceber e estar ao lado do negócio, identificando de forma proativa as suas necessidades, apoiando a mudança em cada área, como foco no mercado, na proximidade ao cliente e nos resultados;
- Cultura Corporativa - Apoiar a consolidação de uma cultura corporativa para o Grupo Fidelidade, através do desenvolvimento e promoção da identidade cultural da empresa (Visão; Valores) e da dinamização de canais de comunicação com os colaboradores que potenciem o engagement e proximidade entre a Organização e as Pessoas. Promover a imagem do Grupo Fidelidade como entidade empregadora, com uma proposta de valor atrativa junto de potenciais candidatos, instituições de ensino, executivos de excelência e colaboradores.

O Grupo Fidelidade tem também realizado um esforço contínuo na melhoria e digitalização de processos, fundamental para promover uma maior agilidade e reforçar as capacidades técnicas e de gestão de sinistros, fundamentais no negócio segurador.

Incorporando os mais recentes desenvolvimentos digitais na área seguradora o Grupo Fidelidade tem vindo a implementar técnicas avançadas de análise (Advanced Analytics), suportadas em ferramentas de machine learning, que permitem melhorar o processo de subscrição, aumentar o nível de automação nos processos de gestão de sinistros e melhorar as capacidades de prevenção de fraude. Estes desenvolvimentos revelam um potencial significativo de transformação dos processos e de melhoria de performance e estão a ser aplicados nas diversas linhas de negócio.

Com vista a implementar de forma mais consistente esta aposta nas áreas de Analytics e Big Data, a Fidelidade criou uma unidade orgânica especialmente enfocada nesta matéria (Centro de Advanced Analytics) que irá desenvolver as capacidades internas e, em estreita colaboração com as várias áreas de negócio, dinamizar a aplicação destas tecnologias no Grupo Fidelidade.

iii. Segmento Vida

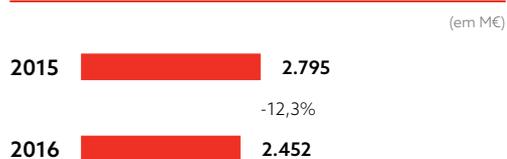
Principais indicadores de atividade - Ramo Vida

O ano 2016 foi particularmente exigente para o ramo Vida do mercado segurador Português, tendo, nesse contexto, os prémios emitidos pelo Grupo Fidelidade contraído 12,3% para um total de 2.452 milhões de euros.

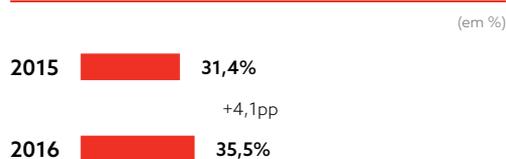
No entanto, a performance comercial do Grupo Fidelidade foi francamente positiva em comparação com a generalidade do mercado sendo que, em particular em Portugal, o Grupo Fidelidade verificou uma contração de 13,0% nos seus prémios que compara com um decréscimo de 23,0% do mercado. Esta performance resultou no reforço da posição de liderança do Grupo Fidelidade, aumentando a sua quota de mercado para 35,5%, o que representa um aumento de 4,1pp face ao ano 2015.

Num contexto dominado por baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, que trouxeram fortes pressões ao segmento Vida Financeiro, o Grupo Fidelidade foi capaz de inovar a sua gama de produtos, alavancar a sua rede de distribuição multicanal e tirar partido dos seus elevados níveis de qualidade de serviço, reputação e satisfação dos clientes, de modo a reforçar a sua posição no Segmento Vida.

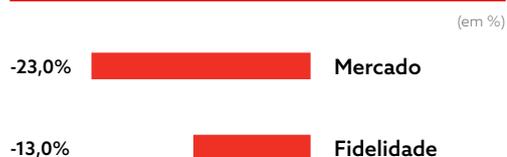
Prémios Emitidos em Vida



Quota de Mercado Vida em Portugal



Variação anual segmento Vida em Portugal 2015-2016



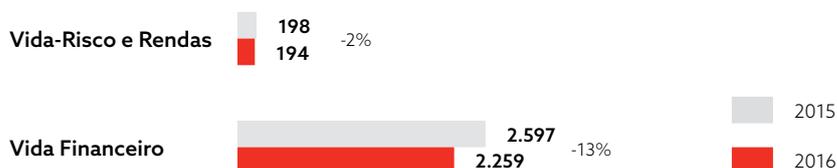
Evolução por ramo do Segmento Vida

O Segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 80% dos mesmos.

Os produtos Vida Risco e Rendas apresentaram uma performance sustentada, tendo contraído 2% para um total de 194 milhões de euros. Apesar do contributo positivo da dinâmica do setor imobiliário para o aumento da venda de seguro vida risco associado ao crédito à habitação, o mesmo não foi suficiente para evitar uma ligeira redução nos prémios globais.

Os prémios de Vida Financeiro contraíram 13% para um total de 2.259 milhões de euros, em linha com o comportamento descendente do mercado segurador em Portugal neste tipo de produtos, consequência do contexto de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares. Esta performance é francamente positiva em comparação com a generalidade do mercado Português.

Prémios dos ramos do Segmento Vida - Grupo Fidelidade



Evolução por canal de distribuição do Segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas.

No entanto, é de destacar que os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) apresentaram em 2016 um elevado crescimento (+54%) e aumentaram o seu peso na estrutura de vendas do Grupo.

Segmento Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2016	2015	Var
Tradicional	464	301	+54,1%
Bancário e CTT	1.906	2.423	-21,3%
Remoto	-	-	-
Estrangeiro	83	72	+15,2%
Grupo Fidelidade	2.452	2.795	-12,3%
Mercado	6.676	8.669	-23,0%

iv. Segmento Não Vida

Principais indicadores de atividade – Segmento Não Vida

O Grupo Fidelidade apresentou uma performance francamente positiva no Segmento Não Vida, tendo os prémios emitidos aumentado 8,7% para um total de 1.274 milhões de euros.

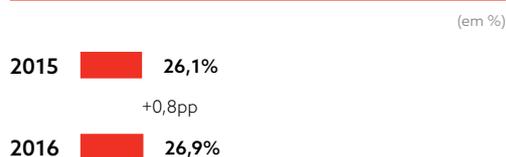
A performance comercial do Grupo Fidelidade acompanhou a tendência positiva da generalidade do mercado sendo que, em particular no mercado Português, o Grupo Fidelidade verificou um crescimento de 8,3% nos seus prémios que compara com um aumento de 5,0% do mercado. Estes resultados permitiram o reforço da posição de liderança do Grupo Fidelidade, aumentando a sua quota de mercado para 26,9%, o que representa um aumento de 0,8pp face ao ano 2015.

A contribuir para esta performance positiva do Grupo Fidelidade no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical do Grupo Fidelidade, e que respondem a necessidades identificadas no mercado.

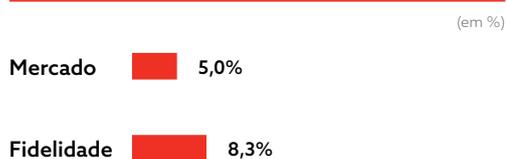
Prémios Emitidos em Não Vida



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



Variação anual segmento Não Vida em Portugal 2015-2016



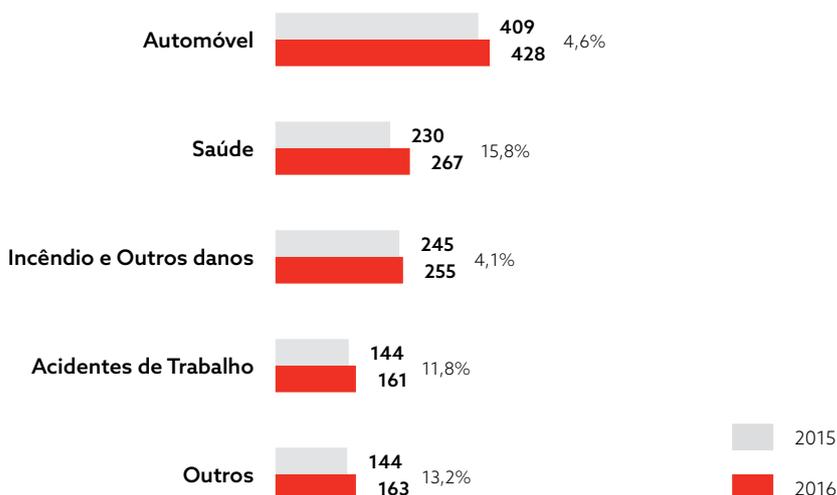
Evolução por ramo do Segmento Não Vida

O Segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos - Automóvel, Saúde, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

Todos os ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2016, sendo de destacar a performance dos ramos Saúde, Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais com crescimentos superiores a 10%. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados nestes ramos, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare com a inclusão de aconselhamento médico online e a dinamização da comercialização do produto de acidentes pessoais Proteção Vital das Pessoas, lançado ainda em 2015. No ano de 2016 e no negócio de Saúde, a Fidelidade beneficiou também da angariação de um grande contrato de seguro de Saúde-Grupo relativo a universo anteriormente gerido pela PT ACS em regime de auto-seguro.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no Segmento Não Vida, com um peso superior a 30% no total do segmento. A performance deste ramo foi bastante sólida tendo os prémios aumentado 4,6% devido tanto a uma melhoria estrutural do parque automóvel, verificando-se o crescimento e a melhoria da qualidade do mesmo, como à capacidade do Grupo Fidelidade capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Prémios dos ramos do Segmento Vida - Grupo Fidelidade



Evolução por canal de distribuição do Segmento Não Vida

Todos os canais de distribuição apresentaram uma evolução positiva na comercialização de produtos do Segmento Não Vida no ano 2016 face ao ano 2015.

Em particular os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Não Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas. Estes canais de distribuição tiveram um crescimento significativo de 9,1% contribuindo fortemente para a performance no segmento.

Segmento Não Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2016	2015	Var
Tradicional	982	899	+9,1%
Bancário e CTT	101	98	+3,2%
Remoto	46	44	+3,3%
Estrangeiro	145	131	+11,3%
Grupo Fidelidade	1.274	1.172	+8,7%
Mercado	4.196	3.994	+5,0%

v. Atividade Internacional

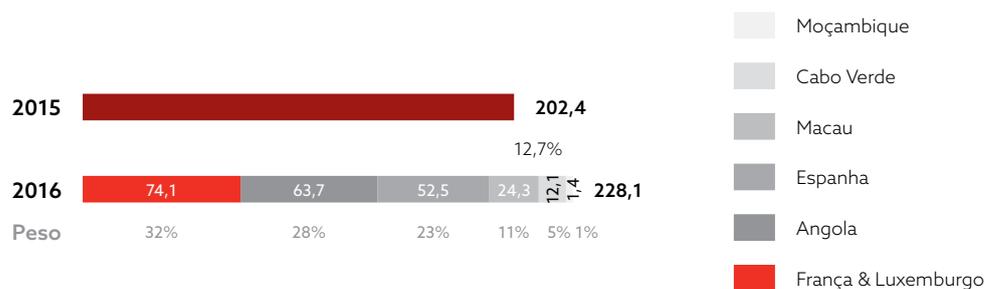
O negócio internacional do Grupo Fidelidade verificou um crescimento substancial de 12,7% no decorrer do ano 2016, alcançando um total de 228,1 milhões de euros de prémios emitidos, com o reforço das operações internacionais já existentes: França & Luxemburgo, Angola, Espanha, Cabo Verde, Macau e Moçambique. O negócio internacional encontra-se maioritariamente concentrado nas operações de França & Luxemburgo, Angola e Espanha, cujos prémios representam mais de 80% do total do negócio internacional.

A evolução favorável do negócio internacional beneficiou do comportamento positivo tanto dos ramos Vida (com um crescimento de 15,2% para 82,6 milhões de euros) como dos ramos Não Vida (com um crescimento de 11,3% para 145,5 milhões de euros).

O conjunto dos ramos Não Vida do negócio internacional representou já em 2016 um peso de 11,4% no total de prémios consolidados do Grupo Fidelidade, o que representa um aumento de 0,3pp face ao ano 2015, potenciado pelo comportamento evidenciado pelas operações em Espanha e França.

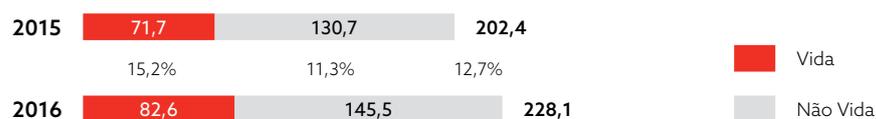
Prémios emitidos no negócio internacional - Detalhe por geografia

(em M€)



Prémios emitidos no negócio internacional - Detalhe por Segmento Vida e Não Vida

(em M€)



As operações desenvolvidas em Angola e Moçambique (a operação mais recente do Grupo, iniciada em 2014) apresentaram elevados crescimentos nas respetivas moedas locais (40% e 670%, respetivamente). Contudo, esse efeito foi parcialmente anulado pela desvalorização dessas moedas face ao Euro (tendo os crescimentos expressos em Euros sido de 2,3% e 420%, respetivamente). Neste contexto, o papel da Universal (Angola) como fator de crescimento do negócio internacional do Grupo Fidelidade, foi, em 2016, claramente inferior ao verificado em anos anteriores.

c. Performance Operacional e Financeira

Principais indicadores da performance operacional e financeira

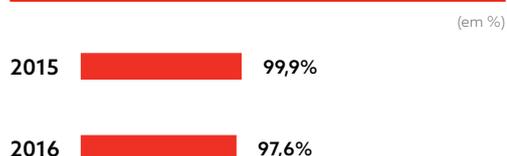
No ano de 2016 o Grupo Fidelidade apresentou uma rentabilidade sólida tendo atingido um resultado líquido de 211,1 milhões de euros, o que representa uma redução face ao ano de 2015, o qual beneficiou de proveitos extraordinários na área dos investimentos. Importa referir que o resultado atingido este ano representa um crescimento de cerca de 18,4% face ao resultado líquido atingido no ano de 2014, o que atesta a consistência da performance financeira do Grupo.

A contribuir positivamente para este resultado líquido destaca-se a melhoria significativa do rácio combinado e a performance consistente na gestão dos investimentos.

O rácio combinado atingiu os 97,6% em 2016, com uma redução de 2,3pp face ao ano anterior, beneficiando sobretudo do aumento da eficiência traduzido na redução do rácio de despesas.

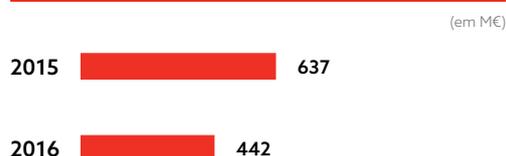
Já ao nível dos investimentos verificou-se também uma boa performance tendo sido atingido um investment income de 442 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,2%, acima da média do mercado.

Rácio Combinado Detalhado *



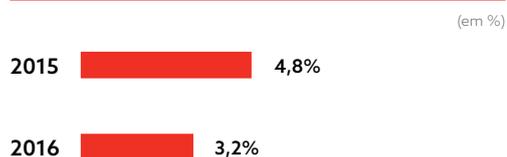
* Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

Investment Income **

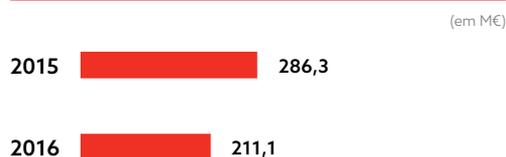


** Inclui investment income de produtos Unit Link, net gains e imparidades. Não considera ganhos não realizados

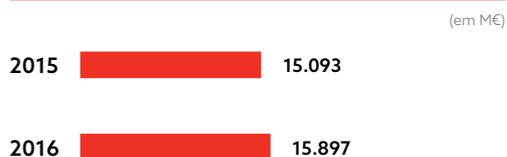
Investment yield



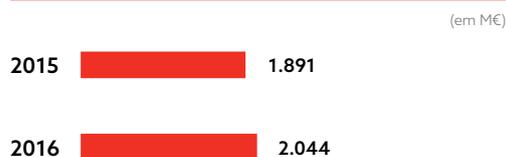
Resultado Líquido



Ativo Líquido



Capitais Próprios



i. Performance Operacional

A performance operacional teve uma melhoria substancial no decorrer do ano 2016, tendo o rácio combinado decrescido de 99,9% para 97,6% (-2,3pp). Este resultado foi atingido através de uma melhoria tanto no rácio de despesas como no rácio de sinistralidade.

Relativamente ao rácio de despesas verificou-se uma redução de 1,6pp, passando de 32,4% para 30,8% no ano 2016. Este resultado reflete o aumento de eficiência operacional do Grupo Fidelidade bem como o esforço de otimização e contenção de custos que vem sendo realizado num contexto em que o volume de prémios tem vindo a aumentar de forma expressiva.

Já no que diz respeito ao rácio de sinistralidade verificou-se uma melhoria de 0,6pp, evoluindo de 67,5% para 66,9% no ano 2016. Este resultado reflete dinâmicas diversas, de que se destacam uma melhoria significativa da rentabilidade dos ramos Acidentes de Trabalho e Saúde, fruto em grande medida dos ajustamentos tarifários realizados e de melhorias implementadas na subscrição e gestão de sinistros.

Por outro lado, o ramo Automóvel, fruto do aumento de frequência de sinistros que decorre da maior circulação automóvel registou um aumento na sinistralidade e não contribuiu positivamente em 2016 para o decréscimo do rácio de sinistralidade global que o Grupo tem vindo a registar de forma consistente nos últimos anos.

Rácio Combinado Detalhado *



* Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

ii. Performance Financeira

O Ativo Líquido consolidado do Grupo Fidelidade situou-se em 15.897 milhões de euros no ano 2016, o que representa um acréscimo de 5,3% face ao ano 2015.

A política de investimentos aplicada pelo Grupo Fidelidade considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

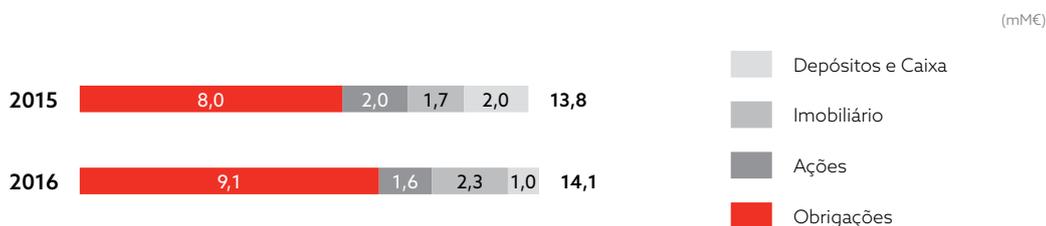
- O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- Necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

Em termos de dimensão, a carteira de investimentos da Fidelidade (incluindo Depósitos Bancários e Caixa), em contas consolidadas, ascendeu a 14,1 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de 2,4% face a 2015.

Em 2016, prosseguiu a política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de, num ambiente de reduzidas taxas de juro, maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco. Num ambiente de volatilidade nos mercados financeiros é de salientar a redução da exposição à classe de ativos Ações compensada por um reforço do peso das classes de ativos Imobiliário e Obrigações.

Globalmente verificou-se uma boa performance na área dos investimentos tendo sido atingido um investment income de 442 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,2%.

Estrutura de investimentos por classe de ativos do Grupo Fidelidade



Ao nível da distribuição geográfica o Grupo Fidelidade manteve uma diversificação adequada com exposição ao mercado Português a ser complementada pela exposição a um conjunto de outras geografias com maior potencial de crescimento económico.

Distribuição geográfica dos investimentos do Grupo Fidelidade



iii. Capital e Solvência

Os Capitais Próprios ascenderam a 2.044 milhões de euros no ano 2016, representando assim um acréscimo de cerca de 8% face ao valor registado no ano 2015.

De referir, ainda, que a Fidelidade fez uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo reforçado os seus níveis de solvência ao longo de 2016. Com efeito, à data de entrada em vigor do novo regime de Solvência, a Fidelidade registava, no seu perímetro individual, um rácio de solvência de 104,5%, tendo este rácio evidenciado um reforço ao longo do ano.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira", importa referir que a Fidelidade cumpre os requisitos de capital considerando a informação disponível nesta data.

5

PERSPETIVAS
DE EVOLUÇÃO

HÁ 200 ANOS A

INNOVATE

O FUTURO

UNIDOS POR UM

FUTURE

MAIS FORTE

A INOVAR PARA DEDICAR MAIS TEMPO ÀS PESSOAS

A dog on a ramp and a dog toy.



a. Evolução Macroeconómica

Em 2016, a economia portuguesa continuou a evidenciar alguns dos traços fundamentais que têm caracterizado a recuperação económica em curso desde 2013, apesar do ritmo de crescimento da economia ser inferior ao verificado em anteriores ciclos económicos.

Neste sentido, registou-se uma desaceleração do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6% em 2015 para 1,2% em 2016, valor inferior ao estimado pelo BCE para a área do euro (1,7%), refletindo sobretudo a contração do Investimento (-1,7%), em particular nas suas componentes pública e residencial.

Por outro lado, a taxa de desemprego evoluiu favoravelmente, ao registar um decréscimo de 1,3pp face a 2015, para 11,1%, tendo beneficiado do dinamismo de algumas atividades, nomeadamente as ligadas à área do turismo.

As projeções disponíveis para 2017 apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um maior crescimento do PIB (1,4%), refletindo um maior dinamismo do investimento (crescimento esperado de 4,4%). Por outro lado, deverá verificar-se uma moderação do consumo privado que deverá apresentar um crescimento (1,3%) ligeiramente inferior ao do PIB, decorrente do menor contributo do consumo de bens duradouros.

Relativamente à taxa de desemprego, projeta-se uma nova redução para 10,1% continuando a economia a beneficiar do dinamismo das exportações, em particular no setor do turismo.

Finalmente, embora o padrão de crescimento projetado apresente um conjunto de características que traduzem uma recuperação mais sustentada da economia portuguesa, persistem, contudo, vários constrangimentos estruturais ao crescimento, nomeadamente o elevado endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica adversa e um elevado nível de desemprego de longa duração.

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2017

O mercado segurador deve ser analisado de forma independente em dois grandes segmentos de negócio, os ramos Vida, fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida, cuja evolução está intimamente ligada à atividade económica.

Em 2016, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um decréscimo de 23%, refletindo a persistência de baixas taxas de juro (desincentivadoras da poupança de longo prazo) e a concorrência dos novos produtos de captação de poupança lançados pelo Estado.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento para 5,0% em 2016, registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2003, sendo os ramos de Doença (9,6%) e de Acidentes de Trabalho (12,2%) os principais impulsionadores destes resultados.

Para o ano de 2017 é expectável a manutenção da trajetória de diminuição da produção na área do Vida Financeiro que já caracterizou os dois anos anteriores, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a pressão da concorrência por parte dos produtos financeiros do Estado e o novo quadro regulatório em vigor que, em termos de solvência, é penalizador para este tipo de produtos.

Relativamente aos ramos Não Vida, a tendência mantém-se de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando ainda alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente, a Saúde e os Acidentes Pessoais.

A Fidelidade está consciente das mudanças sociais que a sociedade enfrenta e da necessidade de uma constante adaptação do negócio ao novo contexto onde se insere

Os ramos Não Vida deverão também beneficiar do aumento de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multiriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento e para a taxa de desemprego.

Em suma, 2017 será certamente um ano desafiante, em que se espera que a conjuntura de crescimento moderado da economia e a pressão da concorrência continuem a condicionar a evolução do segmento não Vida e em que a dimensão global dos ramos Vida, em particular devido à regressão do vida financeiro, deverá continuar a reduzir-se.

c. Principais Desafios para o Futuro

Abordados os aspetos mais relevantes do setor e da conjuntura económica na qual as seguradoras se inserem atualmente, urge entender também as principais temáticas que vão dominar o futuro.

Consciente das mudanças que surgem todos os dias no horizonte, a Fidelidade tem vindo a preparar-se para responder aos fatores externos suscetíveis de afetar o seu negócio e influenciar a sua capacidade de gerar valor, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- Envelhecimento da população;
- Novas necessidades no contexto digital;
- Alterações regulatórias;
- Incerteza nos mercados financeiros.

1. Envelhecimento da população

O **Envelhecimento** da população, de entre todos os fatores demográficos, é aquele que merece maior atenção. O aumento da esperança média de vida, conjugado com a diminuição da taxa de fertilidade, tem conduzido a uma população cada vez mais concentrada em faixas etárias com idades mais avançadas, apenas parcialmente compensado pelos fluxos migratórios.

Principais Impactos:

- Crescente envelhecimento da população, com os sistemas de proteção social a serem fortemente impactados e levando a um recuo do Estado em matéria de reforma;
- Crescente necessidade de serviços de cuidados de saúde e de assistência;
- Preocupação crescente com a canalização das poupanças para a reforma.

O setor segurador enfrenta o desafio de adaptar os respetivos modelos de negócio atendendo, por um lado, às necessidades e perfil de risco dos consumidores e, por outro lado, à potencial expansão do papel social e assistencial que tem caracterizado a atuação do setor.

O Grupo Fidelidade pretende acompanhar todo o ciclo de vida dos seus clientes, nomeadamente, desenvolvendo produtos e serviços inovadores adaptados às necessidades específicas de cada fase da sua vida.

A criação de novas soluções de seguro tecnicamente adaptadas ao mercado sénior no âmbito dos planos de saúde, o estudo detalhado das necessidades futuras em termos de assistência, long term care e reforma, o desenvolvimento de serviços com recurso a novas tecnologias, ou o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades de referência com o objetivo de desenvolver conjuntamente novas soluções, constituem algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito.

2. Novas necessidades no contexto digital

A sociedade está a evoluir para uma nova **Era Digital**, em que as tecnologias assumem papel de destaque. Surgem novas dimensões nos produtos, na transmissão e acesso à informação, modificam-se as formas de consumo.

O setor segurador identifica uma evolução significativa e potencialmente disruptiva nas necessidades de proteção, nos comportamentos de compra e no relacionamento com os clientes.

Principais Impactos:

- Procura de novas soluções de proteção;
- Processo de compra e relacionamento com os clientes caracterizado por múltiplos pontos de contacto e com recurso a novas tecnologias;
- Crescente procura de serviços personalizados e maior exigência na qualidade dos mesmos.

O setor segurador enfrenta um desafio significativo neste contexto, necessitando implementar alterações significativas nos processos de venda, de contacto com o cliente, bem como nos processos core de gestão do negócio, para se manter relevante neste novo contexto.

O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente Customer Centric, em que se potenciam as ferramentas digitais, mas em que se privilegia também a perspetiva humana é o caminho traçado pela Fidelidade.

No âmbito da sua agenda digital, a Fidelidade tem em curso um processo de transformação dos seus processos de negócio principais e do relacionamento com os clientes com recurso a novas tecnologias (móvel, analytics, internet of things,...), preservando a capacidade de articular o papel dos vários intervenientes, nomeadamente, os canais de distribuição e de serviço digitais e físicos, numa abordagem verdadeiramente omnicanal, procurando satisfazer as necessidades das várias gerações de consumidores ao longo do ciclo de utilização dos seus produtos e serviços.

A Fidelidade acredita que o desenvolvimento tecnológico é crucial na constante procura de novas soluções para os clientes e na transformação dos processos de negócio

A Fidelidade rege-se pelo cumprimento de todas as suas exigências regulamentares e encontra-se, em particular, alinhada com os requisitos necessários no âmbito do Solvência II

3. Alterações Regulatórias

A regulação da indústria seguradora tem sido desde sempre um fator muito relevante no desenvolvimento do negócio nas suas várias vertentes.

Em particular, o setor segurador está atualmente a adaptar-se às diretrizes de novas diretivas Europeias, com destaque para o **Solvência II**, aplicada a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e que trouxe mudanças significativas para os operadores presentes no mercado.

Principais Impactos:

- Necessidade de considerar de forma estratégica os potenciais impactos em capital nas decisões de desenvolvimento do negócio;
- Alteração significativa nas formas de gestão das carteiras de investimentos, por forma a obter um equilíbrio adequado entre retorno e necessidades de capital;
- Maior relevância dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

A adaptação e aplicação eficaz do regime Solvência II e das demais diretivas devem continuar a ser uma prioridade para o setor segurador.

A Fidelidade fez uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo preparado e implementado antecipadamente as alterações em termos de processos de gestão, capital e mecanismos de controlo interno, necessárias ao cumprimento dos novos requisitos impostos pela nova diretiva Solvência II, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

4. Incerteza nos Mercados Financeiros

O cenário macroeconómico e de incerteza política que caracteriza atualmente a área do Euro, as frágeis perspetivas de crescimento económico e a volatilidade dos mercados financeiros mundiais constituem uma fonte de riscos ao qual o setor segurador não é alheio.

De entre as variáveis macroeconómicas mais importantes para as seguradoras, são de destacar as taxas de juro. A persistência de baixas **taxas de juro** impacta de forma significativa a rentabilidade dos investimentos, em especial no ramo Vida, altamente penalizado pelo enquadramento atual.

Principais Impactos:

- Menor atratividade das rentabilidades oferecidas nos produtos financeiros;
- Redução transversal das margens e dos resultados financeiros do setor;
- Impactos na posição de solvência das companhias.

O meio envolvente em que têm vindo a operar as seguradoras e a incerteza subjacente em múltiplas variáveis de cariz macroeconómico e político, representam um desafio significativo à rentabilidade e estabilidade financeira, obrigando as seguradoras a ajustarem o respetivo modelo de negócio.

Neste âmbito, a Fidelidade tem levado a cabo um esforço de análise prospetiva, por forma a avaliar a sustentabilidade das suas estratégias de negócio e de investimento no âmbito das exigências macroeconómicas em que vivemos.

Na conjuntura atual, de um expectável prolongamento do cenário de baixas taxas de juro e de fortes volatilidades nos mercados financeiros, e conjugando também os novos requisitos impostos pela diretiva Solvência II, a Fidelidade procedeu às alterações consideradas necessárias no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de produtos, e às políticas de gestão de investimentos e de gestão do risco, por forma a poder minimizar de forma prudente os eventuais impactos negativos que possam decorrer do atual contexto macroeconómico.

Consciente dos desafios macroeconómicos e da volatilidade nos mercados financeiros, a Fidelidade tem adotado uma atitude proativa, antecipando sempre que possível as estratégias mais adequadas para fazer face às incertezas atuais

d. Posicionamento do Grupo Fidelidade no Futuro

Nos últimos anos, o Grupo Fidelidade prosseguiu a sua estratégia com um balanço globalmente muito positivo, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. A Fidelidade iniciou em 2014 um programa de ação estratégica em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2017 deverá ser, para o Grupo Fidelidade, um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital, deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável do Grupo Fidelidade.

A Fidelidade reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. A Fidelidade tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares à Fidelidade, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçado nas fortes competências que tem em Portugal, o Grupo Fidelidade pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. O Grupo Fidelidade, suportado no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa está confiante no sucesso!

6

**EMPRESAS INTEGRADAS
NO GRUPO FIDELIDADE**



[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]



[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

O Grupo Fidelidade opera no mercado nacional diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros). Adicionalmente, para além das sucursais, o Grupo Fidelidade está também presente no mercado internacional através de empresas seguradoras participadas (nomeadamente, a Universal Seguros, a Garantia e a Fidelidade Macau).

Por fim, o Grupo Fidelidade integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

Neste âmbito, importa proceder a uma breve apresentação destas empresas (não exaustiva), que permita um enquadramento geral, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos mais relevantes do ano 2016, principais indicadores e prioridades para 2017.

FIDELIDADE

Volume de Negócios = 3.601M€

Número de Pessoas = 2.607

Ativo Líquido = 14,7mM€

A Fidelidade é a maior Companhia de Seguros do mercado nacional com forte presença nos ramos Vida e Não Vida, e a cabeça do grupo segurador Fidelidade. A Fidelidade é a grande referência do setor segurador nacional, com uma oferta de produtos e serviços abrangente, disponibilizada através da maior rede de distribuição nacional. Tem também presença a nível internacional através de sucursais em geografias como Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

O ano de 2016 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Reforço da sua presença no mercado nacional, com ganhos de quota de mercado nas principais linhas de negócio;
- Manutenção da tendência de crescimento internacional;
- Reforço da oferta de produtos e na melhoria da qualidade de serviço ao cliente;
- Consolidação e reforço das atuais redes de distribuição multicanal;
- Aposta na digitalização, com impacto na transformação gradual dos processos de negócio e do relacionamento com os clientes numa ótica omnicanal.

Em 2017, a Fidelidade irá manter a sua estratégia de consolidação da posição no mercado português, prosseguindo a aposta na transformação digital do negócio e reforçar o esforço de crescimento internacional através da dinamização das suas operações nos mercados em que já está presente e da avaliação de novas oportunidades de entrada em mercados com forte potencial de crescimento.

VIA DIRECTA

Volume de Negócios = 45,5M€

Número de Pessoas = 84

Ativo Líquido = 72,9M€

A Via Directa - Companhia de Seguros S.A., é a seguradora do grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através da internet, prestando aos seus clientes um serviço de excelência, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias.

É atualmente a seguradora líder no segmento das seguradoras especializadas nos canais remotos (internet e telefone).

Na qualidade de gestora da marca OK! Teleseguros, o ano de 2016 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Desenvolvimento do Programa Good Idea, que tem como foco um conjunto de projetos de inovação em diferentes vertentes de atuação (lançamento de novos produtos, abordagens comerciais distintas, melhorias na qualidade de serviço);
- Renovação da Certificação do Bureau Veritas Certification no âmbito dos produtos Automóvel, Multirriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2008;
- Lançamento da nova APP de Clientes por parte da OK!teleseguros;
- Desenvolvimento do cartão de saúde digital.

Em 2017, a Via Directa irá prosseguir a sua estratégia atual de reforço da posição atual no mercado, com especial enfoque na implementação dos projetos de inovação previstos no âmbito do Programa Good Idea.

COMPANHIA PORTUGUESA DE RESSEGUROS

Volume de Negócios = 2,2M€

Ativo Líquido = 15,7M€

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida em Portugal bem como no estrangeiro. Para além da gestão do portfolio existente, a empresa tem vindo a aproveitar algumas oportunidades de novo negócio que decorrem em grande medida da sua inclusão no âmbito do Grupo segurador Fidelidade.

O ano de 2016 ficou marcado pelo reforço do posicionamento da Companhia como resseguradora do Grupo, com especial enfoque na área internacional, com a subscrição dos seguintes tratados:

- Retenção com a Fidelidade Espanha nomeadamente em Acidentes Pessoais, Responsabilidades e Automóvel;
- Stop Loss com a Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. (sucursal Não Vida), com sede em Maputo, República de Moçambique, para o ramo Saúde.

Para 2017 perspetiva-se o aprofundamento das sinergias proporcionadas pelo seu enquadramento acionista, em particular na vertente de internacionalização do negócio.

UNIVERSAL SEGUROS

Volume de Negócios = 63,7M€

Número de Pessoas = 186

Ativo Líquido = 99,7M€

Desde 2011 que a Fidelidade marca presença em Angola através da seguradora angolana Universal Seguros, na qual detém uma participação maioritária no capital social. A Universal Seguros tem participado ativamente no desenvolvimento da economia angolana, através da oferta global de produtos de seguros, e procurando diferenciar-se pelas suas capacidades técnicas e nível de serviço.

Dotada de uma estrutura ágil e moderna no contexto do mercado segurador angolano, e apoiando-se nas sinergias com os seus acionistas, a Universal tem vindo a crescer de forma significativa e rentável, sustentando-se em fortes capacidades operacionais e elevado rigor na análise e gestão dos riscos.

A Universal Seguros tem vindo a consolidar a sua posição de referência no mercado através da afirmação da sua marca, da construção de uma gama cada vez mais completa de produtos para empresas e particulares, e do desenvolvimento de novos canais de distribuição.

O ano de 2016 foi um ano importante no reforço deste posicionamento, destacando-se o seguinte:

- Consolidação das parcerias com a banca na distribuição de seguros e a abertura de novas lojas de mediação e agências na província de Luanda e de Benguela e uma representação no Lubango;
- Desenvolvimento de uma abordagem específica para os clientes chineses (particulares e empresas) presentes em Angola, com a abertura de uma agência em Luanda e de uma loja de mediação no Huambo, ambas com data de abertura até ao final do primeiro trimestre de 2017.

Para o ano de 2017 a Universal tem por objetivo prosseguir a sua estratégia de desenvolvimento do negócio em Angola, mantendo a tendência de crescimento de anos anteriores. A empresa prevê ainda proceder a uma atualização da sua imagem e marca e lançar a marca Multicare para os seguros da área de saúde.

FIDELIDADE (MACAU)

Volume de Negócios = 13,8M€

Número de Pessoas = 28

Ativo Líquido = 62,6M€

A Fidelidade decidiu em 2015 reforçar a sua presença em Macau através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A., iniciou a sua operação em 1 de outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal Não Vida da Fidelidade neste território, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau tem como objetivo a exploração do segmento Não Vida em Macau, assegurando a disponibilização de uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas, específica para as necessidades deste mercado.

Em 2016, a Fidelidade Macau apostou numa estratégia multicanal de distribuição de produtos, alcançando uma quota de mercado de 6%.

Para 2017, as principais linhas de orientação estratégica passam pelo reforço da parceria com o BNU, na eficiência operacional e na prestação de um serviço de qualidade acrescida e de proximidade juntos dos seus clientes.

GARANTIA SEGUROS

Volume de Negócios = 12,1M€

Número de Pessoas = 100

Ativo Líquido = 26,3M€

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. é líder no mercado segurador cabo-verdiano e, há 6 anos consecutivo, é distinguida como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

A empresa está direcionada para a exploração dos ramos Vida e Não Vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais e tem desenvolvido uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, respondendo de forma mais eficaz às necessidades do mercado cabo-verdiano.

Em 2016, destacam-se como principais marcos:

- Celebração do 25º aniversário da Garantia;
- Mudança de identidade visual, aproximando-se da imagem da Fidelidade, o que lhe tem dado maior visibilidade internacional e ajudado na consolidação do segmento “Emigrantes”.

Em 2017 a Garantia continuará a apostar na qualidade e inovação como estratégia de diferenciação face à concorrência e prevê uma maior dinamização do negócio, tendo por base um reforço dos canais de distribuição, a reformulação da oferta de produtos na área Automóvel e Multirriscos e o lançamento do novo seguro de saúde, inédito no mercado cabo-verdiano.

FIDELIDADE CAR SERVICE

Volume de Negócios = 5,9M€

Número de Pessoas = 25

Ativo Líquido = 5,9M€

A Fidelidade Car Service (FCS) é a marca sob a qual a CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. desenvolve a atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis.

No ano de 2016 destacam-se as seguintes atividades:

- Remodelação da oficina dos Olivais, incluindo a criação de uma nova área de serviços rápidos de colisão e repintura automóvel, que permite reparar os pequenos danos de uma forma mais eficiente e eficaz;
- Lançamento de um serviço inovador através de uma plataforma WEB acessível por e-mail ou smartphone que permite aos clientes efetuarem o acompanhamento da reparação da sua viatura, desde o primeiro contacto efetuado pelo perito, para marcação da peritagem, até à entrega da viatura reparada.

Em 2017 a FCS prevê continuar a aumentar a sua atividade, melhorando a taxa de utilização da capacidade instalada nas suas três unidades, e consolidar os processos de negócio no sentido de melhorar a satisfação dos clientes.

GEP

Volume de Negócios = 21,1M€

Número de Pessoas = 58

Ativo Líquido = 4,1M€

A GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras da Fidelidade.

Em 2016, registaram-se como acontecimentos mais relevantes os seguintes:

- Renovação da Certificação da qualidade ISO 9001;
- Melhoria de ferramentas informáticas, tais como a Gep Expert, GePoP e a SCAPA;
- Lançamento de nova plataforma web: Gep Contact.

Para o ano de 2017, para além da continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores na área digital, a GEP irá prosseguir o investimento na inovação e na internacionalização dos seus serviços, nomeadamente nos mercados emergentes de África, tendo como objetivo principal a prestação de serviços às seguradoras do grupo que aí operam.

FIDELIDADE PROPERTY

Volume de Negócios = 124,8M€

Número de Pessoas = 62

Ativo Líquido = 1,3 mM€

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International são as empresas do Grupo que têm como objetivo a gestão de imobiliário, área que tem vindo a ganhar peso no portfolio de investimentos da área seguradora.

Estas empresas têm vindo, nos últimos anos, a realizar um conjunto de novos investimentos relevantes na área imobiliária, quer em Portugal quer em localizações de referência no mundo (Londres, Nova Iorque, Tóquio, Sidney e Milão), reforçando o posicionamento do Grupo enquanto investidor de referência nesta área em Portugal e no estrangeiro.

O ano de 2016 foi um ano de grande relevância para estas empresas, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- Prossecução da política de otimização do atual parque imobiliário em Portugal;
- Reforço do portfolio internacional com aquisições no Reino Unido e no Japão;
- Continuação dos atuais projetos em curso de reabilitação urbana em Lisboa;
- Reforço da estrutura e das competências internas para fazer face aos novos desafios;

Em 2017, estas empresas deverão prosseguir a sua estratégia atual de otimização do portfólio atual e de desenvolvimento de novos projetos com um perfil adequado de retorno e de risco, contribuindo de forma decisiva para a rentabilidade e solidez do portfólio de investimentos das seguradoras do grupo.

SAFEMODE

Volume de Negócios = 1,8M€

Número de Pessoas = 33

Ativo Líquido = 855,3 mil €

A Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. desenvolve e presta serviços de Análise de Risco, de Segurança e Saúde no trabalho, bem como de Medicina no trabalho.

Em 2016, a Safemode, no âmbito do Grupo Fidelidade, continuou a apoiar o negócio segurador no âmbito da análise de risco e da medicina no trabalho, tendo introduzido algumas inovações, como sejam as análises de risco remotas.

Em 2017 a empresa deverá prosseguir a sua aposta na inovação em termos de análise de risco para os vários ramos e no desenvolvimento do negócio de Medicina no trabalho, contribuindo de forma decisiva para a competitividade da Fidelidade nas várias linhas de negócio.

LUZ SAÚDE

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando os seus serviços através de 20 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), duas clínicas de cuidados continuados, sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

O ano de 2016 foi um ano de grande relevância para a Luz Saúde, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- Manutenção da trajetória de crescimento de receitas, em grande medida impulsionado pela atividade no segmento de cuidados de saúde privados;
- Concretização da aquisição do Hospital Privado de Guimarães (atualmente Hospital Luz Saúde Guimarães) e da clínica Clihotel de Gaia, que possibilitaram o alargamento da oferta em cerca de 200 camas para um total de 1.395 camas;
- Reforço de sinergias com o negócio segurador da Fidelidade, através do aumento de volumes de negócio na área da saúde e dos acidentes de trabalho nas unidades existentes, e com a abertura no Porto de uma unidade específica da Fidelidade para apoio a sinistrados de acidentes de trabalho;
- Investimento significativo na expansão de unidades existentes na zona de Lisboa, com o início dos processos de construção das novas áreas de expansão do Hospital da Luz Lisboa e do Hospital da Luz Oeiras, com vista ao aumento da capacidade instalada e alargamento do portfólio de serviços prestados;
- Adicionalmente, na zona norte do país, o Grupo procedeu ainda à expansão do Hospital da Luz Arrábida e à aquisição de um terreno em Vila Real, com o objetivo de reforçar a presença nesta área.

Em 2017, a Luz Saúde irá manter o enfoque em alavancar a elevada procura que se verifica pelos seus serviços no segmento privado de cuidados de saúde, continuando a melhorar a utilização da capacidade nas unidades atuais e, em consequência, a rentabilidade global. Em paralelo, continuará também a desenvolver os projetos de expansão já referidos, procurando reforçar a capacidade instalada.

GESTÃO DE RISCOS

7





i. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Aguarda-se a publicação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de um conjunto de normas destinadas a completar as necessidades regulamentares resultantes daquela transposição.

As alterações introduzidas por este novo regime foram significativas e abrangentes, quer ao nível da avaliação e gestão dos riscos, quer ao nível do sistema de governação, quer ainda ao nível das exigências de reporte.

No contexto da fase de preparação para a sua aplicação, que decorreu desde 1 de janeiro de 2014 foi desenvolvido um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, foi sempre entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, em que a Fidelidade se insere.

Assim, relativamente ao sistema de governação, o Grupo possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

As funções-chave estabelecidas no âmbito deste sistema encontram-se atribuídas aos seguintes órgãos da Fidelidade: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comitês de Produtos, Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte previstas no novo regime de solvência, a Companhia, no âmbito da informação de abertura, com data de referência a 1 de janeiro de 2016, remeteu a informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates - QRT), bem como a respetiva informação qualitativa, as quais foram sujeitas a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável, nos termos da regulamentação emitida pela ASF.

Também durante o ano de 2016 foi iniciado o reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Em relação à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), foi efetuado o respetivo exercício anual, tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão.

Finalmente, e ainda no contexto do primeiro exercício sob o regime Solvência II, foi também reportado à ASF informação atualizada relativamente ao seu sistema de governação.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam o Grupo Fidelidade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

ii. Gestão de riscos financeiros e contabilidade de cobertura

O Grupo Fidelidade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo Fidelidade a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, o Grupo Fidelidade prepara a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS 39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

O Grupo Fidelidade começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

08

**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**





Os mais de 200 anos de experiência na proteção das famílias e das empresas sustentam a credibilidade do Grupo Fidelidade, que tem provado e comprovado a sua solidez ao estar sempre presente quando as pessoas mais precisam.

Para as seguradoras do Grupo Fidelidade, a Responsabilidade Social assenta, antes de mais, no desenvolvimento de produtos e soluções que, para além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de amplo interesse social e a situações que podem provocar grandes desigualdades.

Assim, no âmbito dos nossos produtos e serviços apostamos na melhoria das coberturas e na prevenção. Neste objetivo incluem-se, por exemplo, a criação de soluções mais abrangentes no âmbito do seguro automóvel e de acidentes pessoais, as iniciativas recentes de check-ups gratuitos para os segurados da Multicare ou a colaboração entre a Fidelidade e a Luz Saúde no rastreio precoce do cancro.

Por outro lado, no dia-a-dia, através do programa Wecare enquadrámos todas as atividades que desenvolvemos no âmbito da assistência aos sinistrados e que vão muito para além das nossas obrigações contratuais. Desta forma, tentamos mitigar os danos e o sofrimento que resultam de acidentes e adversidades de que foram vítimas e promover a sua reintegração na sociedade da melhor forma possível.

Mas esta aposta decidida pela sustentabilidade no âmbito dos nossos produtos e serviços enquanto seguradores, não nos afasta do nosso papel em outras iniciativas de responsabilidade social. Assim, definimos as áreas prioritárias que, pela natureza da atividade seguradora, devem orientar a maior parte das nossas iniciativas de responsabilidade social:

- acompanhamento e reintegração de pessoas que sofreram acidentes graves;
- educação e literacia financeira;
- empreendedorismo;
- combate à pobreza e exclusão social;
- promoção da saúde e de estilos de vida mais saudáveis.

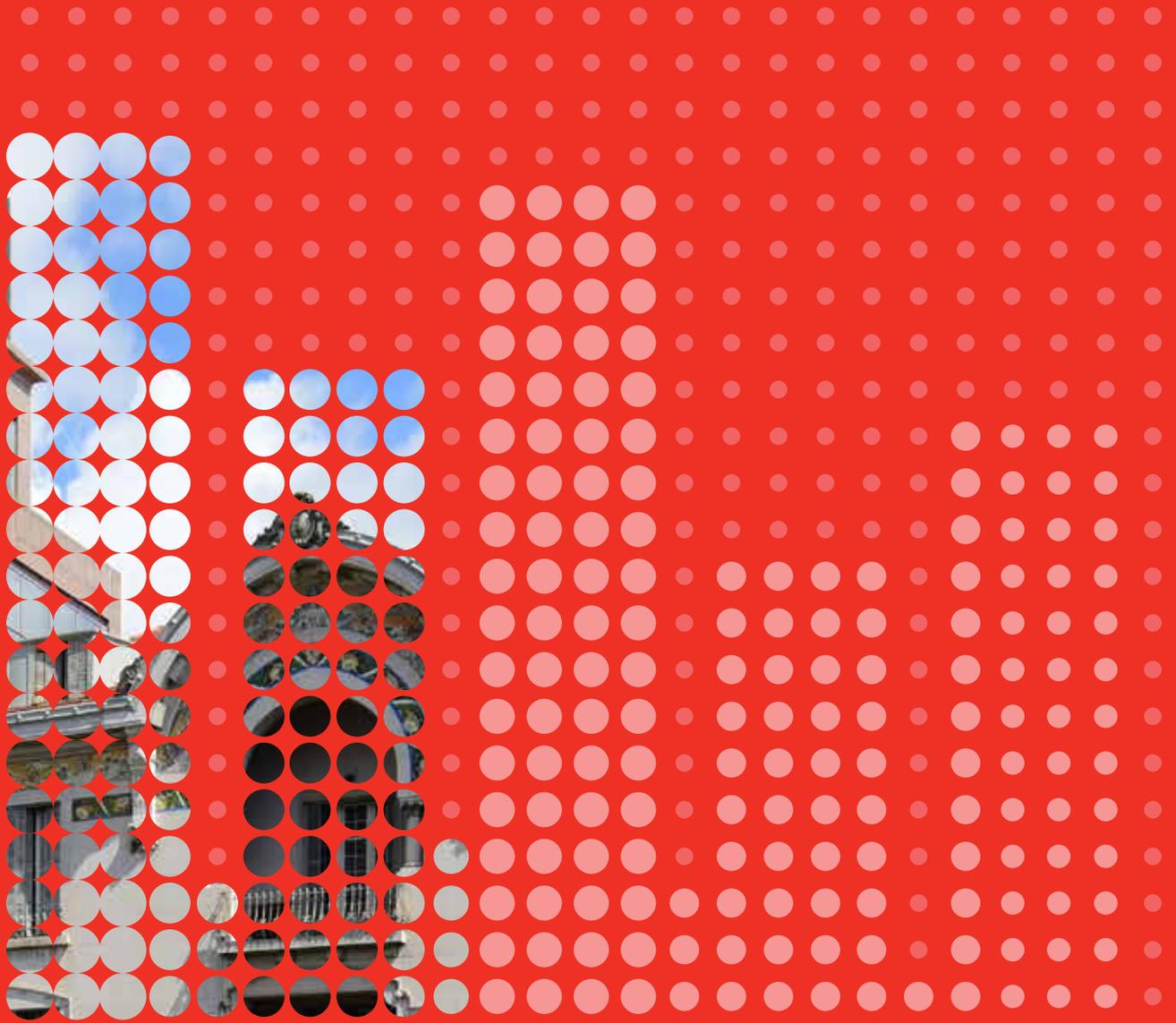
Estamos a iniciar atualmente um trabalho de reorganização dos nossos apoios: queremos maximizar o nosso impacto social e acompanhar projetos cada vez mais estruturantes e relacionados com a nossa atividade.

O desempenho das seguradoras do Grupo Fidelidade em termos de Responsabilidade Social é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado um Relatório de Sustentabilidade com periodicidade bienal e uma prestação de contas intermédia, ambos certificados por entidade externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

9





Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- Os colaboradores de todas as empresas integradas no Grupo Fidelidade que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guangchang Guo

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia

Qunbin Wang

José Manuel Alvarez Quintero

António Manuel Marques de Sousa Noronha

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Wai Lam William Mak

Lan Kang

Lingjiang Xu

Xiaodong Wu

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2016			2015
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	964 132 725	-	964 132 725	2 037 402 392
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 11	117 006 817	-	117 006 817	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 11	7 770 368	-	7 770 368	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	666 343 350	-	666 343 350	888 247 479
Derivados de cobertura	7 e 11	22 768 708	-	22 768 708	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	8 e 11	9 139 793 668	-	9 139 793 668	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	9 e 11	1 011 170 690	-	1 011 170 690	676 960 894
Depósitos junto de empresas cedentes	9	875 620	-	875 620	948 511
Outros depósitos	9	954 405 677	-	954 405 677	656 319 256
Empréstimos concedidos	9	55 859 293	-	55 859 293	19 089 659
Outros	9	30 100	-	30 100	603 468
Terrenos e edifícios	10 e 11	2 274 699 734	(88 428 229)	2 186 271 505	1 487 537 527
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	517 884 943	(88 428 229)	429 456 714	370 690 500
Terrenos e edifícios de rendimento	10	1 756 814 791	-	1 756 814 791	1 116 847 027
Outros ativos tangíveis	11 e 12	269 924 565	(219 833 208)	50 091 357	41 175 532
Inventários	13	10 623 013	(64 553)	10 558 460	8 771 247
Goodwill	14	379 461 136	-	379 461 136	361 819 107
Outros ativos intangíveis	15	74 134 640	(55 464 322)	18 670 318	19 839 845
Provisões técnicas de resseguro cedido		270 563 232	-	270 563 232	252 430 428
Provisão para prémios não adquiridos	16	71 716 464	-	71 716 464	70 026 732
Provisão matemática do ramo vida	16	11 256 504	-	11 256 504	12 439 196
Provisão para sinistros	16	187 590 264	-	187 590 264	169 964 500
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	8 739 168	-	8 739 168	14 038 385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		552 595 702	(59 363 531)	493 232 171	274 491 452
Contas a receber por operações de seguro direto	17	215 761 825	(27 682 953)	188 078 872	154 576 771
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	21 653 177	(6 665 093)	14 988 084	13 862 346
Contas a receber por outras operações	17	315 180 700	(25 015 485)	290 165 215	106 052 335
Ativos por impostos		483 448 749	-	483 448 749	272 739 725
Ativos por impostos correntes	18	59 777 007	-	59 777 007	1 145 567
Ativos por impostos diferidos	18	423 671 742	-	423 671 742	271 594 158
Acréscimos e diferimentos	19	66 920 807	-	66 920 807	72 881 254
TOTAL ATIVO		16 320 097 072	(423 153 843)	15 896 943 229	15 092 905 039

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
PASSIVO			
Provisões técnicas		3 839 559 113	3 838 185 255
Provisão para prémios não adquiridos	20	291 823 685	278 826 184
Provisão matemática do ramo vida	20	1 648 505 455	1 632 994 332
Provisão para sinistros		1 728 447 610	1 743 286 027
De vida	20	121 052 056	124 623 114
De acidentes de trabalho	20	795 656 958	788 880 289
De outros ramos	20	811 738 596	829 782 624
Provisão para participação nos resultados	20	68 711 825	68 765 439
Provisão para compromissos de taxa	20	7 025 239	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	20	21 750 883	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	20	24 056 289	22 471 715
Provisão para riscos em curso	20	49 238 127	60 942 866
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21	8 293 190 335	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	22	15 072 639	18 448 784
Outros passivos financeiros		721 794 785	468 589 853
Derivados de cobertura	7 e 22	13 469 282	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	22	117 145 067	108 263 151
Empréstimos	22	562 887 131	334 622 872
Outros	22	28 293 305	21 297 468
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	73 618	92 878
Outros credores por operações de seguros e outras operações		342 062 910	210 644 405
Contas a pagar por operações de seguro direto	23	105 981 598	94 953 090
Contas a pagar por outras operações de resseguro	23	38 702 926	47 450 950
Contas a pagar por outras operações	23	197 378 386	68 240 365
Passivos por impostos		297 604 888	211 771 974
Passivos por impostos correntes	18	42 720 789	64 777 790
Passivos por impostos diferidos	18	254 884 099	146 994 184
Acréscimos e diferimentos	24	158 333 825	157 224 869
Outras Provisões	25	140 042 113	187 172 922
TOTAL PASSIVO		13 807 734 226	13 167 774 170
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	26	381 150 000	381 150 000
(Ações Próprias)	26	(148 960)	(148 960)
Outros instrumentos de capital	26	521 530 515	521 530 515
Reservas de reavaliação		185 944 833	249 259 219
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	27	23 227 109	92 559 711
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	27	106 470 627	72 992 202
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	27	(4 092 767)	(216 027)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	27	43 109 385	-
De diferenças de câmbio	27	17 230 479	83 923 333
Reserva por impostos diferidos	27	(18 386 326)	(45 501 996)
Outras reservas	27	523 982 139	357 677 740
Resultados transitados	27	239 018 070	141 113 706
Resultado do exercício	27	211 108 365	286 286 890
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2 044 198 636	1 891 367 114
Interesses não controlados	28	45 010 367	33 763 755
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		2 089 209 003	1 925 130 869
TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		15 896 943 229	15 092 905 039

Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016				2015
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		320 975 994	817 365 588	-	1 138 341 582	1 052 407 584
Prémios brutos emitidos	29	335 640 762	1 274 225 168	-	1 609 865 930	1 469 711 947
Prémios de resseguro cedido	29	(14 908 483)	(441 553 909)	-	(456 462 392)	(404 380 975)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	20 e 29	229 622	(18 212 375)	-	(17 982 753)	(10 208 580)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	16 e 29	14 093	2 906 704	-	2 920 797	(2 714 809)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30	2 551 811	-	-	2 551 811	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(257 090 632)	(571 811 926)	-	(828 902 558)	(826 186 316)
Montantes pagos		(260 299 339)	(606 453 311)	-	(866 752 650)	(844 320 922)
Montantes brutos	31 e 32	(268 902 357)	(851 527 113)	-	(1 120 429 470)	(1 047 905 729)
Parte dos resseguradores	31	8 603 018	245 073 802	-	253 676 820	203 584 807
Provisão para sinistros (variação)		3 208 707	34 641 385	-	37 850 092	18 134 605
Montante bruto	31	3 569 348	17 226 685	-	20 796 033	(437 355)
Parte dos resseguradores	31	(360 641)	17 414 700	-	17 054 059	18 571 959
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	31	2 122 570	10 131 088	-	12 253 658	(2 593 277)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(4 306 026)	-	-	(4 306 026)	47 467 573
Montante bruto	20 e 31	(3 148 319)	-	-	(3 148 319)	45 479 789
Parte dos resseguradores	31	(1 157 707)	-	-	(1 157 707)	1 987 784
Participação nos resultados, líquida de resseguro	20 e 31	(9 629 810)	(29 783)	-	(9 659 593)	(41 506 608)
Custos e gastos de exploração líquidos		(87 361 664)	(251 607 623)	-	(338 969 287)	(342 957 895)
Custos de aquisição	32	(69 174 911)	(248 114 360)	-	(317 289 271)	(303 974 542)
Custos de aquisição diferidos (variação)	20	61 720	1 203 975	-	1 265 695	150 019
Gastos administrativos	32	(20 687 594)	(76 145 910)	-	(96 833 504)	(92 155 148)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	32	2 439 121	71 448 672	-	73 887 793	53 021 776
Rendimentos		259 006 015	59 198 734	74 353 091	392 557 840	427 787 248
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	35	237 559 319	39 044 380	1 419 610	278 023 309	345 691 860
Outros	35	21 446 696	20 154 354	72 933 481	114 534 531	82 095 388
Gastos financeiros		(3 421 847)	(10 529 737)	(21 168 065)	(35 119 649)	(26 693 081)
De outros	32 e 36	(3 421 847)	(10 529 737)	(21 168 065)	(35 119 649)	(26 693 081)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		7 966 932	48 417 664	6 315 259	62 699 855	165 614 784
De ativos disponíveis para venda	37	156 762 514	48 417 664	6 315 259	211 495 437	354 480 640
De empréstimos e contas a receber	37	(83 484)	-	-	(83 484)	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	21 e 37	(148 712 098)	-	-	(148 712 098)	(187 551 641)
De outros	37	-	-	-	-	(1 314 215)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(47 759 786)	(29 560 882)	(4 023 113)	(81 343 781)	(17 032 257)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	38	(55 502 876)	(17 383 395)	(4 034 010)	(76 920 281)	(37 314 963)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	38	7 450 543	(7 233 245)	10 897	228 195	16 847 908
De outros	38	292 547	(4 944 242)	-	(4 651 695)	3 434 798
Diferenças de câmbio	39	27 516 275	11 300 238	2 345 209	41 161 722	44 323 812
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	40	-	12 416 743	66 704 126	79 120 869	50 606 576
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(142 207 206)	(41 651 496)	2 983 553	(180 875 149)	(184 890 004)
De ativos disponíveis para venda	41	(142 196 609)	(39 374 407)	(4 148 177)	(185 719 193)	(223 534 530)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	41	(10 597)	(5 519)	215 767	199 651	496 540
De outros	41	-	(2 271 570)	6 915 963	4 644 393	38 147 985
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	42	523 754	932 093	-	1 455 847	1 792 636
Outros rendimentos/gastos	43	-	-	9 844 480	9 844 480	20 170 991
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	24 815 820	24 815 820	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	44	-	-	(6 263 473)	(6 263 473)	1 914 116
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		68 886 380	54 570 701	155 906 887	279 363 968	372 532 046
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(98 232 406)	(98 232 406)	(124 684 026)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	31 620 428	31 620 428	38 260 439
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		68 886 380	54 570 701	89 294 909	212 751 990	286 108 459
Interesses não controlados	28	-	-	(1 643 625)	(1 643 625)	178 431
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27	68 886 380	54 570 701	87 651 284	211 108 365	286 286 890

Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada nos Exercícios de 2016 e 2015

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	
					Prêmios de emissão	Outras reservas
Saldos em 31 de dezembro de 2014	381 150 000	534 068 657	(120 303 229)	106 403 438	115 103 280	(2 782 584)
Aplicação do resultado	-	-	-	15 080 369	-	125 209 445
Prestações suplementares	521 530 515	-	-	-	-	-
Ações próprias	(148 960)	-	-	148 960	-	(148 960)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(307 205 216)	72 895 012	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(216 027)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	19 552 734	-	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	3 060 989	114 686	-	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(1 918)	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	1 791 535	-	-	(4 925 528)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(69 071)	-	1 267 617
Outros	-	-	-	-	-	2 390 774
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	902 531 555	249 259 219	(45 501 996)	121 563 696	115 103 280	121 010 764
Aplicação do resultado	-	-	-	17 800 154	-	162 427 030
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(79 899 153)	22 370 531	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(3 876 740)	859 481	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	43 109 385	(9 406 249)	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	(56 126 303)	4 365 070	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	33 478 425	(2 067 698)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	3 128 922	-	-	(10 975 156)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(45 616)	-	(2 169 468)
Outros	-	-	7 865 613	-	-	(732 545)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	902 531 555	185 944 833	(18 386 326)	139 318 234	115 103 280	269 560 625

(continuação)

(valores em euros)

	Resultados transitados	Resultado do exercício	sub-total	Interesses não controlados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	104 680 449	178 232 205	1 296 552 216	41 652 831	1 338 205 047
Aplicação do resultado	37 942 391	(178 232 205)	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	521 530 515	-	521 530 515
Ações próprias	-	-	(148 960)	-	(148 960)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(234 310 204)	-	(234 310 204)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	(216 027)	-	(216 027)
Diferenças de câmbio	-	-	19 552 734	-	19 552 734
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	3 175 675	-	3 175 675
Alienação de imóveis de uso próprio	1 918	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(3 133 993)	-	(3 133 993)
Reconhecimento de interesses minoritários	748 287	-	1 946 833	(7 889 076)	(5 942 243)
Outros	(2 259 339)	-	131 435	-	131 435
Resultado líquido do exercício	-	286 286 890	286 286 890	-	286 286 890
Saldos em 31 de dezembro de 2015	141 113 706	286 286 890	1 891 367 114	33 763 755	1 925 130 869
Aplicação do resultado	106 059 706	(286 286 890)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(57 528 622)	-	(57 528 622)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	(3 017 259)	-	(3 017 259)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	33 703 136	-	33 703 136
Diferenças de câmbio	-	-	(51 761 233)	-	(51 761 233)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	31 410 727	-	31 410 727
Desvios atuariais	-	-	(7 846 234)	11 246 612	3 400 378
Reconhecimento de interesses minoritários	225 690	-	(1 989 394)	-	(1 989 394)
Outros	(8 381 032)	-	(1 247 964)	-	(1 247 964)
Resultado líquido do exercício	-	211 108 365	211 108 365	-	211 108 365
Saldos em 31 de dezembro de 2016	239 018 070	211 108 365	2 044 198 636	45 010 367	2 089 209 003

Demonstração do Rendimento Integral Consolidada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	211 108 365	286 286 890
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	(63 553 534)	(227 115 157)
Imparidade	150 714 731	205 874 418
Alienação	(153 902 380)	(388 874 791)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	(2 591 419)	68 709 466
Diferenças cambiais		
Valor bruto	(10 804 340)	34 535 558
Participação dos segurados - produtos vida com participação	237 787	(334 710)
Imposto diferido	21 441 406	66 508 853
Imposto corrente - produtos vida com participação	929 125	6 386 159
Justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
Valor bruto	(3 876 740)	(216 027)
Imposto diferido	859 481	-
Justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
Valor bruto	43 109 385	-
Imposto diferido	(9 406 249)	-
Varição em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras		
Valor bruto	(56 126 301)	19 552 734
Imposto diferido	4 365 070	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	33 478 425	3 060 989
Imposto diferido	(2 067 698)	114 686
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(8 812 551)	(4 107 208)
Benefícios de saúde	(2 162 605)	(818 320)
Imposto corrente	2 246 746	1 440 504
Imposto diferido	882 176	351 031
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(55 039 485)	(214 931 815)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	156 068 880	71 355 075

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	1 153 403 538	1 065 330 972
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(727 375 229)	(771 623 830)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(118 674 715)	(129 084 585)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(5 535 233)	(38 938 716)
Pagamentos a fornecedores	(177 081 576)	(104 999 717)
Pagamentos a empregados	(169 101 968)	(156 856 032)
Contribuições para fundos de pensões	(18 421 934)	(17 785 176)
Outros	(22 661 942)	(12 402 531)
	(85 449 059)	(166 359 615)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(35 115 742)	(13 354 139)
Devedores por outras operações	(183 658 526)	17 864 786
Outros ativos	(58 632 561)	(776 216)
	(277 406 829)	3 734 431
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	72 231 424	196 279 938
Depósitos recebidos de resseguradores	6 494 722	(2 323 648)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	2 280 484	27 980 216
Credores por outras operações	123 354 083	11 258 745
Outros passivos	79 594 988	(15 920 805)
	283 955 701	217 274 446
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(78 900 187)	54 649 262
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(195 930 790)	(96 752 896)
Caixa líquida das atividades operacionais	(274 830 977)	(42 103 634)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	395 478 987	291 396 586
Ativos disponíveis para venda	2 996 431 964	5 375 655 913
Empréstimos e contas a receber	6 787 669 650	5 371 137 728
Propriedades de investimento	226 764 043	-
Ativos tangíveis e intangíveis	866 527	18 128 035
Rendimentos de ativos financeiros	267 866 021	378 245 059
Outros recebimentos	228 043 194	6 879 863
	10 903 120 387	11 441 443 184
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(151 805 476)	(332 807 468)
Ativos disponíveis para venda	(3 526 827 624)	(4 827 040 988)
Empréstimos e contas a receber	(7 106 451 895)	(4 660 583 424)
Propriedades de investimento	(865 846 841)	(12 081 701)
Ativos tangíveis e intangíveis	(79 195 733)	(19 005 816)
Outros	(149 739 109)	(446 489 907)
	(11 879 866 678)	(10 298 009 304)
Concentrações de atividades empresariais		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	122 651 347
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(47 597 865)	(73 663 761)
Caixa líquida das atividades de investimento	(1 024 344 156)	1 192 421 466
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros recebidos	2 088 676	-
Outros empréstimos obtidos	228 264 259	10 145 696
Outros juros suportados	(4 447 469)	(1 732 216)
Prestações suplementares	-	521 530 515
Ações próprias	-	(148 960)
Caixa líquida das atividades de financiamento	225 905 466	529 795 035
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1 073 269 667)	1 680 112 867
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 037 402 392	357 289 525
Caixa e seus equivalentes no fim do período	964 132 725	2 037 402 392

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

1. Nota Introdutória

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Sociedade"), com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz n.º 30, é uma sociedade anónima, resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, o Grupo Fidelidade, via Longrun Portugal, SGPS, S.A., passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd..

A Sociedade tem como objeto social o exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos, nos termos do respetivo estatuto que rege a sua atividade.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Sociedade dispõe de subsidiárias em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Fidelidade.

As Companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. ("CPR"), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia"), Universal Seguros, S.A. ("Universal") e Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Macau").

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da consolidação da Fidelidade e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2017. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação e princípios de consolidação

2.1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de

dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2016, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.21. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses não controlados”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e goodwill

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 - "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O goodwill é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 - "Imparidade de ativos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o goodwill era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O goodwill, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo, iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (held for trading), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (Fair Value Option). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (accounting mismatch) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo Fidelidade tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), a cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e a cobertura de fluxos de caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivativos que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivativos de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 - "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

O Grupo não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso, subseqüentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.12. Locação financeira

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal, estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro, encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (Corporate Income Tax) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2016 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 Euros e inferior a 7 500 000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 000 Euros e inferior a 35 000 000 Euros e de 7% sobre o lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais do Grupo, são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras, resultantes da atividade do Grupo.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 - Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 34). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal". O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica "Outras provisões" (Nota 25).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42ª do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 - "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pró-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- **Pensões homologadas** - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- **Pensões definidas** - estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;

- **Pensões presumíveis** – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,84%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2015 e 2016, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores, a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de caráter vitalício e é composta por:

- **Provisão para assistência vitalícia declarada** - diz respeito a despesas de caráter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- **Provisão para assistência vitalícia presumível** - despesas de caráter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,84%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima, são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.18. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em "Outras contas a pagar ou a receber", de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências séniores os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à per milagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.21. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.21.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2016 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	1703/2016	01-01-2016
IFRS 11 - Acordos Conjuntos - Contabilização de Aquisições de Interesses em Acordos Conjuntos (Emendas às Normas)	2173/2015	01-01-2016
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras - Disclosure Initiative (Emendas às Normas)	2406/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis - Métodos de Depreciação Aceitáveis (Emendas às Normas)	2231/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Métodos de Contabilização Aceitáveis (Emendas às Normas)	2113/2015	01-01-2016
IAS 19 - Benefícios de Empregados (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IAS 27 - Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas às Normas)	2441/2015	01-01-2016
IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016

2.21.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que irão entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	2067/2016	01-01-2018
IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes	1905/2016	01-01-2018

2.21.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 - Ativos Regulados	01-01-2016
IFRS 16 - Locações	01-01-2019
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	01-01-2016
IAS 7 - Demonstrações de Fluxos de Caixa	01-01-2017
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento	01-01-2017

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	14 674 807 178	12 834 840 242	1 839 966 936	100 420 503	3 168 274 008
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	72 872 039	51 492 895	21 379 144	(3 792 950)	40 714 618
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 715 603	4 927 959	10 787 644	350 067	1 034 224
Universal Seguros, S.A. (b)	68,70%	99 692 896	87 600 437	12 092 459	1 859 850	80 870 354
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	56,35%	26 303 692	16 309 305	9 994 387	1 044 612	9 025 528
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	62 555 881	40 887 005	21 668 876	1 880 563	9 890 127
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	797 290 100	15 687 570	781 602 530	(2 958 151)	28 673 625
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	484 299 611	9 527 099	474 772 512	(40 025 590)	40 174 103
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste (e)	98,85%	142 521 246	23 339 811	119 181 435	10 809 608	15 085 888
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	11 467 335	83 101	11 384 234	(896 508)	1 374 371
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	93 803 520	54 521 549	39 281 971	7 274 209	14 471 293
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	249 055 731	2 198 433	246 857 298	8 743 061	16 663 984
FPI (US) 1 LLC (h)	100,00%	117 910 797	62 648 293	55 262 504	(9 362 576)	5 776
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	365 267 333	33 706 557	331 560 776	33 685 905	48 926 838
GK Kita Aoyoma Support 2 (i)	100,00%	24 366 042	25 202	24 340 840	(43 142)	3
Higashi Shinagawa Two TMK (i)	96,56%	157 989 490	22 222 003	135 767 487	18 930 493	45 105 173
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	172 261 927	26 776 116	145 485 811	6 309 791	15 875 050
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (j)	99,30%	162 803 996	23 837 004	138 966 992	(39 287)	298
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (j)	100,00%	477 084 501	330 755 816	146 328 685	(4 792 663)	14 389 358
Thomas More Square (Lux) Investments Limited (j)	100,00%	104 739 338	20 440	104 718 898	(7 180)	14 744
Godo Kaisha Moana (l)	97,00%	114 760 163	274 424	114 485 739	8 017 248	8 776 264
Godo Kaisha Praia (l)	100,00%	487 402 382	348 054 350	139 348 032	7 862 661	12 222 887
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,96%	581 579 825	364 532 653	217 047 172	16 985 152	450 759 517

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2016					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5 850 906	978 513	4 872 393	(37 078)	6 276 399
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	855 536	601 631	253 905	72 736	1 793 741
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	4 032 714	3 588 828	443 886	112 211	21 162 866
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10 508 705	40 238	10 468 467	(3 519 695)	714
FID I (HK) LIMITED (m)	100,00%	26 960 173	2 030 015	24 930 158	(3 801 405)	3 247 642
FID III (HK) LIMITED (m)	100,00%	-	9 797	(9 797)	(3 097)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (n)	80,00%	3 670	3 327	343	(758)	52 571
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (n)	80,00%	12 031	14 150	(2 119)	(3 759)	134 412

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 184,475 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 182,32425 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,81952 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 1,4596 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,48523 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 0,85618 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,82271 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 1,0541 Dólares americanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,10317 Dólares americanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 123,4000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 120,44083 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 0,85618 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,79822 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 123,4000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 120,95966 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,1751 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56263 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(n) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 74,54000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 69,82333 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	14 217 045 038	12 446 347 244	1 770 697 794	207 862 217	2 226 166 634
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	74 226 582	48 895 604	25 330 978	228 225	40 713 189
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 490 601	5 438 915	10 051 686	651 804	972 281
Universal Seguros, S.A. (b)	68,70%	92 261 904	79 465 846	12 796 058	2 443 785	54 586 023
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	24 847 676	15 057 978	9 789 698	966 867	8 091 863
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	67 177 199	48 090 710	19 086 489	679 711	2 202 858

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	375 036 950	15 933 384	359 103 566	7 278 154	17 921 581
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	351 964 581	457 133	351 507 448	(7 845 080)	4 168 172
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste (e)	98,85%	135 212 129	26 840 302	108 371 827	5 783 522	8 827 478
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	14 898 182	117 457	14 780 725	(283 643)	532 335
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	78 922 398	47 473 050	31 449 348	1 668 905	5 247 030
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	329 825 721	110 162 033	219 663 688	1 656 438	5 614 923
FPI (US) 1 LLC (h)	100,00%	80 183 261	36 885 883	43 297 378	(1 381 689)	-
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	322 038 204	24 163 333	297 874 871	5 550 271	4 168 172
GK Kita Aoyoma Support 2 (i)	100,00%	26 871 274	2 493 373	24 377 902	(47 956)	-
Higashi Shinagawa Two TMK (j)	96,56%	241 487 804	131 060 523	110 427 280	15 798 418	24 218 799
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,43%	572 986 216	337 545 619	235 440 597	19 616 035	424 189 572
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6 462 932	1 659 913	4 803 019	78 058	4 476 839
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	737 197	542 404	194 793	27 249	1 762 316
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3 275 779	2 895 650	380 129	96 909	18 832 956
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10 581 339	41 428	10 539 911	(7 350 750)	-
FID I (HK) LIMITED (j)	100,00%	136 671 034	108 658 737	28 012 297	24 087 061	-
FID III (HK) LIMITED (j)	100,00%	-	6 349	(6 349)	(3 142)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (l)	80,00%	13 684	12 093	1 591	1 196	14 691
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (l)	80,00%	23 117	20 996	2 121	1 730	26 437

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 147,83150 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 133,18254 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,6907 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,6433 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 1,48970 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,48367 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 0,73400 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,72420 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 1,08870 Dólares americanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,10455 Dólares americanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 131,07000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 133,63083 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,43760 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56221 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 49,29000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 48,86600 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2016 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.

As empresas subsidiárias, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. "Império Bonança" na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. "Fidelidade Mundial", conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 4.º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz n.º 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Universal Seguros, S.A.**, com sede em Luanda, na Rua 1.º Congresso MPLA, n.º 11, 1.º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, n.º 567, Edifício BNU, 14.º andar, Macau, foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade - Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade - Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (US) 1 LLC**, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, County New Castle, estado de Delaware, Estados Unidos da América, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede em Via Maria Teresa 11 Cap 20123, Milão, Itália, foi constituída em 2 de julho de 2015 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **GK Kita Aoyoma Support 2**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **Higashi Shinagawa Two TMK**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 1 de agosto de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **FPE (Lux) Holding S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 2 de fevereiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Investments Limited**, com sede em 31 Bruton Place, London W1J 6NN, foi constituída em 17 de setembro de 2007 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **Godó Kaisha Moana**, é um veículo especial de investimento, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014.

A **Godó Kaisha Praia**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A., Sociedade Aberta**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º 35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionados, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2016, foram os seguintes:

Durante o ano de 2016 o Grupo adquiriu ações da Luz Saúde, S.A., aumentando a participação no capital social de 98,43% em 31 de dezembro de 2015 para 98,96% no final do ano, no montante de 1 640 456 Euros.

Em 11 de março de 2016, o Grupo adquiriu 120 ações da FPE (Lux) Holdings S.à r.l., representativas de 100% do capital social pelo montante de 12 000 Libras esterlinas, equivalente a 15 640 Euros.

Em 14 de março de 2016, o Grupo adquiriu 32 252 ações da Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l., representativas de 97,44% do capital social pelo montante de 32 252 Libras esterlinas, equivalente a 42 034 Euros.

Em março de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Thomas More Square (Lux) S.à r.l., representativa de 100% do capital social pelo montante de 12 000 Libras esterlinas, equivalente a 15 640 Euros.

Em março de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Thomas More Square (Lux) Investments Limited, representativa de 100% do capital social pelo montante de 73 000 001 Libras esterlinas, equivalente a 95 141 262 Euros.

Em julho de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Godo Kaisha Moana, representativa de 96,996% do capital social pelo montante de 11 754 000 000 lenes japoneses, equivalente a 102 843 643 Euros.

Em julho de 2016, o Grupo adquiriu uma participação na Godo Kaisha Praia, representativa de 100% do capital social pelo montante de 11 983 000 000 lenes japoneses, equivalente a 104 354 263 Euros.

Em 2016 a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 426 324 631 Euros.

Em 2016 a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Internacional, S.A. prestações suplementares no montante de 163 290 654 Euros.

Em agosto de 2016, foi realizada pela Fidelidade – Property Europe, S.A. à FPE (Lux) Holdings S.à r.l., uma prestação suplementar no montante de 139 160 360 Euros.

Em 2016, a Fidelidade – Property Internacional, S.A. concedeu à FPI (UK) 1 LIMITED prestações suplementares no montante de 67 018 837 Euros.

Em 2016, foi realizada pela FPI (UK) 1 LIMITED à FPI (US) 1 LLC, uma prestação suplementar no montante de 17 833 259 Euros.

Em setembro de 2016, houve um aumento da participação no capital social do Grupo sobre a Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. em 1,86% passando de 97,44% para 99,30%.

Em setembro de 2016 a FPE (Lux) Holdings S.à r.l. concedeu à Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. uma prestação suplementar no montante de 116 778 000 Euros.

Em setembro de 2016, foi realizada pela Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. à Thomas More Square (Lux) S.à r.l., uma prestação suplementar no montante de 117 600 000 Euros.

Em dezembro de 2016, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. realizou um resgate de unidades de participação ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I no valor de 2 499 983 Euros.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes		
Sede	2 403 081	1 576 700
Delegações	1 323 859	2 132 094
	3 726 940	3 708 794
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	546 512 000	1 679 101 380
Em moeda estrangeira	413 893 785	354 592 218
	960 405 785	2 033 693 598
	964 132 725	2 037 402 392

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016		2015	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Associadas				
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	29 400	10,00%	29 400
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial				
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	33,67%	914 394	33,67%	1 646 055
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	-	25,00%	-
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	305 636	37,50%	266 664
		1 220 030		1 912 719
Empreendimentos Conjuntos				
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	115 757 387	77,00%	68 159 522
		117 006 817		70 101 641

(a) Valores de junho de 2016 e 2015, respetivamente (período contabilístico de junho de 2015 a junho de 2016 e junho de 2014 a junho de 2015).

A Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. apresenta capitais próprios negativos. Consequentemente, a participação financeira detida pelo Grupo foi reduzida a zero, tendo sido adicionalmente constituído um passivo para responsabilidades assumidas com esta participada (Nota 23).

Os dados financeiros das empresas associadas e empreendimentos conjuntos valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				Total dos proveitos
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	
Saúde						
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1 284 129	669 284	614 845	102 592	1 046 161
Outros setores						
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	3 963 903	1 248 052	2 715 851	2 630	6 495 780
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	807 400	1 102 525	(295 125)	(125 538)	120 356
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	245 201 924	94 867 660	150 334 264	(8 142 310)	212 736

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2016 (período contabilístico junho de 2015 a junho de 2016).

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2015				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	772 164	271 186	500 978	45 302	991 123
Outros setores						
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	6 904 447	2 015 566	4 888 881	2 175 660	8 763 249
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	1 123 971	1 422 267	(298 296)	(224 567)	43 917
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	180 371 544	91 852 668	88 518 876	(272)	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2015 (período contabilístico junho de 2014 a junho de 2015).

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras, assim como promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá, igualmente, explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de Companhias Seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social, exclusivo, o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do "Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures".

A **Madison 30 31 JV LLC** foi constituída em 17 de dezembro de 2014, com sede em JD Carlisle LLC, 352 Park Avenue South - 15th Floor, New York 10010, Estados Unidos da América. É classificada como um empreendimento conjunto de acordo com JV Agreement, datado de 14 de janeiro de 2015.

Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2016, foram os seguintes:

Em 2016, a FPI (US) 1 LLC concedeu à Madison 30 31 JV LLC prestações suplementares no montante de 54 730 984 Dólares americanos, correspondendo a 49 604 557 Euros.

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	-	431 342 214	431 342 214	-	487 476 907	487 476 907
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	1 365 213	1 365 213	-	1 360 017	1 360 017
De emissores estrangeiros	-	233 631 326	233 631 326	-	399 410 555	399 410 555
	-	234 996 539	234 996 539	-	400 770 572	400 770 572
Outros instrumentos financeiros						
De residentes	-	4 597	4 597	-	-	-
	-	4 597	4 597	-	-	-
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Futuros sobre divisas	7 770 368	-	7 770 368	957 920	-	957 920
	7 770 368	666 343 350	674 113 718	957 920	888 247 479	889 205 399

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 234 996 539 Euros e 400 770 572 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 14 784 742 Euros e de 52 244 943 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os investimentos afetos aos contratos Unit-Linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	49 920 465	62 366 922
De dívida pública		
De emissores nacionais	340 390 253	375 369 102
De emissores estrangeiros	12 646 763	13 285 588
De outros emissores		
De emissores nacionais	895 071	868 840
De emissores estrangeiros	10 255 555	14 658 379
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	12 029 626	14 797 953
De emissores estrangeiros	7 177 090	8 466 661
Contas a receber	(31)	(430)
Transações a liquidar	(1 972 578)	(2 336 108)
	431 342 214	487 476 907
Outros ativos		
Depósitos à ordem	41 786 452	25 762 641
Depósitos a prazo	39 851 839	59 812 090
	81 638 291	85 574 731
Total (Nota 21)	512 980 505	573 051 639

O total dos investimentos afetos a contratos Unit-linked apresenta em 31 de dezembro de 2016 e 2015, uma diferença de 3 312 Euros e 2 217 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 21), que corresponde ao justo valor negativo dos interest rate swaps que se encontra registado na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 22) e que estão afetos a Unit-linked.

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2016							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
			Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 22)	Ativo	Passivo (Nota 22)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	-	40 668 155	-	(7 164 396)	-	-	(7 164 396)
Futuros sobre divisas	1 426 125 000	1 024 375 000	2 450 500 000	7 770 368	(7 908 243)	4 356 758	-	4 218 883
Forwards cambiais	-	13 341 558	13 341 558	-	-	314 098	-	314 098
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	180 000 000	180 000 000	-	-	-	(4 731 582)	(4 731 582)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	511 625 000	511 625 000	-	-	1 369 636	(8 737 700)	(7 368 064)
Forwards cambiais	-	456 581 591	456 581 591	-	-	16 728 216	-	16 728 216
	1 466 793 155	2 185 923 149	3 652 716 304	7 770 368	(15 072 639)	22 768 708	(13 469 282)	1 997 155

(valores em euros)

	2015							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
			Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 22)	Ativo	Passivo (Nota 22)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	-	40 668 155	-	(7 625 988)	-	-	(7 625 988)
Futuros sobre divisas	1 339 625 000	1 160 375 000	2 500 000 000	957 920	(10 822 796)	1 285 939	(4 155 656)	(12 734 593)
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	181 083 333	181 083 333	-	-	-	(250 706)	(250 706)
	1 380 293 155	1 341 458 333	2 721 751 488	957 920	(18 448 784)	1 285 939	(4 406 362)	(20 611 287)

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 22).

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY os instrumentos contratados são forwards negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40 000 000	668 155	40 668 155
Futuros sobre divisas	1 714 750 000	-	735 750 000	-	-	2 450 500 000
Forwards cambiais	-	13 341 558	-	-	-	13 341 558
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	30 000 000	150 000 000	180 000 000
Cobertura de investimento líquido						
Futuros sobre divisas	398 375 000	-	113 250 000	-	-	511 625 000
Forwards cambiais	263 738 140	58 213 382	134 630 069	-	-	456 581 591
	2 376 863 140	71 554 940	983 630 069	70 000 000	150 668 155	3 652 716 304

(valores em euros)

	2015			Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor				
Swaps de taxa de juro	-	-	40 668 155	40 668 155
Futuros sobre divisas	2 500 000 000	-	-	2 500 000 000
Cobertura de fluxos de caixa				
Swaps de taxa de juro	-	1 083 333	180 000 000	181 083 333
	2 500 000 000	1 083 333	220 668 155	2 721 751 488

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral de Depósitos	40 668 155	(7 164 396)	40 668 155	(7 625 988)
Outras instituições	180 000 000	(4 731 582)	181 083 333	(250 706)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	2 962 125 000	(3 149 181)	2 500 000 000	(12 734 593)
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras	469 923 149	17 042 314	-	-
	3 652 716 304	1 997 155	2 721 751 488	(20 611 287)

Nos exercícios de 2016 e 2015, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	336 597 725	(372 707 569)	(36 109 844)	1 582 464	(28 630 626)	(27 048 162)
Ativos cobertos	157 776 330	(126 318 181)	31 458 149	68 692 875	(38 209 915)	30 482 960
	494 374 055	(499 025 750)	(4 651 695)	70 275 339	(66 840 541)	3 434 798

Nos exercícios de 2016 e 2015, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura:

(valores em euros)

	2016		2015
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa
Swaps de taxa de juro	(4 092 767)	-	(216 027)
Futuros sobre Divisas	-	28 667 820	-
Forwards cambiais	-	14 441 565	-
	(4 092 767)	43 109 385	(216 027)

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	5 292 288 134	-	5 292 288 134	-	(63 283 716)	5 229 004 418
De emissores estrangeiros	222 085 597	-	222 085 597	3 458 577	2 601 487	228 145 661
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3 421 701	-	3 421 701	-	381 188	3 802 889
De organismos financeiros internacionais	11 199 640	-	11 199 640	-	6 169 166	17 368 806
De outros emissores						
De emissores nacionais	215 327 484	(52 929 367)	162 398 117	-	496 985	162 895 102
De emissores estrangeiros	1 493 547 740	(103 731 642)	1 389 816 098	49 953 125	(2 759 849)	1 437 009 374
De empresas do Grupo	421 271 476	-	421 271 476	-	595 992	421 867 468
	7 659 141 772	(156 661 009)	7 502 480 763	53 411 702	(55 798 747)	7 500 093 718
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	98 778 703	(7 853 091)	90 925 612	-	1 495 608	92 421 220
De emissores estrangeiros	1 443 870 459	(278 682 063)	1 165 188 396	111 215 930	33 269 558	1 309 673 884
	1 542 649 162	(286 535 154)	1 256 114 008	111 215 930	34 765 166	1 402 095 104
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27 434	-	27 434	-	(11 519)	15 915
Unidades de participação						
De residentes	216 143 617	(41 688 312)	174 455 305	-	47 947 223	222 402 528
De não residentes	17 161 725	(5 867 238)	11 294 487	5	3 958 494	15 252 986
Outros	(66 583)	-	(66 583)	-	-	(66 583)
	233 266 193	(47 555 550)	185 710 643	5	51 894 198	237 604 846
	9 435 057 127	(490 751 713)	8 944 305 414	164 627 637	30 860 617	9 139 793 668

(valores em euros)

	2015					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 41)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 27)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3 071 938 625	-	3 071 938 625	-	144 644 297	3 216 582 922
De emissores estrangeiros	227 540 319	-	227 540 319	(706 561)	1 324 194	228 157 952
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3 420 459	-	3 420 459	-	438 734	3 859 193
De organismos financeiros internacionais	12 239 600	-	12 239 600	-	5 128 693	17 368 293
De outros emissores						
De emissores nacionais	275 787 592	(52 929 367)	222 858 225	-	4 476 172	227 334 397
De emissores estrangeiros	1 791 948 002	(65 809 952)	1 726 138 050	21 032 007	(175 098 542)	1 572 071 515
De empresas do Grupo	1 293 331 790	-	1 293 331 790	-	(47 481 245)	1 245 850 545
	6 676 206 387	(118 739 319)	6 557 467 068	20 325 446	(66 567 697)	6 511 224 816
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	269 396 506	(14 907 436)	254 489 070	-	(3 486 662)	251 002 408
De emissores estrangeiros	1 474 136 646	(134 762 184)	1 339 374 462	88 292 102	110 499 971	1 538 166 535
	1 743 533 152	(149 669 620)	1 593 863 532	88 292 102	107 013 309	1 789 168 943
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27 445	-	27 445	-	(10 770)	16 675
Unidades de participação						
De residentes	292 524 092	(55 089 080)	237 435 012	-	45 576 957	283 011 969
De não residentes	26 951 104	(7 736 857)	19 214 247	(18)	9 656 988	28 871 217
Outros	(69 348)	-	(69 348)	-	-	(69 348)
	319 433 293	(62 825 937)	256 607 356	(18)	55 223 175	311 830 513
	8 739 172 831	(331 234 876)	8 407 937 955	108 617 530	95 668 787	8 612 224 272

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 41)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 41)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	875 620	-	875 620	948 511	-	948 511
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	881 337 956	-	881 337 956	591 660 029	-	591 660 029
Contas margem	73 067 721	-	73 067 721	64 659 227	-	64 659 227
	954 405 677	-	954 405 677	656 319 256	-	656 319 256
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21 851 904	(29 803)	21 822 101	354 625	(29 803)	324 822
Empréstimos sobre apólices	1 328 653	(10 597)	1 318 056	981 339	-	981 339
Títulos de dívida	30 084 668	(108 729)	29 975 939	15 354 910	(108 729)	15 246 181
Outros	3 833 032	(1 089 835)	2 743 197	3 837 400	(1 300 083)	2 537 317
	57 098 257	(1 238 964)	55 859 293	20 528 274	(1 438 615)	19 089 659
Outros	30 100	-	30 100	603 468	-	603 468
	1 012 409 654	(1 238 964)	1 011 170 690	678 399 509	(1 438 615)	676 960 894

10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e Edifícios" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014			
Valor Bruto	431 763 877	649 813 268	1 081 577 145
Amortizações e imparidade acumuladas	(48 829 974)	-	(48 829 974)
	382 933 903	649 813 268	1 032 747 171
Entradas / (saídas) do perímetro	35 859	-	35 859
Adições			
Por aquisições realizadas no período	13 416 617	396 282 669	409 699 286
Por dispêndios subsequentes	768 984	7 544 867	8 313 851
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	36 218 741	36 218 741
Por contrapartida de capitais próprios	3 060 989	-	3 060 989
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	(1 270 287)	-	(1 270 287)
Amortizações do exercício	(16 645 963)	-	(16 645 963)
Diferenças de câmbio	-	20 282 322	20 282 322
Transferências	(12 085 711)	12 081 701	(4 010)
Alienações e abates líquidos	(394 929)	(5 203 180)	(5 598 109)
Outros movimentos	871 038	(173 361)	697 677
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Valor Bruto	433 796 898	1 116 847 027	1 550 643 925
Amortizações e imparidade acumuladas	(63 106 398)	-	(63 106 398)
	370 690 500	1 116 847 027	1 487 537 527
Entradas / (saídas) do perímetro	6 495 649	832 117 813	838 613 462
Adições			
Por aquisições realizadas no período	42 380 273	16 054 586	58 434 859
Por dispêndios subsequentes	272 562	17 674 442	17 947 004
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 40)	-	54 101 479	54 101 479
Por contrapartida de capitais próprios	33 478 425	-	33 478 425
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 41)	(2 313 621)	-	(2 313 621)
Amortizações do exercício	(16 927 524)	-	(16 927 524)
Diferenças de câmbio	-	(57 834 016)	(57 834 016)
Transferências	(4 626 544)	4 626 544	-
Alienações e abates líquidos	(58 185)	(226 764 043)	(226 822 228)
Outros movimentos	65 179	(9 041)	56 138
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Valor Bruto	517 884 943	1 756 814 791	2 274 699 734
Amortizações e imparidade acumuladas	(88 428 229)	-	(88 428 229)
	429 456 714	1 756 814 791	2 186 271 505

Em 2016, as entradas no perímetro de consolidação, referem-se, à aquisição das sociedades Hospital da Luz – Guimarães, S.A., Godo Kaisha Praia e Thomas More Square (Lux) S.à r.l. e em 2015, estas entradas, no perímetro de consolidação, referem-se à aquisição da sociedade HME – Gestão Hospitalar, S.A. pela Luz Saúde S.A..

Em 2016, as alienações de propriedades de investimento referem-se, essencialmente, ao imóvel Shinagawa-ku, sediado no Japão.

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação, normalmente, utilizadas são:

a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 106 470 627 Euros e 72 992 202 Euros, respetivamente (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

(valores em euros)

	2016	2015
2016	356 382 861	-
2015	73 073 853	81 486 375
2014	-	264 054 509
Em curso (sem avaliação)	-	25 149 616
	429 456 714	370 690 500

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a afetação dos investimentos e outros ativos seguindo uma ótica prudencial a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificadas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155 597 476	29 889 541	196 222 828	7 889 384	574 533 496	964 132 725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914 394	-	116 092 423	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	2 008 194	254 497	4 218 997	1 288 680	-	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38 601 817	1 283 659	546 777 433	79 359 655	320 786	666 343 350
Derivados de cobertura	-	1 233	2 605 166	2 064 457	18 097 852	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	1 579 475 633	114 506 349	5 947 816 192	1 352 179 517	145 815 977	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber	71 885 040	7 202 487	570 688 234	264 183 210	97 211 719	1 011 170 690
Terrenos e edifícios	569 918	1 869 168	-	358 299 944	1 825 532 475	2 186 271 505
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	50 091 357	50 091 357
	1 848 138 078	155 006 934	7 269 243 244	2 065 264 847	2 827 696 085	14 165 349 188

(valores em euros)

	2015					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	118 999 851	14 506 948	1 124 679 664	124 110 246	655 105 683	2 037 402 392
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1 646 054	-	68 455 587	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	642 969	314 951	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	11 192 224	22 396 973	788 998 889	64 983 409	675 984	888 247 479
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	1 390 954 509	124 024 032	5 614 699 679	1 255 252 609	227 293 443	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	325 212 640	13 843 636	247 830 738	73 491 003	16 582 877	676 960 894
Terrenos e edifícios	132 853	-	-	349 070 117	1 138 334 557	1 487 537 527
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	41 175 532	41 175 532
	1 846 492 077	175 414 558	7 779 455 914	1 866 907 384	2 147 623 663	13 815 893 596

12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016										
	Saldos iniciais								Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	26 077 039	(24 877 367)	-	1 046 192	(57 504)	(770 872)	(49 663)	-	25 577 747	(24 209 922)	1 367 825
Máquinas e ferramentas	8 310 311	(7 449 329)	-	736 782	74 203	(360 678)	(8 906)	(3 075)	8 836 371	(7 537 063)	1 299 308
Equipamento informático	16 291 568	(13 896 697)	-	3 265 591	(1 997)	(2 729 398)	(36 296)	(89 189)	17 236 954	(14 433 372)	2 803 582
Instalações interiores	22 817 366	(18 333 471)	-	710 393	(332 638)	(1 062 264)	(39 662)	(50 494)	22 878 779	(19 169 549)	3 709 230
Material de transporte	3 005 840	(1 463 329)	-	555 828	(275 988)	(374 524)	(66 088)	(508 373)	2 098 320	(1 224 954)	873 366
Equipamento hospitalar	130 495 005	(107 853 073)	3 272 734	13 797 435	1 052 281	(9 704 266)	-	-	146 305 912	(115 245 796)	31 060 116
Outro equipamento	37 135 686	(31 650 234)	-	2 222 973	(9 477)	(1 816 148)	(6 401)	(563 067)	38 399 345	(33 086 013)	5 313 332
Património artístico	1 616 153	-	-	386 724	-	-	286	(3 689)	1 999 474	-	1 999 474
Equipamento em											
locação financeira	7 107 788	(7 085 292)	-	146 701	285 044	(80 474)	-	(108 350)	726 339	(460 922)	265 417
Outros ativos tangíveis	5 432 270	(4 553 287)	-	743 531	(143 144)	(351 029)	-	(62 133)	5 531 825	(4 465 617)	1 066 208
Adiantamento por											
conta de tangíveis	48 585	-	-	284 914	-	-	-	-	333 499	-	333 499
	258 337 611	(217 162 079)	3 272 734	23 897 064	590 780	(17 249 653)	(206 730)	(1 388 370)	269 924 565	(219 833 208)	50 091 357

(valores em euros)

	2015											
	Saldos iniciais				Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Valor bruto						Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento												
Equipamento administrativo	26 133 551	(24 736 292)	31 798	482 660	32 481	(704 746)	(39 779)	-	26 077 039	(24 877 367)	1 199 672	
Máquinas e ferramentas	13 570 606	(12 664 056)	-	427 716	2 924	(457 657)	(8 367)	(10 184)	8 310 311	(7 449 329)	860 982	
Equipamento informático	20 795 814	(18 557 487)	1 719	2 799 749	1 340	(2 629 070)	20 081	(37 274)	16 291 568	(13 896 697)	2 394 871	
Instalações interiores	24 127 182	(19 064 859)	-	468 990	195 589	(1 139 708)	(61 746)	(41 554)	22 817 366	(18 333 471)	4 483 895	
Material de transporte	2 670 197	(1 317 531)	1 790	666 260	(69)	(417 320)	(31 165)	(29 650)	3 005 840	(1 463 329)	1 542 512	
Equipamento hospitalar	127 086 630	(99 056 799)	61 610	4 367 042	-	(9 792 579)	-	(23 972)	130 495 005	(107 853 073)	22 641 932	
Outro equipamento	36 721 688	(29 809 715)	11 968	1 613 600	(1 048 585)	(1 993 459)	(3 734)	(6 311)	37 135 686	(31 650 234)	5 485 451	
Património artístico	1 611 998	-	-	11 854	-	-	-	(7 699)	1 616 153	-	1 616 153	
Equipamento em locação financeira	9 387 529	(9 358 653)	-	-	-	(6 379)	-	-	7 107 788	(7 085 292)	22 497	
Outros ativos tangíveis	6 047 651	(4 248 451)	24 876	863 872	(232 265)	(321 425)	-	(1 255 275)	5 432 270	(4 553 287)	878 983	
Adiantamento por conta de tangíveis	-	-	-	-	1 048 585	-	-	(1 000 000)	48 585	-	48 585	
	268 152 846	(218 813 843)	133 761	11 701 742	-	(17 462 344)	(124 711)	(2 411 919)	258 337 611	(217 162 079)	41 175 532	

As entradas no perímetro de consolidação, referem-se, em 2016 à aquisição do Hospital da Luz – Guimarães, S.A. e em 2015 à aquisição da sociedade HME – Gestão Hospitalar, S.A. pela Luz Saúde S.A..

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Ativos tangíveis” inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 148 193 018 Euros e 145 215 194 Euros.

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Mercadorias hospitalares	9 828 795	8 141 670
Imóveis	456 545	435 049
Mercadorias	42 607	11 457
Produtos e trabalhos em curso	114 663	44 344
Salvados	12 126	11 695
Outros inventários	168 277	130 375
	10 623 013	8 774 590
Imparidade de mercadorias (Nota 41)	(64 553)	(3 343)
	10 558 460	8 771 247

14. Goodwill

O goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 41)	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 41)	Valor Líquido
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	8 665	-	8 665	8 665	-	8 665
Universal Seguros, S.A.	2 198 780	-	2 198 780	2 198 780	-	2 198 780
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	342 311	-	342 311	342 311	-	342 311
Luz Saúde, S.A.	359 254 032	-	359 254 032	359 254 032	-	359 254 032
GK Kita Aoyoma Support 2	15 319	-	15 319	15 319	-	15 319
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16 025 075	-	16 025 075	-	-	-
Godo Kaisha Moana	710 601	-	710 601	-	-	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	906 244	-	906 244	-	-	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	109	-	109	-	-	-
	379 461 136	-	379 461 136	361 819 107	-	361 819 107
Goodwill reconhecido em Investimentos						
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	957 001	(957 001)	-	957 001	(957 001)	-
	957 001	(957 001)	-	957 001	(957 001)	-
	380 418 137	(957 001)	379 461 136	362 776 108	(957 001)	361 819 107

Nos exercícios de 2016 e 2015 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(valores em euros)

Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2014	361 693 534
Alteração do custo de aquisição da GK Kita Aoyoma Support 2	15 319
Compra de 0,21% da Luz Saúde, S.A.	110 254
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2015	361 819 107
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	710 601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	906 244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16 025 075
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2016	379 461 136

A determinação do goodwill das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

(valores em euros)

Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 55,89% da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	6 260 184
Capital Próprio da empresa adquirida (55,89%) em 30 de abril de 2014	(5 917 873)
	342 311
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457 827 530
Capital Próprio da empresa adquirida (98,21%) em setembro de 2014	98 683 752
	359 143 778
Compra de 68% da Universal Seguros, S.A.	6 059 590
Capital Próprio da empresa adquirida (70%) em 2011	(3 860 810)
	2 198 780
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	102 843 643
Capital Próprio da empresa adquirida (96,996%) em 2016	(102 133 042)
	710 601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	129 463 365
Capital Próprio da empresa adquirida (99,3%) em 2016	(128 557 121)
	906 244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	15 640
Capital Próprio da empresa adquirida (99,3%) em 2016	(15 531)
	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	25 237 564
Capital Próprio da empresa adquirida (100%) em 2016	(9 212 489)
	16 025 075
Goodwill negativo reconhecido em resultados	
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Praia	104 847 318
Capital Próprio da empresa adquirida (96,996%) em 2016	(129 662 335)
	(24 815 017)
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	42 034
Capital Próprio da empresa adquirida (99,3%) em 2016	(42 837)
	(803)

O goodwill adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2016, a Companhia efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações Empresariais”, não tendo identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores. O detalhe dos ativos líquidos e do goodwill apurado no âmbito das transações ocorridas durante 2016 é como se segue:

(valores em euros)

	2016					
	Godo Kaisha Praia	Godo Kaisha Moana	TMS (Lux) Investments Limited	TMS (Lux) Holdings S.à.r.l.	TMS (Lux) Sarl	Hospital da Luz Guimarães
Justo Valor dos Ativos e Passivos						
Ativos Adquiridos	531 378 662	106 954 483	369 408 195	1 113 351	130 112 978	9 887 185
Passivos adquiridos	397 700 920	1 658 566	239 944 830	1 070 212	130 097 339	674 696
Total dos Ativos Líquidos	133 677 742	105 295 917	129 463 365	43 139	15 639	9 212 489
% detida dos Ativos	129 662 335	102 133 042	128 557 121	42 837	15 530	9 212 489
Preço de aquisição	104 847 318	102 843 643	129 463 365	42 034	15 639	25 237 564
Goodwill	(24 815 017)	710 601	906 244	(803)	109	16 025 075

15. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016							2015		
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Valor bruto					Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático										
de dados (software)	60 063 579	(48 047 393)	1 701 872	1 687 728	(7 261 239)	(44 834)	-	63 288 996	(55 189 283)	8 099 713
Outros ativos intangíveis	335 606	(272 154)	-	-	(2 885)	-	-	335 606	(275 039)	60 567
Ativos intangíveis em curso	7 760 207	-	4 448 311	(1 687 728)	-	-	(10 752)	10 510 038	-	10 510 038
	68 159 392	(48 319 547)	6 150 183	-	(7 264 124)	(44 834)	(10 752)	74 134 640	(55 464 322)	18 670 318

(valores em euros)

	2015									
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático										
de dados (software)	164 570 421	(149 080 129)	2 731 049	2 182 792	(8 367 301)	(10 983)	(9 663)	60 063 579	(48 047 393)	12 016 185
Outros ativos intangíveis	335 604	(269 639)	-	372	(2 885)	-	-	335 606	(272 154)	63 452
Ativos intangíveis em curso	5 394 360	-	4 549 011	(2 183 164)	-	-	-	7 760 207	-	7 760 207
	170 300 385	(149 349 768)	7 280 060	-	(8 370 186)	(10 983)	(9 663)	68 159 392	(48 319 547)	19 839 845

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 19 842 798 Euros e 20 591 949 Euros, respetivamente.

16. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	136 594	71 579 870	71 716 464	122 501	69 904 231	70 026 732
Provisão matemática	11 256 504	-	11 256 504	12 439 196	-	12 439 196
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	7 365 124	168 203 588	175 568 712	7 882 623	151 227 189	159 109 812
Sinistros não declarados (IBNR)	2 674 438	9 347 114	12 021 552	2 517 579	8 337 109	10 854 688
	10 039 562	177 550 702	187 590 264	10 400 202	159 564 298	169 964 500
	21 432 660	249 130 572	270 563 232	22 961 899	229 468 529	252 430 428

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para prêmios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	136 594	-	136 594	122 501	-	122 501
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	114 713	-	114 713	129 075	(1 070)	128 005
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 699 502	(1 608 289)	2 091 213	3 945 562	(1 780 912)	2 164 650
Doença	24 660 339	(200 837)	24 459 502	22 886 922	(38 203)	22 848 719
Incêndio e outros danos	24 556 605	(4 353 938)	20 202 667	25 004 063	(3 897 501)	21 106 562
Automóvel	476 463	(57 246)	419 217	590 432	(16 192)	574 240
Marítimo, aéreo e transportes	366 519	(34 560)	331 959	315 397	(30 858)	284 539
Responsabilidade civil geral	2 535 214	(215 308)	2 319 906	2 133 889	(181 938)	1 951 951
Crédito e cauções	67 395	(1 604)	65 791	110 487	(4 106)	106 381
Proteção jurídica	1 913 599	(84)	1 913 515	1 908 501	(84)	1 908 417
Assistência	15 961 915	(1 604)	15 960 311	15 430 591	(1 396)	15 429 195
Diversos	5 640 714	(1 939 638)	3 701 076	4 870 287	(1 468 715)	3 401 572
	79 992 978	(8 413 108)	71 579 870	77 325 206	(7 420 975)	69 904 231
	80 129 572	(8 413 108)	71 716 464	77 447 707	(7 420 975)	70 026 732

O movimento ocorrido nas provisões para prêmios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prêmios não adquiridos	122 501	14 093	-	136 594
Seguros não vida				
Provisão para prêmios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	129 075	(14 363)	1	114 713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 945 562	(284 337)	38 277	3 699 502
Doença	22 886 922	1 909 646	(136 229)	24 660 339
Incêndio e outros danos	25 004 063	(168 653)	(278 805)	24 556 605
Automóvel	590 432	(223 742)	109 773	476 463
Marítimo, aéreo e transportes	315 397	32 643	18 479	366 519
Responsabilidade civil geral	2 133 889	378 845	22 480	2 535 214
Crédito e cauções	110 487	(43 076)	(16)	67 395
Proteção jurídica	1 908 501	5 707	(609)	1 913 599
Assistência	15 430 591	543 608	(12 284)	15 961 915
Diversos	4 870 287	770 426	1	5 640 714
	77 325 206	2 906 704	(238 932)	79 992 978

(continuação)

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(1 070)	1 070	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 780 912)	190 778	(18 155)	(1 608 289)
Doença	(38 203)	(169 172)	6 538	(200 837)
Incêndio e outros danos	(3 897 501)	(401 318)	(55 119)	(4 353 938)
Automóvel	(16 192)	5 017	(46 071)	(57 246)
Marítimo, aéreo e transportes	(30 858)	6 792	(10 494)	(34 560)
Responsabilidade civil geral	(181 938)	(21 430)	(11 940)	(215 308)
Crédito e cauções	(4 106)	2 499	3	(1 604)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1 396)	(208)	-	(1 604)
Diversos	(1 468 715)	(470 923)	-	(1 939 638)
	(7 420 975)	(856 895)	(135 238)	(8 413 108)
	69 904 231	2 049 809	(374 170)	71 579 870
	70 026 732	2 063 902	(374 170)	71 716 464

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	121 619	882	-	122 501
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	96 933	32 547	(405)	129 075
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 048 877	895 221	1 464	3 945 562
Doença	24 979 237	(1 830 041)	(262 274)	22 886 922
Incêndio e outros danos	26 783 498	(1 582 670)	(196 765)	25 004 063
Automóvel	598 617	(537 658)	529 473	590 432
Marítimo, aéreo e transportes	1 940 137	(1 624 327)	(413)	315 397
Responsabilidade civil geral	2 326 841	(150 025)	(42 927)	2 133 889
Crédito e cauções	187 167	(76 684)	4	110 487
Proteção jurídica	1 857 634	51 220	(353)	1 908 501
Assistência	14 305 140	1 132 180	(6 729)	15 430 591
Diversos	3 895 742	974 546	(1)	4 870 287
	80 019 823	(2 715 691)	21 074	77 325 206

(continuação)

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	-	(1 018)	(52)	(1 070)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 266 897)	(514 660)	645	(1 780 912)
Doença	(35 631)	(24 058)	21 486	(38 203)
Incêndio e outros danos	(4 162 092)	113 246	151 345	(3 897 501)
Automóvel	(563 864)	512 995	34 677	(16 192)
Marítimo, aéreo e transportes	(207 551)	171 632	5 061	(30 858)
Responsabilidade civil geral	(207 369)	517	24 914	(181 938)
Crédito e cauções	(5 568)	1 466	(4)	(4 106)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1 396)	-	-	(1 396)
Diversos	(870 872)	(597 843)	-	(1 468 715)
	(7 321 324)	(337 723)	238 072	(7 420 975)
	72 698 499	(3 053 414)	259 146	69 904 231
	72 820 118	(3 052 532)	259 146	70 026 732

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	7 365 124	2 674 438	10 039 562	7 882 623	2 517 579	10 400 202
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	1 374 640	2 907	1 377 547	944 656	37 218	981 874
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13 621 797	137 183	13 758 980	7 849 321	75 611	7 924 932
Doença	44 301 306	3 150 681	47 451 987	46 202 717	3 283 105	49 485 822
Incêndio e outros danos	73 891 898	5 305 728	79 197 626	55 773 622	3 762 798	59 536 420
Automóvel	7 957 051	3 900	7 960 951	7 311 215	3 589	7 314 804
Marítimo, aéreo e transportes	3 832 039	127 038	3 959 077	5 825 545	190 767	6 016 312
Responsabilidade civil geral	16 519 243	185 258	16 704 501	22 043 573	111 883	22 155 456
Crédito e cauções	550	17 270	17 820	396	27 441	27 837
Diversos	6 705 064	417 149	7 122 213	5 276 144	844 697	6 120 841
	168 203 588	9 347 114	177 550 702	151 227 189	8 337 109	159 564 298
	175 568 712	12 021 552	187 590 264	159 109 812	10 854 688	169 964 500

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	10 400 202	9 386 969	(9 747 609)	-	10 039 562
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	981 874	1 568 055	(1 189 987)	17 605	1 377 547
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 924 932	8 026 653	(2 263 571)	70 966	13 758 980
Doença	49 485 822	179 985 682	(182 468 117)	448 600	47 451 987
Incêndio e outros danos	59 536 420	66 350 152	(46 957 142)	268 196	79 197 626
Automóvel	7 314 804	3 529 233	(2 598 068)	(285 018)	7 960 951
Marítimo, aéreo e transportes	6 016 312	(772 728)	(1 275 578)	(8 929)	3 959 077
Responsabilidade civil geral	22 155 456	(2 410 117)	(3 101 136)	60 298	16 704 501
Crédito e cauções	27 837	34 461	(44 478)	-	17 820
Diversos	6 120 841	13 376 631	(12 375 246)	(13)	7 122 213
	159 564 298	269 688 022	(252 273 323)	571 705	177 550 702
	169 964 500	279 074 991	(262 020 932)	571 705	187 590 264

(valores em euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	8 797 633	8 219 258	(6 616 689)	-	10 400 202
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	935 464	1 860 864	(1 729 730)	(84 724)	981 874
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 230 323	1 311 284	(617 569)	894	7 924 932
Doença	47 221 562	162 578 242	(157 658 392)	(2 655 590)	49 485 822
Incêndio e outros danos	46 283 675	41 742 153	(28 360 547)	(128 861)	59 536 420
Automóvel	6 460 806	3 013 515	(2 074 512)	(85 005)	7 314 804
Marítimo, aéreo e transportes	8 613 868	1 650 395	(4 243 519)	(4 432)	6 016 312
Responsabilidade civil geral	21 820 788	1 953 876	(1 614 457)	(4 751)	22 155 456
Crédito e cauções	27 913	1 232	(1 308)	-	27 837
Diversos	6 231 552	9 660 663	(9 771 374)	-	6 120 841
	144 825 951	223 772 224	(206 071 408)	(2 962 469)	159 564 298
	153 623 584	231 991 482	(212 688 097)	(2 962 469)	169 964 500

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

17. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	101 033 575	81 585 764
Reembolsos de sinistros	24 178 977	18 403 133
Mediadores	61 456 882	54 160 807
Cosseguradores	22 700 950	14 457 905
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	3 711 125	8 022 707
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 132 479	2 159 507
Outros	547 837	650 519
	215 761 825	179 440 342
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 41)	(17 109 499)	(14 320 358)
(Ajustamentos IFAP - Nota 41)	(484 133)	(424 635)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(10 089 321)	(10 118 578)
	(27 682 953)	(24 863 571)
	188 078 872	154 576 771
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	19 384 440	22 411 005
Contas correntes de ressegurados	2 268 737	447 913
	21 653 177	22 858 918
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(6 665 093)	(8 996 572)
	14 988 084	13 862 346
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	151 113	-
Imposto agregado	10 085 354	-
Empresas associadas	1 370 436	2 372 152
Restantes acionistas	-	547 427
Consultores, assessores e intermediários	38 957	4 082
Pessoal	1 142 834	1 586 763
Fundos de pensões	56 479	46 395

(valores em euros)

	2016	2015
Cientes - contas correntes	114 524 906	96 954 502
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	4 442 829	4 596 206
Devedores por valores em depósito	273 962	258 469
Arrendamentos imobiliários	2 527 394	2 695 334
Transações a liquidar	125 714 856	-
Adiantamento a fornecedores	5 295 588	970 882
Outros devedores e credores diversos	42 475 203	18 377 144
Outros	7 080 789	3 112 818
	315 180 700	131 522 174
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 41)	(25 015 485)	(25 469 839)
	290 165 215	106 052 335
	493 232 171	274 491 452

Nos exercícios de 2016 e 2015 o valor na rubrica "Clientes – contas correntes" inclui os montantes de 109 091 814 Euros e 91 579 431 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2012 a 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a pagar das Empresas do Grupo à Longrun Portugal, SGPS, S.A. resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

18. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	59 664 249	-
Outros	112 758	1 145 567
	59 777 007	1 145 567
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(28 618 713)
Outros		
Imposto do selo	(9 174 222)	(8 859 464)
Fundo de garantia automóvel	(2 300 366)	(2 254 321)
Fundo de acidentes de trabalho	(4 159 250)	(4 736 344)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(1 868 421)	(1 858 028)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(1 970 307)	(1 802 432)
Instituto nacional de emergência médica	(2 834 798)	(2 569 131)
Segurança social	(4 583 474)	(5 848 877)
Retenções	(8 130 420)	(7 036 985)
Outros	(7 699 531)	(1 193 495)
	(42 720 789)	(64 777 790)
Ativos por impostos diferidos	423 671 742	271 594 158
Passivos por impostos diferidos	(254 884 099)	(146 994 184)
	168 787 643	124 599 974
Total	185 843 861	60 967 751

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(98 232 406)	(124 684 026)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	3 953 604	7 826 663
Retenções na fonte	4 406 407	5 959 498
Pagamentos por conta	99 018 956	80 668 042
Outros	(3 606 858)	1 611 110
	5 539 702	(28 618 713)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC, acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2016 e 2015, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

Em 2016, no âmbito do RETGS, os "Pagamentos Adicionais por Conta" foram entregues ao Estado pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. (sociedade dominante). Assim, as empresas do Grupo que integram o RETGS têm registado no seu balanço um valor a receber da Longrun Portugal, SGPS, S.A. referente aos "Pagamentos Adicionais por Conta" e um valor a pagar/receber à Longrun Portugal, SGPS, S.A., referente à "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados"

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo iniciais	Entrada perímetro	2016 Variação em		Outros	Saldo finais
			Capital próprio	Resultados		
Ativo						
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	64 014 717	-	(5 814 933)	44 486	-	58 244 270
Terrenos e edifícios:						
De uso próprio	14 873 633	-	26 140 849	-	-	41 014 482
De rendimento	36 924 164			89 298 596	-	126 222 760
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	141 584 663	-	882 176	36 919 644	-	179 386 483
Benefícios com trabalhadores	12 328 258	-	3 932 806	2 676 049	(4 719 368)	14 217 745
Prejuízos fiscais reportáveis	1 091 721	-	-	990 181	-	2 081 902
Outros	777 002	-	859 482	865 298	2 318	2 504 100
	271 594 158	-	26 000 380	130 794 254	(4 717 050)	423 671 742
Passivo						
Valorização de ativos disponíveis para venda	(109 112 339)	-	27 256 339	-	-	(81 856 000)
Terrenos e edifícios:						
De uso próprio	(14 753 710)	-	(28 208 548)	538 552	-	(42 423 706)
De rendimento	(17 663 582)	(7 831 874)	-	(93 545 744)	-	(119 041 200)
Outros	(5 464 553)	-	-	(6 166 634)	67 992	(11 563 193)
	(146 994 184)	(7 831 874)	(952 209)	(99 173 826)	67 992	(254 884 099)
	124 599 974	(7 831 874)	25 048 171	31 620 428	(4 649 058)	168 787 643

(valores em euros)

	2015					
	Saldos iniciais	Variação em		Diferenças de consolidação	Outros	Saldos finais
		Capital próprio	Resultados			
Ativo						
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	3 359 858	60 654 859	-	-	-	64 014 717
Terrenos e edifícios:						
De uso próprio	1 424 643	12 768 096	-	680 894	-	14 873 633
De rendimento	41 572 083	-	(4 647 919)	-	-	36 924 164
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	100 152 194	351 032	40 585 032	23 915	472 490	141 584 663
Benefícios com trabalhadores	10 581 806	-	1 473 308	273 144	-	12 328 258
Prejuízos fiscais reportáveis	(389 998)	-	1 481 719	-	-	1 091 721
Outros	562 847	-	214 155	-	-	777 002
	157 263 433	73 773 987	39 106 295	977 953	472 490	271 594 158
Passivo						
Valorização de ativos disponíveis para venda	(114 966 333)	5 853 994	-	-	-	(109 112 339)
Terrenos e edifícios:						
De uso próprio	(1 944 248)	(12 667 027)	(142 435)	-	-	(14 753 710)
De rendimento	(15 682 418)	-	(703 421)	-	(1 277 743)	(17 663 582)
Outros	(5 252 198)	-	-	(212 355)	-	(5 464 553)
	(137 845 197)	(6 813 033)	(845 856)	(212 355)	(1 277 743)	(146 994 184)
	19 418 236	66 960 954	38 260 439	765 598	(805 253)	124 599 974

No exercício de 2016 a taxa de imposto diferido ascende a 29,5%, exceto na parte que corresponde aos prejuízos fiscais em que a taxa de imposto diferido corresponde a 21% (quando aplicável).

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2016	2015
Impostos correntes		
Do exercício	73 264 680	98 446 224
Derrama municipal e estadual	23 630 612	24 702 501
Tributação autónoma	992 909	961 615
	97 888 201	124 110 340
Outros	344 205	573 686
	98 232 406	124 684 026
Impostos diferidos	(31 620 428)	(38 260 439)
Total de impostos em resultados	66 611 978	86 423 587
Lucro consolidado antes de impostos e interesses não controlados	279 363 968	372 532 046
Carga fiscal	23,84%	23,20%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		279 363 968		372 532 046
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,43%	71 038 270	25,14%	93 654 706
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,99%)	(2 766 453)	(0,69%)	(2 580 406)
Mais e menos-valias potenciais imóveis	(2,23%)	(6 217 942)	0,00%	-
Mais e menos-valias contabilísticas	(14,30%)	(39 943 394)	(14,51%)	(54 040 070)
Imparidades não dedutíveis	0,00%	-	(0,33%)	(1 239 190)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(1,84%)	(5 133 669)	(0,00%)	(18 209)
Variações patrimoniais negativas	0,00%	-	(0,36%)	(1 340 424)
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa de IRC	(0,00%)	(4 476)	(1,47%)	(1 372 747)
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	(0,28%)	(788 548)	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores				
Outras	(3,07%)	(8 583 106)	0,00%	-

(continuação)

(valores em euros)

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Diferenças definitivas a crescer				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,19%	532 476	2,65%	9 878 915
Imparidades não dedutíveis	6,72%	18 770 686	1,06%	3 931 506
Mais e menos-valias potenciais imóveis	0,00%	-	1,92%	7 152 873
Mais e menos-valias fiscais	13,98%	39 045 828	10,54%	39 280 542
Insuficiência de estimativa de IRC	0,12%	325 615	0,00%	-
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados	0,00%	-	0,26%	1 005 427
Correções relativas a exercícios anteriores	0,13%	359 646	0,00%	-
Outras	0,00%	-	0,84%	3 112 016
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,56%)	(1 555 587)	(0,38%)	(1 412 079)
Outros	(0,16%)	(441 610)	(0,05%)	(170 464)
Tributação autónoma	0,53%	1 474 522	0,38%	1 426 890
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa	0,18%	499 720	(2,91%)	(10 845 701)
	23,84%	66 611 978	23,20%	86 423 587

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

19. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Acréscimos de rendimentos	41 675 209	51 046 037
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	13 779 734	12 502 337
Seguros	1 927 965	2 099 219
Rendas e alugueres	2 256 757	2 253 684
Assistência equipamento informático	1 750 288	1 326 443
Publicidade	412 216	438 495
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	527 041	312 258
Licenças de software	584 830	873 681
Outros	4 006 767	2 029 100
	66 920 807	72 881 254

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Acréscimos de rendimentos" inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo vida, nos montantes de 3 070 819 Euros e 3 658 000 Euros, relativas aos exercícios de 2016 e 2015, respetivamente.

A rubrica "Gastos diferidos - Comissões de emissão de produtos financeiros" corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

20. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1 567 236	290 256 449	291 823 685	1 796 858	277 029 326	278 826 184
Provisão matemática do ramo vida	1 648 505 455	-	1 648 505 455	1 632 994 332	-	1 632 994 332
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	97 246 776	1 543 416 854	1 640 663 630	98 652 055	1 535 315 978	1 633 968 033
Sinistros não declarados (IBNR)	23 805 280	63 978 700	87 783 980	25 971 059	83 346 935	109 317 994
	121 052 056	1 607 395 554	1 728 447 610	124 623 114	1 618 662 913	1 743 286 027
Provisão para participação nos resultados	68 711 511	314	68 711 825	68 763 675	1 764	68 765 439
Provisão para compromissos de taxa	7 025 239	-	7 025 239	5 626 534	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	21 750 883	25 272 158	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24 056 289	24 056 289	-	22 471 715	22 471 715
Provisão para riscos em curso	-	49 238 127	49 238 127	-	60 942 866	60 942 866
	1 868 612 380	1 970 946 733	3 839 559 113	1 859 076 671	1 979 108 584	3 838 185 255

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	1 567 236	-	1 567 236	1 796 858	-	1 796 858
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	13 986 229	(2 177 246)	11 808 983	13 576 921	(2 254 113)	11 322 808
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9 313 724	(1 654 211)	7 659 513	7 675 687	(1 316 971)	6 358 716
Doença	32 863 301	(3 441 321)	29 421 980	29 767 423	(3 225 894)	26 541 529
Incêndio e outros danos	91 148 439	(16 051 795)	75 096 644	91 305 491	(15 890 424)	75 415 067
Automóvel	162 493 841	(29 939 033)	132 554 808	158 667 505	(30 153 372)	128 514 133
Marítimo, aéreo e transportes	1 854 943	(267 826)	1 587 117	2 087 376	(343 297)	1 744 079
Responsabilidade civil geral	10 647 493	(1 830 900)	8 816 593	9 490 617	(1 443 513)	8 047 104
Crédito e cauções	185 601	(12 841)	172 760	236 469	(16 990)	219 479
Proteção jurídica	2 448 240	(462 599)	1 985 641	2 448 341	(487 963)	1 960 378
Assistência	13 916 869	(2 539 718)	11 377 151	12 569 876	(2 503 790)	10 066 086
Diversos	12 085 552	(2 310 293)	9 775 259	8 449 690	(1 609 743)	6 839 947
	350 944 232	(60 687 783)	290 256 449	336 275 396	(59 246 070)	277 029 326
	352 511 468	(60 687 783)	291 823 685	338 072 254	(59 246 070)	278 826 184

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1 796 858	(229 622)	-	1 567 236
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13 576 921	366 170	43 138	13 986 229
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 675 687	1 634 448	3 589	9 313 724
Doença	29 767 423	4 618 185	(1 522 307)	32 863 301
Incêndio e outros danos	91 305 491	175 985	(333 037)	91 148 439
Automóvel	158 667 505	5 510 100	(1 683 764)	162 493 841
Marítimo, aéreo e transportes	2 087 376	(225 892)	(6 541)	1 854 943
Responsabilidade civil geral	9 490 617	1 194 828	(37 952)	10 647 493
Crédito e cauções	236 469	(50 248)	(620)	185 601
Proteção jurídica	2 448 341	4 340	(4 441)	2 448 240
Assistência	12 569 876	1 348 599	(1 606)	13 916 869
Diversos	8 449 690	3 635 860	2	12 085 552
	336 275 396	18 212 375	(3 543 539)	350 944 232
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2 254 113)	80 876	(4 009)	(2 177 246)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 316 971)	(336 224)	(1 016)	(1 654 211)
Doença	(3 225 894)	(308 256)	92 829	(3 441 321)
Incêndio e outros danos	(15 890 424)	(172 347)	10 976	(16 051 795)
Automóvel	(30 153 372)	554 814	(340 475)	(29 939 033)
Marítimo, aéreo e transportes	(343 297)	74 950	521	(267 826)
Responsabilidade civil geral	(1 443 513)	(390 184)	2 797	(1 830 900)
Crédito e cauções	(16 990)	4 159	(10)	(12 841)
Proteção jurídica	(487 963)	24 812	552	(462 599)
Assistência	(2 503 790)	(36 025)	97	(2 539 718)
Diversos	(1 609 743)	(700 550)	-	(2 310 293)
	(59 246 070)	(1 203 975)	(237 738)	(60 687 783)
	277 029 326	17 008 400	(3 781 277)	290 256 449
	278 826 184	16 778 778	(3 781 277)	291 823 685

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1 515 796	281 321	(259)	1 796 858
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13 345 392	185 576	45 953	13 576 921
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 036 245	643 009	(3 567)	7 675 687
Doença	25 874 826	4 947 940	(1 055 343)	29 767 423
Incêndio e outros danos	91 907 877	(235 138)	(367 248)	91 305 491
Automóvel	154 767 285	4 391 467	(491 247)	158 667 505
Marítimo, aéreo e transportes	2 870 575	(778 980)	(4 219)	2 087 376
Responsabilidade civil geral	9 542 956	(14 035)	(38 304)	9 490 617
Crédito e cauções	345 451	(108 163)	(819)	236 469
Proteção jurídica	2 446 658	4 498	(2 815)	2 448 341
Assistência	11 431 840	1 139 190	(1 154)	12 569 876
Diversos	8 697 795	(248 105)	-	8 449 690
	328 266 900	9 927 259	(1 918 763)	336 275 396
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2 304 492)	53 779	(3 400)	(2 254 113)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 366 041)	49 580	(510)	(1 316 971)
Doença	(2 882 523)	(403 106)	59 735	(3 225 894)
Incêndio e outros danos	(15 660 706)	(243 904)	14 186	(15 890 424)
Automóvel	(30 127 098)	334 220	(360 494)	(30 153 372)
Marítimo, aéreo e transportes	(306 893)	(36 750)	346	(343 297)
Responsabilidade civil geral	(1 509 460)	62 464	3 483	(1 443 513)
Crédito e cauções	(23 398)	6 421	(13)	(16 990)
Proteção jurídica	(488 459)	147	349	(487 963)
Assistência	(2 271 938)	(231 919)	67	(2 503 790)
Diversos	(1 670 848)	248 817	(187 712)	(1 609 743)
	(58 611 856)	(160 251)	(473 963)	(59 246 070)
	269 655 044	9 767 008	(2 392 726)	277 029 326
	271 170 840	10 048 329	(2 392 985)	278 826 184

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	97 246 776	23 805 280	121 052 056	98 652 055	25 971 059	124 623 114
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	574 633 306	1 052 361	575 685 667	565 149 550	934 466	566 084 016
Provisão para assistência vitalícia	163 207 398	7 950 714	171 158 112	160 826 545	7 911 113	168 737 658
Provisão para assistência temporária	46 064 474	2 748 705	48 813 179	50 775 800	3 282 815	54 058 615
	783 905 178	11 751 780	795 656 958	776 751 895	12 128 394	788 880 289
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21 575 264	421 092	21 996 356	22 226 900	475 506	22 702 406
Doença	48 994 731	3 623 134	52 617 865	48 315 071	3 591 133	51 906 204
Incêndio e outros danos	129 645 528	14 370 483	144 016 011	116 221 715	13 406 427	129 628 142
Automóvel	452 354 028	18 053 506	470 407 534	450 003 508	45 573 615	495 577 123
Marítimo, aéreo e transportes	8 587 938	987 915	9 575 853	11 088 308	1 076 856	12 165 164
Responsabilidade civil geral	88 614 349	13 876 011	102 490 360	103 345 420	5 300 845	108 646 265
Crédito e cauções	746 565	65 765	812 330	827 284	74 844	902 128
Proteção jurídica	12 402	6 579	18 981	15 549	8 314	23 863
Assistência	61 453	37 159	98 612	65 075	37 938	103 013
Diversos	8 919 418	785 276	9 704 694	6 455 253	1 673 063	8 128 316
	759 511 676	52 226 920	811 738 596	758 564 083	71 218 541	829 782 624
	1 543 416 854	63 978 700	1 607 395 554	1 535 315 978	83 346 935	1 618 662 913
	1 640 663 630	87 783 980	1 728 447 610	1 633 968 033	109 317 994	1 743 286 027

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	124 623 114	263 547 444	(267 119 415)	913	121 052 056
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	788 880 289	114 496 348	(109 699 376)	1 979 697	795 656 958
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22 702 406	8 175 403	(8 881 633)	180	21 996 356
Doença	51 906 204	196 274 568	(196 150 802)	587 895	52 617 865
Incêndio e outros danos	129 628 142	130 303 745	(116 052 112)	136 236	144 016 011
Automóvel	495 577 123	317 497 594	(343 400 847)	733 664	470 407 534
Marítimo, aéreo e transportes	12 165 164	1 042 756	(3 637 889)	5 822	9 575 853
Responsabilidade civil geral	108 646 265	7 194 091	(13 352 725)	2 729	102 490 360
Crédito e cauções	902 128	177 708	(267 506)	-	812 330
Proteção jurídica	23 863	(3 177)	(1 705)	-	18 981
Assistência	103 013	6 695	(11 096)	-	98 612
Diversos	8 128 316	20 325 935	(18 749 557)	-	9 704 694
	1 618 662 913	795 491 666	(810 205 248)	3 446 223	1 607 395 554
	1 743 286 027	1 059 039 110	1 077 324 663)	3 447 136	1 728 447 610

(valores em euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	123 816 191	285 667 316	(284 860 393)	-	124 623 114
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	786 160 945	115 439 344	(113 790 207)	1 070 207	788 880 289
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 470 564	15 007 619	(7 776 344)	567	22 702 406
Doença	45 493 427	177 853 977	(171 922 316)	481 116	51 906 204
Incêndio e outros danos	122 941 743	107 833 327	(101 262 381)	115 453	129 628 142
Automóvel	517 240 498	291 182 362	(312 387 091)	(458 646)	495 577 123
Marítimo, aéreo e transportes	14 418 320	3 654 560	(5 912 602)	4 886	12 165 164
Responsabilidade civil geral	111 508 672	7 930 628	(10 796 724)	3 689	108 646 265
Crédito e cauções	857 875	311 430	(267 177)	-	902 128
Proteção jurídica	77 460	(46 560)	(7 037)	-	23 863
Assistência	208 341	(102 639)	(2 689)	-	103 013
Diversos	8 695 002	15 071 057	(15 637 743)	-	8 128 316
	1 623 072 847	734 135 105	(739 762 311)	1 217 272	1 618 662 913
	1 746 889 038	1 019 802 421	1 024 622 704)	1 217 272	1 743 286 027

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	16 283 252	25 114 103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	230 339	368 105
Doença	1 047	3 682 055
Incêndio e outros danos	2 891 055	3 291 533
Automóvel	23 896 420	21 311 698
Marítimo, aéreo e transportes	444	39 286
Responsabilidade civil geral	411 465	1 036 256
Crédito e cauções	15 823	55 297
Assistência	5 467 544	6 008 104
Diversos	40 738	36 429
	49 238 127	60 942 866

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	25 114 103	(8 830 851)	16 283 252
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	368 105	(137 766)	230 339
Doença	3 682 055	(3 681 008)	1 047
Incêndio e outros danos	3 291 533	(400 478)	2 891 055
Automóvel	21 311 698	2 584 722	23 896 420
Marítimo, aéreo e transportes	39 286	(38 842)	444
Responsabilidade civil geral	1 036 256	(624 791)	411 465
Crédito e cauções	55 297	(39 474)	15 823
Assistência	6 008 104	(540 560)	5 467 544
Diversos	36 429	4 309	40 738
	60 942 866	(11 704 739)	49 238 127

(valores em euros)

	2015		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	23 277 225	1 836 878	25 114 103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	252 441	115 664	368 105
Doença	3 428 386	253 669	3 682 055
Incêndio e outros danos	5 174 504	(1 882 971)	3 291 533
Automóvel	19 452 738	1 858 960	21 311 698
Marítimo, aéreo e transportes	4 909	34 377	39 286
Responsabilidade civil geral	577 070	459 186	1 036 256
Crédito e cauções	3 082	52 215	55 297
Proteção jurídica	306	(306)	-
Assistência	6 586 948	(578 844)	6 008 104
Diversos	-	36 429	36 429
	58 757 609	2 185 257	60 942 866

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	2016		Total
			Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	
De contratos de seguro					
Vida risco individual	62 016 491	(77 110)	61 939 381	15 722 480	77 661 861
Vida risco grupo	148 230 463	-	148 230 463	16 441 868	164 672 331
Vida capitalização individual	30 781 307	(50 415)	30 730 892	40 937	30 771 829
Vida capitalização grupo	2 969 919	-	2 969 919	-	2 969 919
	243 998 180	(127 525)	243 870 655	32 205 285	276 075 940
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	259 827 922	(11 462)	259 816 460	17 325 095	277 141 555
Vida capitalização grupo	301 373 041	-	301 373 041	4 585 661	305 958 702
Vida PPR individual	843 474 355	(29 056)	843 445 299	14 595 470	858 040 769
	1 404 675 318	(40 518)	1 404 634 800	36 506 226	1 441 141 026
	1 648 673 498	(168 043)	1 648 505 455	68 711 511	1 717 216 966

(valores em euros)

	2015				Total
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	
De contratos de seguro					
Vida risco individual	54 341 483	(3 544)	54 337 939	15 182 138	69 520 077
Vida risco grupo	156 392 984	-	156 392 984	15 702 383	172 095 367
Vida capitalização individual	22 236 205	(51 388)	22 184 817	31 283	22 216 100
Vida capitalização grupo	2 860 953	-	2 860 953	-	2 860 953
	235 831 625	(54 932)	235 776 693	30 915 804	266 692 497
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	293 471 531	(15 358)	293 456 173	13 839 322	307 295 495
Vida capitalização grupo	283 509 699	-	283 509 699	6 528 762	290 038 461
Vida PPR individual	820 287 800	(36 033)	820 251 767	17 479 787	837 731 554
	1 397 269 030	(51 391)	1 397 217 639	37 847 871	1 435 065 510
	1 633 100 655	(106 323)	1 632 994 332	68 763 675	1 701 758 007

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	235 776 693	7 963 317	-	(72 598)	-	203 243	243 870 655
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 397 217 639	(4 814 998)	-	10 878	3 396 418	8 824 863	1 404 634 800
	1 632 994 332	3 148 319	-	(61 720)	3 396 418	9 028 106	1 648 505 455
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	30 915 804	4 941 827	(475 398)	-	-	(3 176 948)	32 205 285
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	37 847 871	4 687 983	2 829 030	-	-	(8 858 658)	36 506 226
	68 763 675	9 629 810	2 353 632	-	-	(12 035 606)	68 711 511
	1 701 758 007	12 778 129	2 353 632	(61 720)	3 396 418	(3 007 500)	1 717 216 966

(valores em euros)

	2015						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	227 971 040	7 289 121	-	(4 142)	-	520 674	235 776 693
De contratos de investimento com participação							
nos resultados com componente discricionária	1 439 409 242	(52 768 910)	-	14 374	418 385	10 144 548	1 397 217 639
	1 667 380 282	(45 479 789)	-	10 232	418 385	10 665 222	1 632 994 332
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	31 068 577	8 279 453	(5 056 722)	-	-	(3 375 504)	30 915 804
De contratos de investimento com participação							
nos resultados com componente discricionária	78 060 258	33 250 200	(63 318 034)	-	-	(10 144 553)	37 847 871
	109 128 835	41 529 653	(68 374 756)	-	-	(13 520 057)	68 763 675
	1 776 509 117	(3 950 136)	(68 374 756)	10 232	418 385	(2 854 835)	1 701 758 007

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.17. f).

21. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016					
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	544 300 085	35 932 004	(94 527 512)	(397 810)	-	485 306 767
Unit-linked capitalização grupo	721 245	-	-	-	-	721 245
Unit-linked PPR	28 028 092	222 154	(1 367 109)	176 882	(110 838)	26 949 181
	573 049 422	36 154 158	(95 894 621)	(220 928)	(110 838)	512 977 193
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4 517 190 923	869 171 791	(594 650 712)	81 160 761	(3 285 580)	4 869 587 183
Vida Taxa Fixa individual	2 979 955 085	1 211 410 102	(1 353 631 014)	67 516 051	-	2 905 250 224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5 447 800	-	(107 351)	35 286	-	5 375 735
	7 502 593 808	2 080 581 893	(1 948 389 077)	148 712 098	(3 285 580)	7 780 213 142
	8 075 643 230	2 116 736 051	(2 044 283 698)	148 491 170	(3 396 418)	8 293 190 335

(valores em euros)

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	668 648 640	3 464 808	(135 466 571)	7 653 211	-	544 300 088
Unit-linked capitalização grupo	668 782	-	-	52 463	-	721 245
Unit-linked PPR	42 346 865	236 479	(14 809 034)	304 589	(50 810)	28 028 089
	711 664 287	3 701 287	(150 275 605)	8 010 263	(50 810)	573 049 422
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	3 728 227 571	1 040 758 751	(353 146 810)	101 718 984	(367 575)	4 517 190 921
Vida Taxa Fixa individual	3 246 908 900	1 453 579 399	(1 806 342 000)	85 808 786	-	2 979 955 085
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5 429 278	-	(5 347)	23 871	-	5 447 802
	6 980 565 749	2 494 338 150	(2 159 494 157)	187 551 641	(367 575)	7 502 593 808
	7 692 230 036	2 498 039 437	(2 309 769 762)	195 561 904	(418 385)	8 075 643 230

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

22. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 7)	15 072 639	18 448 784
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	8 737 700	4 406 362
Cobertura fluxos de caixa (Nota 7)	4 731 582	-
	13 469 282	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	4 438 349	4 994 028
Não Vida	112 706 718	103 269 123
	117 145 067	108 263 151

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Empréstimos		
Empréstimos bancários	562 887 131	334 622 872
Outros		
Locações financeiras	28 293 305	21 297 468
	721 794 785	468 589 853
	736 867 424	487 038 637

A rubrica "Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito" em 31 de dezembro de 2016 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,51%.

23. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	61 740 822	51 572 013
Tomadores de seguro	29 921 892	31 711 397
Cosseguradoras	14 318 884	11 669 680
	105 981 598	94 953 090
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	36 847 597	45 052 886
Contas correntes de ressegurados	1 855 329	2 398 064
	38 702 926	47 450 950
Contas a pagar por outras operações		
Imposto agregado	64 209 894	-
Empresas associadas	17 252	17 252
Fornecedores de ativos tangíveis	815 276	936 596
Fornecedores conta corrente	62 444 899	38 703 784
Pessoal	41 727	43 808
Consultores, assessores e intermediários	10 619	1 172 646
Fundos de pensões	386 363	387 227
Contas de regularização interna	9 639 021	2 145 370
Adiantamento de clientes	18 690 082	9 484 443
Credores diversos	41 123 253	15 349 239
	197 378 386	68 240 365
	342 062 910	210 644 405

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica "Credores diversos" inclui responsabilidades assumidas com a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na sequência desta participada apresentar capitais próprios negativos (Nota 5).

24. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	16 088 013	30 652 634
Outros	301 952	376 656
	16 389 965	31 029 290
Acréscimos de gastos		
Juros a liquidar	204 268	283 720
Férias e subsídios a pagar	31 555 835	29 545 645
Seguros	1 702 817	337 227
Remunerações variáveis, incluindo encargos	7 248 001	7 942 213
Prémios de desempenho da empresa	10 270 187	10 255 418
Prémio de permanência	609 574	846 905
Outros custos com pessoal	155 520	910 057
Provisão para prémios de angariação	395 980	1 070 071
Comissões a pagar	39 960 673	35 338 540
Pagamentos diferidos - Marketing	4 879 121	4 972 178
Imposto municipal de imóveis	1 747 210	1 671 779
Auditoria	511 121	429 679
Publicidade	326 487	466 796
Eletricidade	306 258	297 278
Faturas em conferência	4 300 996	3 127 164
Honorários médicos/enfermagem	17 250 784	12 885 374
Serviços de Saúde	9 540 523	9 831 655
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	5 140 544	5 135 381
Outros	5 837 961	848 499
	141 943 860	126 195 579
	158 333 825	157 224 869

25. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016							Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	Desvios atuariais por capital próprio	
Provisões para impostos	24 978 918	3 207 175	(20 056 488)	(1 050 340)	-	-	-	7 079 265
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34)								
Benefícios de saúde	22 191 389	-	(716 713)	-	-	-	2 162 605	23 637 281
Encargos com pensões	3 034 877	-	(65 318)	(1 091)	-	-	352 414	3 320 882
Provisão para o Fundo								
de Acidentes de Trabalho	47 036 302	1 500 000	-	-	-	-	-	48 536 302
Provisão para reestruturação	60 524 302	-	(25 099 384)	-	-	-	-	35 424 918
Outras	29 407 134	14 147 995	(23 508 248)	(129 575)	473 442	1 652 717	-	22 043 465
	187 172 922	18 855 170	(69 446 151)	(1 181 006)	473 442	1 652 717	2 515 019	140 042 113

(valores em euros)

	2015						Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por capital próprio		
Provisões para impostos	19 072 603	5 906 315	-	-	-	-	24 978 918
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34)							
Benefícios de saúde	22 021 108	-	(646 509)	(1 530)	818 320	-	22 191 389
Encargos com pensões	2 903 957	-	(15 689)	(1 154)	147 763	-	3 034 877
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	45 236 302	1 800 000	-	-	-	-	47 036 302
Provisão para reestruturação	52 338 451	25 100 000	(16 914 149)	-	-	-	60 524 302
Outras	68 781 703	-	(38 581 261)	(793 308)	-	-	29 407 134
	210 354 124	32 806 315	(56 157 608)	(795 992)	966 083		187 172 922

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2015 a 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27 299 163 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7 038 236 Euros. Em 31 de dezembro para 2014, encontrava-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52 153 917 Euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

Em 2015 o Grupo Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2016 a 2019, mantendo as mesmas condições divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25 100 000 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16 914 149 Euros. Em 31 de dezembro para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60 524 302 Euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2016 saíram 177 colaboradores, o que originou a utilização de 25 099 384 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação no valor de 35 424 918 Euros. No mesmo período foram contratados 118 colaboradores.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos e 3 meses.

Os outros montantes registados na rubrica "Outras" destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2016 e 2015, as rubricas "Outras Provisões" inclui utilizações de 6 663 078 Euros e 6 453 883 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica "Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)".

A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Benefícios de saúde" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Encargos com pensões" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 34).

26. Capital

O capital social no valor de 381 150 000 Euros, é constituído por 121 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em dezembro de 2015 foram realizadas, pelos acionistas, prestações suplementares por forma a construírem um reforço dos capitais próprios da Fidelidade no montante global de 521 530 515 Euros nos seguintes termos:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A. pelo montante de 500 000 000 Euros;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. pelo montante de 21 530 515 Euros.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da assembleia geral de 31 de março de 2015, 13 300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 Euros, perfazendo o valor total de 148 960 Euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

A estrutura acionista, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

(valores em euros)

Acionistas	2016		2015	
	Número de Ações	% Participação	Número de Ações	% Participação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	102 833 140	84,9861%	102 833 140	84,9861%
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	18 150 000	15,0000%	18 150 000	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	3 560	0,00290%	3 560	0,00290%
Ações Próprias	13 300	0,01100%	13 300	0,01100%
	121 000 000	100%	121 000 000	100%

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade via Longrun Portugal, SGPS, S.A., o Grupo Fidelidade passou a integrar o Grupo Fosun.

Os resultados do exercício de 2015 e 2014 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2015	2014
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	17 660 613	15 080 369
Reservas Livres	161 982 005	125 209 445
Resultados transitados	106 644 272	37 942 391
	286 286 890	178 232 205

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	211 108 365	286 286 890
Número de ações (no final do exercício)	121 000 000	121 000 000
Resultado por ação (em Euros)	1,74	2,37

27. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 8)	30 860 617	95 668 787
Montante atribuível aos segurados	(7 633 508)	(5 042 089)
	23 227 109	90 626 698
De outros ativos financeiros	-	1 933 013
	23 227 109	92 559 711
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 10)	106 470 627	72 992 202
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura		
em coberturas de fluxos de caixa	(4 092 767)	(216 027)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura		
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	43 109 385	-
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	17 230 479	84 161 120
Montante atribuível aos segurados	-	(237 787)
	17 230 479	83 923 333
	185 944 833	249 259 219
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(23 638 203)	(45 079 609)
De terrenos e edifícios de uso próprio	(11 379 154)	(9 311 456)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura		
em coberturas de fluxos de caixa	859 481	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura		
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	(9 406 249)	-
De diferenças de câmbio	4 365 070	-
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	24 732 643	14 376 077
Benefícios de saúde	2 976 512	2 338 543
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(6 896 426)	(7 825 551)
	(18 386 326)	(45 501 996)

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Outras reservas		
Reserva legal	139 318 234	121 563 696
Prémios de emissão	115 103 280	115 103 280
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(55 264 857)	(46 452 308)
Benefícios de saúde	(6 415 803)	(4 253 196)
Outras reservas	331 241 285	171 716 268
	523 982 139	357 677 740
Resultados transitados	239 018 070	141 113 706
Resultado do exercício	211 108 365	286 286 890
	1 141 667 081	988 835 559

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação", refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

O resultado consolidado dos exercícios de 2016 e 2015 foi determinado da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016	2015
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	100 420 503	207 862 216
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(3 792 950)	228 225
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	350 067	651 804
Universal Seguros, S.A.	1 859 851	2 443 785
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	1 880 563	679 711
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	1 044 612	966 867
Imobiliário		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(2 958 150)	7 278 154
Fidelidade - Property International, S.A.	(40 025 590)	(7 845 080)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInvest	10 809 608	5 783 522
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	(896 508)	(283 643)
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.		
(método da equivalência patrimonial)	(31 384)	(56 142)
FPI (UK) 1 LIMITED	8 743 061	1 656 438

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
FPI US 1 LLC	(9 362 576)	(1 381 689)
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	7 251 171	1 668 905
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	6 309 791	-
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	(39 287)	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	(4 792 663)	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	(7 180)	-
FPE (IT) Società per Azioni	33 685 905	5 550 271
Madison 30 31 JV LLC (método da equivalência patrimonial)	(6 269 579)	(209)
GK Kita Aoyoma Support 2	(43 142)	(47 956)
Higashi Shinagawa Two TMK	18 930 493	15 798 418
Godo Kaisha Praia	7 862 661	-
Godo Kaisha Moana	(66 803)	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	14 512 862	19 803 197
Outros setores		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	112 211	96 909
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	72 736	27 249
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	(47 116)	78 058
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	(758)	1 196
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	(3 759)	1 730
FCM Beteiligungs GmbH	(3 519 695)	(7 350 750)
FID I (HK) LIMITED	(3 801 405)	24 087 062
FID II (HK) LIMITED	-	1 213 528
FID III (HK) LIMITED	(3 097)	(3 142)
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	886	732 545
Eliminação de dividendos	(1 309 088)	(1 562 525)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 28)	(1 643 625)	178 431
Anulação de perdas por imparidade líquidas de reversões	60 744 992	21 881 322
Ajustamentos em imobiliário	(6 862 509)	(88 404)
Contabilidade de cobertura	(33 703 136)	-
Correção de resultados de anos anteriores	987 997	(824 656)
Anulação das diferenças de câmbio em transações intra-grupo	18 581 585	(11 623 114)
Outros	36 126 810	(1 315 343)
	211 108 365	286 286 890

28. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

(valores em euros)

	% Interesses não controlados	2016	2015
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	1,15%	1 367 965	1 243 892
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	43,65%	4 468 080	4 317 795
Universal Seguros, S.A.	30,87%	3 732 889	3 950 088
FCM Beteiligungs GmbH	49,00%	5 129 549	5 164 557
Luz Saúde, S.A.	1,03%	4 311 980	3 575 449
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14 064 342	12 635 435
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	20,00%	(424)	424
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	0,01%	1 354	1 193
Higashi Shinagawa Two TMK	3,44%	3 961 812	2 874 922
Godo Kaisha Praia	3,00%	3 950 477	-
Godo Kaisha Moana	3,00%	3 160 090	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,70%	810 915	-
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	0,70%	28	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	0,70%	51 310	-
		45 010 367	33 763 755

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2016 e 2015 apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	% Interesses não controlados	2016	2015
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	1,15%	(124 073)	(897 217)
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	43,65%	(455 955)	(426 442)
Universal Seguros, S.A.	30,87%	(445 852)	(773 503)
FCM Beteiligungs GmbH	49,00%	1 724 650	3 475 114
Luz Saúde, S.A.	1,03%	218 279	(457 459)
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	(1 428 908)	(235 435)
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	20,00%	752	(346)
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	0,01%	(117)	(42)
Higashi Shinagawa Two TMK	3,44%	(930 512)	(506 239)
Godo Kaisha Praia	3,00%	(236 178)	-
Godo Kaisha Moana	3,00%	2 007	-
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,70%	50	-
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	0,70%	275	-
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	0,70%	31 957	-
		(1 643 625)	178 431

29. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	161 814 697	(13 680 197)	148 134 500	163 307 552	(13 724 531)	149 583 021
Contrato seguro com participação nos resultados	40 952 059	(1 228 286)	39 723 773	41 084 870	(1 406 524)	39 678 346
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	132 874 006	-	132 874 006	92 925 647	-	92 925 647
	335 640 762	(14 908 483)	320 732 279	297 318 069	(15 131 055)	282 187 014
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	160 661 550	(5 578 518)	155 083 032	143 538 096	(7 861 664)	135 676 432
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	30 394 775	(12 796 047)	17 598 728	27 240 284	(8 560 405)	18 679 879
Doença	266 818 207	(241 856 138)	24 962 069	230 241 898	(207 293 519)	22 948 379
Incêndio e outros danos	254 940 538	(101 455 733)	153 484 805	245 272 094	(96 692 210)	148 579 884
Automóvel	428 265 940	(2 814 562)	425 451 378	409 380 024	(2 639 857)	406 740 167
Marítimo, aéreo e transportes	18 509 706	(10 850 486)	7 659 220	18 316 668	(10 621 106)	7 695 562
Responsabilidade civil geral	36 860 678	(11 675 506)	25 185 172	34 110 735	(10 641 770)	23 468 965
Crédito e cauções	799 255	(447 359)	351 896	838 070	(445 813)	392 257
Proteção jurídica	5 751 855	(3 864 482)	1 887 373	5 714 169	(3 849 067)	1 865 102
Assistência	34 025 192	(32 364 002)	1 661 190	30 039 374	(31 287 271)	(1 247 897)
Diversos	37 197 472	(17 851 076)	19 346 396	27 702 466	(9 357 238)	18 345 228
	1 274 225 168	(441 553 909)	832 671 259	1 172 393 878	(389 249 920)	783 143 958
	1 609 865 930	(456 462 392)	1 153 403 538	1 469 711 947	(404 380 975)	1 065 330 972
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	246 544	18 840	265 384	(362 643)	3 223	(359 420)
Contrato seguro com participação nos resultados	(10 765)	(4 747)	(15 512)	40 435	(2 341)	38 094
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	(6 157)	-	(6 157)	40 887	-	40 887
	229 622	14 093	243 715	(281 321)	882	(280 439)

(continuação)

(valores em euros)

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(366 170)	(14 363)	(380 533)	(185 576)	32 547	(153 029)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 634 448)	(284 337)	(1 918 785)	(643 009)	895 221	252 212
Doença	(4 618 185)	1 909 646	(2 708 539)	(4 947 940)	(1 830 041)	(6 777 981)
Incêndio e outros danos	(175 985)	(168 653)	(344 638)	235 138	(1 582 670)	(1 347 532)
Automóvel	(5 510 100)	(223 742)	(5 733 842)	(4 391 467)	(537 658)	(4 929 125)
Marítimo, aéreo e transportes	225 892	32 643	258 535	778 980	(1 624 327)	(845 347)
Responsabilidade civil geral	(1 194 828)	378 845	(815 983)	14 035	(150 025)	(135 990)
Crédito e cauções	50 248	(43 076)	7 172	108 163	(76 684)	31 479
Proteção jurídica	(4 340)	5 707	1 367	(4 498)	51 220	46 722
Assistência	(1 348 599)	543 608	(804 991)	(1 139 190)	1 132 180	(7 010)
Diversos	(3 635 860)	770 426	(2 865 434)	248 105	974 546	1 222 651
	(18 212 375)	2 906 704	(15 305 671)	(9 927 259)	(2 715 691)	(12 642 950)
	(17 982 753)	2 920 797	(15 061 956)	(10 208 580)	(2 714 809)	(12 923 389)
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	162 061 241	(13 661 357)	148 399 884	162 944 909	(13 721 308)	149 223 601
Contrato seguro com participação nos resultados	40 941 294	(1 233 033)	39 708 261	41 125 305	(1 408 865)	39 716 440
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	132 867 849	-	132 867 849	92 966 534	-	92 966 534
	335 870 384	(14 894 390)	320 975 994	297 036 748	(15 130 173)	281 906 575
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	160 295 380	(5 592 881)	154 702 499	143 352 520	(7 829 117)	135 523 403
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	28 760 327	(13 080 384)	15 679 943	26 597 275	(7 665 184)	18 932 091
Doença	262 200 022	(239 946 492)	22 253 530	225 293 958	(209 123 560)	16 170 398
Incêndio e outros danos	254 764 553	(101 624 386)	153 140 167	245 507 232	(98 274 880)	147 232 352
Automóvel	422 755 840	(3 038 304)	419 717 536	404 988 557	(3 177 515)	401 811 043
Marítimo, aéreo e transportes	18 735 598	(10 817 843)	7 917 755	19 095 648	(12 245 433)	6 850 215
Responsabilidade civil geral	35 665 850	(11 296 661)	24 369 189	34 124 770	(10 791 795)	23 332 975
Crédito e cauções	849 503	(490 435)	359 068	946 233	(522 497)	423 736
Proteção jurídica	5 747 515	(3 858 775)	1 888 740	5 709 671	(3 797 847)	1 911 824
Assistência	32 676 593	(31 820 394)	856 199	28 900 184	(30 155 091)	(1 254 907)
Diversos	33 561 612	(17 080 650)	16 480 962	27 950 571	(8 382 692)	19 567 879
	1 256 012 793	(438 647 205)	817 365 588	1 162 466 619	(391 965 611)	770 501 009
	1 591 883 177	(453 541 595)	1 138 341 582	1 459 503 367	(407 095 784)	1 052 407 584

Nos exercícios de 2016 e 2015, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto	335 640 762	297 254 833
Contratos individuais	137 978 212	101 364 399
Contratos de grupo	197 662 550	195 890 434
	335 640 762	297 254 833
Periódicos	271 462 555	226 478 377
Não periódicos	64 178 207	70 776 456
	335 640 762	297 254 833
Contratos sem participação nos resultados	161 888 542	163 449 753
Contratos com participação nos resultados	173 752 220	133 805 080
	335 640 762	297 254 833
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	-	63 236
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	335 640 762	297 318 069
Saldo de resseguro	(5 370 599)	(2 940 953)

30. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2016 e 2015 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 2 551 811 Euros e a 2 306 164 Euros, respetivamente.

31. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite	268 902 357	(3 569 348)	265 333 009	288 199 547	784 533	288 984 080
Resseguro cedido	(8 603 018)	360 641	(8 242 377)	(5 926 533)	(1 740 285)	(7 666 818)
	260 299 339	(3 208 707)	257 090 632	282 273 014	(955 752)	281 317 262
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	149 188 850	7 732 394	156 921 244	142 509 985	4 893 339	147 403 324
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	10 882 584	(722 043)	10 160 541	9 191 633	7 423 159	16 614 792
Doença	197 557 734	734 202	198 291 936	168 748 974	7 012 279	175 761 253
Incêndio e outros danos	122 096 911	12 972 677	135 069 588	103 858 410	7 934 627	111 793 037
Automóvel	334 193 191	(30 796 727)	303 396 464	301 394 658	(21 817 550)	279 577 107
Marítimo, aéreo e transportes	3 726 557	(2 583 066)	1 143 491	6 280 346	(2 243 795)	4 036 551
Responsabilidade civil geral	13 540 480	(6 052 702)	7 487 778	10 025 383	(2 852 357)	7 173 026
Crédito e cauções	373 172	(73 023)	300 149	685 514	23 167	708 681
Proteção Jurídica	89 052	(4 881)	84 171	93 037	(53 598)	39 439
Assistência	497 377	(4 202)	493 175	413 793	(105 328)	308 465
Diversos	19 381 205	1 570 686	20 951 891	16 504 449	(561 121)	15 943 328
	851 527 113	(17 226 685)	834 300 428	759 706 182	(347 178)	759 359 003
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(804 760)	(378 068)	(1 182 828)	(1 416 671)	(163 672)	(1 580 343)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 764 887)	(5 763 082)	(7 527 969)	(594 827)	(702 163)	(1 296 990)
Doença	(179 237 440)	2 482 436	(176 755 004)	(153 179 182)	(5 042 939)	(158 222 121)
Incêndio e outros danos	(46 047 669)	(19 393 010)	(65 440 679)	(25 626 807)	(13 544 904)	(39 171 712)
Automóvel	(1 332 320)	(931 164)	(2 263 484)	(1 782 660)	(336 982)	(2 119 642)
Marítimo, aéreo e transportes	(976 427)	2 048 304	1 071 877	(4 185 790)	3 173 327	(1 012 463)
Responsabilidade civil geral	(2 578 503)	5 511 253	2 932 750	(1 171 112)	(325 128)	(1 496 240)
Crédito e cauções	(35 272)	10 017	(25 255)	33 457	76	33 533
Assistência	(8 041)	(1 116)	(9 157)	(91)	(1 599)	(1 690)
Diversos	(12 288 483)	(1 000 270)	(13 288 753)	(9 734 591)	112 310	(9 622 281)
	(245 073 802)	(17 414 700)	(262 488 502)	(197 658 274)	(16 831 674)	(214 489 949)
	606 453 311	(34 641 385)	571 811 926	562 047 908	(17 178 853)	544 869 054
	866 752 650	(37 850 092)	828 902 558	844 320 922	(18 134 605)	826 186 316

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016						Total
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	96 511 633	(3 168 143)	93 343 490	(3 521 275)	7 963 317	4 941 827	102 727 359
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	172 390 724	(401 205)	171 989 519	1 398 705	(4 814 998)	4 687 983	173 261 209
	268 902 357	(3 569 348)	265 333 009	(2 122 570)	3 148 319	9 629 810	275 988 568
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8 603 018)	360 641	(8 242 377)	-	1 157 707	-	(7 084 670)
	(8 603 018)	360 641	(8 242 377)	-	1 157 707	-	(7 084 670)
Líquido							
De contratos de seguro	87 908 615	(2 807 502)	85 101 113	(3 521 275)	9 121 024	4 941 827	95 642 689
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	172 390 724	(401 205)	171 989 519	1 398 705	(4 814 998)	4 687 983	173 261 209
	260 299 339	(3 208 707)	257 090 632	(2 122 570)	4 306 026	9 629 810	268 903 898

(valores em euros)

	2015						Total
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	103 702 890	747 474	104 450 364	770 000	7 289 121	8 279 453	120 788 938
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	184 496 657	37 059	184 533 716	(1 828 216)	(52 768 910)	33 250 200	163 186 790
	288 199 547	784 533	288 984 080	(1 058 216)	(45 479 789)	41 529 653	283 975 728
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(5 926 533)	(1 740 285)	(7 666 818)	-	(1 987 784)	(3 671)	(9 658 273)
	(5 926 533)	(1 740 285)	(7 666 818)	-	(1 987 784)	(3 671)	(9 658 273)
Líquido							
De contratos de seguro	97 776 357	(992 811)	96 783 546	770 000	5 301 337	8 275 782	111 130 665
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	184 496 657	37 059	184 533 716	(1 828 216)	(52 768 910)	33 250 200	163 186 790
	282 273 014	(955 752)	281 317 262	(1 058 216)	(47 467 573)	41 525 982	274 317 455

Nos exercícios de 2016 e 2015, a variação das outras provisões técnicas inclui a reversão da provisão para estabilização de carteira, no montante de 3 521 275 Euros e a dotação de 770 000 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica inclui ainda a dotação de 1 398 705 Euros e a reversão de 1 828 216 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

32. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2016	2015
Custos com pessoal (Nota 33)	297 493 108	273 154 493
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	7 687 918	7 413 749
Combustível	2 208 928	2 156 975
Água	1 223 008	1 108 076
Impressos	410 315	473 770
Material de escritório	718 863	796 571
Conservação e reparação	15 689 091	14 766 239
Rendas e alugueres	25 657 091	24 664 511
Despesas de representação	2 266 481	1 645 717
Comunicação	8 503 020	10 626 986
Deslocações e estadas	5 485 977	5 536 098
Seguros	2 786 133	2 242 746
Gastos com trabalho independente	66 388 196	58 809 446
Publicidade e propaganda	14 655 801	14 107 306
Contencioso e notariado	790 276	765 088
Vigilância e segurança	3 832 541	3 673 816
Trabalhos especializados	76 066 271	63 455 313
Quotizações	1 697 822	1 102 293
Limpeza, higiene e conforto	2 180 294	2 191 499
Gastos com cobrança de prémios	3 220 680	2 230 163
Licenças de software	5 286 823	4 705 792
Subcontratos	94 425 729	92 279 639
Outros	12 400 054	9 600 368
	353 581 312	324 352 161
Impostos e taxas	18 281 776	16 308 461
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 10, 12 e 15)	41 441 301	42 478 493
Outras provisões	(43 927 903)	(16 897 410)
Comissões	25 456 649	8 545 750
Juros suportados	11 163 577	9 011 468
	703 489 820	656 953 416

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	716 622	1 722 499	2 439 121
Relativos aos ramos não vida	64 469 503	6 979 169	71 448 672
	65 186 125	8 701 668	73 887 793

(valores em euros)

	2015		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	905 583	1 629 035	2 534 618
Relativos aos ramos não vida	45 602 228	4 884 930	50 487 158
	46 507 811	6 513 965	53 021 776

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6 085 373	116 079 802	-	122 165 175
Custos técnicos	262 816 984	735 447 311	-	998 264 295
	268 902 357	851 527 113	-	1 120 429 470
Custos de aquisição				
Custos imputados	28 986 608	107 681 221	-	136 667 829
Comissões de mediação	40 468 201	139 552 525	-	180 020 726
Outros	(279 898)	880 614	-	600 716
	69 174 911	248 114 360	-	317 289 271
Gastos administrativos				
Custos imputados	20 624 181	67 366 213	-	87 990 394
Remunerações de mediação	63 877	8 825 961	-	8 889 838
Outros	(464)	(46 264)	-	(46 728)
	20 687 594	76 145 910	-	96 833 504
Gastos financeiros (Nota 36)				
Custos imputados	2 693 691	10 333 817	21 087 041	34 114 549
Outros	728 156	195 920	81 024	1 005 100
	3 421 847	10 529 737	21 168 065	35 119 649
Outros custos (Nota 43)	-	-	322 551 873	322 551 873
Total dos custos de exploração imputados	58 389 853	301 461 053	343 638 914	703 489 820

(valores em euros)

	2015			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6 293 058	95 399 617	-	101 692 675
Custos técnicos	281 906 489	664 306 565	-	946 213 054
	288 199 547	759 706 182	-	1 047 905 729
Custos de aquisição				
Custos imputados	28 554 753	104 531 889	-	133 086 642
Comissões de mediação	46 999 110	122 678 290	-	169 677 400
Outros	297 920	912 580	-	1 210 500
	75 851 783	228 122 759	-	303 974 542
Gastos administrativos				
Custos imputados	19 877 457	63 301 066	-	83 178 523
Remunerações de mediação	66 937	8 865 980	-	8 932 917
Outros	455	43 253	-	43 708
	19 944 849	72 210 299	-	92 155 148
Gastos financeiros (Nota 36)				
Custos imputados	4 112 743	7 105 094	12 625 119	23 842 956
Outros	2 396 095	454 030	-	2 850 125
	6 508 838	7 559 124	12 625 119	26 693 081
Outros custos (Nota 43)	-	-	315 152 620	315 152 620
Total dos custos de exploração imputados	58 838 011	270 337 666	327 777 739	656 953 416

33. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Remunerações		
Órgãos sociais	8 091 183	7 030 142
Pessoal	199 743 671	191 067 181
Encargos sobre remunerações	44 088 469	41 205 043
Benefícios pós-emprego	17 233 071	11 919 244
Benefícios de cessação de emprego	10 572 821	7 510 336
Seguros obrigatórios	2 716 051	2 411 751
Gastos de ação social	12 403 011	9 658 676
Outros gastos com pessoal	2 644 831	2 352 120
	297 493 108	273 154 493

Nos exercícios de 2016 e 2015, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 34)	15 261 017	10 328 071
Plano individual de reforma	1 213 510	1 226 021
Cedência de pessoal	(32 752)	(75 818)
Outros encargos	791 296	440 970
	17 233 071	11 919 244

Em 2016 e 2015, a rubrica "Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2016 e 2015, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2016	2015
Dirigentes	129	113
Gestores	427	453
Técnicos	3 551	3 504
Operacionais	4 253	3 598
Apoio	503	610
	8 863	8 278

Nos exercícios de 2016 e 2015, o Grupo registou uma reversão da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 17 745 Euros e 96 789 Euros, respetivamente. A rubrica "Acréscimos e diferimentos" inclui 609 574 Euros relativo ao prémio de permanência.

34. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativo		
Plano de benefício definido	8 739 168	14 038 385
Passivo		
Plano de contribuição definida	(73 618)	(92 878)
	8 665 550	13 945 507

Relativamente ao exercício de 2016, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1 145 012 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 73 618 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2016 que foram pagas em janeiro de 2017.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo Fidelidade para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetiva no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com "níveis salariais internos XVII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2016	2015
Método atuarial	Projected	Projected
	Unit Credit	Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,80%	2,25%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2016 e 2015 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2016		2015	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,12%	2,00%	0,91%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,24%	0,75%	0,00%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	10 217 625	43 477	10 261 102	6 301 565	40 199	6 341 764
Reformados e pré-reformados	182 184 965	321 169	182 506 134	181 856 040	219 826	182 075 866
	192 402 590	364 646	192 767 236	188 157 605	260 025	188 417 630
Fundos de pensões autónomos	153 835 385	572 475	154 407 860	151 192 163	618 873	151 811 036
Provisões matemáticas	47 098 544	-	47 098 544	50 644 979	-	50 644 979
	200 933 929	572 475	201 506 404	201 837 142	618 873	202 456 015
Diferencial	8 531 339	207 829	8 739 168	13 679 537	358 848	14 038 385
Nível de financiamento	104,43%	156,99%	104,53%	107,27%	238,01%	107,45%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.:	
Fundo de Pensões da Fidelidade	8,73 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,38 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,02 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe S.A.	18 anos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de beneficiários era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	1 120	1 109
Reformados e pré-reformados	2 121	2 090
Rendeiros	541	589
	3 782	3 788

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203 641 129	632 540	204 273 669
Contribuições	17 785 176	-	17 785 176
Variação nas provisões matemáticas	(3 466 048)	-	(3 466 048)
Pensões pagas	(18 322 837)	(30 209)	(18 353 046)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(864 970)	-	(864 970)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3 064 692	16 542	3 081 234
Saldos em 31 de dezembro de 2015	201 837 142	618 873	202 456 015
Contribuições	18 421 934	-	18 421 934
Variação nas provisões matemáticas	(3 546 435)	-	(3 546 435)
Pensões pagas	(18 556 669)	(51 909)	(18 608 578)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(581 429)	-	(581 429)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3 359 386	5 511	3 364 897
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200 933 929	572 475	201 506 404

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respectivas fontes de valorização:

(valores em euros)

	2016								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	25 177 330	40 211	25 217 541	-	-	-	25 177 330	40 211	25 217 541
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	3 811 388	-	3 811 388	-	-	-	3 811 388	-	3 811 388
	3 811 388	-	3 811 388	-	-	-	3 811 388	-	3 811 388
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	56 904	56 904	-	-	-	-	56 904	56 904
Ações nacionais	663 286	-	663 286	-	-	-	663 286	-	663 286
Ações europeias	5 627 802	-	5 627 802	-	-	-	5 627 802	-	5 627 802
Outras ações	97 814	-	97 814	-	-	-	97 814	-	97 814
Imóveis	12 731 703	42 079	12 773 782	2 281 180	-	2 281 180	15 012 883	42 079	15 054 962
Obrigações									
De dívida pública	17 424 477	84 379	17 508 856	-	-	-	17 424 477	84 379	17 508 856
De outros emissores	85 373 345	196 901	85 570 246	-	-	-	85 373 345	196 901	85 570 246
Hedge funds	636 026	-	636 026	-	-	-	636 026	-	636 026
Tesouraria	-	990	990	-	-	-	-	990	990
	122 554 453	381 253	122 935 706	2 281 180	-	2 281 180	124 835 634	381 253	125 216 887
Outros	11 033	151 011	162 044	-	-	-	11 033	151 011	162 044
	151 554 204	572 475	152 126 679	2 281 180	-	2 281 180	153 835 385	572 475	154 407 860

(valores em euros)

	2015								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	40 783 467	47 139	40 830 606	-	-	-	40 783 467	47 139	40 830 606
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	4 295 171	-	4 295 171	-	-	-	4 295 171	-	4 295 171
	4 295 171	-	4 295 171	-	-	-	4 295 171	-	4 295 171
Fundos de investimento									
Ações nacionais	597 855	-	597 855	-	-	-	597 855	-	597 855
Ações europeias	2 614 507	55 282	2 669 789	-	-	-	2 614 507	55 282	2 669 789
Imóveis	12 682 271	28 211	12 710 482	2 299 686	15 345	2 315 031	14 981 957	43 556	15 025 513
Obrigações									
De dívida pública	19 573 182	106 589	19 679 771	-	-	-	19 573 182	106 589	19 679 771
De outros emissores	67 738 200	208 722	67 946 922	-	-	-	67 738 200	208 722	67 946 922
Hedge funds	576 717	5 715	582 432	-	-	-	576 717	5 715	582 432
	103 782 732	404 519	104 187 251	2 299 686	15 345	2 315 031	106 082 418	419 864	106 502 282
Outros	31 107	151 870	182 977	-	-	-	31 107	151 870	182 977
	148 892 477	603 528	149 496 005	2 299 686	15 345	2 315 031	151 192 163	618 873	151 811 036

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	24 603 410	40 211	24 643 621	31 906 566	47 139	31 953 705
Fundos de investimento						
Ações nacionais	657 727	-	657 727	597 855	-	597 855
Imóveis	2 281 180	15 221	2 296 401	2 299 684	15 345	2 315 029
Obrigações						
De outros emissores	14 626 113	127 150	14 753 263	12 767 171	140 464	12 907 635
Tesouraria	-	990	990	-	-	-
	17 565 020	143 361	17 708 381	15 664 710	155 809	15 820 519
	42 168 430	183 572	42 352 002	47 571 275	202 948	47 774 223

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser demonstrados da seguinte forma:

(valores em euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de									
dezembro de 2014	193 434 487	289 047	193 723 534	203 641 129	632 540	204 273 670	10 206 642	343 493	10 550 136
Custo do serviço corrente	107 997	1 136	109 133	-	-	-	(107 997)	(1 136)	(109 133)
Juro líquido de									
benefício definido	3 254 051	7 183	3 261 234	3 509 216	16 176	3 525 392	255 165	8 993	264 158
Custo do exercício	3 362 048	8 319	3 370 367	3 509 216	16 176	3 525 392	147 168	7 857	155 025
Acréscimos de									
responsabilidades por									
pré-reformas	9 618 124	-	9 618 124	-	-	-	(9 618 124)	-	(9 618 124)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(864 972)	-	(864 972)	(864 972)	-	(864 972)
Variações com									
impacto em									
resultados (Nota 33)	12 980 172	8 319	12 988 491	2 644 244	16 176	2 660 420	(10 335 928)	7 857	(10 328 071)
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos									
do plano, não									
incluído no									
rendimento dos juros	-	-	-	(444 522)	365	(444 157)	(444 522)	365	(444 158)
resultantes de									
alterações nos									
pressupostos									
financeiros	3 033 125	5 435	3 038 560	-	-	-	(3 033 125)	(5 435)	(3 038 560)
resultantes de									
diferenças entre os									
pressupostos e os									
valores realizados	498 706	(12 568)	486 138	-	-	-	(498 706)	12 568	(486 138)
Variações com									
impacto em									
capitais próprios	3 531 831	(7 133)	3 524 698	(444 522)	365	(444 157)	(3 976 353)	7 498	(3 968 856)
Contribuições									
para o plano									
efetuadas pelas									
Companhias	-	-	-	17 785 176	-	17 785 176	17 785 176	-	17 785 176
Variação das provisões									
matemáticas	(3 466 048)	-	(3 466 048)	(3 466 048)	-	(3 466 048)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano									
pensões pagas	(18 322 837)	(30 208)	(18 353 045)	(18 322 837)	(30 208)	(18 353 045)	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de									
dezembro de 2015	188 157 605	260 025	188 417 630	201 837 142	618 873	202 456 015	13 679 537	358 848	14 038 385
Custo do serviço corrente	100 714	1 201	101 915	-	-	-	(100 714)	(1 201)	(101 915)
Juro líquido de									
benefício definido	2 885 271	5 624	2 890 895	3 193 061	4 155	3 197 216	307 790	(1 469)	306 321
Custo do exercício	2 985 985	6 825	2 992 810	3 193 061	4 155	3 197 216	207 076	(2 670)	204 406
Acréscimos de									
responsabilidades por									
pré-reformas	14 770 494	113 500	14 883 994	-	-	-	(14 770 494)	(113 500)	(14 883 994)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(581 429)	-	(581 429)	(581 429)	-	(581 429)
Variações com									
impacto em									
resultados (Nota 33)	17 756 479	120 325	17 876 804	2 611 632	4 155	2 615 787	(15 144 847)	(116 170)	(15 261 017)
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos									
do plano, não									
incluído no									
rendimento dos juros	-	-	-	166 327	6 618	172 945	166 327	6 618	172 945
resultantes de									
alterações nos									
pressupostos									
financeiros	5 397 670	3 243	5 400 913	-	(5 262)	(5 262)	(5 397 670)	(8 505)	(5 406 175)
resultantes de									
diferenças entre os									
pressupostos e os									
valores realizados	3 193 944	32 962	3 226 906	-	-	-	(3 193 944)	(32 962)	(3 226 906)
Variações com									
impacto em									
capitais próprios	8 591 614	36 205	8 627 819	166 327	1 356	167 683	(8 425 287)	(34 849)	(8 460 136)
Contribuições									
para o plano									
efetuadas pelas									
Companhias	-	-	-	18 421 936	-	18 421 936	18 421 936	-	18 421 936
Variação das provisões									
matemáticas	(3 546 434)	-	(3 546 434)	(3 546 434)	-	(3 546 434)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano									
pensões pagas	(18 556 674)	(51 909)	(18 608 583)	(18 556 674)	(51 909)	(18 608 583)	-	-	-
Situação em 31 de									
dezembro de 2016	192 402 590	364 646	192 767 236	200 933 929	572 475	201 506 404	8 531 339	207 829	8 739 168

Assistência médica

O Grupo compartilha os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas responsabilidades ascendem a 23 637 281 Euros e a 22 191 389 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 25). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referente a este benefício ascenderam a 2 515 019 Euros e 966 083 Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2016, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2016	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	1,80%	1,55%	2,05%	1,80%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de Reforma	0	0	0	0

(valores em euros)

Responsabilidades em 31 de dezembro 2016					
Cenários		2016	A	B	C
Reformados	Velhice	59 254 966	60 492 116	58 061 599	63 848 248
	Antecipação	15 243 729	15 602 394	14 898 248	16 408 415
	Invalidez	12 145 007	12 557 522	11 753 357	12 472 152
Pensionistas	Viuvez	3 955 739	4 045 662	3 869 392	3 971 076
	Orfandade	158 661	165 865	151 944	159 701
Pré-Reformados	Pensão até INR	34 800 980	35 042 182	34 563 017	34 849 193
	Encargos até INR	5 776 708	5 818 296	5 735 691	5 798 598
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3 491 452	3 613 107	3 375 438	3 700 592
	> Plano Complementar	259 179	270 157	248 784	263 720
Ativos	Plano CCT	6 838 701	7 270 128	6 437 766	7 224 304
	Plano Complementar	3 378 924	3 619 242	3 156 955	3 574 616
Totais		145 304 046	148 496 671	142 252 191	152 270 615

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 47 098 544 Euros.

35. Rendimentos

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida								
Terrenos e edifícios	-	-	21 222	21 222	-	-	803	803
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	497 344	-	-	497 344	73 033	-	-	73 033
Ativos financeiros disponíveis para venda	46 086 045	991 200	-	47 077 245	44 841 108	7 068 334	-	51 909 442
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 815 150	-	-	3 815 150	6 536 175	-	-	6 536 175
Depósitos à ordem	27 148	-	-	27 148	74 933	-	-	74 933
	50 425 687	991 200	21 222	51 438 109	51 525 249	7 068 334	803	58 594 386

(continuação)

(valores em euros)

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos relativos a contratos								
considerados para efeitos								
contabilísticos como contratos								
de investimento								
Ativos financeiros detidos								
para negociação	(1 491 921)	-	-	(1 491 921)	(1 393 936)	-	-	(1 393 936)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	22 264 680	155 370	-	22 420 050	28 004 652	181 991	-	28 186 643
Ativos financeiros								
disponíveis para venda	174 077 687	9 298 064	-	183 375 751	206 931 597	24 235 683	-	231 167 280
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	3 144 985	-	-	3 144 985	4 225 264	-	-	4 225 264
Depósitos à ordem	119 041	-	-	119 041	179 335	-	-	179 335
	198 114 472	9 453 434	-	207 567 906	237 946 912	24 417 674	-	262 364 586
	248 540 159	10 444 634	21 222	259 006 015	289 472 161	31 486 008	803	320 958 972
Investimentos afetos às provisões								
técnicas dos ramos não-vida								
Terrenos e edifícios	-	-	18 611 018	18 611 018	-	-	18 172 208	18 172 208
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	1 543 336	-	-	1 543 336	1 445 443	41 049	-	1 486 492
Ativos financeiros								
disponíveis para venda	27 013 338	8 988 142	-	36 001 480	30 411 938	11 010 202	-	41 422 140
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	3 042 900	-	-	3 042 900	3 440 232	-	-	3 440 232
Depósitos à ordem	-	-	-	-	10 289	-	-	10 289
	31 599 574	8 988 142	18 611 018	59 198 734	35 307 902	11 051 251	18 172 208	64 531 361
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	72 933 726	72 933 726	-	-	35 468 299	35 468 299
Ativos financeiros detidos								
para negociação	(460)	-	-	(460)	(1 128)	-	-	(1 128)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	215	-	-	215	56 160	46 813	-	102 973
Ativos financeiros								
disponíveis para venda	593 222	5 249	-	598 471	4 289 821	1 117 646	-	5 407 467
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	872 489	-	-	872 489	1 315 583	-	-	1 315 583
Depósitos à ordem	(51 350)	-	-	(51 350)	3 720	-	-	3 720
	1 414 116	5 249	72 933 726	74 353 091	5 664 156	1 164 459	35 468 299	42 296 915
	281 553 849	19 438 025	91 565 966	392 557 840	330 444 219	43 701 718	53 641 310	427 787 248

36. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				2015			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 32)								
Custos imputados	2 693 691	10 333 817	21 087 041	34 114 549	4 112 743	7 105 094	12 625 119	23 842 956
Outros gastos de investimentos	728 156	195 920	81 024	1 005 100	2 396 095	454 030	-	2 850 125
	3 421 847	10 529 737	21 168 065	35 119 649	6 508 838	7 559 124	12 625 119	26 693 081

37. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos disponíveis para venda	31 669 603	(12 469 189)	19 200 414	69 102 039	(3 139 736)	65 962 303
	31 669 603	(12 469 189)	19 200 414	69 102 039	(3 139 736)	65 962 303
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	152 637 370	(15 075 270)	137 562 100	344 052 783	(109 071 621)	234 981 162
Empréstimos e contas a receber	-	(83 484)	(83 484)	-	-	-
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	342	(148 712 440)	(148 712 098)	108 274	(187 659 915)	(187 551 641)
	152 637 712	(163 871 194)	(11 233 482)	344 161 057	(296 731 536)	47 429 521
	184 307 315	(176 340 383)	7 966 932	413 263 096	(299 871 272)	113 391 824
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos disponíveis para venda	51 567 792	(3 150 128)	48 417 664	57 131 259	(8 340 638)	48 790 621
	51 567 792	(3 150 128)	48 417 664	57 131 259	(8 340 638)	48 790 621
Investimentos não afetos						
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	-	-	-	-	(1 314 215)	(1 314 215)
Ativos disponíveis para venda	7 811 392	(1 496 133)	6 315 259	4 882 744	(136 190)	4 746 554
	7 811 392	(1 496 133)	6 315 259	4 882 744	(1 450 405)	3 432 339
	243 686 499	(180 986 644)	62 699 855	475 277 099	(309 662 315)	165 614 784

38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(26 311 206)	(26 311 206)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 182 238	(525 056)	657 182	-	(17 931)	(17 931)
	1 182 238	(26 836 262)	(25 654 024)	-	(17 931)	(17 931)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	83 278	(74 903 075)	(74 819 797)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38 470 125	(3 031 295)	35 438 830	6 460 844	(4 720 254)	1 740 590
	38 553 403	(77 934 370)	(39 380 967)	6 460 844	(4 720 254)	1 740 590
	39 735 641	(104 770 632)	(65 034 991)	6 460 844	(4 738 185)	1 722 659
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(13 384 794)	(13 384 794)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3 079 876	(6 960 452)	(3 880 576)	9 513 605	(77 768)	9 435 837
	3 079 876	(20 345 246)	(17 265 370)	9 513 605	(77 768)	9 435 837
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(9 054 831)	(9 054 831)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	12 292	(19 359)	(7 067)	147 350	(834)	146 516
	12 292	(9 074 190)	(9 061 898)	147 350	(834)	146 516
	42 827 809	(134 190 068)	(91 362 259)	16 121 799	(4 816 787)	11 305 012

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	106 677 897	(98 715 172)	7 962 725	6 222 644	(11 933 610)	(5 710 966)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 134 621	(1 915 217)	(780 596)	-	(396 363)	(396 363)
Outros	4 594 622	(5 731 919)	(1 137 297)	4 579 866	(5 346 993)	(767 127)
	112 407 140	(106 362 308)	6 044 832	10 802 510	(17 676 966)	(6 874 456)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	271 117 079	(233 451 677)	37 665 402	6 685 390	(37 082 616)	(30 397 226)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	9 216 071	(37 080 944)	(27 864 873)	21 824 451	(17 729 182)	4 095 269
Outros	359 388 838	(357 958 994)	1 429 844	240 836 417	(237 708 266)	3 128 151
	639 721 988	(628 491 615)	11 230 373	269 346 258	(292 520 064)	(23 173 806)
	752 129 128	(734 853 923)	17 275 205	280 148 768	(310 197 030)	(30 048 262)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	69 445 695	(73 444 296)	(3 998 601)	2 911 694	(4 115 742)	(1 204 048)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3 081 121	(6 433 790)	(3 352 669)	3 188 271	(1 374 323)	1 813 948
Outros	130 390 595	(135 334 837)	(4 944 242)	69 340 002	(68 266 228)	1 073 774
	202 917 411	(215 212 923)	(12 295 512)	75 439 967	(73 756 293)	1 683 674
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	52 840 589	(47 819 768)	5 020 821	1 630	(4 353)	(2 723)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	43 555	(25 591)	17 964	218 995	(188 953)	30 042
	52 884 144	(47 845 359)	5 038 785	220 625	(193 306)	27 319
	1 007 930 683	(997 912 205)	10 018 478	355 809 360	(384 146 629)	(28 337 269)

(valores em euros)

Total	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	106 677 897	(125 026 378)	(18 348 481)	6 222 644	(11 933 610)	(5 710 966)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	2 316 859	(2 440 273)	(123 414)	-	(414 294)	(414 294)
Outros	4 594 622	(5 731 919)	(1 137 297)	4 579 866	(5 346 993)	(767 127)
	113 589 378	(133 198 570)	(19 609 192)	10 802 510	(17 694 897)	(6 892 387)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	271 200 357	(308 354 752)	(37 154 395)	6 685 390	(37 082 616)	(30 397 226)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	47 686 196	(40 112 239)	7 573 957	28 285 295	(22 449 436)	5 835 859
Outros	359 388 838	(357 958 994)	1 429 844	240 836 417	(237 708 266)	3 128 151
	678 275 391	(706 425 985)	(28 150 594)	275 807 102	(297 240 318)	(21 433 216)
	791 864 769	(839 624 555)	(47 759 786)	286 609 612	(314 935 215)	(28 325 603)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	69 445 695	(86 829 090)	(17 383 395)	2 911 694	(4 115 742)	(1 204 048)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	6 160 997	(13 394 242)	(7 233 245)	12 701 876	(1 452 091)	11 249 785
Outros	130 390 595	(135 334 837)	(4 944 242)	69 340 002	(68 266 228)	1 073 774
	205 997 287	(235 558 169)	(29 560 882)	84 953 572	(73 834 061)	11 119 511
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	52 840 589	(56 874 599)	(4 034 010)	1 630	(4 353)	(2 723)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	55 847	(44 950)	10 897	366 345	(189 787)	176 558
	52 896 436	(56 919 549)	(4 023 113)	367 975	(194 140)	173 835
	1 050 758 492	(1 132 102 273)	(81 343 781)	371 931 159	(388 963 416)	(17 032 257)

39. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 735 182)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 446 002	(255 290)
Ativos disponíveis para venda	14 290 983	6 112 499
Empréstimos e contas a receber	1 544 633	2 262 421
Depósitos à ordem	(1 256 939)	1 244 251
Outros	(44 556)	629
	14 244 941	9 364 510
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(3 968 620)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	716 302	12 784 221
Ativos disponíveis para venda	19 590 088	19 367 695
Empréstimos e contas a receber	946 368	955 274
Depósitos à ordem	(432 336)	3 048 332
Outros	(3 580 468)	107
	13 271 334	36 155 629
	27 516 275	45 520 139
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 096 369)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	5 318 983	2 738 194
Ativos disponíveis para venda	559 538	4 198 551
Empréstimos e contas a receber	3 247 659	1 580 987
Depósitos à ordem	4 586 154	(155 357)
Outros	(1 315 727)	411
	11 300 238	8 362 786
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	(147 686)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(1 332)	146 797
Ativos disponíveis para venda	(603)	(1 737 982)
Empréstimos e contas a receber	(731 132)	-
Depósitos à ordem	3 225 960	(7 967 969)
Outros	2	41
	2 345 209	(9 559 113)
	41 161 722	44 323 812

40. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	3 496	-	3 496
Terrenos e edifícios de rendimento	55 493	(62 642)	(7 149)	1 474 910	-	1 474 910
	55 493	(62 642)	(7 149)	1 478 406	-	1 478 406
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	25 026 539	-	25 026 539	590 000	-	590 000
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	12 319 429	-	12 319 429
	25 026 539	-	25 026 539	12 909 429	-	12 909 429
	25 082 032	(62 642)	25 019 390	14 387 835	-	14 387 835

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	21 220 121	(8 796 229)	12 423 892	34 224 307	(15 757 828)	18 466 479
	21 220 121	(8 796 229)	12 423 892	34 224 307	(15 757 828)	18 466 479
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	59 891 204	(18 213 617)	41 677 587	25 801 335	(8 049 073)	17 752 262
	59 891 204	(18 213 617)	41 677 587	25 801 335	(8 049 073)	17 752 262
	81 111 325	(27 009 846)	54 101 479	60 025 642	(23 806 901)	36 218 741

(valores em euros)

Total	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	3 496	-	3 496
Terrenos e edifícios de rendimento	21 275 614	(8 858 871)	12 416 743	35 699 217	(15 757 828)	19 941 389
	21 275 614	(8 858 871)	12 416 743	35 702 713	(15 757 828)	19 944 885
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	84 917 743	(18 213 617)	66 704 126	26 391 335	(8 049 073)	18 342 262
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	12 319 429	-	12 319 429
	84 917 743	(18 213 617)	66 704 126	38 710 764	(8 049 073)	30 661 691
	106 193 357	(27 072 488)	79 120 869	74 413 477	(23 806 901)	50 606 576

41. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	118 739 319	46 024 868	(8 103 178)	-	-	156 661 009
Instrumentos de capital	149 669 620	143 828 125	-	(6 962 591)	-	286 535 154
Outros instrumentos	62 825 937	3 969 378	-	(19 239 765)	-	47 555 550
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1 438 615	141 117	(340 768)	-	-	1 238 964
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11 129 770	2 676 291	(362 670)	(2 205 975)	-	11 237 416
Imparidade de inventários (Nota 13)	3 343	79 479	(18 269)	-	-	64 553
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957 001	-	-	-	-	957 001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	14 320 358	3 557 720	-	(768 579)	-	17 109 499
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	424 635	59 498	-	-	-	484 133
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	44 584 989	-	(3 973 364)	(33 219)	1 191 493	41 769 899
	404 093 587	200 336 476	(12 798 249)	(29 210 129)	1 191 493	563 613 178

(valores em euros)

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	47 930 890	70 808 429	-	-	-	118 739 319
Instrumentos de capital	55 121 491	148 643 747	-	(54 095 618)	-	149 669 620
Outros instrumentos	71 547 423	4 082 354	-	(12 803 840)	-	62 825 937
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	2 589 054	-	(496 540)	(653 899)	-	1 438 615
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11 834 376	2 680 677	(1 410 390)	(1 974 893)	-	11 129 770
Imparidade de inventários (Nota 13)	3 507	-	(164)	-	-	3 343
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	13 272 359	1 660 898	-	(612 899)	-	14 320 358
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	650 826	-	(226 191)	-	-	424 635
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	80 781 173	-	(34 398 931)	(1 797 253)	-	44 584 989
	283 731 099	227 876 105	(36 532 216)	(71 938 402)		403 136 586

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui utilizações de "Outras provisões" (Nota 25), nos montantes de 6 663 078 Euros e 6 453 883 Euros, respetivamente.

42. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de cosseguro	12 610	(21 730)	(9 120)	15 513	(19 710)	(4 197)
Comissões de gestão de fundos de pensões	516 728	-	516 727	534 654	-	534 654
Outros	21 047	(4 900)	16 147	13 183	(10 954)	2 229
	550 385	(26 630)	523 754	563 350	(30 664)	532 686
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de cosseguro	721 084	(235 923)	485 161	837 706	(432 272)	405 434
Outros	482 721	(35 789)	446 932	1 279 688	(425 172)	854 516
	1 203 805	(271 712)	932 093	2 117 394	(857 444)	1 259 950
	1 754 190	(298 342)	1 455 847	2 680 744	(888 108)	1 792 636

43. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	419 503	4 840 324
Outros	2 098 760	1 031 058
	2 518 263	5 871 382
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	307 736	396 321
Diferenças de câmbio favoráveis	30 649 763	5 915 895
Descontos de pronto pagamento	770 643	442 392
Outros	887 502	129 760
	32 615 644	6 884 368
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	168 631	110 033
	168 631	110 033

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	13 388	12 657
	13 388	12 657
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	101 444	228 707
Prestação de serviços	418 560 949	403 142 481
	418 662 393	403 371 188
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(163 345)	(140 738)
Mecenato	(646 667)	(512 587)
Ofertas a clientes	(49 731)	(114 924)
Multas e penalidades	(50 947)	(33 434)
Quotizações diversas	(206 191)	(167 387)
Insuficiência estimativa impostos	(3 221 601)	(2 110 680)
Correções a exercícios anteriores	(507 896)	(53 531)
Dívidas incobráveis	(4 357 474)	(1 721 811)
Regularização de saldos	(534 415)	54 559
Outros	(1 359 367)	(1 055 136)
	(11 097 634)	(5 855 669)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(26 395)	75 096
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(34 749 247)	(5 471 820)
Serviços bancários	(525 432)	(986 498)
Outros	(2 832 642)	(800 113)
	(38 133 716)	(7 183 335)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	-	(9 361)
Perdas em outros ativos tangíveis	(203 016)	(109 903)
	(203 016)	(119 264)
Outros Gastos não técnicos		
Alocação de Gastos não Técnicos (Nota 32)		
Custos com Pessoal	(112 020 247)	(104 010 721)
Fornecimento de Serviços Externos	(179 404 916)	(176 206 931)
Amortizações do Exercício	(25 118 063)	(25 005 887)
Juros	(4 328 174)	(5 999 432)
Outros	(1 680 473)	(3 929 649)
	(322 551 873)	(315 152 620)
Custo das mercadorias vendidas	(72 147 600)	(67 767 749)
	9 844 480	20 170 991

44. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	886	732 545
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	(33 752)	(57 322)
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	38 973	25 591
Madison 30 31 JV LLC	(6 269 580)	(226)
FID II (HK) LIMITED	-	1 213 528
	(6 263 473)	1 914 116

O valor referente à FID II (HK) LIMITED diz respeito à venda de 100% da participação ocorrida em maio de 2015.

45. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeu os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias Transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

- Portugal
- Resto da União Europeia
- Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

2016

(valores em euros)

	Segmento seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	320 974 184	817 100 569	-	-	266 829	1 138 341 582
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 551 811	-	-	-	-	2 551 811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(257 103 250)	(597 048 635)	-	(39 643 456)	64 892 783	(828 902 558)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2 122 570	10 131 088	-	-	-	12 253 658
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(13 935 835)	(29 784)	-	-	-	(13 965 619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(87 487 586)	(252 390 526)	(88 476)	-	997 301	(338 969 287)
Rendimentos	260 301 479	59 374 613	86 317 579	4 070	(13 439 901)	392 557 840
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15 907 021)	37 589 358	52 395 239	(604 122)	(6 954 438)	66 519 016
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(143 004 673)	(43 238 572)	(61 471 811)	(440 753)	67 280 660	(180 875 149)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	593 540	27 079 099	(3 589 510)	59 568 184	(53 798 639)	29 852 674
Imposto sobre o rendimento do exercício	(13 243 303)	(28 643 354)	(19 536 921)	(4 371 062)	(817 338)	(66 611 978)
Interesses não controlados	-	-	-	402 649	(2 046 274)	(1 643 625)
	55 861 916	29 923 857	54 026 100	14 915 510	56 380 983	211 108 365
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	438 013 760	36 425 206	448 604 617	41 089 142	-	964 132 725
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 590 118 809	208 572 198	1 585 914 419	335 036	(3 267 933 645)	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	6 481 688	1 288 680	36 195 704	-	(36 195 704)	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	586 662 909	79 363 627	316 814	-	-	666 343 350
Derivados de cobertura	2 606 399	2 064 457	-	-	18 097 852	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	7 708 512 149	1 414 236 694	145 590 990	224 987	(128 771 152)	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber	649 775 761	265 162 186	366 146 832	687 397	(270 601 486)	1 011 170 690
Terrenos e edifícios	2 450 551	362 412 959	1 525 508 742	296 112 133	(212 880)	2 186 271 505
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5 600 168	24 057 173	694 542	48 968 252	-	79 320 135
Goodwill	-	-	-	110 506 459	268 954 677	379 461 136
Provisões técnicas de resseguro cedido	21 432 659	258 396 697	-	-	(9 266 124)	270 563 232
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	8 739 168	-	-	8 739 168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	167 501 577	189 920 701	231 350 160	111 466 695	95 077 865	795 316 998
Ativos por impostos	184 687 511	192 272 650	113 910 416	8 905 286	16 089 907	515 865 770
Acréscimos e diferimentos	14 540 685	5 264 014	5 451 919	43 481 869	(1 817 680)	66 920 807
	11 378 384 626	3 039 437 242	4 468 424 323	661 777 256	(3 316 578 370)	16 231 445 077
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1 567 237	293 132 562	-	-	(2 876 114)	291 823 685
Provisão matemática do ramo vida	1 648 505 455	-	-	-	-	1 648 505 455
Provisão para sinistros	121 052 056	1 620 864 773	-	-	(13 469 219)	1 728 447 610
Provisão para participação nos resultados	68 711 511	314	-	-	-	68 711 825
Provisão para compromissos de taxa	7 025 239	-	-	-	-	7 025 239
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	-	-	-	21 750 883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24 056 289	-	-	-	24 056 289
Provisão para riscos em curso	-	49 238 127	-	-	-	49 238 127
Passivos financeiros	8 316 314 310	116 190 923	362 280 512	254 112 420	(18 840 406)	9 030 057 759
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	1 345	72 273	-	-	73 618
Outros credores por operações de seguros e outras operações	50 686 746	127 743 812	587 506 464	48 082 455	(169 871 740)	644 147 737
Passivos por impostos	60 776 502	111 335 477	118 488 090	24 861 346	14 560 494	330 021 909
Acréscimos e diferimentos	32 932 737	50 761 867	20 035 918	54 922 074	(318 771)	158 333 825
Outras Provisões	-	71 382 955	60 232 075	8 427 083	-	140 042 113
	10 329 322 676	2 464 708 444	1 148 615 332	390 405 378	(190 815 756)	14 142 236 074
Total segmentos						1 878 100 638
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						1 878 100 638

	Vida			Total
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	179 112 016	141 862 168	-	320 974 184
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2 551 811	2 551 811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(83 179 961)	(173 923 289)	-	(257 103 250)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3 521 275	(1 398 705)	-	2 122 570
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(5 399 128)	(8 536 707)	-	(13 935 835)
Custos e gastos de exploração líquidos	(30 038 434)	(9 569 428)	(47 879 724)	(87 487 586)
Rendimentos	8 172 925	43 319 353	208 809 201	260 301 479
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	5 336 396	7 303 677	(28 547 094)	(15 907 021)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(889 036)	(1 082 270)	(141 033 367)	(143 004 673)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	506 944	72 028	14 568	593 540
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10 486 947)	(676 530)	(2 079 826)	(13 243 303)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	66 656 050	(2 629 703)	(8 164 431)	55 861 916
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	40 508 699	162 606 708	234 898 353	438 013 760
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	94 995 235	-	1 495 123 574	1 590 118 809
Ativos financeiros detidos para negociação	333 966	1 928 725	4 218 997	6 481 688
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2 093 808	37 791 668	546 777 433	586 662 909
Derivados de cobertura	1 233	-	2 605 166	2 606 399
Ativos disponíveis para venda	272 675 837	1 421 306 145	6 014 530 167	7 708 512 149
Empréstimos e contas a receber	11 856 038	67 231 489	570 688 234	649 775 761
Terrenos e edifícios	1 878 875	571 676	-	2 450 551
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 478 258	782 703	2 339 207	5 600 168
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	21 432 659	-	-	21 432 659
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34 360 370	5 292 402	127 848 805	167 501 577
Ativos por impostos	31 356 216	2 918 379	150 412 916	184 687 511
Acréscimos e diferimentos	292 756	766 148	13 481 781	14 540 685
	514 263 950	1 701 196 043	9 162 924 633	11 378 384 626
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1 549 119	18 118	-	1 567 237
Provisão matemática do ramo vida	210 169 841	1 438 335 614	-	1 648 505 455
Provisão para sinistros	101 343 400	19 708 656	-	121 052 056
Provisão para participação nos resultados	32 164 348	36 547 163	-	68 711 511
Provisão para compromissos de taxa	-	7 025 239	-	7 025 239
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	-	21 750 883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	4 584 477	1 863 273	8 309 866 560	8 316 314 310
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	11 158 058	16 670 425	22 858 263	50 686 746
Passivos por impostos	3 574 954	3 867 054	53 334 494	60 776 502
Acréscimos e diferimentos	4 632 529	3 179 578	25 120 630	32 932 737
Outras Provisões	-	-	-	-
	390 927 609	1 527 215 120	8 411 179 947	10 329 322 676

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	154 680 930	22 200 791	162 788 443	429 167 270	7 975 829	24 355 326	15 931 980	817 100 569
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(159 719 458)	(16 038 520)	(75 353 291)	(330 808 903)	(1 988 701)	(10 601 640)	(2 538 121)	(597 048 635)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8 830 841	3 669 909	(1 195 370)	(2 001 889)	38 842	624 791	163 964	10 131 088
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12 375)	(7 284)	(12 792)	(1 619)	-	7 656	(3 370)	(29 784)
Custos e gastos de exploração líquidos	(36 403 737)	(6 142 308)	(65 730 973)	(125 943 720)	(2 267 519)	(10 684 351)	(5 217 917)	(252 390 526)
Rendimentos	20 750 969	3 516 453	9 104 145	21 160 859	550 467	3 660 382	631 338	59 374 613
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(238 598)	3 186 809	9 427 759	21 131 442	614 687	4 015 238	(547 979)	37 589 358
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(10 674 800)	(3 142 778)	(6 692 649)	(19 348 346)	(273 962)	(2 796 491)	(309 546)	(43 238 572)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	243 145	158 891	2 353 649	24 338 192	(585)	2 752	(16 945)	27 079 099
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1 092 890)	(2 580 611)	(9 940 949)	(10 441 545)	(743 560)	(1 931 264)	(1 912 535)	(28 643 354)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(23 635 973)	4 821 352	24 747 972	7 251 741	3 905 498	6 652 399	6 180 869	29 923 857
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 442 282	5 908 252	6 412 302	16 540 975	146 227	1 322 462	652 706	36 425 206
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	96 321 852	8 039 931	22 604 707	68 890 446	1 081 673	9 772 064	1 861 525	208 572 198
Ativos financeiros detidos para negociação	802 035	32 287	113 882	284 400	4 477	43 941	7 658	1 288 680
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	48 101 219	2 213 326	6 349 164	19 172 115	298 503	2 715 844	513 456	79 363 627
Derivados de cobertura	-	147 868	415 740	1 266 993	19 894	179 725	34 237	2 064 457
Ativos disponíveis para venda	671 418 523	46 550 370	155 011 662	460 451 755	6 372 217	60 707 405	13 724 762	1 414 236 694
Empréstimos e contas a receber	50 964 920	22 311 671	48 521 996	118 629 246	1 537 016	14 672 270	8 525 067	265 162 186
Terrenos e edifícios	87 613 490	18 831 856	54 126 846	172 008 275	2 854 991	24 150 974	2 826 527	362 412 959
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 714 887	2 289 263	4 958 191	11 563 737	137 367	1 194 478	1 199 250	24 057 173
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 805 621	71 803 087	115 575 045	29 407 559	4 344 920	19 564 305	15 896 160	258 396 697
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31 223 136	36 707 416	56 588 146	45 391 340	9 346 841	6 543 381	4 120 441	189 920 701
Ativos por impostos	58 060 628	11 303 691	37 407 688	66 625 353	2 406 615	10 157 643	6 311 032	192 272 650
Acréscimos e diferimentos	385 330	515 534	677 136	3 438 939	17 187	107 091	122 797	5 264 014
	1 054 853 923	226 654 552	508 762 505	1 013 671 133	28 567 928	151 131 583	55 795 618	3 039 437 242
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11 854 408	29 425 652	84 747 149	148 928 971	1 617 922	8 981 931	7 576 529	293 132 562
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	801 563 413	52 561 984	156 141 980	476 177 896	9 608 886	102 869 169	21 941 445	1 620 864 773
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	314	314
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	23 948 910	45 698	-	61 681	-	24 056 289
Provisão para riscos em curso	16 283 252	-	2 843 901	29 587 736	444	411 465	111 329	49 238 127
Passivos financeiros	1 451 213	69 592 526	21 338 668	5 906 289	1 156 657	1 694 377	15 051 193	116 190 923
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	1 345	-	-	-	1 345
Outros credores por operações de seguros e outras operações	12 507 282	34 707 069	28 737 845	28 291 036	11 507 086	7 653 830	4 339 664	127 743 812
Passivos por impostos	55 166 112	4 539 768	13 916 646	32 737 605	501 090	3 471 329	1 002 927	111 335 477
Acréscimos e diferimentos	7 675 522	4 651 694	11 743 332	22 541 201	475 558	1 955 496	1 719 064	50 761 867
Outras Provisões	71 226 740	-	-	156 215	-	-	-	71 382 955
	977 727 942	195 478 693	343 418 431	744 373 992	24 867 643	127 099 278	51 742 465	2 464 708 444

	Segmento seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	281 906 576	770 314 722	-	-	186 286	1 052 407 584
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 306 164	-	-	-	-	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(281 323 067)	(572 543 052)	(16 710)	(22 644 276)	50 340 788	(826 186 316)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1 058 216	(3 651 493)	-	-	-	(2 593 277)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	5 941 591	19 374	-	-	-	5 960 965
Custos e gastos de exploração líquidos	(93 399 062)	(250 631 801)	(119 077)	-	1 192 045	(342 957 895)
Rendimentos	321 691 444	63 669 344	47 982 581	276 723	(5 832 843)	427 787 248
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	124 076 459	88 051 463	2 489 101	532	2 202 279	216 819 834
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(177 161 417)	(45 068 546)	24 932 849	(134 539)	12 541 649	(184 890 004)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	458 319	24 307 411	10 543 174	49 315 748	(60 746 909)	23 877 743
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(37 594 504)	(38 586 995)	(3 198 263)	(7 010 990)	(32 835)	(86 423 587)
Interesses não controlados	-	-	-	(187 162)	365 593	178 431
	147 960 719	35 880 427	82 613 655	19 616 036	216 053	286 286 890
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 317 949 712	176 992 745	513 933 098	28 526 837	-	2 037 402 392
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 005 714 678	191 192 831	768 306 360	296 063	(1 895 408 291)	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	822 588 087	64 983 409	675 983	-	-	888 247 479
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	7 194 153 872	1 312 479 352	228 436 316	125 611	(122 970 879)	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	586 887 015	74 812 751	105 924 695	919 397	(91 582 963)	676 960 894
Terrenos e edifícios	146 070	353 753 246	870 265 634	263 614 970	(242 393)	1 487 537 527
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6 069 529	25 286 689	724 942	37 705 464	-	69 786 624
Goodwill	-	-	-	94 481 384	267 337 723	361 819 107
Provisões técnicas de resseguro cedido	22 961 900	234 783 222	-	-	(5 314 694)	252 430 428
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	14 038 385	-	-	14 038 385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34 741 900	147 871 436	239 129 749	89 637 392	(164 568 035)	346 812 442
Ativos por impostos	141 613 941	83 049 025	43 908 816	6 670 714	(1 042 466)	274 200 030
Acréscimos e diferimentos	13 180 811	3 156 163	5 597 911	51 008 384	(62 015)	72 881 254
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-
	11 148 251 373	2 668 360 869	2 790 941 888	572 986 216	(2 013 854 013)	15 166 686 334
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1 796 858	278 207 287	-	-	(1 177 961)	278 826 184
Provisão matemática do ramo vida	1 632 994 332	-	-	-	-	1 632 994 332
Provisão para sinistros	124 623 115	1 628 955 372	-	-	(10 292 460)	1 743 286 027
Provisão para participação nos resultados	68 763 676	1 764	-	-	-	68 765 440
Provisão para compromissos de taxa	5 626 534	-	-	-	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	-	-	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	22 471 715	-	-	-	22 471 715
Provisão para riscos em curso	-	60 942 866	-	-	-	60 942 866
Passivos financeiros	8 100 730 635	106 702 179	139 371 474	216 887 450	(1 009 871)	8 562 681 867
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	2 756	90 121	-	-	92 877
Outros credores por operações de seguros e outras operações	33 860 134	127 323 433	329 303 602	42 009 106	(249 530 881)	282 965 394
Passivos por impostos	100 895 593	69 726 545	28 386 624	20 141 947	(5 918 430)	213 232 279
Acréscimos e diferimentos	31 498 812	46 619 378	29 677 765	50 912 759	(1 483 845)	157 224 869
Outras Provisões	-	69 611 724	109 966 842	7 594 357	-	187 172 923
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-	-	-
	10 126 061 847	2 410 565 019	636 796 428	337 545 619	(269 413 448)	13 241 555 465
Total segmentos						1 638 843 978
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						1 638 843 978

	Vida			Total
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	182 532 643	99 373 933	-	281 906 576
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2 306 164	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(92 944 382)	(188 378 685)	-	(281 323 067)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(770 000)	1 828 216	-	1 058 216
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(8 552 689)	14 494 280	-	5 941 591
Custos e gastos de exploração líquidos	(29 285 635)	(9 623 678)	(54 489 749)	(93 399 062)
Rendimentos	9 852 082	48 742 304	263 097 058	321 691 444
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38 850 491	27 700 969	57 524 999	124 076 459
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(3 825 264)	(4 832 066)	(168 504 087)	(177 161 417)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	532 328	(73 739)	(270)	458 319
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(17 331 697)	(144 456)	(20 118 351)	(37 594 504)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	79 057 877	(10 912 921)	79 815 764	147 960 719
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	33 064 995	120 261 980	1 164 622 737	1 317 949 712
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	34 731 423	-	970 983 255	1 005 714 678
Ativos financeiros detidos para negociação	642 969	-	314 951	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	23 342 557	10 246 641	788 998 889	822 588 087
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	247 130 212	1 267 848 329	5 679 175 331	7 194 153 872
Empréstimos e contas a receber	67 696 430	271 359 847	247 830 738	586 887 015
Terrenos e edifícios	13 217	132 853	-	146 070
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 514 790	944 051	2 610 688	6 069 529
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	22 961 900	-	-	22 961 900
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6 668 964	2 698 110	25 374 826	34 741 900
Ativos por impostos	15 062 144	1 744 264	124 807 533	141 613 941
Acréscimos e diferimentos	251 679	310 808	12 618 324	13 180 811
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	454 081 280	1 675 546 882	9 018 623 211	11 148 251 373
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1 784 898	11 960	-	1 796 858
Provisão matemática do ramo vida	210 730 919	1 422 263 413	-	1 632 994 332
Provisão para sinistros	104 465 270	20 157 845	-	124 623 115
Provisão para participação nos resultados	30 884 520	37 879 156	-	68 763 676
Provisão para compromissos de taxa	-	5 626 534	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	5 050 621	2 672 231	8 093 007 783	8 100 730 635
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	9 737 364	7 593 114	16 529 656	33 860 134
Passivos por impostos	11 224 355	3 185 654	86 485 584	100 895 593
Acréscimos e diferimentos	4 334 832	2 743 109	24 420 871	31 498 812
Outras Provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	403 484 937	1 502 133 016	8 220 443 894	10 126 061 847

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	135 538 433	16 201 043	160 727 156	408 368 610	6 887 709	23 418 529	19 173 241	770 314 722
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(152 069 355)	(17 714 618)	(77 517 915)	(300 710 078)	(3 315 959)	(5 674 406)	(15 540 721)	(572 543 052)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1 836 881)	(241 523)	281 959	(1 245 218)	(34 373)	(460 945)	(114 512)	(3 651 493)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(8 177)	(3 729)	(10 742)	(2 470)	-	(8 094)	52 586	19 374
Custos e gastos de exploração líquidos	(34 740 326)	(10 248 321)	(65 411 054)	(118 854 693)	(2 384 941)	(9 778 317)	(9 214 149)	(250 631 801)
Rendimentos	24 293 264	2 797 583	7 652 905	22 718 016	1 398 437	4 017 304	791 835	63 669 344
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	33 818 709	2 632 800	11 101 477	31 369 346	2 175 636	5 924 708	1 028 787	88 051 463
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(17 584 020)	(1 826 748)	(5 830 518)	(14 982 690)	(1 138 764)	(3 011 657)	(694 149)	(45 068 546)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	274 528	446 062	1 821 914	21 658 970	(3 129)	99 270	9 796	24 307 411
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2 881 170)	(1 488 328)	(11 545 540)	(18 270 581)	(931 218)	(3 068 706)	(401 452)	(38 586 995)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(15 194 995)	(9 445 779)	21 269 642	30 049 213	2 653 397	11 457 686	(4 908 738)	35 880 427
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	61 503 323	7 424 088	29 834 506	70 229 250	675 392	5 422 257	1 903 929	176 992 745
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	78 942 486	8 313 074	21 140 392	68 881 956	1 371 024	10 156 932	2 386 967	191 192 831
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	31 007 686	2 475 583	6 458 379	20 806 576	412 372	3 109 191	713 622	64 983 409
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	612 043 004	48 312 576	133 543 729	432 233 890	8 003 877	62 216 684	16 125 592	1 312 479 352
Empréstimos e contas a receber	17 543 795	7 109 076	16 138 482	26 491 963	285 792	2 558 827	4 684 816	74 812 751
Terrenos e edifícios	86 528 455	18 883 267	46 064 491	170 429 961	3 285 480	24 247 522	4 314 070	353 753 246
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 786 703	2 047 664	5 363 516	12 700 727	168 243	1 118 866	1 100 970	25 286 689
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 966 859	72 211 029	93 162 094	26 452 904	6 376 302	24 469 262	10 144 772	234 783 222
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23 358 065	21 375 988	46 205 413	43 720 864	2 083 746	6 703 177	4 424 183	147 871 436
Ativos por impostos	24 399 614	3 449 175	14 918 760	32 783 534	1 016 205	5 357 830	1 123 907	83 049 025
Acréscimos e diferimentos	340 607	404 620	563 377	1 640 538	18 920	84 408	103 693	3 156 163
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-
	940 420 597	192 006 140	413 393 139	906 372 163	23 697 353	145 444 956	47 026 521	2 668 360 869

(continuação)

(valores em euros)

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11 322 808	26 502 289	81 107 258	143 130 216	1 789 448	8 123 795	6 231 473	278 207 287
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	794 186 561	51 831 173	138 822 038	500 161 517	12 469 079	108 906 528	22 578 476	1 628 955 372
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	1 764	1 764
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	22 372 504	37 530	-	61 681	-	22 471 715
Provisão para riscos em curso	25 114 103	3 669 909	3 224 661	27 583 358	39 286	1 036 256	275 293	60 942 866
Passivos financeiros	1 946 637	70 524 190	17 801 333	5 217 543	1 461 935	1 219 561	8 530 980	106 702 179
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	2 756	-	-	-	2 756
Outros credores por operações								
de seguros e outras operações	14 835 523	26 911 848	35 957 896	28 939 370	2 085 403	7 268 532	11 324 861	127 323 433
Passivos por impostos	21 518 806	3 367 407	12 612 579	27 786 648	646 619	2 892 545	901 941	69 726 545
Acréscimos e diferimentos	6 983 286	4 025 193	11 388 263	20 578 790	590 829	1 549 087	1 503 930	46 619 378
Outras Provisões	69 380 184	-	-	231 540	-	-	-	69 611 724
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
	945 287 908	186 832 009	323 286 532	753 669 268	19 082 599	131 057 985	51 348 718	2 410 565 019

Mercados geográficos

2016

(valores em euros)

	Segmento geográfico				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 013 770 489	55 810 454	68 493 810	266 829	1 138 341 582
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 508 587	43 224	-	-	2 551 811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(822 509 164)	(36 601 325)	(34 684 852)	64 892 783	(828 902 558)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	11 311 969	(598 878)	1 540 567	-	12 253 658
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	11 559 073	(14 781 367)	(10 743 325)	-	(13 965 619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(299 217 428)	(17 523 987)	(23 225 173)	997 301	(338 969 287)
Rendimentos	329 478 645	44 011 861	32 507 235	(13 439 901)	392 557 840
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	24 354 118	18 725 770	30 393 566	(6 954 438)	66 519 016
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(226 924 416)	(2 643 982)	(18 587 411)	67 280 660	(180 875 149)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	73 166 368	8 312 540	2 172 405	(53 798 639)	29 852 674
Imposto sobre o rendimento do exercício	(35 339 929)	(17 547 595)	(12 907 116)	(817 338)	(66 611 978)
Interesses não controlados	402 649	-	-	(2 046 274)	(1 643 625)
	82 560 961	37 206 715	34 959 706	56 380 983	211 108 365
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	593 161 257	117 263 029	253 708 439	-	964 132 725
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	2 673 625 085	471 529 100	239 786 277	(3 267 933 645)	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	43 824 824	141 248	-	(36 195 704)	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	660 106 942	6 236 408	-	-	666 343 350
Derivados de cobertura	4 670 856	-	-	18 097 852	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	8 770 162 341	494 899 518	3 502 961	(128 771 152)	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber	1 089 210 443	37 696 210	154 865 523	(270 601 486)	1 011 170 690
Terrenos e edifícios	964 363 084	689 041 907	533 079 394	(212 880)	2 186 271 505
Outros ativos tangíveis e intangíveis	74 295 644	997 693	4 026 798	-	79 320 135
Goodwill	110 506 459	-	-	268 954 677	379 461 136
Provisões técnicas de resseguro cedido	197 126 487	47 937 087	34 765 782	(9 266 124)	270 563 232
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8 739 168	-	-	-	8 739 168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	457 993 739	158 153 442	60 796 404	95 077 865	772 021 450
Ativos por impostos	492 825 560	7 685 159	-	15 459 852	515 970 571
Acréscimos e diferimentos	66 994 146	451 578	1 292 763	(1 817 680)	66 920 807
	16 207 606 035	2 032 032 379	1 285 194 286	(3 316 578 370)	16 208 254 330
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	257 153 342	12 152 476	25 393 981	(2 876 114)	291 823 685
Provisão matemática do ramo vida	1 285 368 204	328 988 118	34 149 133	-	1 648 505 455
Provisão para sinistros	1 634 409 358	54 313 413	53 194 058	(13 469 219)	1 728 447 610
Provisão para participação nos resultados	64 798 795	3 872 094	40 936	-	68 711 825
Provisão para compromissos de taxa	6 799 165	226 074	-	-	7 025 239
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	-	-	21 750 883
Provisão para desvios de sinistralidade	24 013 252	34 137	8 900	-	24 056 289
Provisão para riscos em curso	46 612 371	1 392 468	1 233 288	-	49 238 127
Passivos financeiros	8 636 164 463	89 377 675	323 356 027	(18 840 406)	9 030 057 759
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	73 618	-	-	-	73 618
Outros credores por operações de seguros e outras operações	248 999 690	326 770 675	214 953 564	(169 871 740)	620 852 189
Passivos por impostos	263 393 104	19 720 582	32 452 530	14 560 494	330 126 710
Acréscimos e diferimentos	141 095 802	13 705 259	3 851 535	(318 771)	158 333 825
Outras Provisões	138 843 484	114 509	1 084 120	-	140 042 113
	12 769 475 531	850 667 480	689 718 072	(190 815 756)	14 119 045 327
Total Segmentos					1 878 100 638
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados					1 878 100 638

	Segmento geográfico				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	930 222 493	61 369 308	60 629 497	186 286	1 052 407 584
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 262 057	44 107	-	-	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(799 494 960)	(42 502 387)	(34 529 757)	50 340 788	(826 186 316)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(3 089 074)	611 009	(115 212)	-	(2 593 277)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	26 061 952	(15 203 985)	(4 897 002)	-	5 960 965
Custos e gastos de exploração líquidos	(303 355 607)	(22 253 769)	(18 540 564)	1 192 045	(342 957 895)
Rendimentos	394 568 149	21 288 025	17 763 917	(5 832 843)	427 787 248
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	193 209 510	6 773 847	14 634 198	2 202 279	216 819 834
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(183 544 734)	(12 978 599)	(908 320)	12 541 649	(184 890 004)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	73 265 259	869 862	10 489 531	(60 746 909)	23 877 743
Imposto sobre o rendimento do exercício	(85 778 437)	(127 860)	(484 455)	(32 835)	(86 423 587)
Interesses não controlados	(187 162)	-	-	365 593	178 431
	244 139 446	(2 110 442)	44 041 833	216 053	286 286 890
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 869 176 763	39 262 800	128 962 829	-	2 037 402 392
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 829 661 654	43 391 886	92 456 392	(1 895 408 291)	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	881 924 574	6 322 905	-	-	888 247 479
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	8 302 949 011	428 958 672	3 287 468	(122 970 879)	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	574 962 365	120 166 176	73 415 316	(91 582 963)	676 960 894
Terrenos e edifícios	871 708 527	321 564 460	294 506 933	(242 393)	1 487 537 527
Outros ativos tangíveis e intangíveis	66 276 488	1 368 479	2 141 657	-	69 786 624
Goodwill	94 481 384	-	-	267 337 723	361 819 107
Provisões técnicas de resseguro cedido	187 781 299	33 328 887	36 634 936	(5 314 694)	252 430 428
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	14 038 385	-	-	-	14 038 385
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	240 553 368	143 444 713	142 202 217	(164 568 035)	361 632 263
Ativos por impostos	260 560 491	5 531 766	8 125 046	(1 042 466)	273 174 837
Acréscimos e diferimentos	71 162 938	882 243	898 088	(62 015)	72 881 254
	15 267 481 106	1 144 222 987	782 630 882	(2 013 854 013)	15 180 480 962
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	246 002 190	9 369 448	24 632 507	(1 177 961)	278 826 184
Provisão matemática do ramo vida	1 295 650 361	314 046 651	23 297 320	-	1 632 994 332
Provisão para sinistros	1 663 047 623	37 259 771	53 271 093	(10 292 460)	1 743 286 027
Provisão para participação nos resultados	63 303 686	5 430 473	31 281	-	68 765 440
Provisão para compromissos de taxa	5 626 534	-	-	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	-	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	22 455 088	8 003	8 624	-	22 471 715
Provisão para riscos em curso	59 630 625	1 045 798	266 443	-	60 942 866
Passivos financeiros	8 393 058 553	53 152 013	117 481 172	(1 009 871)	8 562 681 867
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	92 877	-	-	-	92 877
Outros credores por operações de seguros e outras operações	154 004 233	124 194 406	269 117 458	(249 530 881)	297 785 216
Passivos por impostos	197 695 245	5 868 342	14 561 929	(5 918 430)	212 207 086
Acréscimos e diferimentos	130 983 583	24 757 354	2 967 777	(1 483 845)	157 224 869
Outras Provisões	164 139 707	102 737	22 930 479	-	187 172 923
	12 420 962 463	575 234 996	528 566 083	(269 413 448)	13 255 350 094
Total Segmentos					1 638 843 978
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados					1 638 843 978

As rubricas "Tomadores, mediadores e cosseguradoras", "Ressegurados e resseguradores", "Outros devedores e credores" e "Impostos correntes" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

46. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo Fidelidade as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão.

	(valores em euros)				
	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Xingtao Assets Limited (5)	Tom Tailor, GmbH (5)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	207 618 958	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor via ganhos e perdas	-	49 920 435	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	23 728 405	-	302 242 500	30 991 171
Empréstimos e contas a receber	-	77 301 205	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	19 208 417	-	70 376 518	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	1 786 052	379 764	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	128 370	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	23 621	28 366	8 057	-	-
Acréscimos e diferimentos	28	18 497	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	208	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	7 164 396	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	21 750 000	69 574 312	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	4 610 738	4 209 184	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	3 003 010	-	6 717 534	-	-
Contas a pagar por outras operações	4 646	53 731	421 856	-	-
Acréscimos e diferimentos	22 347	16 692 030	47 071	-	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	(44 735 138)	-	(235 263 030)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	617 240	-	957 093	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1 158	(264 817)	174 616 003	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	3 471 165	(45 150 450)	36 898 089	-	-
Rendimentos	265 662	10 069 856	564 551	21 168 883	-
Gastos financeiros	(88)	(2 496 331)	(873 696)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	15 233 596	-	(10 197)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	294 120	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	2 348 377	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(10 856 680)
Outros rendimentos/gastos	(155 659)	(4 436 026)	(389 283)	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	HOLDING GAILLON II (5)	BHF (ex. RHJ Internrtional, SA) (5)	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A. (2)	Peak Reinsurance Company (5)	Audatex Portugal - Peritagens Inf. Deriv. de Acidentes, S.A. (3)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	914 394
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	149 936 082	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	148 379	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	68 299	-
Contas a receber por outras operações	-	-	4 422	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	192 065	-
Provisão para sinistros	-	-	135 217	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	604 002	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	692 814	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	1 913	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	79 267
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	254 596	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(6 525 292)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(192 065)	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(7 590 124)	2 102 117	(956 839)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	1 132 840	(669)
Rendimentos	7 731 074	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	11 090 496	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (liquidadas reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. (3)	HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (4)	Madison 30 31 JV LLC (4)	Longrun Portugal SGPS, S.A. (1)	Outros	TOTAL
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	207 618 958
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	305 636	29 400	115 757 387	-	-	117 006 817
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-	49 920 435
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	506 898 158
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30 100	77 331 305
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	89 733 314
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	2 165 816
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	196 669
Contas a receber por outras operações	-	-	-	10 236 467	101 394	10 402 327
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	18 525
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	192 065
Provisão para sinistros	-	-	-	-	80 331	215 756
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	7 164 396
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	91 928 314
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	8 819 922
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	10 413 358
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	64 229 223	3 893	64 715 262
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	16 840 715
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	254 596
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	(286 523 460)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	(192 065)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	1 574 333
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	(788 876)	167 118 622
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	-	(307 632)	(3 956 657)
Rendimentos	-	-	-	-	-	39 800 026
Gastos financeiros	-	-	-	-	(996)	(3 371 111)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	26 313 895
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	294 120
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	2 348 377
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	(10 856 680)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	149	679 296	(4 301 523)

	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Xingtao Assets Limited (5)	Tom Tailor, GmbH (5)	Bona Film Group Ltd (5)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 615 802 355	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor via ganhos e perdas	-	62 366 492	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	487 078 867	-	669 756 750	31 436 281	-
Empréstimos e contas a receber	-	80 002 273	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	18 583 907	-	70 831 219	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	2 598 733	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	620 935	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	14 318	24 422	41 470	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	20 533	-	-	-	-
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	168	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	25 500 000	70 563 854	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	5 067 344	2 502 250	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	2 221 720	-	4 401 337	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	11 636	76 784 170	450 992	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	22 308	13 761 604	46 996	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios de resseguro cedido	(42 769 157)	-	(202 309 594)	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	1 124 610	-	(2 307 773)	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	8 932	(373 839)	155 491 398	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	3 492 854	(44 654 298)	28 147 962	-	-	-
Rendimentos	265 379	22 915 907	563 949	32 085 859	-	-
Gastos financeiros	(105)	(2 993 804)	(814 513)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	12 436 869	-	(155 680)	-	58 770 367
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(696 602)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	1 556 960	-	-	-	8 543 466
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(29 281 498)	-
Outros rendimentos/gastos	(24 206)	1 029 778	(72 631)	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	HOLDING GAILLON II (5)	BHF (ex. RHJ International, SA) (5)	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A. (2)	Peak Reinsurance Company (5)	Xsource, ACE (5)	Sogrupu-SI (5)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	142 205 008	66 079 133	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	4 618	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	74 888	71 829
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	1 226 309	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	732 222	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	1 681 438	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	39	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(5 015 387)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(8 765 204)	384 441	51 242	(450 687)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	577 679	461 181	(450 813)
Rendimentos	6 631 484	-	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Audatex Portugal - Peritagens Inf. Deriv. de Acidentes, S.A. (3)	Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA (3)	HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (3)	Madison 30 31 JV LLC (4)	Outros	TOTAL
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	1 615 802 355
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 646 055	266 664	29 400	68 159 522	-	70 101 641
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-	62 366 492
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	1 396 556 039
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30 100	80 032 373
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	89 419 744
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	2 598 733
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	620 935
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	201	227 128
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	20 533
Passivo						
Provisão para sinistros	-	-	-	-	7 122	1 233 599
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	96 796 076
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	7 569 594
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	8 304 495
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	12 158	77 258 995
Acréscimos e diferimentos	85 068	-	-	-	7	13 915 983
Ganhos e Perdas						
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	(250 094 138)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	(1 183 163)
Custos com sinistros, liquidados de resseguro	(865 394)	-	-	-	(406 169)	145 074 720
Custos e gastos de exploração líquidos	(156)	-	-	-	(260 638)	(12 686 229)
Rendimentos	-	-	-	-	678 359	63 140 937
Gastos financeiros	-	-	-	-	(2 153)	(3 810 575)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	71 051 556
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	(696 602)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	10 100 426
Perdas de imparidade (liquidadas reversão)	-	-	-	-	-	(29 281 498)
Outros rendimentos/gastos	(14 194)	-	-	-	(845)	917 902

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2016 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Membros não executivos					
Presidente					
Guangchang Guo	-	-	-	-	-
Vice - Presidente					
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	-	-	-	-	-
Vogais					
Qunbin Wang	-	-	-	-	-
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	-	-	-	-	-
Michael Lee	-	-	-	-	-
José Pedro Cabral dos Santos	-	-	-	-	-
Lan Kang	-	-	-	-	-
Xiaoyong Wu	-	-	-	-	-
Lingjiang Xu	-	-	-	827	-

(valores em euros)

Membros executivos	Remuneração Fixa	Seguro de Capitalização Recebimento Diferido	Remuneração Variável *	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Vice - Presidente e presidente da comissão executiva						
Jorge Manuel Baptista Magalhaes Correia	350 000	-	240 000	2 564	1 935	181
Vogais Comissão Executiva						
António Manuel Marques Sousa Noronha	290 000	-	120 400	2 564	1 853	181
José Manuel Alvarez Quintero	290 000	-	120 400	2 564	2 448	181
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	290 000	-	120 400	2 506	2 961	181
Wai Lam William Mak	290 000	-	120 400	2 574	827	181

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Presidente					
Pedro Antunes de Almeida	42 000	-	-	-	-
Vogais					
José António da Costa Figueiredo	30 800	-	-	-	-
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	30 800	-	-	-	-

* Relativa ao exercício de 2015

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Sociedade, relativo ao exercício de 2016, ascendem a 944 202 Euros.

47. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2016		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	964 132 725	964 132 725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		117 006 817	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	7 770 368	-	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	666 343 350	-	666 343 350
Derivados de cobertura	22 768 708	-	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	9 082 842 930	56 950 738	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber	-	1 011 170 690	1 011 170 690
Outros devedores	-	197 159 648	197 159 648
	9 779 725 356	2 346 420 618	12 126 145 974
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 404 634 800	1 404 634 800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento	512 977 194	7 780 213 141	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	15 072 639	-	15 072 639
Derivados de cobertura	13 469 282	-	13 469 282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	117 145 067	117 145 067
Outros passivos financeiros	-	591 180 436	591 180 436
Outros credores	-	144 684 524	144 684 524
	541 519 115	10 037 857 968	10 579 377 083

(valores em euros)

	2015		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 037 402 392	2 037 402 392
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	888 247 479	-	888 247 479
Derivados de cobertura	1 285 939	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	8 558 130 000	54 094 272	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	-	676 960 894	676 960 894
Outros devedores	-	158 031 019	158 031 019
	9 448 621 338	2 996 590 218	12 445 211 556
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 397 217 639	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	573 049 422	7 502 593 808	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	18 448 784	-	18 448 784
Derivados de cobertura	4 406 362	-	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	108 263 151	108 263 151
Outros passivos financeiros	-	355 920 340	355 920 340
Outros credores	-	142 404 040	142 404 040
	595 904 568	9 506 398 978	10 102 303 546

O montante da rubrica "Provisão matemática do ramo vida" corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	132 867 849	-	132 867 849	92 966 534	-	92 966 534
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(171 989 519)	-	(171 989 519)	(184 533 716)	-	(184 533 716)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4 814 998	-	4 814 998	52 768 910	-	52 768 910
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1 492 381)	-	(1 492 381)	(1 395 064)	-	(1 395 064)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	24 460 945	-	24 460 945	29 849 141	-	29 849 141
de ativos disponíveis para venda	267 052 947	-	267 052 947	329 906 331	-	329 906 331
de empréstimos e contas a receber	10 875 524	-	10 875 524	15 517 254	-	15 517 254
de depósitos à ordem	94 839	-	94 839	268 277	-	268 277
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros						
não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	211 495 437	(79 899 155)	131 596 282	354 480 640	(307 421 243)	47 059 397
de empréstimos e contas a receber	(83 484)	-	(83 484)	-	-	-
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(148 712 098)	-	(148 712 098)	(187 551 641)	-	(187 551 641)
de outros	-	-	-	(1 314 215)	-	(1 314 215)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(76 920 281)	-	(76 920 281)	(37 314 963)	-	(37 314 963)
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	228 195	-	228 195	16 847 908	-	16 847 908
de outros	(4 651 695)	-	(4 651 695)	3 434 798	-	3 434 798
Diferenças de câmbio	41 161 722	-	41 161 722	44 323 812	-	44 323 812
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(185 719 193)	-	(185 719 193)	(223 534 530)	-	(223 534 530)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	199 651	-	199 651	496 540	-	496 540
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(2 387 194)	-	(2 387 194)	(1 279 819)	-	(1 279 819)
	101 296 262	(79 899 155)	21 397 107	303 936 197	(307 421 243)	(3 485 046)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	247 770 292	286 474 464
Empréstimos e contas a receber	10 875 524	15 517 254
Depósitos à ordem	94 839	268 277
	258 740 655	302 259 995
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(29 945 814)	(32 296 814)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(148 712 098)	(187 551 641)
Depósitos recebidos de resseguradores	(2 387 194)	(1 279 819)
	(181 045 106)	(221 128 274)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2016			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	964 132 725	964 132 725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	117 006 817	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	7 770 368	-	-	-	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	372 148 596	294 124 365	70 389	-	666 343 350
Derivados de cobertura	5 726 395	17 042 313	-	-	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	6 795 307 746	1 453 461 397	834 073 787	56 950 738	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 011 170 690	1 011 170 690
Outros devedores	-	-	-	197 159 648	197 159 648
	7 180 953 105	1 764 628 075	834 144 176	2 346 420 618	12 126 145 974
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 404 634 800	1 404 634 800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para					
efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	512 977 194	-	7 780 213 141	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	7 908 244	7 164 395	-	-	15 072 639
Derivados de cobertura	8 737 700	4 731 582	-	-	13 469 282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	117 145 067	117 145 067
Outros passivos financeiros	-	-	-	591 180 436	591 180 436
Outros credores	-	-	-	144 684 524	144 684 524
	16 645 944	524 873 171	-	10 037 857 968	10 579 377 083
	7 164 307 161	1 239 754 904	834 144 176	(7 691 437 350)	1 546 768 891

(valores em euros)

	2015			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	2 037 402 392	2 037 402 392
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	411 966 884	468 352 490	7 928 105	-	888 247 479
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	5 198 741 650	1 754 273 838	1 605 114 512	54 094 272	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	676 960 894	676 960 894
Outros devedores	-	-	-	158 031 019	158 031 019
	5 612 952 393	2 222 626 328	1 613 042 617	2 996 590 218	12 445 211 556
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 397 217 639	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	573 049 422	-	7 502 593 808	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	10 822 796	7 625 988	-	-	18 448 784
Derivados de cobertura	4 155 656	250 706	-	-	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	108 263 151	108 263 151
Outros passivos financeiros	-	-	-	355 920 340	355 920 340
Outros credores	-	-	-	142 404 040	142 404 040
	14 978 452	580 926 116	-	9 506 398 978	10 102 303 546
	5 597 973 941	1 641 700 212	1 613 042 617	(6 509 808 760)	2 342 908 010

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2015 e 2016, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	846 444 783	28 767 190
Aquisições	153 576 206	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	2 538 831	(3 547 812)
por contrapartida de capitais próprios	2 851 211	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	8 682 335	-
Transferências		
de nível 2 para nível 3	689 243 417	-
Alienações	(98 222 271)	(17 291 273)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 605 114 512	7 928 105
Aquisições	1 019 692	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(18 762 342)	200 469
por contrapartida de capitais próprios	54 452 144	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3 676 512)	-
Transferências		
de nível 3 para custo histórico	(462 970)	-
Alienações	(803 610 737)	(8 058 185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	834 073 787	70 389

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	964 132 725	964 132 725	-
Ativos disponíveis para venda	56 950 738	56 950 738	-
Empréstimos e contas a receber	1 011 170 690	1 011 170 690	-
Outros devedores	197 159 648	197 159 648	-
	2 229 413 801	2 229 413 801	-

(valores em euros)

	2015		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 037 402 392	2 037 402 392	-
Ativos disponíveis para venda	54 094 272	54 094 272	-
Empréstimos e contas a receber	676 960 894	676 960 894	-
Outros devedores	158 031 019	158 031 019	-
	2 926 488 577	2 926 488 577	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui:
 - i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
 - ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações aprovadas pela Comissão Executiva. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento do Grupo, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pelo Grupo tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento do Grupo deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité de Investimento e que apresentem uma relação entre rentabilidade e risco adequada para o Grupo;

- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);

- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão, responsável da Direção de Investimento ou da Fidelidade Property, de acordo com a delegação de competências, respeitando as seguintes orientações:

a. As operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples referindo a operação, o seu racional, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação. Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;

b. Para operações que superem o limite de autonomia do responsável do órgão de estrutura proponente uma proposta de investimento deverá ser feita e submetida à Comissão Executiva.

- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Gestão de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pelo Grupo.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é a geração de rendimento para o Grupo tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comitês Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco versus retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos do Grupo pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor no Grupo e na ASF em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte do Grupo, bem como os respetivos universos de investimento são:

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo;
- Rendimento fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo;

- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão;
- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário;
- Investimentos alternativos:
 - Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado;
 - Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas;
 - Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura;
 - Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais;
 - Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categorias fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um look through mensal do fundo;
 - Outros instrumentos equivalentes aprovados pela Comissão Executiva.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno versus risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da ASF.

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira do Grupo, em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

• **Gestão do risco dos ativos** - Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco versus retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

• **Processo de controlo e gestão do risco** - O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

• **Mecanismos de controlo de perdas nos ativos** - Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento do Grupo em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

• **Reporte e monitorização da atividade de investimento** - Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	960 405 785	-	960 405 785	2 033 693 598	-	2 033 693 598
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	649 104 646	-	649 104 646	867 319 403	-	867 319 403
Ativos disponíveis para venda	7 656 770 642	(156 661 009)	7 500 109 633	6 629 980 810	(118 739 319)	6 511 241 491
Empréstimos e contas a receber	1 012 409 654	(1 238 964)	1 011 170 690	678 399 509	(1 438 615)	676 960 894
Outros devedores	231 023 561	(33 863 913)	197 159 648	191 466 527	(33 435 508)	158 031 019
Exposição máxima a risco de crédito	10 509 714 288	(191 763 886)	10 317 950 402	10 400 859 847	(153 613 442)	10 247 246 405

Em 2016 e 2015, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 15 915 Euros e 16 675 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(valores em euros)

Classe de ativo	2016			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
AA- até AA+	-	-	7 972 823	7 972 823
A- até A+	2 401 603	518 496 018	205 237 725	726 135 346
BBB- até BBB+	306 666 981	80 251 303	-	386 918 284
BB- até BB+	161 274 036	47 434 547	-	208 708 583
B- até B+	462 263 698	22 048 823	70 986 804	555 299 325
Sem rating	11 331 057	-	18 446 044	29 777 101
	943 937 375	668 230 691	302 643 396	1 914 811 462
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	875 620	-	-	875 620
	875 620	-	-	875 620
Total	944 812 995	668 230 691	302 643 396	1 915 687 082

(valores em euros)

Classe de ativo	2015			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	440 505 668	2 787 209	1 489 066	444 781 943
BBB- até BBB+	-	120 731 993	1 432	120 733 425
BB- até BB+	1 946 407 898	51 793 678	21 925 825	2 020 127 401
B- até B+	24 132 626	33 382	39 012 207	63 178 215
Sem rating	2 037 636	4 904 958	34 249 276	41 191 870
	2 413 083 828	180 251 220	96 677 806	2 690 012 854
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	948 511	-	-	948 511
	948 511	-	-	948 511
Total	2 414 032 339	180 251 220	96 677 806	2 690 961 365

Na rubrica "Depósitos em instituições de crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 954 405 677 Euros e 656 319 256 Euros, em 2016 e 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	1 680 353	106 914	-	1 787 267
A- até A+	-	1 221 073	304 438	-	1 525 511
BBB- até BBB+	198 468	1 766 637	506 974	-	2 472 079
BB- até BB+	-	106 531	-	83 955 509	84 062 040
Sem rating	-	66 326 470	-	52 155 838	118 482 308
	198 468	71 101 064	918 326	136 111 347	208 329 205
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 022 121	-	-	3 022 121
AA- até AA+	-	4 430 571	-	-	4 430 571
BBB- até BBB+	-	5 194 071	-	-	5 194 071
BB- até BB+	340 390 253	-	-	-	340 390 253
	340 390 253	12 646 763	-	-	353 037 016
Instituições Financeiras					
AAA	-	421 112	-	-	421 112
AA- até AA+	-	401 844	-	122 943	524 787
A- até A+	104 694	2 143 312	150 331	57 457	2 455 794
BBB- até BBB+	572 605	866 375	399 258	-	1 838 238
B- até B+	49 920 215	-	-	-	49 920 215
	50 597 514	3 832 643	549 589	180 400	55 160 146
Outros emitentes					
A- até A+	-	31 193 510	-	-	31 193 510
BBB- até BBB+	19 556	-	-	-	19 556
BB- até BB+	1 365 213	-	-	-	1 365 213
	1 384 769	31 193 510	-	-	32 578 279
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	392 571 004	118 773 980	1 467 915	136 291 747	649 104 646

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	78 760	-	-	78 760
A- até A+	-	26 187 786	17 282 756	11 959 433	55 429 975
BBB- até BBB+	-	51 489 376	9 670 137	60 960 826	122 120 339
BB- até BB+	11 007 422	76 446 234	33 669 233	262 293 225	383 416 114
B- até B+	-	41 994 341	80 786 109	15 903 776	138 684 226
CCC- até CCC+	-	74 678 857	58 814 938	13 286 098	146 779 893
CC- até CC+	-	-	-	4 865 122	4 865 122
C	-	19 804	-	-	19 804
D	-	15 185 698	-	8 343 684	23 529 382
Sem rating	147 932 976	95 896 563	17 369 544	490 949 614	752 148 697
	158 940 398	381 977 419	217 592 717	868 561 778	1 627 072 312
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	23 721 984	-	-	23 721 984
AA- até AA+	-	24 335 399	-	-	24 335 399
BBB- até BBB+	-	47 389 010	-	-	47 389 010
BB- até BB+	5 148 945 413	-	-	136 032 610	5 284 978 023
B- até B+	80 059 005	-	-	-	80 059 005
Sem rating	-	-	-	469 547	469 547
	5 229 004 418	95 446 393	-	136 502 157	5 460 952 968
Instituições Financeiras					
AAA	-	5 216 881	-	9 386 706	14 603 587
AA- até AA+	-	22 370 501	-	10 447 169	32 817 670
A- até A+	-	86 532 182	10 830 139	-	97 362 321
BBB- até BBB+	51 989	37 304 363	41 668 978	-	79 025 330
BB- até BB+	15 915	20 738 441	-	52 362 986	73 117 342
B- até B+	17 229 223	27 400 743	-	-	44 629 966
CCC- até CCC+	8 940 208	-	-	-	8 940 208
Sem rating	-	-	30 035 950	7 783 752	37 819 702
	26 237 335	199 563 111	82 535 067	79 980 613	388 316 126
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 368 807	17 368 807
BBB- até BBB+	1 461 690	-	-	-	1 461 690
BB- até BB+	-	-	4 937 730	-	4 937 730
	1 461 690	-	4 937 730	17 368 807	23 768 227
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	5 415 643 841	676 986 923	305 065 514	1 102 413 355	7 500 109 633

(valores em euros)

Classe de ativo	2015				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2 693 958	868 985	-	3 562 943
A- até A+	-	1 499 730	337 539	-	1 837 269
BBB- até BBB+	-	1 335 526	299 999	-	1 635 525
BB- até BB+	-	2 003 138	-	60 416 747	62 419 885
Sem rating	-	15 770 185	-	278 034 438	293 804 623
	-	23 302 537	1 506 523	338 451 185	363 260 245
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2 502 873	-	-	2 502 873
AA- até AA+	-	4 739 835	-	-	4 739 835
BBB- até BBB+	-	6 042 880	-	-	6 042 880
BB- até BB+	375 369 103	-	-	-	375 369 103
	375 369 103	13 285 588	-	-	388 654 691
Instituições Financeiras					
AAA	-	221 375	-	-	221 375
AA- até AA+	-	604 336	175 233	122 057	901 626
A- até A+	-	2 657 612	199 059	57 623	2 914 294
BBB- até BBB+	2 927 391	9 789 720	572 793	-	13 289 904
B- até B+	52 432 843	7 807 269	-	-	60 240 112
	55 360 234	21 080 312	947 085	179 680	77 567 311
Outros emitentes					
A- até A+	-	36 408 186	-	-	36 408 186
BBB- até BBB+	68 259	-	-	-	68 259
BB- até BB+	1 360 017	-	-	-	1 360 017
Sem rating	-	695	-	-	695
	1 428 276	36 408 881	-	-	37 837 157
Total ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas	432 157 612	94 077 318	2 453 608	338 630 865	867 319 403

(valores em euros)

Classe de ativo	2015				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	5 383 311	2 153	-	5 385 464
A- até A+	-	29 994 645	1 337 559	2 928 662	34 260 866
BBB- até BBB+	59 118 922	70 233 400	30 630 403	120 218 644	280 201 369
BB- até BB+	4 833 521	205 539 352	25 992 173	141 492 872	377 857 918
B- até B+	-	72 456 570	35 124 110	85 415 405	192 996 085
Menor que B-	-	23 392 829	8 120 774	23 454 046	54 967 649
Sem rating	148 333 396	89 014 928	-	870 524 939	1 107 873 263
	212 285 839	496 015 035	101 207 172	1 244 034 568	2 053 542 614
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	23 994 043	-	-	23 994 043
AA- até AA+	-	41 353 500	-	-	41 353 500
BBB- até BBB+	-	61 548 716	-	61 634 918	123 183 634
BB- até BB+	3 216 582 921	-	-	43 259 650	3 259 842 571
Sem rating	-	-	-	226 317	226 317
	3 216 582 921	126 896 259	-	105 120 885	3 448 600 065
Instituições Financeiras					
AAA	-	11 020 932	-	11 444 702	22 465 634
AA- até AA+	-	20 198 005	-	11 108 599	31 306 604
A- até A+	-	113 435 035	16 184 312	-	129 619 347
BBB- até BBB+	5 440 754	98 203 321	51 619 648	50 508 917	205 772 640
BB- até BB+	55 303 203	22 121 849	-	37 610 741	115 035 793
B- até B+	391 226 693	61 087 560	-	8 930 663	461 244 916
Menor que B-	8 671 530	-	-	-	8 671 530
Sem rating	-	-	-	7 443 422	7 443 422
	460 642 180	326 066 702	67 803 960	127 047 044	981 559 886
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 368 293	17 368 293
BBB- até BBB+	10 170 633	-	-	-	10 170 633
	10 170 633	-	-	17 368 293	27 538 926
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3 899 681 573	948 977 996	169 011 132	1 493 570 790	6 511 241 491

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como "Ajustamentos de recibos por cobrar" (Nota 41). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	3 830 757	735 291	158 007	113 918	25 612	(57 199)	4 806 386
Produtos vida risco	12 298	462 401	501 376	1 152 489	2 854 325	(3 237 598)	1 745 291
Ramo não vida							
Automóvel	9 390 092	4 783 692	5 431 958	1 994 499	1 709 616	(6 236 708)	17 073 149
Acidentes de trabalho	3 782 002	2 025 471	2 227 543	1 085 211	484 502	(2 442 167)	7 162 562
Doença	8 456 525	8 781 077	3 732 534	2 581 267	714 770	(2 156 277)	22 109 896
Incêndio e outros danos	10 920 420	4 263 607	1 000 234	962 510	668 516	(1 686 686)	16 128 601
Transportes	852 589	193 412	172 438	99 207	130 787	(263 446)	1 184 987
Responsabilidade civil	1 524 885	432 343	185 614	53 489	63 629	(322 681)	1 937 279
Outros (inclui Acidentes pessoais)	4 218 576	5 810 973	1 324 307	569 981	558 825	(706 737)	11 775 925
	42 988 144	27 488 267	14 734 011	8 612 571	7 210 582	(17 109 499)	83 924 076

(valores em euros)

	2015						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	5 315 128	355 132	288 698	264 799	30 885	(94 815)	6 159 827
Produtos vida risco	408 453	906 204	741 106	1 006 613	1 943 566	(2 128 218)	2 877 724
Ramo não vida							
Automóvel	9 597 110	11 493 613	1 462 289	781 069	766 026	(5 041 856)	19 058 251
Acidentes de trabalho	2 104 390	4 541 166	399 986	2 031 277	1 086 466	(1 875 469)	8 287 816
Doença	2 309 910	6 739 714	562 184	124 876	187 100	(1 348 052)	8 575 732
Incêndio e outros danos	6 250 360	4 025 036	1 232 901	2 640 739	583 575	(1 980 886)	12 751 725
Transportes	785 409	421 240	95 456	138 503	222 130	(435 456)	1 227 282
Responsabilidade civil	828 108	634 389	383 497	363 774	94 742	(511 398)	1 793 112
Outros (inclui Acidentes pessoais)	2 860 746	2 377 208	595 943	932 918	671 330	(904 208)	6 533 937
	30 459 614	31 493 702	5 762 060	8 284 568	5 585 820	(14 320 358)	67 265 406

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	964 132 725	-	-	-	-	-	-	-	-	964 132 725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	117 006 817	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	7 770 368	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 384 972	2 337 973	102 330 176	287 227 133	241 528 714	6 206 546	69 759 937	1 220 395	17 238 704	729 234 550
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	22 768 708	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	352 704 467	328 454 079	411 913 927	1 103 527 497	1 491 396 771	1 582 420 389	3 530 858 060	139 066 726	1 639 690 543	10 580 032 459
Empréstimos e contas a receber	238 571 148	543 844 075	54 367 003	91 109 592	68 193 848	23 077 761	1 848 064	168 679	30 100	1 021 210 270
Outros devedores	197 159 648	-	-	-	-	-	-	-	-	197 159 648
	1 753 952 960	874 636 127	568 611 106	1 481 864 222	1 801 119 333	1 611 704 696	3 602 466 061	140 455 800	1 804 505 240	13 639 315 545
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	40 214 577	16 550 164	22 990 288	98 152 490	292 708 367	279 575 920	292 957 743	299 375 626	-	1 342 525 175
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	113 606 065	276 221 337	186 111 430	886 928 427	2 633 721 193	2 344 235 626	1 906 575 498	731 039 535	4 884 887	9 083 323 998
Passivos financeiros detidos para negociação	-	761 600	(7 350)	771 155	3 050 810	3 050 810	4 410	-	7 908 243	15 539 678
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	13 469 282	13 469 282
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	591 180 436	591 180 436
Depósitos recebidos de resseguradores	122 026	244 052	366 078	117 877 224	-	-	-	-	-	118 609 380
Outros credores	144 684 524	-	-	-	-	-	-	-	-	144 684 524
	298 627 192	293 777 153	209 460 446	1 103 729 296	2 929 480 370	2 626 862 356	2 199 537 651	1 030 415 161	617 442 848	11 309 332 473

(valores em euros)

	2015									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	2 037 402 392	-	-	-	-	-	-	-	-	2 037 402 392
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos										
para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor										
através de ganhos e perdas	464 479	22 789 216	13 790 540	171 288 653	586 155 050	94 219 635	8 584 790	1 283 576	23 264 614	921 840 553
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	93 434 116	513 151 364	303 097 212	1 106 866 379	1 341 643 008	868 409 960	3 612 457 537	139 181 457	2 101 209 095	10 079 450 128
Empréstimos e contas a receber	4 702 023	515 196 215	18 935 696	30 909 829	139 530 978	2 037 577	2 334 409	182 348	1 522 865	715 351 940
Outros devedores	158 031 019	-	-	-	-	-	-	-	-	158 031 019
	2 294 034 029	1 051 136 795	335 823 448	1 309 064 861	2 067 329 036	964 667 172	3 623 376 736	140 647 381	2 198 342 074	13 984 421 532
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	18 906 447	18 131 552	29 194 259	114 815 915	313 858 262	272 610 603	296 527 095	262 947 204	24 447 238	1 351 438 575
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos										
de investimento	202 567 306	316 818 662	381 412 507	726 684 822	2 639 287 973	1 954 294 091	1 968 549 843	470 787 709	4 040 053	8 664 442 966
Passivos financeiros detidos										
para negociação	-	715 400	(7 016)	725 289	2 867 346	2 867 346	1 439 419	-	10 822 796	19 430 580
Derivados de cobertura									4 406 362	4 406 362
Outros passivos financeiros	1 494 658	747 791	35 121 701	11 417 852	52 588 848	248 718 363	34 781 310	-	-	384 870 523
Depósitos recebidos										
de resseguradores	112 774	225 548	338 322	108 939 796	-	-	-	-	-	109 616 440
Outros credores	142 404 040	-	-	-	-	-	-	-	-	142 404 040
	365 485 225	336 638 953	446 059 773	962 583 674	3 008 602 429	2 478 490 403	2 301 297 667	733 734 913	43 716 449	10 676 609 486

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";
- O valor de "Empréstimos e contas a receber", classificado com maturidade "Indeterminado", diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os "Derivados de Cobertura" foram classificados com maturidade "Indeterminado", por se tratar de contratos de futuros e forwards cambiais;
- Para o cálculo dos cash-flows previsionais dos "Passivos financeiros detidos para negociação" foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2015.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2016			Total
	Exposição a Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	960 405 785	3 726 940	964 132 725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	117 006 817	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	7 770 368	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	565 642 167	83 462 479	17 238 704	666 343 350
Derivados de cobertura	-	-	22 768 708	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	7 294 174 052	205 929 074	1 639 690 542	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber		1 011 140 590	30 100	1 011 170 690
Outros devedores	-	-	197 159 648	197 159 648
	7 859 816 219	2 260 937 928	2 005 391 827	12 126 145 974
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 404 634 800	-	1 404 634 800
Passivos financeiros da componente de depósito				
de contratos de seguros e de contratos de seguro				
e operações considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento	7 780 213 141	512 977 194	-	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	119 643	7 044 752	7 908 244	15 072 639
Derivados de cobertura	-	-	13 469 282	13 469 282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	117 145 067	-	117 145 067
Outros passivos financeiros	-	591 180 436	-	591 180 436
Outros credores	-	-	144 684 524	144 684 524
	7 780 332 784	2 632 982 249	166 062 050	10 579 377 083

(valores em euros)

	2015			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 033 693 598	3 708 794	2 037 402 392
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	70 101 641	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	767 747 193	97 235 672	23 264 614	888 247 479
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	6 202 534 063	308 707 428	2 100 982 781	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	-	676 357 426	603 468	676 960 894
Outros devedores	-	-	158 031 019	158 031 019
	6 970 281 256	3 115 994 124	2 358 936 176	12 445 211 556
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 397 217 639	-	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7 502 593 808	573 049 422	-	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	134 708	7 491 280	10 822 796	18 448 784
Derivados de cobertura	250 706	-	4 155 656	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	-	108 263 151	-	108 263 151
Outros passivos financeiros	-	355 920 340	-	355 920 340
Outros credores	-	-	142 404 040	142 404 040
	7 502 979 222	2 441 941 832	157 382 492	10 102 303 546

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2016					
	Variação +200bp's	Variação +100bp's	Variação +50bp's	Variação -50bp's	Variação -100bp's	Variação -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(9 004 035)	(4 582 707)	(2 312 036)	2 354 463	4 752 452	9 683 576
Ativos disponíveis para venda	(575 553 795)	(298 361 964)	(151 958 704)	157 799 342	321 744 379	669 403 105
Empréstimos e contas a receber	(2 727 470)	(1 374 565)	(690 032)	695 616	1 396 906	2 816 866
	(587 285 300)	(304 319 236)	(154 960 772)	160 849 421	327 893 737	681 903 547
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(3 884)	(1 970)	(992)	1 007	2 030	4 125
	(3 884)	(1 970)	(992)	1 007	2 030	4 125

(valores em euros)

	2015					
	Varição +200bp's	Varição +100bp's	Varição +50bp's	Varição -50bp's	Varição -100bp's	Varição -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(24 191 575)	(12 380 549)	(6 263 588)	6 414 652	12 984 970	26 611 835
Ativos disponíveis para venda	(598 237 525)	(311 575 477)	(159 069 437)	165 997 057	339 311 893	709 600 431
Empréstimos e contas a receber	(2 857 232)	(1 444 442)	(726 256)	734 487	1 477 373	2 989 028
	(625 286 332)	(325 400 468)	(166 059 281)	173 146 196	353 774 236	739 201 294
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(4 108)	(2 090)	(1 054)	1 074	2 167	4 418
	(4 108)	(2 090)	(1 054)	1 074	2 167	4 418

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas yields.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2016				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	549 759 149	96 242 965	45 935 474	272 195 137	964 132 725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 249 434	115 757 383	-	-	117 006 817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	7 770 368	-	-	7 770 368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	484 143 217	177 964 590	3 970 887	264 656	666 343 350
Derivados de cobertura	17 042 313	5 463 366	-	263 029	22 768 708
Ativos disponíveis para venda	6 832 753 445	1 513 799 461	609 532 075	183 708 687	9 139 793 668
Empréstimos e contas a receber	784 708 173	108 618 341	22 366 313	95 477 863	1 011 170 690
Outros devedores	153 413 837	27 547 478	24 311	19 493 619	200 479 245
	8 823 069 568	2 047 700 586	681 829 060	571 402 991	12 129 465 571
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1 400 822 448	-	-	3 812 352	1 404 634 800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8 293 190 335	-	-	-	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	7 164 396	7 908 243	-	-	15 072 639
Derivados de cobertura	4 731 581	6 931 648	-	1 806 053	13 469 282
Depósitos recebidos de resseguradores	114 392 209	1 007 941	-	1 744 917	117 145 067
Outros passivos financeiros	271 200 450	-	-	319 979 986	591 180 436
Outros credores	105 453 392	4 512 481	2 664 181	35 374 067	148 004 121
	10 196 954 811	20 360 313	2 664 181	362 717 375	10 582 696 680

(valores em euros)

	2015				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 682 240 623	195 448 928	83 852 789	75 860 052	2 037 402 392
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 942 116	68 159 525	-	-	70 101 641
Ativos financeiros detidos para negociação	-	957 920	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	533 633 831	350 910 816	3 320 494	382 338	888 247 479
Derivados de cobertura	-	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	6 041 208 932	1 693 980 436	627 249 387	249 785 517	8 612 224 272
Empréstimos e contas a receber	457 377 036	66 826 479	12 251 939	140 505 440	676 960 894
Outros devedores	115 508 596	37 361 024	22 780	13 631 804	166 524 204
	8 831 911 134	2 414 931 067	726 697 389	480 165 151	12 453 704 741
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1 394 623 905	-	-	2 593 734	1 397 217 639
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8 075 643 230	-	-	-	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	7 625 988	10 822 796	-	-	18 448 784
Derivados de cobertura	250 706	4 155 656	-	-	4 406 362
Depósitos recebidos de resseguradores	104 543 377	1 769 136	-	1 950 638	108 263 151
Outros passivos financeiros	242 158 942	-	-	113 761 398	355 920 340
Outros credores	102 352 948	14 313 797	2 533 205	31 697 275	150 897 225
	9 927 199 096	31 061 385	2 533 205	150 003 045	10 110 796 731

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

48. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

48.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

48.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

48.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida - seguro direto

Seguro Direto

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	177 009 518	1,15	1,14	157 544 162	1,35	1,34
Doença	235 163 325	0,88	0,87	204 581 671	0,93	0,92
Incêndio e Outros Danos	232 500 910	0,88	0,87	224 880 622	0,76	0,74
Automóvel	364 502 656	1,01	1,00	342 372 648	0,99	0,97
Marítimo	4 215 745	0,32	0,31	3 601 197	0,58	0,57
Aéreo	6 086 809	-0,19	-0,21	7 380 193	-0,01	-0,02
Mercadorias transportadas	7 079 288	0,45	0,43	6 761 309	0,57	0,55
Responsabilidade Civil Geral	32 496 223	0,57	0,56	31 209 992	0,55	0,53
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	66 525 720	0,76	0,76	57 392 626	0,68	0,67

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2016 e 2015.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Marítimo, Mercadorias Transportadas, Acidentes e Doença registaram um desagravamento do rácio em 46,3%, 21,3%, 14,5% e 5,7% respetivamente.

Nos grupos de ramos Aéreo, Incêndio e Outros Danos, Outros Ramos, Responsabilidade Civil e Automóvel a tendência é no sentido do agravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2016, foram positivos em aproximadamente 49 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 12,5% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de resseguro

À exceção dos ramos Aéreo e Marítimo e Transportes os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2016, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente, foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2015.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2016.

Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2016	2015
A -	14,3%	11,1%
A	25,0%	33,3%
A +	25,0%	27,8%
AA -	25,0%	19,4%
AA	3,6%	2,8%
AA+	3,6%	2,8%
Sem Rating	3,6%	2,8%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100 000 000 Euros e capacidade de 420 000 000 Euros.

Na Fidelidade 60,23% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 1 548 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2016, para sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores, foram pagos 310 485 264 Euros.

Em dezembro de 2016 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1 238 208 222 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 38 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2015, no valor de 1 200 035 019 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença e Diversos ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 40 Milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(valores em euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2015 (1)	Montantes Pagos no Exercício* (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	853 657 761	135 360 428	729 215 228	10 917 895
Incêndio e Outros Danos	104 331 630	42 703 351	53 169 902	(8 458 377)
Automóvel	461 484 693	111 023 493	310 289 660	(40 171 540)
Marítimo e Transportes	3 774 810	430 809	3 141 969	(202 032)
Aéreo	2 828 990	313 889	1 037 633	(1 477 468)
Mercadorias transportadas	5 703 382	1 316 836	2 935 644	(1 450 902)
Responsabilidade Civil Geral	108 073 081	8 539 103	93 006 601	(6 527 377)
Crédito e Cauções	584 138	91 594	492 365	(179)
Proteção Jurídica	23 863	401	1 479	(21 983)
Assistência	102 821	1 605	6 715	(94 501)
Diversos	8 128 317	10 703 755	6 737 823	9 313 261
Total	1 548 693 486	310 485 264	1 200 035 019	(38 173 203)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Riscos de Seguros

A Seguradora subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da seguradora e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A seguradora efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A seguradora também limita a exposição ao risco, quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos, quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado, tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos, como a composição da carteira de apólices, garantias da apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos, nomeadamente, alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,20%
Despesa	+ 10%	0,80%
Revisão	4%	2,10%
Taxa de Juro	-1%	12,08%

48.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere aos ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil, os riscos são protegidos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de caráter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

48.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Percentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2017	153 454 465	112 097 998	0	14 906 603	20 340 612	183 003 475
2018	125 996 491	93 416 508	0	14 082 327	18 117 145	148 594 511
2019	117 168 474	86 157 865	0	13 269 645	16 147 734	161 021 051

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2017	149 834 305	109 774 572	0	14 906 603	19 823 380	232 113 377
2018	116 350 417	87 306 965	0	14 082 327	16 750 376	182 733 543
2019	102 411 776	76 907 012	0	13 269 645	14 165 737	179 155 331

49. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que as Companhias de Seguros estão obrigadas pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para as Companhias de Seguros, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que as Companhias de Seguros estão legalmente autorizadas a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, as Companhias de Seguros efetuam um planeamento das suas necessidades de capital, a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto-financiamento.

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II definiu, por um lado, critérios para determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital através da avaliação económica do ativo e do passivo das Companhias de Seguros. Por outro lado, define dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o nível máximo de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das Seguradoras. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as Companhias de Seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis, em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as Companhias de Seguros podem estar expostas.

Nos termos do previsto no RJASR, caso as Companhias de Seguros verifiquem que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter, a esta Autoridade, um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco. No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

O regime de Solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as Companhias de Seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos, anualmente da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, as Companhias de Seguros devem efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório, e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório decorrente deve ser remetido para o supervisor.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

O pilar III estabelece novas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor. Neste âmbito, as Companhias de Seguros reportam à ASF a informação de abertura de Solvência II (1 de janeiro de 2016) e reportes trimestrais. Adicionalmente, passará a ser publicado anualmente, no segundo trimestre, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira" das Companhias de Seguros, o qual deverá ser certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável das Companhias de Seguros.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira", importa referir que as Companhias de Seguros evidenciam o cumprimento dos requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF, trimestralmente, e a informação disponível nesta data.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeito, o Grupo dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Gabinete de Compliance (GC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição;
- f. Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

Direção de Gestão de Risco

A DGR é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva das Companhias de Seguros do Grupo. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

A DGR tem como principais funções:

- a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte à tomada de decisões;

b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento e de Gestão de Ativo-Passivo, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro.

c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Gabinete de Compliance

O GC é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem da Companhia e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

O GC tem como principais funções:

a. Prevenção de branqueamento de capitais

Assegurar a coordenação da prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, garantindo a execução e procedimentos internos nesta matéria.

b. Compliance

Assegurar a gestão da função de compliance, com vista ao cumprimento da legislação e demais regulamentação, assim como de políticas e de procedimentos internos, visando prevenir sanções de caráter legal ou regulamentar e prejuízos financeiros ou de ordem reputacional.

Direção de Auditoria

A DAU é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- b. Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- c. Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- d. Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelas Companhias. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias de Seguros do Grupo.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

Comités de Produtos, Vida e Não Vida

Os Comités de Produtos têm como principal missão a coordenação do lançamento de produtos de todas as empresas do Grupo, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia multicanal e de criação de valor, assegurando o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco do Grupo definido pela Comissão Executiva.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do novo regime Solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam o Grupo num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

50. Concessões de serviços públicos

Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. (“SGHL”), sua subsidiária, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português (“Contrato de PPP”). A HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Para além disso, o Contrato de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre o Ministério da Saúde e a administração do hospital, com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde, por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estão contratualmente acordados e são ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP prevê ainda que, no início de cada mês, o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) é liquidado no decurso do exercício seguinte.

51. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sucursal de Macau, da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2016						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	24 399 235	32 857 477	34 154 957	392 968	180 119	688 283	360 681
Instrumentos de dívida	112 727 740	387 450 630	-	3 593 161	2 363 705	4 460 539	2 931 578
Instrumentos de capital	23 285 816	185 620 055	-	1 256 682	3 683 091	6 312 482	5 051 920
Outros	(20 049)	(318 112)	(174 828)	(43 055)	(53 486)	(93 521)	(68 720)
	160 392 742	605 610 050	33 980 129	5 199 756	6 173 429	11 367 783	8 275 459
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	2 897 634	3 902 128	4 056 216	46 669	21 391	81 740	42 834
Instrumentos de dívida	13 387 457	46 013 328	-	426 721	280 712	529 730	348 152
Instrumentos de capital	2 765 405	22 044 090	-	149 243	437 401	749 665	599 962
Outros	(2 381)	(37 779)	(20 762)	(5 113)	(6 352)	(11 106)	(8 161)
	19 048 115	71 921 767	4 035 454	617 520	733 152	1 350 029	982 787

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses.

	2015						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	29 379 892	33 533 911	19 024 486	145 066	276 413	296 111	161 614
Instrumentos de dívida	119 581 696	341 211 575	-	2 911 298	2 197 092	3 913 697	2 426 652
Instrumentos de capital	13 880 493	150 483 532	-	951 536	3 295 957	5 971 497	4 373 318
Outros	(98 635)	(275 745)	(140 720)	(37 375)	(53 373)	(95 060)	(70 591)
	162 743 446	524 953 273	18 883 766	3 970 525	5 716 089	10 086 245	6 890 993
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	3 380 613	3 858 597	2 189 063	16 692	31 806	34 072	18 596
Instrumentos de dívida	13 759 731	39 261 691	-	334 990	252 810	450 332	279 224
Instrumentos de capital	1 597 166	17 315 467	-	109 489	379 251	687 113	503 218
Outros	(11 349)	(31 729)	(16 192)	(4 301)	(6 141)	(10 938)	(8 123)
	18 726 161	60 404 026	2 172 871	456 870	657 726	1 160 579	792 915

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,6907 Patacas macaenses.

52. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

**RELATÓRIO
E PARECERES
ÀS CONTAS
CONSOLIDADAS**



FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2016

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

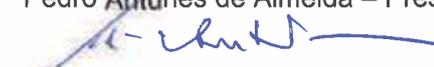
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2017.

O CONSELHO FISCAL,


Pedro Antunes de Almeida – Presidente


José António da Costa Figueiredo – Vogal


Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha – Vogal

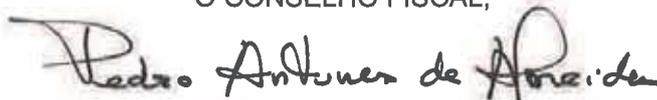
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 14 de Março de 2017.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



José António da Costa Figueiredo – Vogal



Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (a "Companhia"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 15.896.943.229 euros e um total de capital próprio de 2.089.209.003 euros, incluindo um resultado líquido de 211.108.365 euros), a Demonstração de Resultados Consolidada, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Determinação das Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros (Vida)

De acordo com as normas em vigor, os contratos do ramo vida sem risco de seguro significativo (sem participação nos resultados) e os contratos de seguro, cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro ("*unit linked*"), são classificados como contratos de investimento e contabilizados como Passivos Financeiros. Conforme detalhado na Nota 21 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2016 estes contratos ascendiam a 8.293 milhões de euros ("m€"), representando cerca de 60% do total do Passivo, dos quais 7.780 m€ valorizados ao custo amortizado, que incluem, essencialmente, responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade anual até à sua maturidade.

Como evidenciado na Nota 20, as provisões matemáticas do ramo vida totalizavam 1.649 m€ (cerca de 12% do total do Passivo), das quais 1.405 m€ correspondem a produtos de capitalização com participação nos resultados, cuja responsabilidade é determinada tendo por base os prémios pagos capitalizados à taxa técnica garantida, deduzidos de taxas de gestão e eventuais resgates parciais efetuados e acrescidos das quantias distribuídas a título de participação nos resultados.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades poderem não ser suficientes para assegurar o cumprimento das taxas técnicas dos contratos.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões matemáticas (Vida) e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões matemáticas (Vida) e valorização dos Passivos Financeiros;
- ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de *cash flows*, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador.
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões Matemáticas do Ramo Vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Determinação das Provisões para sinistros (Não Vida)

Conforme detalhado na Nota 20 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.607 m€ (12% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);

- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia e das suas subsidiárias (quando aplicável) para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia e suas subsidiárias, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;
- ▶ Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Companhia (Automóvel e Acidentes de Trabalho), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para o ramo de Acidentes de Trabalho analisámos a razoabilidade dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Conforme detalhado nas Notas 6, 7, 8 e 22, o Ativo e Passivo consolidados incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 9.800 m€ e 29 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 62% do total do Ativo consolidado e 0,2% do total do Passivo consolidado.

A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidado da Companhia, ascendem a cerca de 2.412 m€ (15% do ativo) e 12m€ (0,1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 47).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia e suas subsidiárias (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;

- ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia e suas subsidiárias na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

4. Testes de imparidade sobre o *Goodwill*

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2016 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 14, *Goodwill* decorrente dos investimentos em subsidiárias no montante de 379 m€, representando cerca de 2% do ativo consolidado.

Em conformidade com o referencial contabilístico o *Goodwill* deve ser objeto de testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização do *Goodwill* incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no *Goodwill*;
- ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- ▶ Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre o *Goodwill* nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

5. Determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros

A demonstração de resultados da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como “Ativos financeiros disponíveis para venda”, no montante de 186 m€ (detalhe divulgado na Nota 41).

Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.6, alínea d), a Companhia e suas subsidiárias reconhecem perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia e suas subsidiárias (quando aplicável);
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade;
- ▶ Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia e suas subsidiárias, tendo por base o referencial contabilístico e as práticas de mercado;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

6. Processo de Valorização dos Investimentos em imóveis

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2016 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 10 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor, classificados como uso próprio e rendimento, no montante líquido de 429 m€ e 1.757 m€, respetivamente, os quais representam no total de cerca de 14% do ativo consolidado da Companhia.

As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 10 às demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis;
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas;
- ▶ Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos;
- ▶ Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia e suas subsidiárias de se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável por acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia e suas subsidiárias;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Companhia;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia e suas subsidiárias para darem continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia ou as suas subsidiárias descontinuem as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia e suas subsidiárias, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para a revisão legal das contas de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data.

- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia e suas subsidiárias os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma (realizados para a LongRun - SGPS, S.A., Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A., Multicare - Seguros de Saúde, S.A., Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. e Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.);
 - Formação profissional sobre as Normas Internacionais de relato financeiro aos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.
 - Procedimentos acordados para revisão de informação técnica e financeira intercalar da Universal Seguros, S.A.
 - Exame simplificado às demonstrações financeiras da Luz Saúde, S.A. com referência a 30 de Junho de 2016;
 - Verificação do programa de monitorização e avaliação de resultados de natureza assistencial à SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.

Lisboa, 13 de Março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
CONTAS
INDIVIDUAIS**

1

ÓRGÃOS SOCIAIS

2

A FIDELIDADE

Principais Indicadores
A Nossa História
Sobre a Fidelidade
Estratégia da Fidelidade

3

A NOSSA PERFORMANCE

Síntese de Acontecimentos
2016
Atuação da Fidelidade
Performance Operacional
e Financeira

4

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Evolução Macroeconómica
Perspetivas para o Mercado
Segurador em 2017
Principais Desafios para o Futuro
Posicionamento da Fidelidade
no Futuro

5

SUCURSAIS DA FIDELIDADE

6

ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

7

GESTÃO DE RISCOS

8

RESPONSABILIDADE SOCIAL

9

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

1





FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

Conselho de Administração

Presidente	Guangchang GUO
Vice-Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	Qunbin WANG
	Michael LEE
	José Manuel Alvarez Quintero
	António Manuel Marques de Sousa Noronha
	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
	Wai Lam William MAK
	Lan KANG
	Xiaoyong WU
	Lingjiang XU

Comissão Executiva

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	António Manuel Marques de Sousa Noronha
	José Manuel Alvarez Quintero
	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
	Wai Lam William MAK

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	José António da Costa Figueiredo
	Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

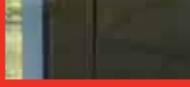
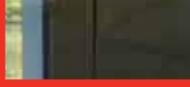
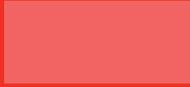
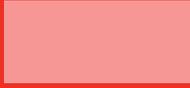
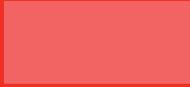
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

A FIDELIDADE

2





a. Principais Indicadores

**€3.601
milhões**

Total Prémios Emitidos

Vida: € 2.450 milhões
Não Vida: € 1.151 milhões

31,8%

Quota de Mercado (PT)

Vida: 35,5%
Não Vida: 25,8%

2.607

Colaboradores

**€14,7 mil
milhões**

Ativo Líquido

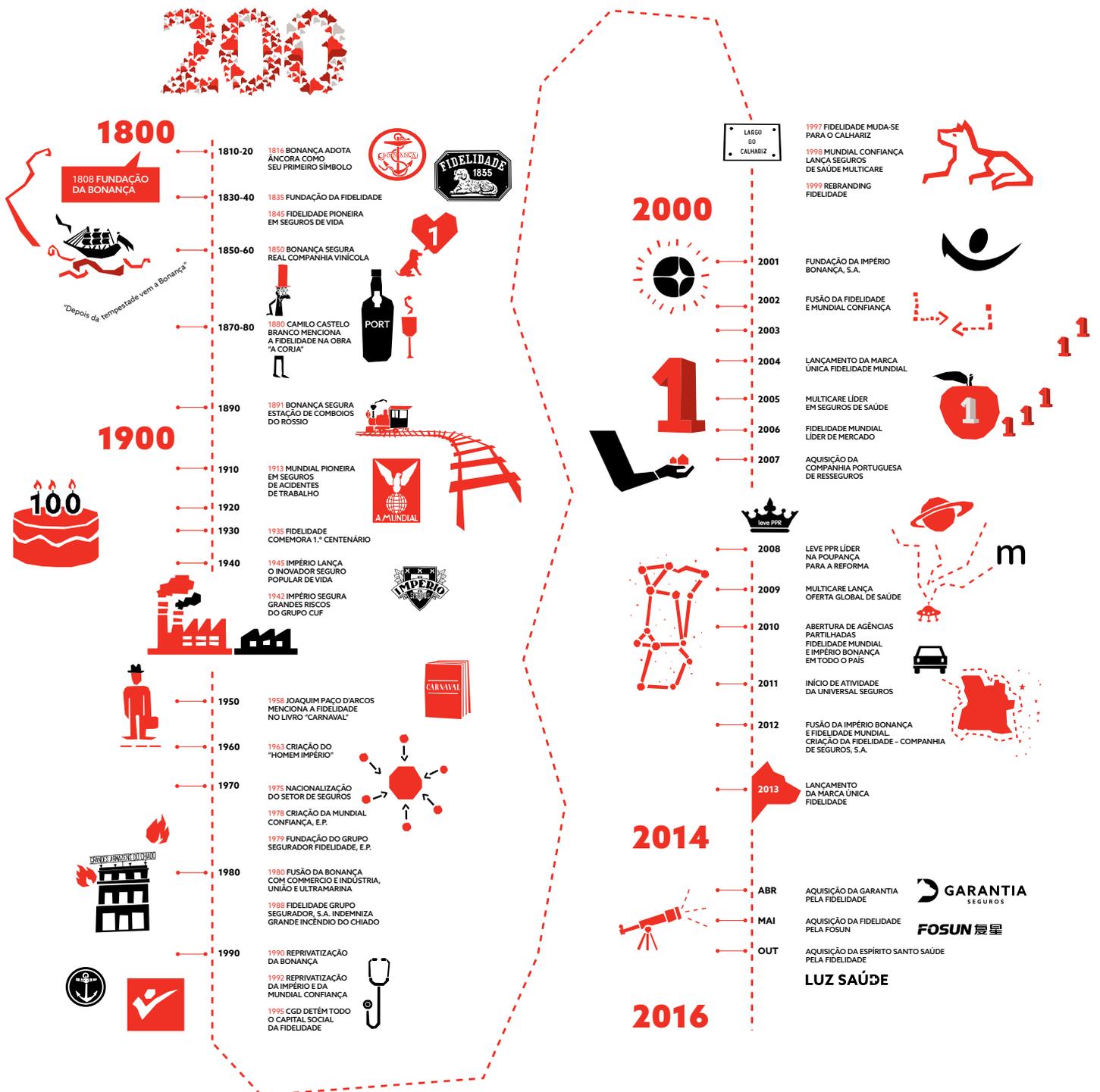
**€100,4
milhões**

Resultado Líquido

101,3%

Rácio Combinado
Não Vida

b. A Nossa História



Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez da Fidelidade.

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seis seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores players do setor: a Fidelidade Mundial (doravante "FM") e a Império-Bonança (doravante "IB"), detidas pelos dois maiores grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a CGD - acionista único da Fidelidade Mundial - adquire também a Império Bonança lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB, em 2012, e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e consequente aquisição por parte do Grupo Fosun de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a Fidelidade entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

Descrição dos maiores Acionistas

Fosun

Conglomerado de investimento chinês de dimensão mundial, com enfoque na indústria seguradora e presença em diversos setores de atividade.

Caixa Geral de Depósitos

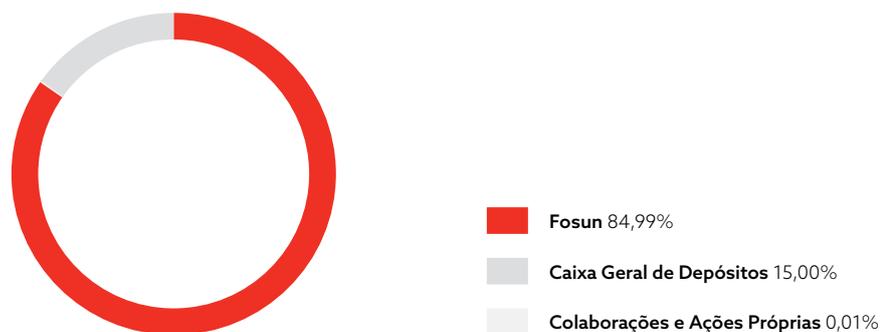
Banco estatal português, considerado a maior instituição financeira em Portugal, com aproximadamente 4 milhões de clientes e com presença em mais de 20 países.

c. Sobre a Fidelidade

i. Estrutura Acionista

A estrutura acionista da Fidelidade resulta do processo de privatização ocorrido em 2014. Atualmente, a Fosun é detentora de 84,99% do capital, sendo que a CGD detém uma participação de 15,00%. Estes dois acionistas de referência, pela sua complementaridade e ambição, são garante de estabilidade e dinamização das operações da Companhia.

Estrutura Acionista



ii. Missão e Valores

SER FIDELIDADE É ESTAR NO MUNDO DE UMA FORMA ESPECIAL.

É SABER ESTAR PRÓXIMO, IMPULSIONAR A MUDANÇA.

É REINVENTAR O FUTURO COM ORGULHO DO NOSSO PASSADO.

É SUPERAR DESAFIOS E LIMITES PARA CHEGAR CADA DIA MAIS LONGE.

A Fidelidade tem como missão apoiar o desenvolvimento e a construção de uma sociedade sustentável. Compromete-se a educar, servir, acompanhar e cuidar das pessoas ao longo da vida com produtos e serviços inovadores, que efetivamente as protegem para que a vida não pare.

Desde a nossa origem que somos uma empresa humana feita de pessoas que pensam nas pessoas. Somos verdadeiros em tudo o que dizemos e fazemos. As pessoas sabem que podem confiar em nós. Este é o compromisso que alimenta a estabilidade das relações com todos os que são Fidelidade – clientes, colaboradores, parceiros, acionistas e a própria sociedade.

É ao partilhar os nossos valores que somos Fidelidade!

Be proud of our past, inspire our future.

Somos Fidelidade sempre que reinventamos o passado com o futuro. A nossa história orgulha-nos, desafia-nos, dá-nos força, responsabilidade e inspiração para reinventar o futuro. Honramos a nossa História partilhando o conhecimento.

Be innovative, chase the progress.

Somos Fidelidade sempre que impulsionamos a mudança. Acreditamos que é sempre possível encontrar melhores soluções para proteger a vida. É este espírito que nos impulsiona a mudar e a reinventar o que fazemos.

Be outstanding, overcome your limits.

Somos Fidelidade sempre que nos superamos. Queremos saber sempre mais e tentamos ir sempre mais além em tudo o que fazemos. Ousamos sonhar e superamo-nos para continuar a transformar a sociedade.

Be people driven, be there.

Somos Fidelidade sempre que estamos próximos. O Grupo Fidelidade é feito de pessoas que contribuem para proteger e cuidar de pessoas. Somos confiáveis, honrando os nossos compromissos. As pessoas sabem que podem contar com a nossa competência. Porque cada história é parte da nossa.

Fidelidade

Vida Risco **19%**
 Anuidades **16%**
 Vida Capitalização **31%**
 PPR's **56%**

Fidelidade

Automóvel **25%**
 Acidentes de Trabalho **24%**
 Acidentes Pessoais **15%**
 Saúde **34%**
 Multiriscos Habitação **23%**
 Multiriscos Comércio
 e Indústria **33%**
 Restantes Incêndios
 & Outros Danos **40%**
 Responsabilidade Civil **27%**
 Transportes **33%**

iii. Posicionamento

A Fidelidade atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2016, a Fidelidade voltou a reforçar a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 31,8% que correspondeu a um acréscimo de 2,4pp face ao ano anterior.

Nos ramos Vida, a Fidelidade reforçou a sua quota de mercado ao nível dos produtos financeiros (capitalização e planos de poupança reforma), alcançando a liderança destacada quer em termos de prémios, quer em termos de provisões matemáticas/responsabilidades técnicas.

No caso dos produtos para a reforma e fruto da aposta continuada nessa vertente, a Fidelidade detém uma quota de 56%, traduzindo a elevada confiança dos nossos clientes na solidez do Grupo.

Ramos Vida - Quota de Mercado

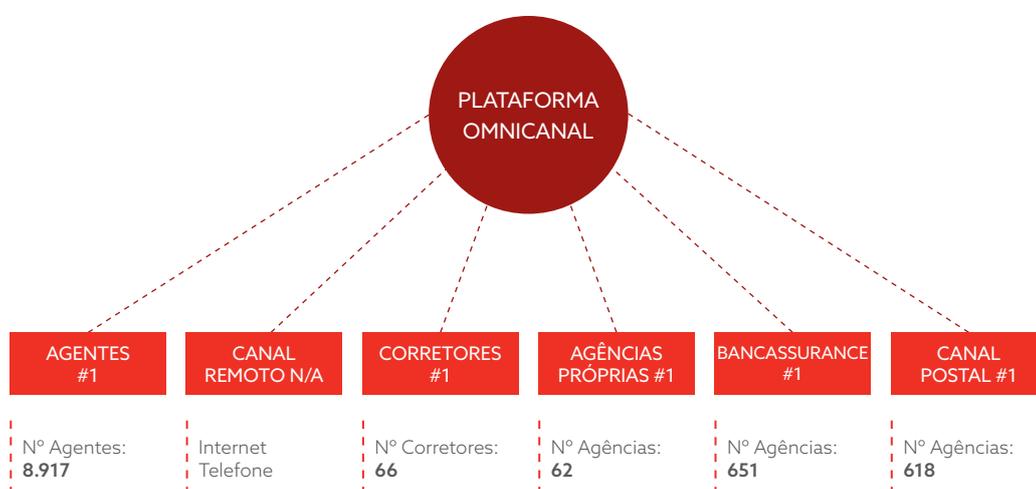
Também ao nível dos ramos Não Vida, a Fidelidade cresceu acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,8pp para 25,8%, sendo de destacar o incremento de 1,5pp nos produtos de Saúde (quota de 34%) e de Acidentes Pessoais (quota de 15%).

Ramo Não Vida - Quota de Mercado

iv. Rede de Distribuição

A Fidelidade comercializa produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, a Fidelidade procura desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, a Fidelidade tem vindo a desenvolver uma estratégia Omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza. A nova plataforma web da Fidelidade, lançada em 2016, procura justamente articular o mundo online e o mundo físico, constituindo uma das ações mais relevantes já concretizadas neste âmbito.

v. A oferta da Fidelidade

A Fidelidade tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta Fidelidade inclui seguros Vida (Risco e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multirisco Habitação, entre muitos outros. A oferta de seguros da Fidelidade é ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

vi. Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade para a Fidelidade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. A Fidelidade destaca-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido perçecionadas e reconhecidas pelos clientes.

Ao longo dos últimos anos, a Fidelidade orgulha-se de ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os Portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Fidelidade, que escolheu ser uma seguradora feita de pessoas que pensam nas pessoas.



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2017

Melhor nível de satisfação e intenção de compra por parte dos consumidores



MARCA DE CONFIANÇA 2016

Marca de Confiança dos Portugueses na categoria de companhia de seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2016

Melhor Grande Seguradora Vida, na categoria da Banca e Seguros



MARKTEST REPUTATION INDEX 2016

Seguradora com a mais alta reputação em Portugal



BASEF SEGUROS GLOBAL 2016

Melhores Seguros

Melhores Preços

A mais inovadora

A mais sólida



MARKTEST REPUTATION INDEX 2016

Melhor Seguradora nas áreas do marketing, comunicação e publicidade



REPUTATION INSTITUTE

Melhor Reputação, Público, Empresas e Media



GLOBAL BANKING & FINANCE REVIEW 2015

Melhor Seguradora Não Vida em Portugal e Seguradora com melhor serviço ao cliente em Portugal



EFMA ACCENTURE INNOVATION AWARDS 2014

Vencedora na Categoria de "Sustainable Business"

vii. Presença Internacional

A Fidelidade tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia), através de sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

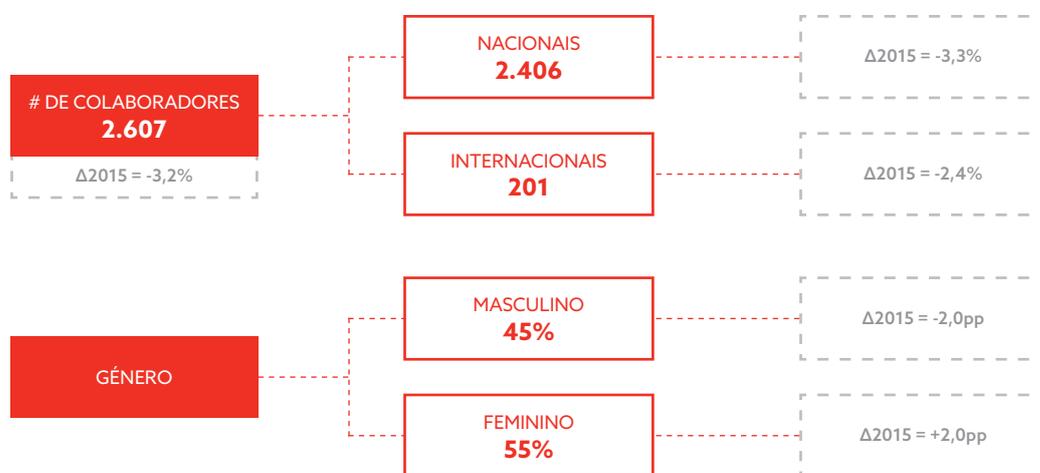
Numa fase inicial, o processo de internacionalização da Fidelidade visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, a Fidelidade considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados.

viii. A Equipa da Fidelidade

No final de 2016, o número total de colaboradores da Fidelidade foi de 2.607, estando 92% em Portugal e 8% nas operações internacionais.

Face a 2015, o número de colaboradores reduziu-se em 3,2%, refletindo a evolução do quadro de pessoal em Portugal (-3,3%) e nas sucursais (-2,4%).



Em 2016, o principal objetivo foi o rejuvenescimento e adaptação da organização de modo a acompanhar os novos desafios de mercado, o que possibilitou uma efetiva redução da idade média em cerca de um ano (contrariando assim o envelhecimento natural do quadro de colaboradores).

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2016 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e que contou com um grande envolvimento por parte de todas as nossas Pessoas.

Assim, para além do esforço de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas verificado, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

d. Estratégia da Fidelidade

A Fidelidade é líder incontestada do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- Liderança destacada no mercado, materializada numa base superior a 2,1 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através do canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais online;
- Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão de sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, a Fidelidade assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Assim, a Fidelidade tem vindo a operar de acordo com três vetores estratégicos fundamentais:

- Consolidação da posição no Mercado Nacional;
- Expansão do Negócio Internacional;
- Otimização da Gestão de Investimentos.

PONTO DE PARTIDA FIDELIDADE

- Liderança no mercado nacional, com uma base de 2,1 milhões de clientes
- Marca única no mercado pelo seu valor e reconhecimento pelos clientes
- Competências técnicas de referência, ampla gama de produtos
- Qualidade na gestão de sinistros, reconhecida pela sua eficiência

VETORES ESTRATÉGICOS

1. Consolidação da posição no Mercado Nacional

- Transformação digital, inovação da oferta, enfoque comercial, reforço da organização

2. Expansão do Negócio Internacional

- Diversificação da atividade pela entrada da Fidelidade em novos mercados

3. Otimização da Gestão de Investimentos

- Adequação do modelo de gestão de investimentos ao contexto dos mercados

No decorrer do ano de 2016, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação da Fidelidade, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes equipas da Companhia.

Consolidação da posição no Mercado Nacional

Apesar da posição de liderança detida pela Fidelidade, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado. Neste capítulo, destacam-se a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos e o potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, a Fidelidade está a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português.

Neste sentido, tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- Avaliação de oportunidades de integração vertical na cadeia de valor;
- Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente;
- Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição da Fidelidade no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que está presente.

Expansão do Negócio Internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização da Fidelidade visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A Fidelidade seguiu, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que o Banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados Francês e Luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio.

Em África, e numa fase mais recente, a Fidelidade expandiu-se diretamente, através de duas sucursais, para Moçambique, um mercado onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica para a Fidelidade, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo da Fidelidade passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Neste contexto, a Fidelidade tem vindo a analisar ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso da Fidelidade.

Otimização da Gestão de Investimentos

O objetivo da Fidelidade nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação da Empresa.

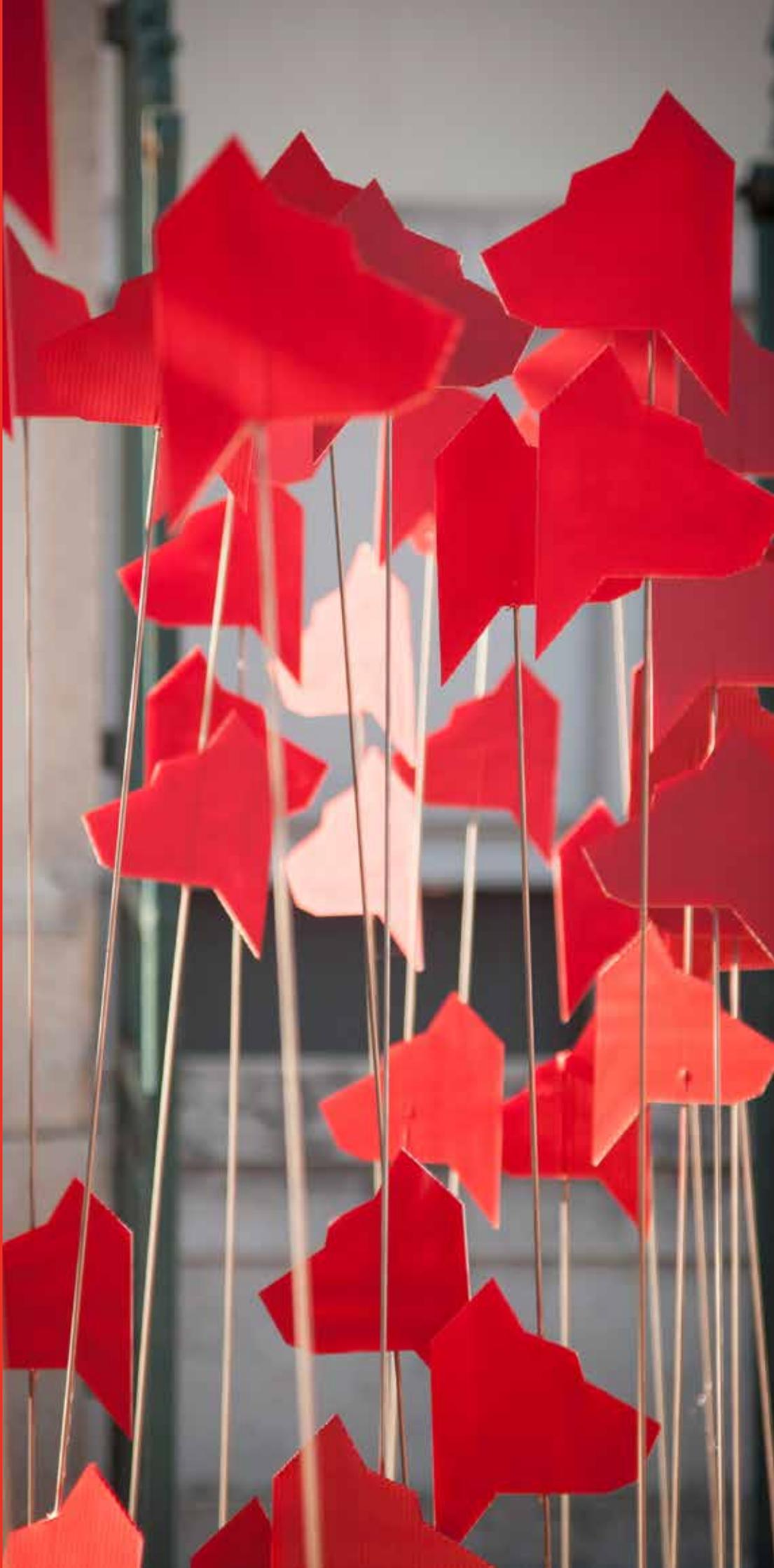
Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, que se espera prolongado no tempo, situação que constitui um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

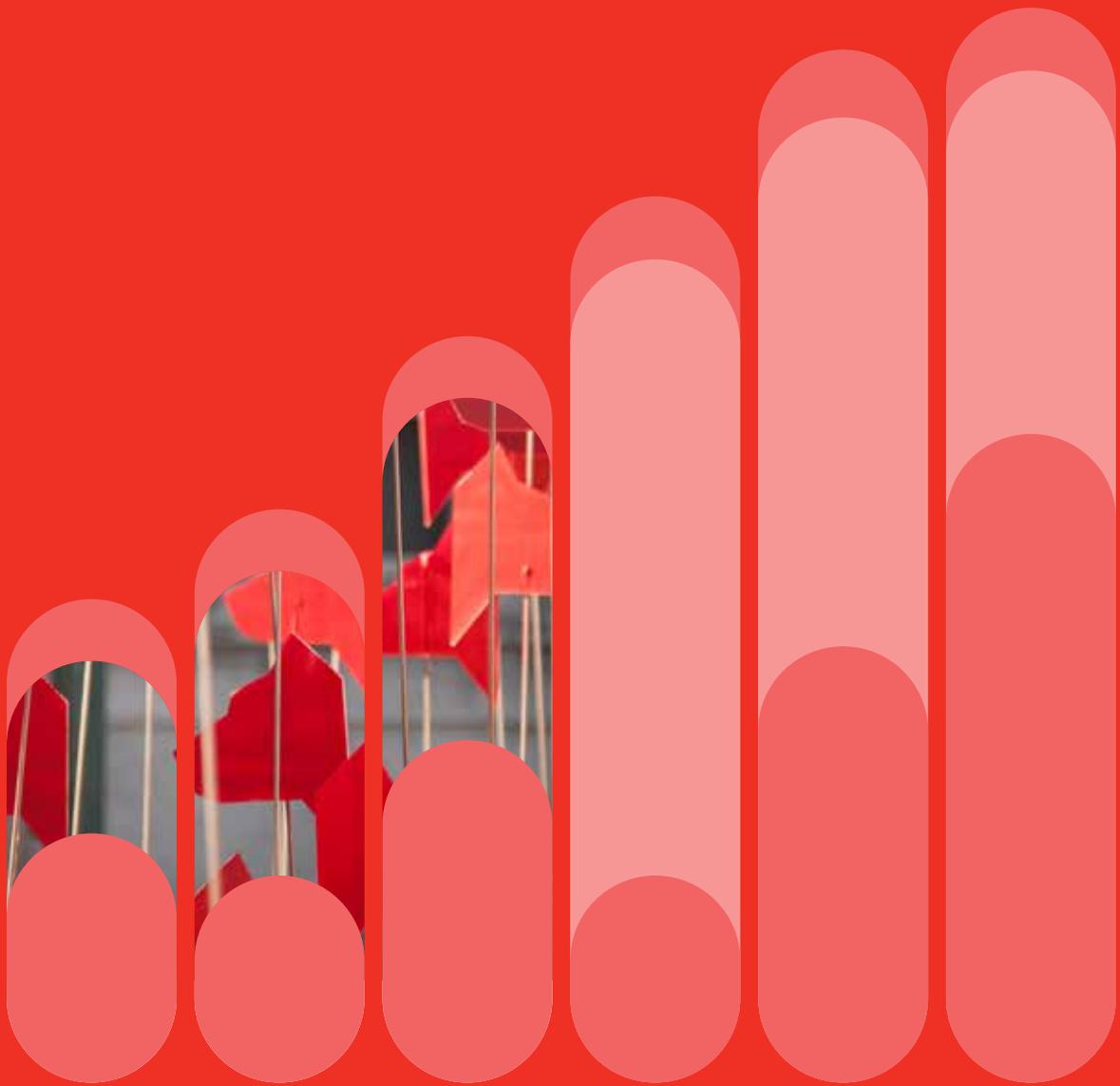
Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e, por outro, por garantir a reestruturação do portfólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta a nova regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde janeiro de 2016.



**A NOSSA
PERFORMANCE**





a. Síntese de Acontecimentos 2016

JANEIRO	Solvência II – entrada em vigor da nova regulação para a indústria seguradora
FEVEREIRO	Proteching – primeira edição do acelerador de startups com o apoio Fidelidade e a colaboração da Beta-i, promovendo a inovação nas áreas de saúde e assistência Fidelidade - Cuidados Médicos Acidentes – abertura da nova Unidade no Porto enfocada na prestação de serviços médicos na área de Acidentes de Trabalho
MARÇO	Web Platform Fidelidade – lançamento da nova plataforma Fidelidade, garantindo acessibilidade e integração com os restantes parceiros da mediação
ABRIL	Oferta Pequenos Negócios – lançamento da oferta pensada especificamente na proteção das pessoas, do património e das suas responsabilidades
MAIO	Rock in Rio – Fidelidade marca presença no Rock in Rio 2016, sendo seguradora oficial e tendo um dos stands mais visitados do evento
JUNHO	GICC – Global Insurance Committee do Grupo Fosun em Lisboa, com a organização da Fidelidade e participação de seguradoras europeias, americanas e asiáticas Multicare 24 – lançamento da nova oferta de saúde Multicare, incluindo orientação médica online, inovação absoluta no mercado Português
JULHO	IAPMEI e Turismo de Portugal – Fidelidade alia-se ao IAPMEI e Turismo de Portugal para garantir oferta diferenciada para as PME Líder e PME Excelência Munich Re – início de parceria para o desenvolvimento de uma plataforma inovadora e 100% digital na área de captação de poupanças
SETEMBRO	Santalucía – lançamento da cooperação com o líder do mercado espanhol para dinamização do produto de assistência familiar e funeral em território nacional
OUTUBRO	Advance Medical – assinatura de um acordo com a Advance Medical para estabelecimento de uma plataforma nacional de referência na área da saúde digital
NOVEMBRO	Web Summit – realização de um Official Startup Gathering com a participação do Secretário de Estado da Indústria e inúmeros parceiros do ecossistema da inovação
DEZEMBRO	My Fidelidade – soft launch da nova master app mobile da Fidelidade, centralizando informação sobre oferta e acesso a diferentes serviços do Grupo

i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2016 a produção de seguro direto totalizou cerca de 10.872 milhões de euros. Apesar da evolução positiva do segmento Não Vida, o mercado decresceu 14,1% face ao ano anterior, refletindo a tendência menos positiva no segmento Vida.

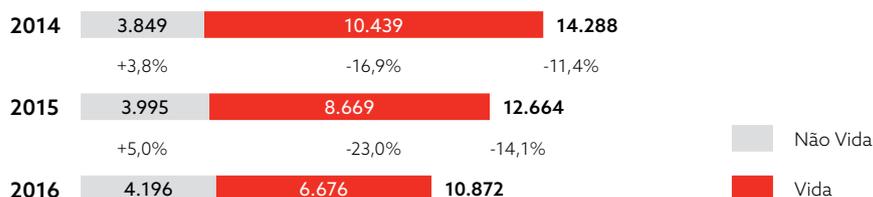
A queda do segmento Vida foi de 23% face ao ano anterior, totalizando um montante de prémios de 6.676 milhões de euros. Este declínio acentuado verificou-se pelo segundo ano consecutivo como consequência direta dos desafios existentes no mercado dos produtos financeiros.

O segmento Não Vida revelou um progresso assinalável em 2016, com um crescimento de 5,0% para 4.196 milhões de euros, confirmando assim a tendência de recuperação do montante de prémios iniciada em 2015 (em que a evolução foi de 3,8%). O crescimento verificado em 2016 representa a maior taxa de crescimento anual desde 2003, quer em termos nominais, quer em termos reais.

Prémios Mercado Segurador

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



O ano de 2016 ficou ainda marcado por acontecimentos marcantes na estrutura empresarial do mercado segurador português. Várias operações de aquisição por parte de grupos financeiros internacionais deverão tornar o mercado mais concentrado nas seguradoras de maior dimensão, com particular incidência nos ramos Não Vida.

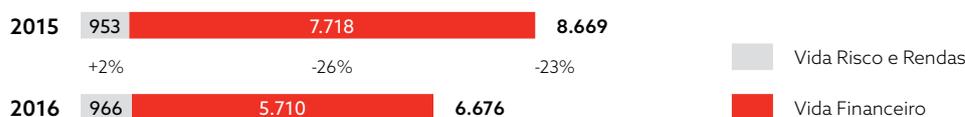
ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida registou em 2016 um volume de prémios de 6.676 milhões de euros, representando um decréscimo de 23% face ao ano anterior. Os produtos Vida Financeiro decresceram 26% de 7.718 para 5.710 milhões de euros, enquanto os produtos Vida Risco e Rendas cresceram 2%, de 953 para 966 milhões de euros.

Prémios do Segmento Vida

Fonte: APS

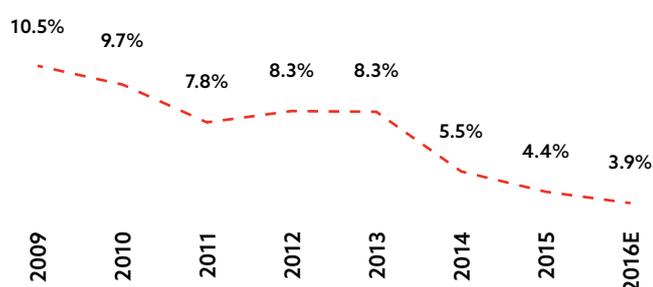
(Milhões de Euros)



O atual enquadramento para a venda de produtos Vida Financeiro não é o mais favorável à atividade seguradora. Por um lado, os novos produtos de retalho de obrigações do tesouro Português aumentaram o nível de concorrência e, por outro, o contexto macroeconómico de baixas taxas de juro gera um desincentivo à acumulação de poupança, em particular desde 2013.

Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

Fonte: INE



Não obstante, importa também sublinhar que o atual contexto de taxas de juro é favorável ao aumento da procura de crédito, em particular crédito à habitação. Tendo em conta ainda o crescente entusiasmo no mercado imobiliário português, criam-se as condições adequadas para o aumento da venda de seguros de vida vinculados ao crédito, e consequentemente o crescimento do montante de prémios dos produtos de Vida Risco.

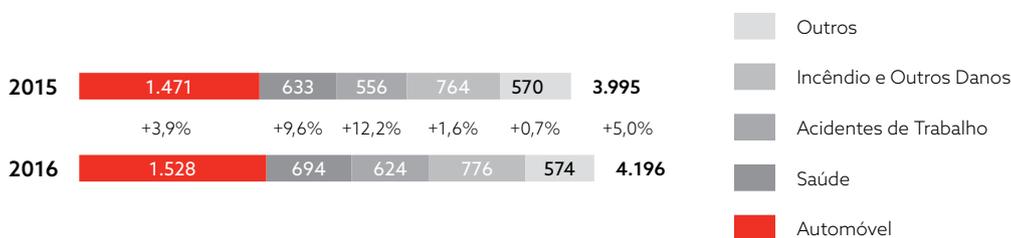
iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A excelente performance do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como base a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verifica-se que os principais dinamizadores do crescimento deste ramo foram os ramos Acidentes de Trabalho e Saúde.

Prémios do Segmento Não Vida

Fonte: APS

(Milhões de Euros)



Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pelo crescimento do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2016, foi o ramo do segmento Não Vida que mais cresceu, com um aumento de 12,2% face ao ano anterior e atingindo um volume de prémios de 624 milhões de euros.

A segunda linha de negócio que mais cresceu foi a Saúde com 9,6% de crescimento e um volume de prémios de 694 milhões de euros em 2016. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde. No ano de 2016, o mercado beneficiou também de um grande contrato de Saúde-Grupo relativo ao universo anteriormente gerido pela PT ACS em regime de auto-seguro.

No que diz respeito ao seguro Automóvel, o crescimento do parque automóvel associado à melhoria da qualidade do mesmo, bem como o ambiente económico mais favorável, permitiram que o maior ramo Não Vida em Portugal obtivesse uma performance bastante positiva, crescendo 3,9% face ao ano anterior.

Apesar da redução dos níveis de investimento empresarial, o ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multiriscos Habitação, registou um crescimento de 1,6% atingindo um montante de prémios de 776 milhões de euros em 2016. Em linha com os seguros de vida risco, esta linha de negócio foi influenciada positivamente pela recuperação de algum dinamismo no mercado imobiliário português.

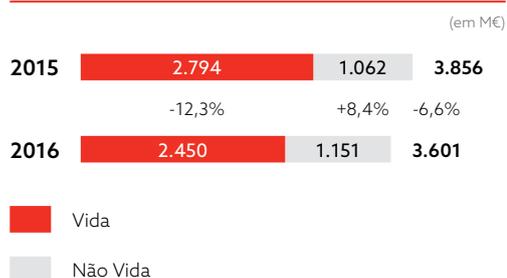
As restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida não conseguiram acompanhar os resultados das quatro linhas de negócio principais. Em 2016, o valor agregado dessas linhas de negócio aumentou apenas 0,7% face ao ano anterior, para 574 milhões de euros.

b. Atuação do Grupo Fidelidade

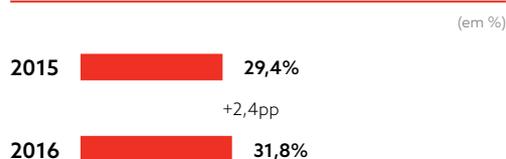
i. Principais indicadores de atividade

Num ano de 2016 marcado pelas tendências já referidas, a Fidelidade apresentou uma performance muito consistente, registando um total de prémios emitidos de 3.601 milhões de euros. Ao nível da atividade em Portugal, a Fidelidade contabilizou 3.452 milhões de euros, o que lhe permitiu reforçar a posição de liderança, aumentando a sua quota de mercado total para 31,8%, um aumento de 2,4pp face ao ano 2015, tendo este crescimento de quota sido suportado quer nos ramos Vida, quer nos ramos Não Vida. O negócio internacional verificou também um crescimento substancial de 10,2% com o reforço das operações internacionais já existentes.

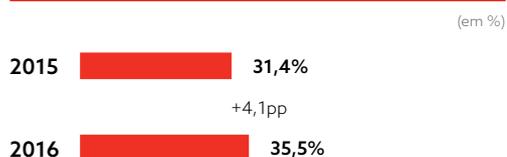
Total Prémios Emitidos detalhe Vida e Não Vida



Quota de Mercado Total em Portugal



Quota de Mercado Vida em Portugal



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



ii. Principais linhas de atuação da Fidelidade

A performance robusta da Fidelidade ao longo do ano 2016 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave:

- I. Produtos e Serviços;
- II. Distribuição;
- III. Pessoas e Organização.

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma característica da Fidelidade, que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como uma empresa de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas uma seguradora.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos nossos clientes através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical ao nível das empresas do Grupo Fidelidade, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel consolidou-se em 2016 o sucesso das soluções “Proteção Vital do Condutor” e do seguro de danos próprios “Auto Estima”. A cobertura “Proteção Vital do Condutor”, lançada no ano 2014, representa uma solução pioneira em Portugal, que responde ao desafio da falta de proteção adequada do condutor no caso de este ser responsável pelo acidente, permitindo assim garantir e acelerar a resposta da seguradora quando o cliente mais dela precisa. Já o seguro de danos próprios Auto Estima, lançado no ano 2015, representa uma solução totalmente inovadora no mercado Português especialmente concebida para automóveis com mais de quatro anos, e tem permitido à Fidelidade reforçar a penetração no segmento de danos próprios.

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento da Fidelidade. Ainda durante o ano de 2015 a Fidelidade tinha já na sua oferta um seguro inovador no mercado Português - Seguro Proteção Vital, com uma cobertura específica de Oncologia, para fins de diagnóstico e tratamento, com um capital de 1.000.000€. Esta cobertura, suportada por uma rede médica de excelência, implica uma forte aposta na prevenção com a realização de check-ups periódicos e diferenciados, visando um rastreio atempado e um diagnóstico o mais precoce possível de situações do foro oncológico. Já no decorrer do ano 2016 ficou também disponível a nova oferta de seguros de Saúde Multicare, que se tornou mais simples e próxima dos clientes com a criação de três novos Planos de Saúde, com níveis de proteção crescentes. Adicionalmente, no âmbito da parceria realizada com a Advance Medical, e reforçando a aposta digital da Fidelidade, esta nova oferta disponibilizou também a plataforma Multicare24, podendo os clientes ter acesso a aconselhamento médico online, entre outros serviços de apoio na área da saúde e bem-estar.

Na área dos Acidentes Pessoais, 2016 foi também um ano de consolidação, nomeadamente, com a dinamização comercial do produto “Proteção Vital das Pessoas”. Este produto, lançado em 2015, incorpora uma abordagem inovadora e muito competitiva que complementa a proteção das pessoas em caso de acidente quando não estão cobertas pelos seguros obrigatórios como o seguro automóvel e/ou o seguro de acidentes de trabalho, por exemplo, durante as atividades de tempos livres ou em caso de um acidente doméstico, sendo que este produto tem revelado grande aceitação pelo mercado.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a nossa rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criada, em colaboração com a Luz Saúde, uma unidade específica de tratamentos médicos na área geográfica do Porto. Esta unidade tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

Também no ramo Vida a Fidelidade tem vindo a disponibilizar novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e pela elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, a Fidelidade tem vindo a reforçar a sua oferta de produtos unit linked, que permitem aos clientes alcançar retornos mais atrativos, não penalizando a solidez dos investimentos. Não obstante este reforço de oferta, a Fidelidade mantém também uma gama de produtos de poupança com garantia de capital e taxa de juro, em linha com o interesse de uma elevada proporção dos clientes nacionais.

No Vida Risco, e para além de novas ofertas direcionadas para segmentos específicos, a Fidelidade tem vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário Português que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo. Como resultado, a oferta de produtos existente e comercializada maioritariamente através da rede de agências da Caixa Geral de Depósitos, maior banco de retalho nacional, tem vindo a ter uma performance comercial sustentada.

II. Distribuição

A Fidelidade tem nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, a Fidelidade tem promovido uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm também marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição – mediação, lojas próprias, corretores, banca (CGD), correios e canais online.

Durante o ano de 2016 foi efetuada uma racionalização da estrutura interna de apoio à mediação, prosseguindo uma atuação iniciada no ano de 2015 de reestruturação da rede de agências próprias, com o objetivo de melhor adequar os meios existentes às necessidades da nossa rede comercial. Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

Destaca-se ainda em 2016 o lançamento da nova plataforma web (www.fidelidade.pt) que representa um importante marco na implementação da estratégia omnicanal da Fidelidade. Esta plataforma permite a simulação e contratação online de seguros automóvel, saúde e multiriscos habitação, em forte articulação com a rede de mediação e reforçando a aposta digital da empresa.

III. Pessoas e Organização

Uma “nova” Fidelidade que se posiciona cada vez mais como um parceiro na proteção das pessoas, ao garantir uma qualidade de serviço a toda a prova, produtos inovadores, práticas cada vez mais transparentes e maior proximidade com os clientes, colaboradores e parceiros. Este é o grande desafio e a dinâmica que orientam o dia-a-dia das pessoas na Fidelidade.

Pretendemos tornar a organização mais ágil, mais digital, mais inovadora, dando a oportunidade às pessoas para serem mais criativas e participarem mais neste esforço de transformação. Por tudo isto, a Gestão de Pessoas e o seu alinhamento com a estratégia da empresa e necessidades das unidades de negócio tornam-se ainda mais fundamentais.

Como primeiro passo, reposicionou-se a Direção de Recursos Humanos como Direção de Pessoas e Organização, adotando uma postura de maior parceria com todas as áreas da empresa, bem como de agente de mudança. Definiu-se ainda um programa integrado de ação na área da Gestão de Pessoas, com um plano de trabalho e projetos concretos e que se estrutura segundo quatro linhas principais de atuação:

- Desenvolvimento de Pessoas - Garantir a preparação das Pessoas para enfrentar os desafios futuros, atraindo, desenvolvendo e retendo os melhores colaboradores para o Grupo Fidelidade. Implementar Modelos de Gestão de Pessoas assentes em meritocracia que promovam oportunidades de crescimento e desenvolvimento dos colaboradores. Assegurar a sucessão e promover a Mobilidade para garantir uma pool de talentos globais que responda aos desafios das diferentes operações a nível nacional e internacional;
- Transformação Organizacional - Apoiar no desenho da estrutura organizacional que melhor responda aos desafios do negócio e apoiar na planificação da força de trabalho contribuindo para o rejuvenescimento da Organização, a retenção do conhecimento, e a introdução de novos perfis de competências. Criar políticas transversais ao Grupo Fidelidade, respeitando as especificidades de cada empresa e garantindo a equidade entre todos os colaboradores;
- Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio - Apoiar os responsáveis pelos negócios na gestão das suas pessoas. Perceber e estar ao lado do negócio, identificando de forma proativa as suas necessidades, apoiando a mudança em cada área, como foco no mercado, na proximidade ao cliente e nos resultados;
- Cultura Corporativa - Apoiar a consolidação de uma cultura corporativa para o Grupo Fidelidade, através do desenvolvimento e promoção da identidade cultural da empresa (Visão; Valores) e da dinamização de canais de comunicação com os colaboradores que potenciem o engagement e proximidade entre a Organização e as Pessoas. Promover a imagem do Grupo Fidelidade como entidade empregadora, com uma proposta de valor atrativa junto de potenciais candidatos, instituições de ensino, executivos de excelência e colaboradores.

A Fidelidade tem também realizado um esforço contínuo na melhoria e digitalização de processos, fundamental para promover uma maior agilidade e reforçar as capacidades técnicas e de gestão de sinistros, fundamentais no negócio segurador.

Incorporando os mais recentes desenvolvimentos digitais na área seguradora a Fidelidade tem vindo a implementar técnicas avançadas de análise (Advanced Analytics), suportadas em ferramentas de machine learning, que permitem melhorar o processo de subscrição, aumentar o nível de automação nos processos de gestão de sinistros e melhorar as capacidades de prevenção de fraude. Estes desenvolvimentos revelam um potencial significativo de transformação dos processos e de melhoria de performance e estão a ser aplicados nas diversas linhas de negócio.

Com vista a implementar de forma mais consistente esta aposta nas áreas de Analytics e Big Data, a Fidelidade criou uma unidade orgânica especialmente enfocada nesta matéria (Centro de Advanced Analytics) que irá desenvolver as capacidades internas e, em estreita colaboração com as várias áreas de negócio, dinamizar a aplicação destas tecnologias ao nível do Grupo Fidelidade.

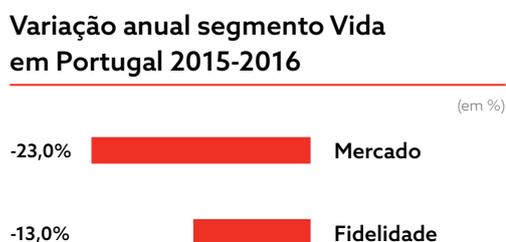
iii. Segmento Vida

Principais indicadores de atividade - Ramo Vida

O ano 2016 foi particularmente exigente para o ramo Vida do mercado segurador Português, tendo, nesse contexto, os prémios emitidos pela Fidelidade contraído 12,3% para um total de 2.450 milhões de euros.

No entanto, a performance comercial da Fidelidade foi francamente positiva em comparação com a generalidade do mercado sendo que, em particular em Portugal, a Fidelidade verificou uma contração de 13,0% nos seus prémios que compara com um decréscimo de 23,0% do mercado. Esta performance resultou no reforço da posição de liderança da Fidelidade, aumentando a sua quota de mercado para 35,5%, o que representa um aumento de 4,1pp face ao ano 2015.

Num contexto dominado por baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, que trouxeram fortes pressões ao segmento Vida Financeiro, a Fidelidade foi capaz de inovar a sua gama de produtos, alavancar a sua rede de distribuição multicanal e tirar partido dos seus elevados níveis de qualidade de serviço, reputação e satisfação dos clientes de modo a reforçar a sua posição no Segmento Vida.



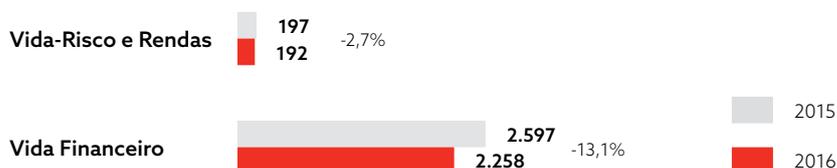
Evolução por ramo do Segmento Vida

O Segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 80% dos mesmos.

Os produtos Vida Risco e Rendas apresentaram uma performance sustentada, tendo contraído 2,7% para um total de 192 milhões de euros. Apesar do contributo positivo da dinâmica do setor imobiliário para o aumento da venda de seguro vida risco associado ao crédito à habitação, o mesmo não foi suficiente para evitar uma ligeira redução nos prémios globais.

Os prémios de Vida Financeiro contraíram 13,1% para um total de 2.258 milhões de euros, em linha com o comportamento descendente do mercado segurador em Portugal neste tipo de produtos, consequência do contexto de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares. Esta performance é francamente positiva em comparação com a generalidade do mercado Português.

Prémios do Segmento Vida Fidelidade



Evolução por canal de distribuição do Segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas.

No entanto, é de destacar que os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) apresentaram em 2016 um elevado crescimento (+54%) e aumentaram o seu peso na estrutura de vendas do Grupo.

Segmento Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2016	2015	Var
Tradicional	464	301	+54,1%
Bancário e CTT	1.906	2.423	-21,3%
Estrangeiro	80	71	13,7%
Fidelidade	2.450	2.794	-12,3%
Mercado	6.676	8.669	-23,0%

iv. Segmento Não Vida

Principais indicadores de atividade – Segmento Não Vida

A Fidelidade apresentou uma performance francamente positiva no Segmento Não Vida, tendo os prémios emitidos aumentado 8,4% para um total de 1.151 milhões de euros.

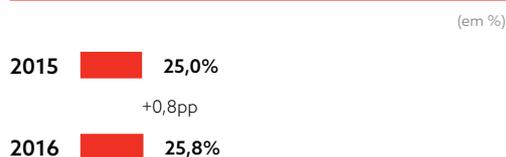
A performance comercial da Fidelidade acompanhou a tendência positiva da generalidade do mercado sendo que, em particular no mercado Português, a Fidelidade verificou um crescimento de 8,6% nos seus prémios que compara com um aumento de 5,0% do mercado. Estes resultados permitiram o reforço da posição de liderança da Fidelidade, aumentando a sua quota de mercado para 25,8%, o que representa um aumento de 0,8pp face ao ano 2015.

A contribuir para esta performance positiva da Fidelidade no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical do Grupo Fidelidade, e que respondem a necessidades identificadas no mercado.

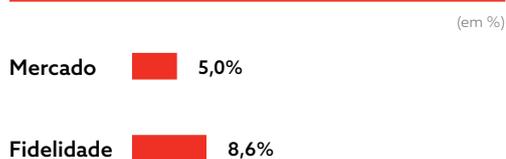
Prémios Emitidos em Não Vida



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



Variação anual segmento Não Vida em Portugal 2015-2016



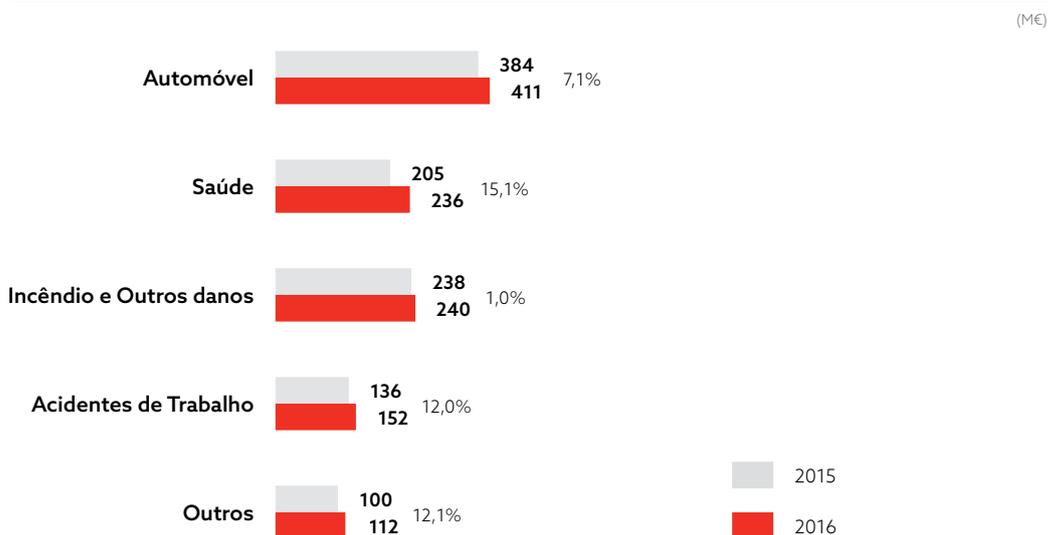
Evolução por ramo do Segmento Não Vida

O Segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos - Automóvel, Saúde, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

Todos os ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2016, sendo de destacar a performance dos ramos Saúde, Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais com crescimentos superiores a 10%. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados nestes ramos, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare com a inclusão de aconselhamento médico online e a dinamização da comercialização do produto de acidentes pessoais Proteção Vital das Pessoas, lançado ainda em 2015. No ano de 2016 e no negócio de Saúde, a Fidelidade beneficiou também da angariação de um grande contrato de seguro de Saúde-Grupo relativo ao universo anteriormente gerido pela PT ACS em regime de auto-seguro.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no Segmento Não Vida, com um peso superior a 30% no total do segmento. A performance deste ramo foi bastante sólida tendo os prémios aumentado 7,1% devido tanto a uma melhoria estrutural do parque automóvel, verificando-se o crescimento e a melhoria da qualidade do mesmo, como à capacidade da Fidelidade capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Prémios emitidos no Segmento Não Vida - Detalhe por ramo



Evolução por canal de distribuição do Segmento Não Vida

Todos os canais de distribuição apresentaram uma evolução positiva na comercialização de produtos do Segmento Não Vida no ano 2016 face ao ano 2015.

Em particular os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Não Vida, representando cerca de 80% do volume de vendas. Estes canais de distribuição tiveram um crescimento significativo de 9,1% contribuindo fortemente para a performance no segmento.

Segmento Não Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2016	2015	Var
Tradicional	991	909	+9,1%
Bancário e CTT	101	98	+3,2%
Estrangeiro	58	55	+5,7%
Fidelidade	1.151	1.062	+8,4%
Mercado	4.196	3.994	+5,0%

v. Atividade Internacional

A Fidelidade está presente em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique através de sucursais.

O montante de prémios de seguro direto das sucursais da Fidelidade ascendeu, em 2016, a 138 milhões de euros, superior em 10,2% ao valor do ano anterior.

Foi um ano marcado pelo relevante crescimento da atividade na generalidade das sucursais e pela consolidação dos respetivos modelos de negócio. De referir ainda que, em 2016, o crescimento dos prémios Não Vida foi negativamente influenciado pelo facto de, em 2015, a Sucursal Não Vida de Macau ter evoluído para uma sociedade de direito local (Fidelidade Macau - Companhia de Seguros).

O quadro seguinte evidencia a evolução dos prémios nas sucursais entre 2015 e 2016:

Atividade no Estrangeiro - Prémios de Seguro Direto

ATIVIDADE NO ESTRANGEIRO (Prémios de Seguro Direto)	2016		2015	
	Valor (em M€)	Valor (em %)	Valor (em M€)	Valor (em %)
SUCURSAL DE ESPANHA				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	34,1	20,7%	28,3	20,0%
Não Vida	18,4	24,8%	14,7	-4,9%
Total	52,5	22,1%	43,0	10,1%
SUCURSAL DE FRANÇA				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	35,1	16,8%	30,0	15,9%
Não Vida	38,6	32,1%	29,2	23,1%
Total	73,6	24,3%	59,2	19,4%
SUCURSAL DO LUXEMBURGO				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	0,5	-89,2%	5,0	38,3%
Não Vida				
Total	0,5	-89,2%	5,0	38,3%
SUCURSAL DE MACAU				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	10,5	44,4%	7,3	-39,9%
Não Vida			11,0	1,1%
Total	10,5	44,4%	18,3	-20,5%
SUCURSAL DE MOÇAMBIQUE				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	0,0	378,9%	0,0	248,7%
Não Vida	1,4	421,9%	0,3	8285,1%
Total	1,4	420,4%	0,27	3924,1%
TOTAL ATIVIDADE NO ESTRANGEIRO				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	80,2	13,7%	70,5	8,3%
Não Vida	58,3	5,7%	55,1	10,2%
Total	138,5	10,2%	125,7	9,1%

c. Performance Operacional e Financeira

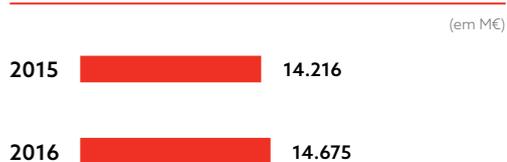
Principais indicadores da performance operacional e financeira

No ano de 2016 a Fidelidade apresentou uma rentabilidade sólida tendo atingido um resultado líquido de 100,4 milhões de euros, o que representa uma redução face ao ano de 2015, que tinha beneficiado de proveitos extraordinários na área dos investimentos.

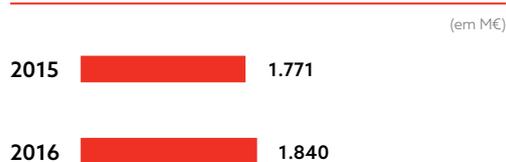
A contribuir positivamente para este resultado líquido destaca-se a melhoria significativa do rácio combinado e a performance consistente na gestão dos investimentos.

O rácio combinado atingiu os 101,3% em 2016, com uma redução de 3,7pp face ao ano anterior, beneficiando sobretudo do aumento da eficiência traduzido na redução do rácio de despesas.

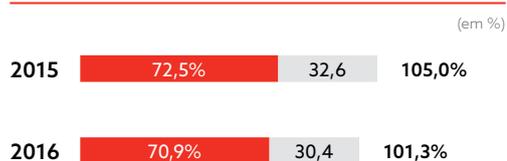
Ativo Líquido



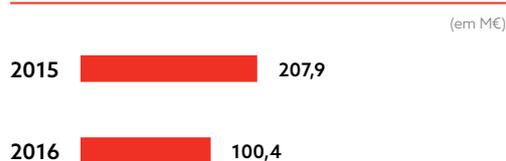
Capitais Próprios



Rácio Combinado Detalhado *



Resultado Líquido



Expense Ratio

Loss Ratio

i. Performance Operacional

A performance operacional teve uma melhoria substancial no decorrer do ano 2016, tendo o rácio combinado decrescido de 105% para 101,3% (-3,7pp). Este resultado foi atingido através de uma melhoria tanto no rácio de despesas como no rácio de sinistralidade.

Relativamente ao rácio de despesas verificou-se uma redução de 2,2pp, passando de 32,6% para 30,4% no ano 2016. Este resultado reflete o aumento de eficiência operacional da Fidelidade bem como o esforço de otimização e contenção de custos que vem sendo realizado num contexto em que o volume de prémios Não Vida tem vindo a aumentar de forma expressiva.

Já no que diz respeito ao rácio de sinistralidade, incluindo custos alocados à função sinistros, verificou-se uma melhoria de 1,6pp, evoluindo de 72,5% para 70,9% no ano 2016. Este resultado reflete dinâmicas diversas, de que se destacam uma melhoria significativa da rentabilidade dos ramos Acidentes de Trabalho e Saúde, fruto em grande medida dos ajustamentos tarifários realizados e de melhorias implementadas na subscrição e gestão de sinistros.

Por outro lado, o ramo Automóvel, fruto do aumento de frequência de sinistros que decorre da maior circulação automóvel registou um aumento na sinistralidade e não contribuiu positivamente em 2016 para o decréscimo do rácio de sinistralidade global que a Fidelidade tem vindo a registar de forma consistente nos últimos anos.

ii. Performance Financeira

O Ativo Líquido da Fidelidade situou-se em 14.675 milhões de euros no ano 2016, o que representa um acréscimo de 3,2% face ao ano 2015.

A política de investimentos aplicada pelo Grupo Fidelidade considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

- O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- Necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

Em termos de dimensão, a carteira de investimentos da Fidelidade (incluindo Depósitos Bancários e Caixa), em contas consolidadas, ascendeu a 13,6 mil milhões de euros, semelhante ao registado em 2015.

Em 2016, prosseguiu a política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de, num ambiente de reduzidas taxas de juro, maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco.

Globalmente, verificou-se uma boa performance na área dos investimentos tendo sido atingido um investment income de 327 milhões de euros com um respetivo investment yield de 2,4%. De referir, ainda, que esta taxa se encontra negativamente influenciada pela existência de um elevado montante de investimentos em empresas participadas que não procederam a distribuição de dividendos em 2016.

iii. Capital e Solvência

Os Capitais Próprios ascenderam a 1.840 milhões de euros no ano 2016, representando assim um acréscimo de cerca de 4% face ao valor registado no ano 2015.

De referir, ainda, que a Fidelidade fez uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo reforçado os seus níveis de solvência ao longo de 2016. Com efeito, à data de entrada em vigor do novo regime de Solvência, a Fidelidade registava, no seu perímetro individual, um rácio de solvência de 104,5%, tendo este rácio evidenciado um reforço ao longo do ano.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira", importa referir que a Fidelidade cumpre os requisitos de capital considerando a informação disponível nesta data.

**PERSPETIVAS
DE EVOLUÇÃO**

4





a. Evolução Macroeconómica

Em 2016, a economia portuguesa continuou a evidenciar alguns dos traços fundamentais que têm caracterizado a recuperação económica em curso desde 2013, apesar do ritmo de crescimento da economia ser inferior ao verificado em anteriores ciclos económicos.

Neste sentido, registou-se uma desaceleração do crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6% em 2015 para 1,2% em 2016, valor inferior ao estimado pelo BCE para a área do euro (1,7%), refletindo sobretudo a contração do Investimento (-1,7%), em particular nas suas componentes pública e residencial.

Por outro lado, a taxa de desemprego evoluiu favoravelmente, ao registar um decréscimo de 1,3pp face a 2015, para 11,1%, tendo beneficiado do dinamismo de algumas atividades, nomeadamente as ligadas à área do turismo.

As projeções disponíveis para 2017 apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um maior crescimento do PIB (1,4%), refletindo um maior dinamismo do investimento (crescimento esperado de 4,4%). Por outro lado, deverá verificar-se uma moderação do consumo privado que deverá apresentar um crescimento (1,3%) ligeiramente inferior ao do PIB, decorrente do menor contributo do consumo de bens duradouros.

Relativamente à taxa de desemprego, projeta-se uma nova redução para 10,1% continuando a economia a beneficiar do dinamismo das exportações, em particular no setor do turismo.

Finalmente, embora o padrão de crescimento projetado apresente um conjunto de características que traduzem uma recuperação mais sustentada da economia portuguesa, persistem, contudo, vários constrangimentos estruturais ao crescimento, nomeadamente o elevado endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica adversa e um elevado nível de desemprego de longa duração.

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2017

O mercado segurador deve ser analisado de forma independente em dois grandes segmentos de negócio, os ramos Vida, fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida, cuja evolução está intimamente ligada à atividade económica.

Em 2016, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um decréscimo de 23%, refletindo a persistência de baixas taxas de juro (desincentivadoras da poupança de longo prazo) e a concorrência dos novos produtos de captação de poupança lançados pelo Estado.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento para 5,0% em 2016, registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2003, sendo os ramos de Doença (9,6%) e de Acidentes de Trabalho (12,2%) os principais impulsionadores destes resultados.

Para o ano de 2017 é expectável a manutenção da trajetória de diminuição da produção na área do Vida Financeiro que já caracterizou os dois anos anteriores, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, a pressão da concorrência por parte dos produtos financeiros do Estado e o novo quadro regulatório em vigor que, em termos de solvência, é penalizador para este tipo de produtos.

Relativamente aos ramos Não Vida, a tendência mantém-se de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando ainda alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente, a Saúde e os Acidentes Pessoais.

A Fidelidade está consciente das mudanças sociais que a sociedade enfrenta e da necessidade de uma constante adaptação do negócio ao novo contexto onde se insere

Os ramos Não Vida deverão também beneficiar do aumento de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multiriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento e para a taxa de desemprego.

Em suma, 2017 será certamente um ano desafiante, em que se espera que a conjuntura de crescimento moderado da economia e a pressão da concorrência continuem a condicionar a evolução do segmento não Vida e em que a dimensão global dos ramos Vida, em particular devido à regressão do vida financeiro deverá continuar a reduzir-se.

c. Principais Desafios para o Futuro

Abordados os aspetos mais relevantes do setor e da conjuntura económica na qual as seguradoras se inserem atualmente, urge entender também as principais temáticas que vão dominar o futuro.

Consciente das mudanças que surgem todos os dias no horizonte, a Fidelidade tem vindo a preparar-se para responder aos fatores externos suscetíveis de afetar o seu negócio e influenciar a sua capacidade de gerar valor, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- Envelhecimento da população;
- Novas necessidades no contexto digital;
- Alterações regulatórias;
- Incerteza nos mercados financeiros.

1. Envelhecimento da população

O **Envelhecimento** da população, de entre todos os fatores demográficos, é aquele que merece maior atenção. O aumento da esperança média de vida, conjugado com a diminuição da taxa de fertilidade, tem conduzido a uma população cada vez mais concentrada em faixas etárias com idades mais avançadas, apenas parcialmente compensado pelos fluxos migratórios.

Principais Impactos:

- Crescente envelhecimento da população, com os sistemas de proteção social a serem fortemente impactados e levando a um recuo do Estado em matéria de reforma;
- Crescente necessidade de serviços de cuidados de saúde e de assistência;
- Preocupação crescente com a canalização das poupanças para a reforma.

O setor segurador enfrenta o desafio de adaptar os respetivos modelos de negócio atendendo, por um lado, às necessidades e perfil de risco dos consumidores e, por outro lado, à potencial expansão do papel social e assistencial que tem caracterizado a atuação do setor.

A Fidelidade pretende acompanhar todo o ciclo de vida dos seus clientes, nomeadamente, desenvolvendo produtos e serviços inovadores adaptados às necessidades específicas de cada fase da sua vida.

A criação de novas soluções de seguro tecnicamente adaptadas ao mercado sénior no âmbito dos planos de saúde, o estudo detalhado das necessidades futuras em termos de assistência, long term care e reforma, o desenvolvimento de serviços com recurso a novas tecnologias, ou o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades de referência com o objetivo de desenvolver conjuntamente novas soluções constituem algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito.

2. Novas necessidades no contexto digital

A sociedade está a evoluir para uma nova **Era Digital**, em que as tecnologias assumem papel de destaque. Surgem novas dimensões nos produtos, na transmissão e acesso à informação, modificam-se as formas de consumo.

O setor segurador identifica uma evolução significativa e potencialmente disruptiva nas necessidades de proteção, nos comportamentos de compra e no relacionamento com os clientes.

Principais Impactos:

- Procura de novas soluções de proteção
- Processo de compra e relacionamento com os clientes caracterizado por múltiplos pontos de contacto e com recurso a novas tecnologias
- Crescente procura de serviços personalizados e maior exigência na qualidade dos mesmos.

O setor segurador enfrenta um desafio significativo neste contexto, necessitando implementar alterações significativas nos processos de venda, de contacto com o cliente, bem como nos processos core de gestão do negócio, para se manter relevante neste novo contexto.

O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente Customer Centric, em que se potenciam as ferramentas digitais, mas em que se privilegia também a perspetiva humana é o caminho traçado pela Fidelidade.

No âmbito da sua agenda digital, a Fidelidade tem em curso um processo de transformação dos seus processos de negócio principais e do relacionamento com os clientes com recurso a novas tecnologias (móvel, analytics, internet of things,...), preservando a capacidade de articular o papel dos vários intervenientes, nomeadamente, os canais de distribuição e de serviço digitais e físicos, numa abordagem verdadeiramente omnicanal, procurando satisfazer as necessidades das várias gerações de consumidores ao longo do ciclo de utilização dos seus produtos e serviços.

A Fidelidade acredita que o desenvolvimento tecnológico é crucial na constante procura de novas soluções para os clientes e na transformação dos processos de negócio

A Fidelidade rege-se pelo cumprimento de todas as suas exigências regulamentares e encontra-se, em particular, alinhada com os requisitos necessários no âmbito do Solvência II

3. Alterações Regulatórias

A regulação da indústria seguradora tem sido desde sempre um fator muito relevante no desenvolvimento do negócio nas suas várias vertentes.

Em particular, o setor segurador está atualmente a adaptar-se às diretrizes de novas diretivas Europeias, com destaque para o **Solvência II**, aplicada a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e que trouxe mudanças significativas para os operadores presentes no mercado.

Principais Impactos:

- Necessidade de considerar de forma estratégica os potenciais impactos em capital nas decisões de desenvolvimento do negócio;
- Alteração significativa nas formas de gestão das carteiras de investimentos, por forma a obter um equilíbrio adequado entre retorno e necessidades de capital;
- Maior relevância dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

A adaptação e aplicação eficaz do regime Solvência II e das demais diretivas devem continuar a ser uma prioridade para o setor segurador.

A Fidelidade fez uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo preparado e implementado antecipadamente as alterações em termos de processos de gestão, capital e mecanismos de controlo interno, necessárias ao cumprimento dos novos requisitos impostos pela nova diretiva Solvência II, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

4. Incerteza nos Mercados Financeiros

O cenário macroeconómico e de incerteza política que caracteriza atualmente a área do Euro, as frágeis perspetivas de crescimento económico e a volatilidade dos mercados financeiros mundiais constituem uma fonte de riscos ao qual o setor segurador não é alheio.

De entre as variáveis macroeconómicas mais importantes para as seguradoras, são de destacar as taxas de juro. A persistência de baixas **taxas de juro** impacta de forma significativa a rentabilidade dos investimentos, em especial no ramo Vida, altamente penalizado pelo enquadramento atual.

Principais Impactos:

- Menor atratividade das rentabilidades oferecidas nos produtos financeiros;
- Redução transversal das margens e dos resultados financeiros do setor;
- Impactos na posição de solvência das companhias

O meio envolvente em que têm vindo a operar as seguradoras e a incerteza subjacente em múltiplas variáveis de cariz macroeconómico e político, representam um desafio significativo à rentabilidade e estabilidade financeira, obrigando as seguradoras a ajustarem o respetivo modelo de negócio.

Neste âmbito, a Fidelidade tem levado a cabo um esforço de análise prospetiva, por forma a avaliar a sustentabilidade das suas estratégias de negócio e de investimento no âmbito das exigências macroeconómicas em que vivemos.

Na conjuntura atual, de um expectável prolongamento do cenário de baixas taxas de juro e de fortes volatilidades nos mercados financeiros, e conjugando também os novos requisitos impostos pela diretiva Solvência II, a Fidelidade procedeu às alterações consideradas necessárias no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de produtos, e às políticas de gestão de investimentos e de gestão do risco, por forma a poder minimizar de forma prudente os eventuais impactos negativos que possam decorrer do atual contexto macroeconómico.

Consciente dos desafios macroeconómicos e da volatilidade nos mercados financeiros, a Fidelidade tem adotado uma atitude proativa, antecipando sempre que possível as estratégias mais adequadas para fazer face às incertezas atuais

d. Posicionamento da Fidelidade no Futuro

Nos últimos anos, a Fidelidade prosseguiu a sua estratégia com um balanço globalmente muito positivo, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. A Fidelidade iniciou em 2014 um programa de ação estratégico em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2017 deverá ser, para a Fidelidade, um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital, deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável da Fidelidade.

A Fidelidade reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. A Fidelidade tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares à Fidelidade, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que, seguramente, se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçada nas fortes competências que tem em Portugal, a Fidelidade pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. A Fidelidade, suportada no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa está confiante no sucesso!

5

SUCURSAIS DA FIDELIDADE



[Redacted]

[Redacted]

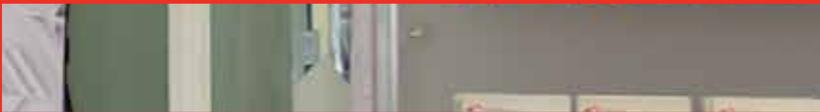
[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]



Neste capítulo apresenta-se de seguida o resumo da atividade das sucursais da Fidelidade, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos-chave do ano de 2016, principais indicadores e próximos passos.

ESPAÑA

Volume de Negócios = 52,5M€

Número de Pessoas = 104

A Fidelidade Espanha fechou o ano 2016 com uma receita de 52,5 milhões de euros em prémios emitidos, o que representou um crescimento de 22% face ao ano anterior (+21% em prémios Vida e +25% em prémios não Vida).

As provisões técnicas do ramo Vida situaram-se em 105 milhões de euros com um incremento de 38% em comparação com 2015. Este forte incremento provém do sucesso na venda do seguro "Fidelidade Ahorro Platino" na rede do Banco Caixa Geral, assim como de outros produtos de Vida Poupança e de Rendas.

No ano de 2017, a Fidelidade Espanha irá procurar consolidar algumas das linhas estratégicas iniciadas em 2016, nomeadamente:

- Continuidade do crescimento do canal de corretores, através do fortalecimento dos vínculos já criados em 2016 com os mais relevantes players do mercado (Marsh, Aon, Willis, Howden); através de uma estratégia de "oferta de valor acrescentado" em seguros para riscos industriais e de responsabilidade civil, bem como através do aproveitamento de sinergias com as empresas chinesas e portuguesas no mercado ibérico.
- Redução da presença no ramo automóvel face à evolução negativa da conta técnica própria e do setor.
- Reorientação da estratégia do canal de mediadores tradicionais. Adaptação das áreas geográficas e focalização dos recursos de apoio num número de mediadores mais reduzidos e com maior potencial. A rede de agentes exclusivos - chineses e locais - continuará a ser promovida.

FRANÇA

Volume de Negócios = 73,6M€

Número de Pessoas = 54

Em 2016, o volume de negócios da Sucursal de França ascendeu a 73,6 milhões de euros, representando um aumento de 24% face ao ano anterior - 17% no ramo Vida e 32% no ramo não Vida. O ramo Vida representou 48% do volume total de negócios, com provisões técnicas de 292 milhões de euros. A carteira, repartida entre o segmento de particulares (74%) e o segmento de empresas (26%), continuou a refletir a aposta no desenvolvimento da oferta para pequenas e médias empresas.

A distribuição do negócio é assegurada pelo canal bancário e venda direta (52%) e pelo canal de corretores (48%).

O ano 2016 foi um ano de reforço da presença da marca junto da comunidade lusodescendente, particulares e sobretudo empresas, e de início da colaboração com parceiros da comunidade chinesa para potenciar, através de acordos com mediadores exclusivos e do canal de bancasseguros, a distribuição de produtos da Fidelidade França junto desta importante comunidade.

MACAU - SUCURSAL VIDA

Volume de Negócios = 10,5M€

Número de Pessoas = 5

Em 2016, o volume de negócios da sucursal Vida em Macau ascendeu a 10 milhões de euros, o que representou um crescimento de 44% face ao período homólogo, resultado do papel crescente do canal de bancasseguros, através do BNU – Banco Nacional Ultramarino, banco do Grupo CGD em Macau.

A sucursal manteve a sua atuação na gestão de Fundos de Pensões, tendo aumentado o volume de negócio.

Beneficiando da estabilidade do resultado financeiro, o nível de resultados registado no ano anterior não sofreu alterações significativas.

Para 2017 perspectiva-se o reforço da parceria com o BNU, com enfoque nos produtos financeiros de médio e longo prazo, bem como nos produtos associados ao crédito à habitação, consolidando a estratégia definida e iniciada em anos anteriores.

MOÇAMBIQUE

Volume de Negócios = 1,4M€

Número de Pessoas = 5

As sucursais Vida e Não Vida da Fidelidade em Moçambique iniciaram a sua atividade comercial no ano de 2015, tendo alcançado um volume total de prémios no segundo ano de atividade de 1.413 mil euros.

O ano de 2016 foi o ano da consolidação da operação da Fidelidade em Moçambique, merecendo particular destaque os seguintes factos:

- Aumento da notoriedade da marca Fidelidade, resultado do esforço na divulgação da marca, com particular destaque na presença da Companhia em eventos e em campanhas publicitárias;
- Alargamento da oferta, com o lançamento do seguro de saúde, em parceria com a Multicare, e com o lançamento de novas coberturas no âmbito do seguro automóvel – coberturas de assistência em viagem, proteção jurídica e privação de uso;
- Em termos de distribuição, abertura de uma agência própria na cidade da Beira; contínuo desenvolvimento da rede de agentes exclusivos que representa 24% do negócio da Fidelidade em Moçambique; concretização da 2ª parceira de bancasseguros e aproximação à Comunidade Chinesa, com a inclusão de um agente exclusivo na rede.
- No âmbito da rede de prestadores, constituição e contratualização da rede de prestadores de saúde ao nível nacional e celebração dos primeiros acordos com oficinas para a constituição da rede de oficinas recomendadas.

Em 2017, irá manter-se o esforço de consolidação, reconhecimento e notoriedade da marca Fidelidade, bem como de crescimento do volume de negócios e da rentabilidade. As principais apostas passam pelo contínuo desenvolvimento das competências internas e pelo desenvolvimento dos canais de distribuição – alargamento da utilização da plataforma informática FidNet (front) aos restantes canais da Companhia, utilização do canal digital e das redes sociais, procura de novas parcerias de bancasseguros, abertura de novos espaços Fidelidade (agências próprias ou de agentes exclusivos) e continuidade da aposta na escola de formação de agentes exclusivos.

6

ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

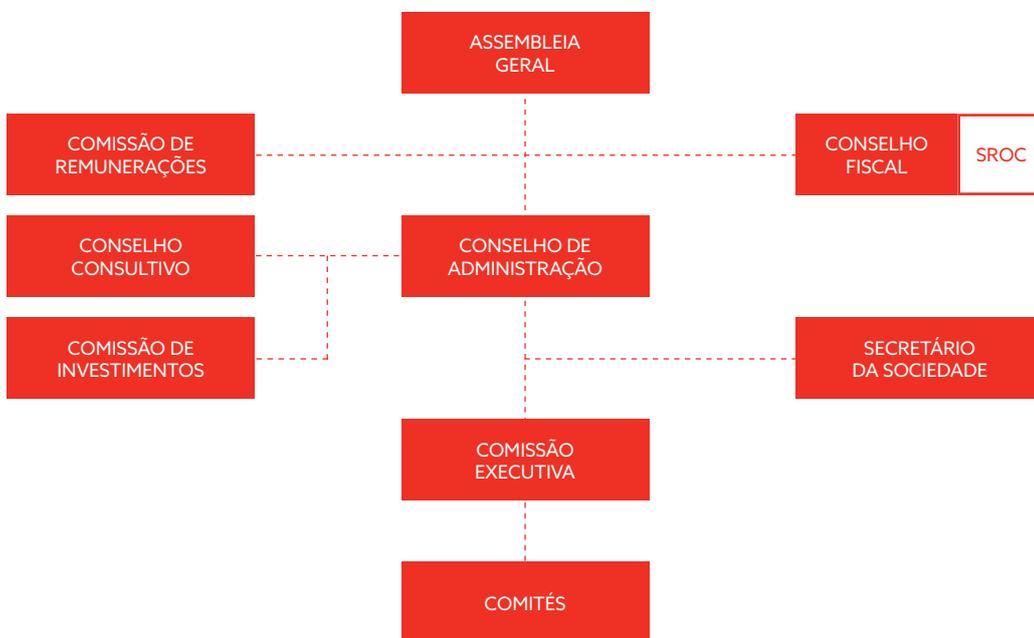


O presente capítulo incorpora uma breve síntese de informação sobre o governo da Sociedade que é desenvolvida de forma mais detalhada no Relatório de Governo da Sociedade.

i. Síntese

ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A estrutura de governo societário da Fidelidade encontra-se esquematizada na figura seguinte, incluindo a Assembleia Geral, Órgãos de Administração e Órgãos de Fiscalização:



A Assembleia Geral é o órgão através do qual os acionistas expressam a sua visão para a empresa, através das suas deliberações. Tem igualmente a competência exclusiva de nomeação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade, tendo delegado na Comissão Executiva a gestão corrente da mesma nos termos legais.

Desta forma compete à Comissão Executiva a tomada de todas as decisões respeitantes à atividade corrente da empresa, com exceção das mantidas na competência exclusiva do Conselho de Administração, sendo de destacar as relativas a todas as operações de seguro e resseguro, representação da Sociedade e gestão de recursos humanos.

O Conselho Consultivo, cujos membros são designados pelo Conselho de Administração, tem como principais competências analisar e refletir sobre a estratégia global do grupo segurador Fidelidade, cabendo-lhe pronunciar-se sobre as linhas gerais do plano de atividades e do orçamento anual e acompanhar a evolução da implementação da estratégia de internacionalização e de investimentos, apreciando os assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Investimento, cujos membros são igualmente designados pelo Conselho de Administração, tem como principais atribuições supervisionar todas as decisões de investimento da Fidelidade, bem como definir as diretrizes de investimento e quais as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei.

ii. Comissão Executiva

JORGE MAGALHÃES CORREIA (Presidente Comissão Executiva)

- Jorge Magalhães Correia é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Iniciou a sua vida profissional como docente de Direito na mesma Faculdade, onde lecionou durante 9 anos.
- Trabalhou no Ministério das Finanças, enquanto quadro dirigente da Inspeção-Geral de Finanças, e posteriormente, na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a cuja fundação esteve ligado.
- Possui uma longa experiência em seguros (18 anos): integrou a Fidelidade em 1994 e desde 1998 ocupa cargos executivos nos Conselhos de Administração das diferentes empresas do grupo.
- Exerce atualmente os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva.
- Ocupa igualmente os cargos de Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e de membro da The Geneva Association.

JOSÉ ALVAREZ QUINTERO (Áreas de Subscrição e Operações)

- José Alvarez Quintero é licenciado em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela.
- Mais de 30 anos de experiência no setor de Seguros. Antes de integrar a Fidelidade em 1996, ocupou cargos em empresas de referência no setor de Seguros, como a Catalana Occidente, a Companhia Vitalicio Seguros e a Seguros Universal Asistencia.
- É atualmente responsável pelo marketing e por todas as áreas técnicas da Companhia.
- Ocupa igualmente o cargo de Presidente da Comissão Técnica Automóvel & Acidentes na APS.

ANTÓNIO DE SOUSA NORONHA (Áreas Comerciais)

- António Noronha é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Livre de Lisboa e tem uma pós-graduação em Gestão ministrada pela Universidade Nova de Lisboa.
- Mais de 15 anos de experiência no setor segurador. Antes de integrar a Comissão Executiva, foi Diretor da Rede de Agências da Mundial Confiança e, posteriormente, da Rede de Agências da Fidelidade Mundial, de 2001 a 2007.
- Antes de integrar a Fidelidade, ocupou cargos em empresas como a Chase Manhattan Bank e PWC. Foi Membro do Conselho de Administração do Fundo de Investimentos Grupo Totta/Valores Ibéricos e do Fundo de Pensões TottaPensões.
- Atualmente, é responsável pelas áreas comerciais da Fidelidade.

WILLIAM MAK (Áreas Financeiras e Gestão de Risco)

- William Mak tirou um Mestrado em Contabilidade Profissional pela Universidade Politécnica de Hong Kong e é Revisor Oficial de Contas Certificado pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas de Hong Kong.
- Mais de 25 anos de experiência nas áreas de finanças, tesouraria, Informática e operações no setor da banca e seguros.
- Antes de integrar a Fidelidade ocupou o cargo de Administrador da área de TI na Sun Life Financial Ltd., Hong Kong, de 2001 a 2003, e foi Consultor na New York Life International LLC, de 2003 a 2005, tendo sido responsável pela gestão de projetos nas áreas de finanças, resseguro e atuariado. Entre 2005 e 2014, ocupou cargos de Administrador Financeiro na Ping An Insurance (Group) Company of China, Ltd. e na Ping An Life Company Ltd..
- Integrou a Fidelidade em 2014 para assumir o cargo de Administrador Financeiro e membro da Comissão Executiva. As suas áreas de responsabilidade são a contabilidade e reporte financeiro, juntamente com a gestão de risco e investimentos.

**ROGÉRIO CAMPOS
HENRIQUES**
(Áreas de Suporte
Operacional)

- Rogério Henriques é Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e tem um MBA no INSEAD.
- Antes de integrar a Fidelidade em 2008, foi Diretor de Marketing na PT Investimentos Internacionais e na Africatel Holdings BV, Diretor de Desenvolvimento de Negócio na PT SGPS e Senior Manager na Boston Consulting Group.
- Antes de ser nomeado membro da Comissão Executiva, foi Diretor da área de TI da Fidelidade Mundial/Império Bonança e membro da Comissão Executiva da Multicare entre 2008 a 2012. Atualmente é responsável pelas áreas de Informática, Pessoas, Planeamento, Desenvolvimento de Negócio, Procurement e outras áreas de suporte.
- Ocupa igualmente o cargo de Presidente da Comissão Técnica Segurnet na APS.

iii. Política de Remunerações

A competência para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

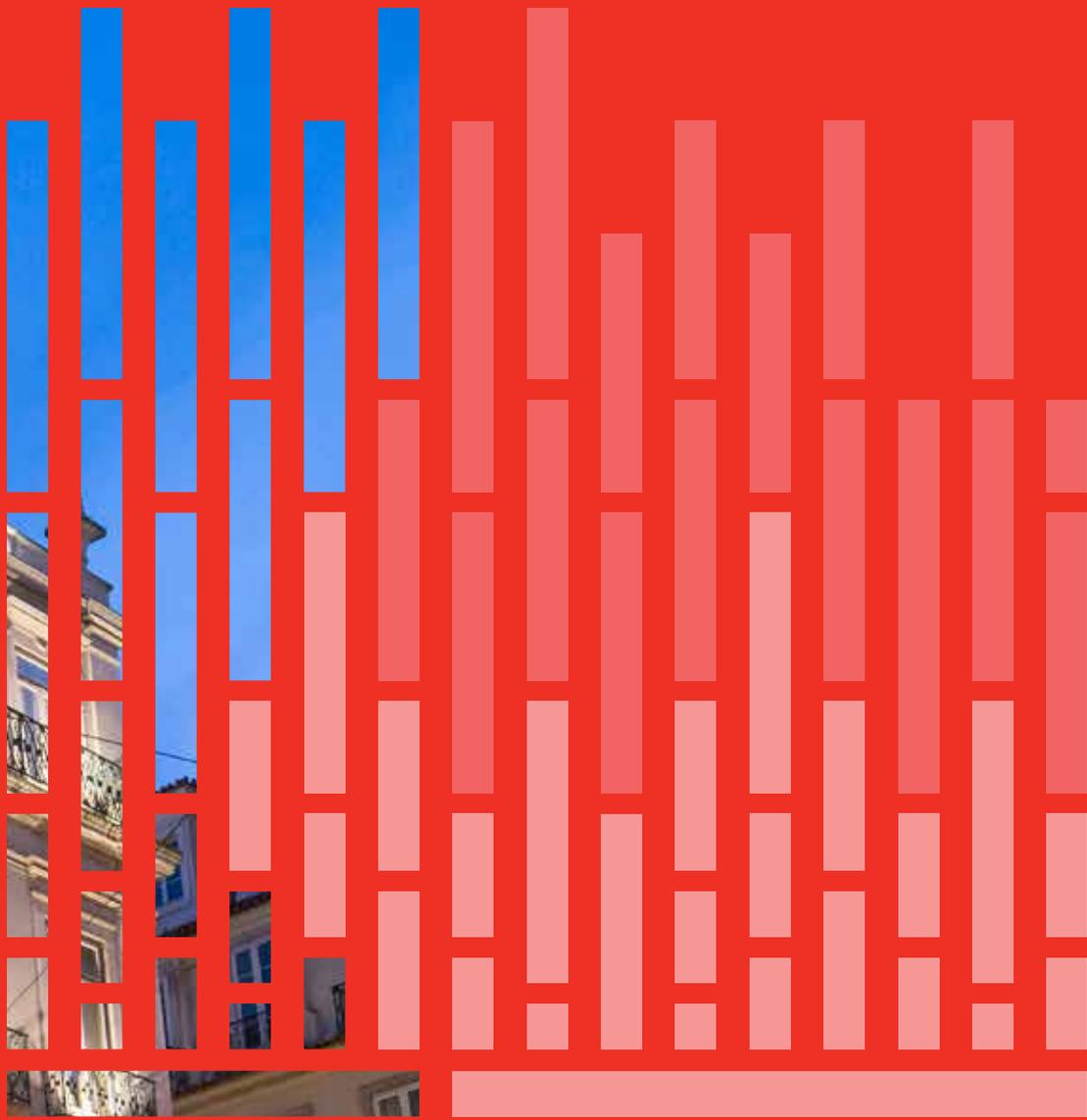
Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de Política de Remunerações, sendo que esta assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é fixada pela Comissão de Remunerações à luz da Política de Remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da empresa e dos acionistas, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável;
- A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares;
- A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente;
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável;
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa;
- Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade.

GESTÃO DE RISCOS

7





i. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Aguarda-se a publicação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de um conjunto de normas destinadas a completar as necessidades regulamentares resultantes daquela transposição.

As alterações introduzidas por este novo regime foram significativas e abrangentes, quer ao nível da avaliação e gestão dos riscos, quer ao nível do sistema de governação, quer ainda ao nível das exigências de reporte.

No contexto da fase de preparação para a sua aplicação, que decorreu desde 1 de janeiro de 2014, a Companhia desenvolveu um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, foi sempre entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, em que a Fidelidade se insere.

Assim, relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

As funções-chave estabelecidas no âmbito deste sistema encontram-se atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comitês de Produtos, Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte previstas no novo regime de solvência, a Companhia, no âmbito da informação de abertura, com data de referência a 1 de janeiro de 2016, remeteu a informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates - QRT), bem como a respetiva informação qualitativa, as quais foram sujeitas a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável, nos termos da regulamentação emitida pela ASF.

Também durante o ano de 2016 foi iniciado o reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Em relação à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), a Companhia efetuou o respetivo exercício anual, tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão.

Finalmente, e ainda no contexto do primeiro exercício sob o regime Solvência II, a Companhia reportou à ASF informação atualizada relativamente ao seu sistema de governação.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam a Fidelidade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

ii. Gestão de riscos financeiros e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Fidelidade a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, a Companhia prepara a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

A Fidelidade começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

08

**RESPONSABILIDADE
SOCIAL**





Os mais de 200 anos de experiência na proteção das famílias e das empresas sustentam a credibilidade do Grupo Fidelidade, que tem provado e comprovado a sua solidez ao estar sempre presente quando as pessoas mais precisam.

Para as seguradoras do Grupo Fidelidade, a Responsabilidade Social assenta antes de mais no desenvolvimento de produtos e soluções que, para além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de amplo interesse social e a situações que podem provocar grandes desigualdades.

Assim, no âmbito dos nossos produtos e serviços apostamos na melhoria das coberturas e na prevenção. Neste objetivo incluem-se, por exemplo, a criação de soluções mais abrangentes no âmbito do seguro automóvel e de acidentes pessoais, as iniciativas recentes de check-ups gratuitos para os segurados da Multicare ou a colaboração entre a Fidelidade e a Luz Saúde no rastreio precoce do cancro.

Por outro lado, no dia-a-dia, através do programa Wecare enquadrámos todas as atividades que desenvolvemos no âmbito da assistência aos sinistrados e que vão muito para além das nossas obrigações contratuais. Desta forma, tentamos mitigar os danos e o sofrimento que resultam de acidentes e adversidades de que foram vítimas e promover a sua reintegração na sociedade da melhor forma possível.

Mas esta aposta decidida pela sustentabilidade no âmbito dos nossos produtos e serviços enquanto seguradores, não nos afasta do nosso papel em outras iniciativas de responsabilidade social. Assim, definimos as áreas prioritárias que, pela natureza da atividade seguradora, devem orientar a maior parte das nossas iniciativas de responsabilidade social:

- acompanhamento e reintegração de pessoas que sofreram acidentes graves;
- educação e literacia financeira;
- empreendedorismo;
- combate à pobreza e exclusão social;
- promoção da saúde e de estilos de vida mais saudáveis.

Estamos a iniciar atualmente um trabalho de reorganização dos nossos apoios: queremos maximizar o nosso impacto social e acompanhar projetos cada vez mais estruturantes e relacionados com a nossa atividade.

O desempenho das seguradoras do Grupo Fidelidade em termos de Responsabilidade Social é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado um Relatório de Sustentabilidade com periodicidade bienal e uma prestação de contas intermédia, ambos certificados por entidade externa.

**PROPOSTA E APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**



O resultado líquido individual do exercício de 2016 ascendeu a € 100.420.503,17.

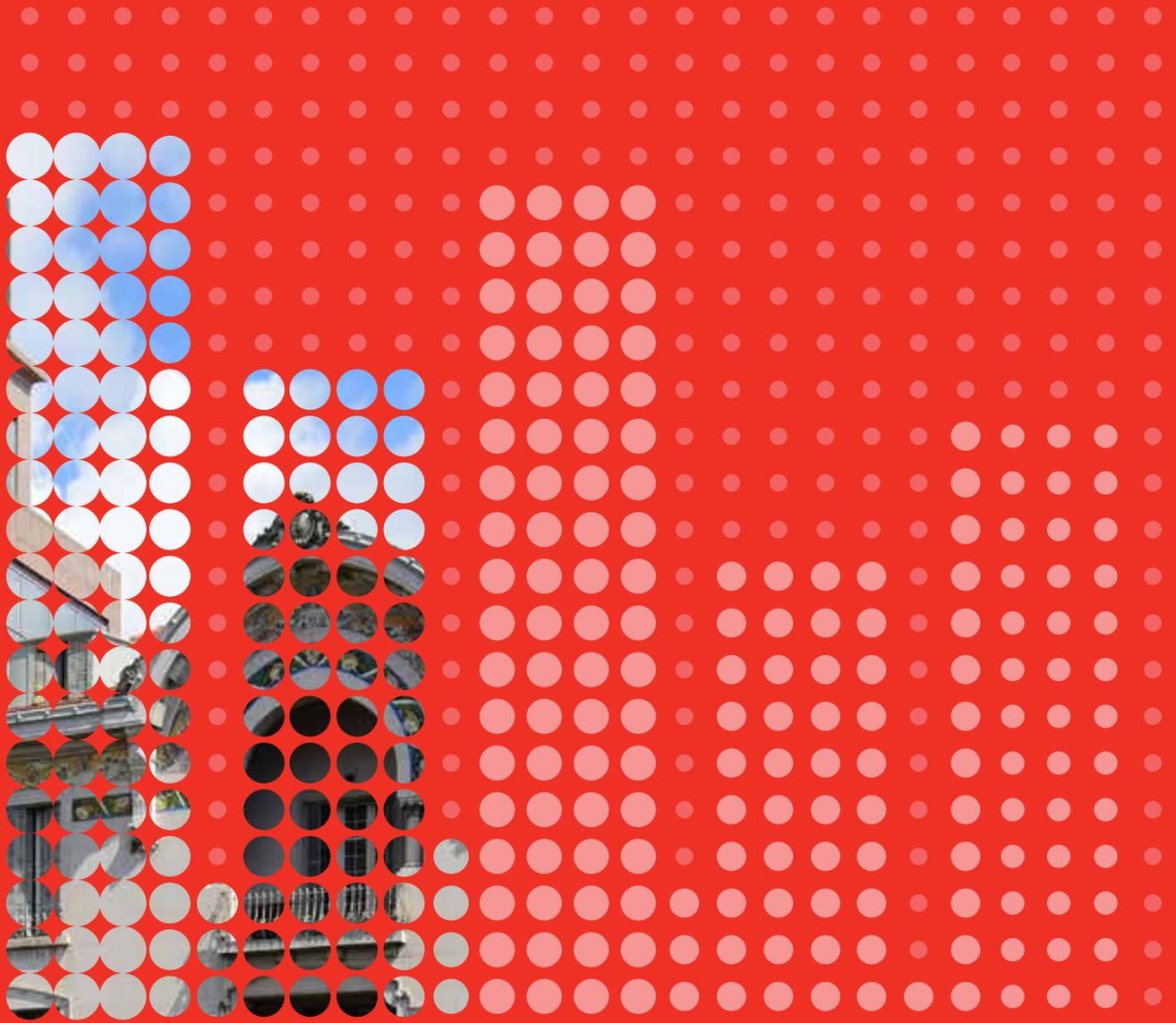
De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€ 10 042 050,32
Remanescente à disposição da Assembleia-geral	€ 90 378 452,85
	€ 100 420 503,17

10

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**





Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- Os colaboradores, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guangchang Guo

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia

Qunbin Wang

José Manuel Alvarez Quintero

António Manuel Marques de Sousa Noronha

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Wai Lam William Mak

Lan Kang

Lingjiang Xu

Xiaodong Yu

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º, Nº 4, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

À data do encerramento do exercício de 2016, encontravam-se na situação prevista no artigo 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais as seguintes entidades:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A., titular de 102.833.140 ações representativas de 84,9861% do capital social e dos direitos de voto;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., titular de 18.150.000 ações representativas de 15% do capital social e dos direitos de voto.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2016			2015
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 10	628 163 717	-	628 163 717	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4 e 10	1 834 664 020	-	1 834 664 020	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	5 e 10	25 868 220	-	25 868 220	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5 e 10	666 177 620	-	666 177 620	888 059 409
Derivados de cobertura	6 e 10	4 670 856	-	4 670 856	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	7 e 10	9 077 164 684	-	9 077 164 684	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	8 e 10	945 455 675	-	945 455 675	667 229 402
Depósitos junto de empresas cedentes	8	1 455 310	-	1 455 310	1 630 020
Outros depósitos	8	910 064 689	-	910 064 689	618 229 346
Empréstimos concedidos	8	33 905 576	-	33 905 576	46 207 878
Outros	8	30 100	-	30 100	1 162 158
Terrenos e edifícios	9 e 10	418 663 176	(33 935 500)	384 727 676	376 767 257
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	124 784 510	(33 935 500)	90 849 010	97 797 645
Terrenos e edifícios de rendimento	9	293 878 666	-	293 878 666	278 969 612
Outros ativos tangíveis	10 e 11	62 865 569	(53 094 286)	9 771 283	9 686 323
Inventários	11	159 770	-	159 770	117 107
Outros ativos intangíveis	12	57 314 316	(42 172 558)	15 141 758	16 892 912
Provisões técnicas de resseguro cedido		240 584 538	-	240 584 538	217 051 155
Provisão para prémios não adquiridos	13	65 629 771	-	65 629 771	62 838 674
Provisão matemática do ramo vida	13	10 921 720	-	10 921 720	12 277 625
Provisão para sinistros	13	164 033 047	-	164 033 047	141 934 856
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	30	8 531 339	-	8 531 339	13 679 537
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		375 666 515	(40 904 713)	334 761 802	145 078 609
Contas a receber por operações de seguro direto	14	159 074 408	(20 722 059)	138 352 349	109 537 700
Contas a receber por outras operações de resseguro	14	27 171 253	(6 665 093)	20 506 160	14 976 684
Contas a receber por outras operações	14	189 420 854	(13 517 561)	175 903 293	20 564 225
Ativos por impostos		477 882 783	-	477 882 783	254 339 561
Ativos por impostos correntes	15	74 012 230	-	74 012 230	111 056
Ativos por impostos diferidos	15	403 870 553	-	403 870 553	254 228 505
Acréscimos e diferimentos	16	21 081 437	-	21 081 437	20 381 223
TOTAL ATIVO		14 844 914 235	(170 107 057)	14 674 807 178	14 217 045 038

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2016	2015
PASSIVO			
Provisões técnicas		3 725 528 780	3 723 596 420
Provisão para prémios não adquiridos	17	248 914 375	236 826 770
Provisão matemática do ramo vida	17	1 662 693 482	1 632 603 560
Provisão para sinistros		1 662 220 536	1 673 302 934
De vida	17	120 970 140	124 609 448
De acidentes de trabalho	17	792 128 013	782 022 044
De outros ramos	17	749 122 383	766 671 442
Provisão para participação nos resultados	17	68 711 825	68 765 439
Provisão para compromissos de taxa	17	7 025 239	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	17	21 750 883	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	17	24 001 691	22 425 562
Provisão para riscos em curso	17	46 210 749	58 773 463
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	18	8 293 190 335	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	6 e 19	33 170 490	18 448 784
Outros passivos financeiros		123 154 317	109 599 072
Derivados de cobertura	19	8 737 701	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores	19	114 416 616	105 443 416
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	30	72 273	90 121
Outros credores por operações de seguros e outras operações		212 503 444	113 806 797
Contas a pagar por operações de seguro direto	20	70 789 876	64 963 223
Contas a pagar por outras operações de resseguro	20	31 303 974	38 201 575
Contas a pagar por outras operações	20	110 409 594	10 641 999
Passivos por impostos		235 585 095	174 176 813
Passivos por impostos correntes	15	31 304 943	56 682 631
Passivos por impostos diferidos	15	204 280 152	117 494 182
Acréscimos e diferimentos	21	81 480 813	76 442 139
Outras Provisões	22	130 154 695	154 543 868
TOTAL PASSIVO		12 834 840 242	12 446 347 244
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	23	381 150 000	381 150 000
(Ações Próprias)	23	(148 960)	(148 960)
Outros instrumentos de capital	23	521 530 514	521 530 514
Reservas de reavaliação	24	155 280 487	196 929 532
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	24	80 728 167	113 510 530
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	24	25 727 507	24 007 061
De diferenças de câmbio	24	48 824 813	59 411 941
Reserva por impostos diferidos	24	(11 689 711)	(40 993 314)
Outras reservas	24	555 151 646	395 758 548
Resultados transitados	24	138 272 457	108 609 257
Resultado do exercício	24	100 420 503	207 862 217
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 839 966 936	1 770 697 794
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		14 674 807 178	14 217 045 038

Demonstração de Resultados Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2016				2015
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		319 013 646	722 834 546	-	1 041 848 192	966 621 744
Prémios brutos emitidos	25	333 343 302	1 150 727 778	-	1 484 071 080	1 357 973 852
Prémios de resseguro cedido	25	(14 573 371)	(415 880 493)	-	(430 453 864)	(388 289 409)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	17 e 25	229 622	(15 573 798)	-	(15 344 176)	(4 050 419)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	13 e 25	14 093	3 561 059	-	3 575 152	987 720
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	26	2 551 811	-	-	2 551 811	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(256 980 590)	(512 309 066)	-	(769 289 656)	(778 237 963)
Montantes pagos		(260 217 978)	(547 133 496)	-	(807 351 474)	(794 128 152)
Montantes brutos	27 e 28	(268 891 603)	(785 918 459)	-	(1 054 810 062)	(992 687 365)
Parte dos resseguradores	27	8 673 625	238 784 963	-	247 458 588	198 559 213
Provisão para sinistros (variação)		3 237 388	34 824 430	-	38 061 818	15 890 189
Montante bruto	27	3 638 510	12 882 892	-	16 521 402	3 339 849
Parte dos resseguradores	27	(401 122)	21 941 538	-	21 540 416	12 550 340
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	27	2 122 570	10 986 585	-	13 109 155	(2 497 321)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(3 058 924)	-	-	(3 058 924)	47 367 857
Montante bruto	17 e 27	(1 709 556)	-	-	(1 709 556)	45 434 900
Parte dos resseguradores	27	(1 349 368)	-	-	(1 349 368)	1 932 957
Participação nos resultados, líquida de resseguro	17 e 27	(9 629 810)	(29 787)	-	(9 659 597)	(41 506 608)
Custos e gastos de exploração líquidos		(87 023 948)	(220 071 696)	-	(307 095 644)	(316 462 694)
Custos de aquisição	28	(69 002 655)	(228 180 988)	-	(297 183 643)	(287 834 661)
Custos de aquisição diferidos (variação)	17	61 720	3 256 571	-	3 318 291	454 557
Gastos administrativos	28	(20 388 337)	(61 679 921)	-	(82 068 258)	(78 585 797)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	28	2 305 324	66 532 642	-	68 837 966	49 503 207
Rendimentos		260 196 804	55 875 210	4 046 659	320 118 673	392 182 796
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	31	237 475 866	35 632 399	1 528 865	274 637 130	341 436 163
Outros	31	22 720 938	20 242 811	2 517 794	45 481 543	50 746 633
Gastos financeiros		(3 395 383)	(9 821 497)	(2 304 514)	(15 521 394)	(15 947 284)
De outros	28 e 32	(3 395 383)	(9 821 497)	(2 304 514)	(15 521 394)	(15 947 284)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		7 926 407	48 339 716	6 307 980	62 574 103	165 874 796
De ativos disponíveis para venda	33	156 721 989	48 339 716	6 307 980	211 369 685	353 426 469
De empréstimos e contas a receber	33	(83 484)	-	-	(83 484)	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	18 e 33	(148 712 098)	-	-	(148 712 098)	(187 551 641)
De outros	33	-	-	-	-	(32)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(47 759 786)	(29 570 015)	3 937 554	(73 392 247)	(16 967 373)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	34	(55 502 876)	(17 383 395)	3 926 771	(68 959 500)	(37 315 005)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	34	7 450 543	(7 242 378)	10 783	218 948	16 912 834
De outros	34	292 547	(4 944 242)	-	(4 651 695)	3 434 798
Diferenças de câmbio	35	27 350 550	8 676 821	3 379 116	39 406 487	45 825 181
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	36	-	12 416 743	(764 740)	11 652 003	19 557 472
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(142 015 206)	(39 379 987)	8 498 086	(172 897 107)	(189 096 112)
De ativos disponíveis para venda	37	(142 196 609)	(37 102 898)	(45 352)	(179 344 859)	(216 093 586)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	37	(10 597)	(5 519)	215 767	199 651	496 540
De outros	37	192 000	(2 271 570)	8 327 671	6 248 101	26 500 934
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	38	520 849	979 762	-	1 500 611	1 815 865
Outros rendimentos/gastos	39	-	-	(6 351 039)	(6 351 039)	3 400 984
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		69 818 990	48 927 335	16 749 102	135 495 427	284 237 504
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	15	-	-	(80 455 445)	(80 455 445)	(115 581 001)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	15	-	-	45 380 521	45 380 521	39 205 714
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		69 818 990	48 927 335	(18 325 822)	100 420 503	207 862 217

Demonstração de Variações do Capital Próprio Separada nos Exercícios de 2016 e 2015

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	
					Prêmios de emissão	Reserva Fusão
Saldos em 31 de dezembro de 2014	381 150 000	478 768 842	(111 815 759)	102 172 334	115 103 280	91 335 345
Aplicação do resultado	-	-	-	14 774 336	-	-
Prestações suplementares	521 530 514	-	-	-	-	-
Ações próprias	(148 960)	-	-	148 960	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(284 952 925)	68 931 457	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	3 115 533	101 067	-	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(1 918)	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	1 789 921	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	902 531 554	196 929 532	(40 993 314)	117 095 630	115 103 280	91 335 345
Aplicação do resultado	-	-	-	17 033 340	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(43 369 491)	13 904 330	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	1 720 446	4 404 738	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	3 128 923	-	-	-
Outros	-	-	7 865 612	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	902 531 554	155 280 487	(11 689 711)	134 128 970	115 103 280	91 335 345

(continuação)

(valores em euros)

	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(45 837 042)	87 418 523	159 108 030	1 257 403 553
Aplicação do resultado	123 144 878	21 188 816	(159 108 030)	-
Prestações suplementares	-	-	-	521 530 514
Ações próprias	(148 960)	-	-	(148 960)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(216 021 468)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	3 216 600
Alienação de imóveis de uso próprio	-	1 918	-	-
Desvios atuariais	(4 934 583)	-	-	(3 144 662)
Resultado líquido do exercício	-	-	207 862 217	207 862 217
Saldos em 31 de dezembro de 2015	72 224 293	108 609 257	207 862 217	1 770 697 794
Aplicação do resultado	153 300 065	37 528 812	(207 862 217)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(29 465 161)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	6 125 184
Desvios atuariais	(10 940 307)	-	-	(7 811 384)
Outros	-	(7 865 612)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	100 420 503	100 420 503
Saldos em 31 de dezembro de 2016	214 584 051	138 272 457	100 420 503	1 839 966 935

Demonstração do Rendimento Integral Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	100 420 503	207 862 217
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	(20 685 037)	(198 762 710)
Imparidade	144 274 843	199 742 196
Alienação	(153 780 750)	(388 802 247)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	(2 591 419)	68 709 466
Diferenças cambiais		
Valor bruto	(10 824 915)	34 495 080
Participação dos segurados - produtos vida com participação	237 787	(334 710)
Imposto diferido	12 975 204	62 545 298
Imposto corrente - produtos vida com participação	929 126	6 386 159
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	1 720 446	3 115 533
Imposto diferido	4 404 738	101 067
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(8 777 702)	(4 116 264)
Benefícios de saúde	(2 162 605)	(818 320)
Imposto corrente	2 246 747	1 438 890
Imposto diferido	882 176	351 032
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(31 151 361)	(215 949 530)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	69 269 142	(8 087 313)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores em euros)

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	1 053 617 216	969 684 443
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(732 310 200)	(765 059 917)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(117 101 271)	(127 116 767)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(6 465 829)	(37 713 349)
Pagamentos a fornecedores	(98 121 647)	(97 620 279)
Pagamentos a empregados	(141 596 518)	(136 024 582)
Contribuições para fundos de pensões	(18 439 782)	(17 695 055)
Outros	(23 186 816)	(11 908 179)
	(83 604 847)	(223 453 685)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(31 621 950)	16 943 991
Devedores por outras operações	(153 876 344)	134 133 075
Outros ativos	(73 901 174)	(57 746)
	(259 399 468)	151 019 320
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	72 231 425	195 861 553
Depósitos recebidos de resseguradores	5 993 216	1 814 563
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(1 070 948)	697 329
Credores por outras operações	45 731 936	(2 150 869)
Outros passivos	82 895 836	(11 014 187)
	205 781 465	185 208 389
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	(137 222 850)	112 774 024
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(130 085 873)	(91 985 301)
Caixa líquida das atividades operacionais	(267 308 723)	20 788 723
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	394 817 081	291 393 537
Ativos disponíveis para venda	3 018 021 414	5 405 778 112
Empréstimos e contas a receber	6 822 818 898	5 327 929 063
Propriedades de investimento	2 532 719	4 025 090
Ativos tangíveis e intangíveis	4 076 331	108 979 645
Rendimentos de ativos financeiros	168 189 828	180 095 804
	10 410 456 271	11 318 201 251
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(151 186 880)	(332 807 468)
Ativos disponíveis para venda	(3 465 602 325)	(4 636 288 714)
Empréstimos e contas a receber	(7 091 381 912)	(4 641 182 920)
Propriedades de investimento	(5 789 770)	(13 131 991)
Ativos tangíveis e intangíveis	(5 445 290)	(105 178 785)
Outros	(48 887 734)	(4 051 848)
	(10 768 293 911)	(9 732 641 726)
Concentrações de atividades empresariais		
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(591 255 741)	(610 240 274)
	(949 093 381)	975 319 251
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos concedidos	12 302 302	-
Juros recebidos	1 387 230	-
Aumentos de capital	-	4 973 425
Prestações suplementares	-	521 530 514
Ações próprias	-	(148 960)
Caixa líquida das atividades de financiamento	13 689 532	526 354 979
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1 202 712 572)	1 522 462 953
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 830 876 289	310 264 776
Passagem da Sucursal de Macau Não Vida para Entidade individual	-	(1 851 440)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	628 163 717	1 830 876 289

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

1. Nota Introdutória

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Companhia"), com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz n.º 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A., passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd..

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho, representando aproximadamente 86,9% e 87,3% dos prémios totais não vida emitidos durante os exercícios de 2016 e 2015, respetivamente.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2017. Na data de emissão das demonstrações financeiras estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2016, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.19. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2016, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas.

2.2. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo Fidelidade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda,

sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária, associada e empreendimento conjunto.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (held for trading), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (Fair Value Option). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (accounting mismatch) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

A Companhia segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, a Companhia não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da Companhia consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Companhia a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial). A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Companhia reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

A Companhia começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivativos que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivativos de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.5. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 - "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

A Companhia não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.6. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento, são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.7. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.8. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.9. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.10. Locações

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Loações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.11. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.12. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2016 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 Euros e inferior a 7 500 000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7 500 000 Euros e inferior a 35 000 000 Euros e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais da Companhia, são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contábilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contábilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.13. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

2.14. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 - Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Companhia correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal". O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica "Outras provisões" (Nota 22).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições da Companhia, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42^a do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.15. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 - "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pró-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- **Pensões homologadas** – pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- **Pensões definidas** – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;

• **Pensões presumíveis** – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,84%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas Companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2015 e 2016, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de caráter vitalício e é composta por:

- **Provisão para assistência vitalícia declarada** - diz respeito a despesas de caráter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- **Provisão para assistência vitalícia presumível** - despesas de caráter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012
	por género
Taxa de desconto	3,84%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas da Companhia, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pela Companhia desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados da Companhia pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados da Companhia até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.16. Comissões

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.17. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.14. as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.19. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.19.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2016 a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 5 - Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgações sobre Participações noutras Entidades e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas	1703/2016	01-01-2016
IFRS 11 - Acordos Conjuntos - Contabilização de Aquisições de Interesses em Acordos Conjuntos (Emendas às Normas)	2173/2015	01-01-2016
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras - Disclosure Initiative (Emendas às Normas)	2406/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis - Métodos de Depreciação Aceitáveis (Emendas às Normas)	2231/2015	01-01-2016
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 41 - Agricultura - Métodos de Contabilização Aceitáveis (Emendas às Normas)	2113/2015	01-01-2016
IAS 19 - Benefícios de Empregados (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016
IAS 27 - Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas (Emendas às Normas)	2441/2015	01-01-2016
IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar (Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014)	2343/2015	01-01-2016

2.19.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que irão entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	2067/2016	01-01-2018
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes	1905/2016	01-01-2018

2.19.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 - Ativos Regulados	01-01-2016
IFRS 16 - Locações	01-01-2019
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos	01-01-2016
IAS 7 - Demonstrações de Fluxos de Caixa	01-01-2017
IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento	01-01-2017

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes		
Sede	1 645 803	596 419
Delegações	1 273 314	2 068 082
	2 919 117	2 664 501
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	479 105 180	1 602 686 297
Em moeda estrangeira	146 139 420	225 525 491
	625 244 600	1 828 211 788
	628 163 717	1 830 876 289

4. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	% Participação efetiva	2016		Valor de Balanço
		Valor bruto	Imparidade (Nota 37)	
Valorizadas ao custo				
Subsidiárias				
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	41 000 000	(11 075 212)	29 924 788
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	751 231 363	-	751 231 363
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	522 576 721	-	522 576 721
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	14 315 928	(3 830 928)	10 485 000
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	2 717 053	-	2 717 053
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,79%	476 516 854	-	476 516 854
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	14 093 818	(8 764 142)	5 329 676
FID I (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
FID III (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	55,89%	6 260 184	-	6 260 184
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	100 000	-	100 000
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	49 880	-	49 880
Universal Seguros, S.A.	68,70%	10 967 358	-	10 967 358
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	99,99%	17 889 052	-	17 889 052
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	80,00%	335	(335)	-
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	80,00%	335	(335)	-
		1 857 718 881	(23 670 952)	1 834 047 929
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A.	33,67%	616 091	-	616 091
Highgrove - Investimentos e Participações SGPS, S.A.	25,00%	2 526 943	(2 526 943)	-
		3 143 034	(2 526 943)	616 091
		1 860 861 915	(26 197 895)	1 834 664 020

(valores em euros)

	% Participação efetiva	2015		
		Valor bruto	Imparidade (Nota 37)	Valor de Balanço
Valorizadas ao custo				
Subsidiárias				
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	41 000 000	(11 075 212)	29 924 788
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	324 906 730	-	324 906 730
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	359 286 067	-	359 286 067
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	14 315 928	(4 022 928)	10 293 000
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	2 717 053	-	2 717 053
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,43%	474 876 398	-	474 876 398
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	14 093 820	(8 718 507)	5 375 313
FID I (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
FID III (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	55,89%	6 260 184	-	6 260 184
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	100 000	-	100 000
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	49 880	-	49 880
Universal Seguros, S.A.	68,70%	10 967 358	-	10 967 358
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	99,99%	17 889 052	-	17 889 052
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	80,00%	335	-	335
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	80,00%	335	-	335
		1 266 463 140	(23 816 647)	1 242 646 493
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A.	33,67%	616 091	-	616 091
Highgrove - Investimentos e Participações SGPS, S.A.	25,00%	2 526 943	(2 526 943)	-
		3 143 034	(2 526 943)	616 091
		1 269 606 174	(26 343 590)	1 243 262 584

Durante o exercício de 2016 ocorreram as seguintes alterações:

Durante o ano de 2016 a Companhia adquiriu ações da Luz Saúde, S.A., aumentando a participação no capital social de 98,43% em 31 de dezembro de 2015 para 98,79% no final do ano, no montante de 1 640 456 Euros.

Em 2016 a Companhia concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 426 324 631 Euros.

Em 2016 a Companhia concedeu à Fidelidade – Property Internacional, S.A. prestações suplementares no montante de 163 290 654 Euros.

Os dados financeiros das empresas subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	72 872 039	51 492 895	21 379 144	(3 792 950)	40 714 618
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 715 603	4 927 959	10 787 644	350 067	1 034 224
Universal Seguros, S.A. (b)	68,70%	99 692 896	87 600 437	12 092 459	1 859 850	80 870 354
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	26 303 692	16 309 305	9 994 387	1 044 612	9 025 528
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	62 555 881	40 887 005	21 668 876	1 880 563	9 890 127
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	797 290 100	15 687 570	781 602 530	(2 958 151)	28 673 625
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	484 299 611	9 527 099	474 772 512	(40 025 590)	40 174 103
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	98,85%	142 521 246	23 339 811	119 181 435	10 809 608	15 085 888
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	11 467 335	83 101	11 384 234	(896 508)	1 374 371
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,79%	581 579 825	364 532 653	217 047 172	16 985 152	450 759 517
Outros setores						
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (f)	33,67%	3 963 903	1 248 052	2 715 851	2 630	6 495 780
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5 850 906	978 513	4 872 393	(37 078)	6 276 399
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	855 536	601 631	253 905	72 736	1 793 741
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	4 032 714	3 588 828	443 886	112 211	21 162 866
Highgrove - Investimentos e Participações. SGPS, S.A.	25,00%	807 400	1 102 525	(295 125)	(125 538)	120 356
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10 508 705	40 238	10 468 467	(3 519 695)	714
FID I (HK) LIMITED (g)	100,00%	26 960 173	2 030 015	24 930 158	(3 801 405)	3 247 642
FID III (HK) LIMITED (g)	100,00%	-	9 797	(9 797)	(3 097)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (h)	80,00%	3 670	3 327	343	(758)	52 571
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (h)	80,00%	12 031	14 150	(2 119)	(3 759)	134 412

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 184,475 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 182,32425 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,81952 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores de junho de 2016 (período contabilístico junho de 2015 a junho de 2016).

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,1751 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56263 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 74,54000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 69,82333 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2015					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	74 226 582	48 895 604	25 330 978	228 225	40 713 189
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 490 601	5 438 915	10 051 686	651 804	972 281
Universal Seguros, S.A. (b)	68,70%	92 261 904	79 465 846	12 796 058	2 443 785	54 586 023
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	24 847 676	15 057 978	9 789 698	966 867	8 091 863
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	67 177 199	48 090 710	19 086 489	679 711	2 202 858
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	375 036 950	15 933 384	359 103 566	7 278 154	17 921 581
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100,00%	351 964 581	457 133	351 507 448	(7 845 080)	4 168 172
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	98,85%	135 212 129	26 840 302	108 371 827	5 783 522	8 827 478
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	14 898 182	117 457	14 780 725	(283 643)	532 335
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,43%	572 986 216	337 545 619	235 440 597	19 616 035	424 189 572
Outros setores						
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (f)	33,67%	6 904 447	2 015 566	4 888 881	2 175 660	8 763 249
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6 462 932	1 659 913	4 803 019	78 058	4 476 839
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	737 197	542 404	194 793	27 249	1 762 316
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3 275 779	2 895 650	380 129	96 909	18 832 956
Highgrove - Investimentos e Participações. SGPS, S.A.	25,00%	1 123 970	1 422 266	(298 296)	(224 567)	43 917
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10 581 339	41 428	10 539 911	(7 350 750)	-
FID I (HK) LIMITED (g)	100,00%	136 671 034	108 658 737	28 012 297	24 087 061	-
FID III (HK) LIMITED (g)	100,00%	-	6 349	(6 349)	(3 142)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (h)	80,00%	13 684	12 093	1 591	1 196	14 691
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (h)	80,00%	23 117	20 996	2 121	1 730	26 437

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 147,83150 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 133,18254 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,6907 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,6433 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores de junho de 2015 (período contabilístico junho de 2014 a junho de 2015).

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 8,43760 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56221 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015 de 1 Euro/ 49,29000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 48,86600 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2016 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

As empresas subsidiárias e associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 4.º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz n.º 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Universal Seguros, S.A.**, com sede em Luanda, na Rua 1.º Congresso MPLA, n.º 11, 1.º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, n.º 567, Edifício BNU, 14.º andar, Macau, foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade - Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A., Sociedade Aberta**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de “Sociedade Gestora de Participações Sociais”, ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A Sociedade poderá igualmente explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a Sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, n.º 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º 35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, n.º 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, n.º 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana - Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, n.º 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana - Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Detidos para negociação (Nota 6)	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação (Nota 6)	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	-	431 342 214	431 342 214	-	487 476 906	487 476 906
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	1 365 213	1 365 213	-	1 360 017	1 360 017
De emissores estrangeiros	-	233 470 193	233 470 193	-	399 222 486	399 222 486
	-	234 835 406	234 835 406	-	400 582 503	400 582 503
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Futuros sobre divisas	9 140 004	-	9 140 004	957 920	-	957 920
Forwards cambiais	16 728 216	-	16 728 216	-	-	-
	25 868 220	-	25 868 220	957 920	-	957 920
	25 868 220	666 177 620	692 045 840	957 920	888 059 409	889 017 329

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pela Companhia cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 234 835 406 Euros e 400 582 503 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 14 784 742 Euros e de 52 252 423 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os investimentos afetos aos contratos Unit-Linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	49 920 465	62 366 921
De dívida pública		
De emissores nacionais	340 390 253	375 369 102
De emissores estrangeiros	12 646 763	13 285 588
De outros emissores		
De emissores nacionais	895 071	868 840
De emissores estrangeiros	10 255 555	14 658 379
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	12 029 626	14 797 953
De emissores estrangeiros	7 177 090	8 466 661
Contas a receber	(31)	(430)
Transações a liquidar	(1 972 578)	(2 336 108)
	431 342 214	487 476 906
Outros ativos		
Depósitos à ordem	41 786 452	25 762 641
Depósitos a prazo	39 851 839	59 812 090
	81 638 291	85 574 731
Total (Nota 18)	512 980 505	573 051 637

O total dos investimentos afetos a contratos Unit-linked apresenta em 31 de dezembro de 2016 e 2015, uma diferença de 3 312 Euros e 2 217 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 18), que corresponde ao justo valor negativo dos interest rate swaps que se encontra registado na rubrica "Outros passivos detidos para negociação" (Nota 19) e que estão afetos a Unit-linked.

6. Derivados

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2016							
	Montante Nominal			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
			Ativo (Nota 5)	Passivo (Nota 19)	Ativo	Passivo (Nota 19)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	-	40 668 155	-	(7 164 395)	-	-	(7 164 395)
Futuros sobre divisas	1 937 750 000	1 024 375 000	2 962 125 000	9 140 004	(9 277 879)	4 356 758	(8 737 701)	(4 518 818)
Forwards cambiais	456 581 591	13 341 558	469 923 149	16 728 216	(16 728 216)	314 098	-	314 098
	2 434 999 746	1 037 716 558	3 472 716 304	25 868 220	(33 170 490)	4 670 856	(8 737 701)	(11 369 115)

(valores em euros)

	2015							
	Montante Nominal			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
			Ativo (Nota 5)	Passivo (Nota 19)	Ativo	Passivo (Nota 19)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	-	40 668 155	-	(7 625 988)	-	-	(7 625 988)
Futuros sobre divisas	1 339 625 000	1 160 375 000	2 500 000 000	957 920	(10 822 796)	1 285 939	(4 155 656)	(12 734 593)
	1 380 293 155	1 160 375 000	2 540 668 155	957 920	(18 448 784)	1 285 939	(4 155 656)	(20 360 581)

Os interest rate swaps contratados pela Companhia e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 19).

Para mitigar o risco de variabilidade dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY os instrumentos contratados são forwards negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40 000 000	668 155	40 668 155
Futuros sobre divisas	2 113 125 000	-	849 000 000	-	-	2 962 125 000
Forwards cambiais	263 738 140	71 554 940	134 630 069	-	-	469 923 149
	2 376 863 140	71 554 940	983 630 069	40 000 000	668 155	3 472 716 304

(valores em euros)

	2015		
	Até 3 meses	Mais de 5 anos	Total
Cobertura de justo valor			
Swaps de taxa de juro	-	40 668 155	40 668 155
Futuros sobre divisas	2 500 000 000	-	2 500 000 000
	2 500 000 000	40 668 155	2 540 668 155

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de taxa de juro				
Instituições financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40 668 155	(7 164 395)	40 668 155	(7 625 988)
Futuros				
Futuros sobre divisas				
Em Bolsa				
Chicago	5 075 250 000	(4 518 818)	2 500 000 000	(12 734 593)
Forwards cambiais				
Instituições financeiras	469 923 149	314 098	-	-
	5 585 841 304	(11 369 115)	2 540 668 155	(20 360 581)

Nos exercícios de 2016 e 2015, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	336 597 725	(372 707 569)	(36 109 844)	1 582 464	(28 630 626)	(27 048 162)
Ativos cobertos	157 776 330	(126 318 181)	31 458 149	68 692 875	(38 209 915)	30 482 960
	494 374 055	(499 025 750)	(4 651 695)	70 275 339	(66 840 541)	3 434 798

A 30 de junho de 2016, a Companhia celebrou, com as subsidiárias Fidelidade – Property Europe, S.A., Fidelidade – Property International, S.A. e FPE (Lux) Holding S.à r.l. um contrato mandato.

Este contrato confere à Fidelidade poderes para, em nome das suas subsidiárias identificar, negociar e celebrar todos e quaisquer acordos e mecanismos considerados adequados para cobrir o risco cambial a que estão sujeitas. Esta opção deriva das especificidades e complexidades das operações de cobertura que necessitam de competências técnicas não residentes nas filiais. Com esta opção a Fidelidade protege riscos cambiais nas subsidiárias sendo que os efeitos económicos desta cobertura são passados para estas entidades.

A 31 de dezembro de 2016, a Companhia, tem na sua carteira os seguintes derivados negociados no âmbito do contrato mandato:

(valores em euros)

	2016	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Futuros sobre divisas	511 625 000	16 728 216
Forwards cambiais	456 581 591	1 369 636
	968 206 591	18 097 852

Devido ao contrato celebrado, a Fidelidade passou os seguintes resultados para as subsidiárias:

(valores em euros)

	2016	
	Ganhos e Perdas	Comissões
Futuros sobre divisas	(21 311 174)	(56 115)
Forwards cambiais	(14 441 565)	-
	(35 752 739)	(56 115)

7. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 37)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 24)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	5 242 026 331	-	5 242 026 331	-	(61 635 378)	5 180 390 953
De emissores estrangeiros	222 085 597	-	222 085 597	3 458 577	2 601 487	228 145 661
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3 170 107	-	3 170 107	-	353 158	3 523 265
De organismos financeiros internacionais	11 199 640	-	11 199 640	-	6 169 166	17 368 806
De outros emissores						
De emissores nacionais	213 679 769	(52 929 367)	160 750 402	-	515 146	161 265 548
De emissores estrangeiros	1 480 617 396	(101 136 336)	1 379 481 060	49 930 007	(3 225 045)	1 426 186 022
De empresas do Grupo	421 271 476	-	421 271 476	-	595 992	421 867 468
	7 594 050 316	(154 065 703)	7 439 984 613	53 388 584	(54 625 474)	7 438 747 723
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	96 339 024	(7 456 505)	88 882 519	-	(37 827)	88 844 692
De emissores estrangeiros	1 273 958 870	(267 476 233)	1 006 482 637	111 193 251	67 047 028	1 184 722 916
	1 370 297 894	(274 932 738)	1 095 365 156	111 193 251	67 009 201	1 273 567 608
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27 434	-	27 434	-	(11 519)	15 915
Unidades de participação						
De residentes	321 827 861	(44 211 795)	277 616 066	-	72 030 973	349 647 039
De não residentes	17 161 725	(5 867 238)	11 294 487	5	3 958 494	15 252 986
Outros	(66 587)	-	(66 587)	-	-	(66 587)
	338 950 433	(50 079 033)	288 871 400	5	75 977 948	364 849 353
	9 303 298 643	(479 077 474)	8 824 221 169	164 581 840	88 361 675	9 077 164 684

(valores em euros)

	2015					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 37)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 24)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3 050 140 061	-	3 050 140 061	-	144 454 344	3 194 594 405
De emissores estrangeiros	227 322 554	-	227 322 554	(706 561)	1 315 642	227 931 635
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3 168 956	-	3 168 956	-	406 473	3 575 429
De organismos financeiros internacionais	12 239 600	-	12 239 600	-	5 128 693	17 368 293
De outros emissores						
De emissores nacionais	274 125 194	(52 929 367)	221 195 827	-	4 497 759	225 693 586
De emissores estrangeiros	1 775 165 029	(65 809 952)	1 709 355 077	21 032 007	(173 035 546)	1 557 351 538
De empresas do Grupo	1 293 331 790	-	1 293 331 790	-	(47 481 245)	1 245 850 545
	6 635 493 184	(118 739 319)	6 516 753 865	20 325 446	(64 713 880)	6 472 365 431
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	96 180 592	(7 466 493)	88 714 099	-	5 091 009	93 805 108
De emissores estrangeiros	1 470 464 048	(134 340 698)	1 336 123 350	88 290 000	108 449 172	1 532 862 522
	1 566 644 640	(141 807 191)	1 424 837 449	88 290 000	113 540 181	1 626 667 630
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27 445	-	27 445	-	(10 770)	16 675
Unidades de participação						
De residentes	397 798 758	(58 580 397)	339 218 361	-	64 309 844	403 528 205
De não residentes	31 180 850	(7 736 857)	23 443 993	(18)	5 427 244	28 871 219
Outros	(69 349)	-	(69 349)	-	-	(69 349)
	428 937 704	(66 317 254)	362 620 450	(18)	69 726 318	432 346 750
	8 631 075 528	(326 863 764)	8 304 211 764	108 615 428	118 552 619	8 531 379 811

8. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 37)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 37)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	1 455 310	-	1 455 310	1 630 020	-	1 630 020
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	836 996 968	-	836 996 968	553 570 119	-	553 570 119
Contas margem	73 067 721	-	73 067 721	64 659 227	-	64 659 227
	910 064 689	-	910 064 689	618 229 346	-	618 229 346
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21 851 904	(29 803)	21 822 101	354 625	(29 803)	324 822
Empréstimos sobre apólices	1 328 653	(10 597)	1 318 056	981 339	-	981 339
Outros	11 855 254	(1 089 835)	10 765 419	46 201 800	(1 300 083)	44 901 717
	35 035 811	(1 130 235)	33 905 576	47 537 764	(1 329 886)	46 207 878
Outros	30 100	-	30 100	1 162 158	-	1 162 158
	946 585 910	(1 130 235)	945 455 675	668 559 288	(1 329 886)	667 229 402

9. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e Edifícios" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014			
Valor Bruto	144 208 106	250 305 239	394 513 345
Amortizações e imparidade acumuladas	(33 944 214)	-	(33 944 214)
	110 263 892	250 305 239	360 569 131
Adições			
Por dispêndios subsequentes	-	2 703 823	2 703 823
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 36)	-	18 079 066	18 079 066
Por contrapartida de capitais próprios	3 115 533	-	3 115 533
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 37)	(1 191 946)	-	(1 191 946)
Amortizações do exercício	(2 186 761)	-	(2 186 761)
Transferências	(11 906 574)	11 906 574	-
Alienações e abates líquidos	(296 499)	(4 025 090)	(4 321 589)
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Valor Bruto	131 527 588	278 969 612	410 497 200
Amortizações e imparidade acumuladas	(33 729 943)	-	(33 729 943)
	97 797 645	278 969 612	376 767 257
Adições			
Por dispêndios subsequentes	-	1 398 913	1 398 913
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 36)	-	11 659 152	11 659 152
Por contrapartida de capitais próprios	1 720 446	-	1 720 446
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 37)	(2 314 039)	-	(2 314 039)
Amortizações do exercício	(1 971 334)	-	(1 971 334)
Transferências	(4 383 708)	4 383 708	-
Alienações e abates líquidos	-	(2 532 719)	(2 532 719)
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Valor Bruto	124 784 510	293 878 666	418 663 176
Amortizações e imparidade acumuladas	(33 935 500)	-	(33 935 500)
	90 849 010	293 878 666	384 727 676

Conforme referido na Nota 2.7. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação, normalmente, utilizadas são:

- a. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b. Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;
- c. Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 25 727 507 Euros e 24 007 061 Euros, respetivamente (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

(valores em euros)

	2016	2015
2016	23 751 452	-
2015	67 097 558	78 874 554
2014	-	18 923 091
	90 849 010	97 797 645

10. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155 597 476	29 889 541	196 222 828	5 340 412	241 113 460	628 163 717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	94 995 235	1 495 123 574	208 571 079	35 974 132	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	2 008 194	254 497	4 218 997	1 288 680	18 097 852	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38 601 817	1 283 659	546 777 433	79 198 521	316 190	666 177 620
Derivados de cobertura	-	1 233	2 605 166	2 064 457	-	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	1 579 383 186	114 373 757	6 014 530 167	1 353 865 957	15 011 617	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	70 642 765	6 082 778	570 688 234	197 729 289	100 312 609	945 455 675
Terrenos e edifícios	-	-	-	354 263 260	30 464 416	384 727 676
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	9 771 283	9 771 283
	1 846 233 438	246 880 700	8 830 166 399	2 202 321 655	451 061 559	13 576 663 751

(valores em euros)

	2015					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	118 999 851	14 506 948	1 124 679 665	96 219 658	476 470 167	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	34 731 423	970 983 255	191 191 713	46 356 193	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	-	642 969	314 951	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	11 192 224	22 396 973	788 998 889	64 795 338	675 985	888 059 409
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	1 390 954 509	123 891 180	5 679 175 331	1 271 341 663	66 017 128	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	325 018 371	13 798 251	247 830 738	32 968 156	47 613 886	667 229 402
Terrenos e edifícios	-	-	-	345 675 036	31 092 221	376 767 257
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	9 686 323	9 686 323
	1 846 164 955	209 967 744	8 813 268 768	2 002 191 564	677 911 903	13 549 504 934

11. Outros Ativos Tangíveis e Inventários

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis e inventários foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016						2015		
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Valor bruto				Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento									
Equipamento administrativo	18 794 184	(18 720 775)	328 346	-	(342 680)	(34)	18 068 441	(18 009 400)	59 041
Máquinas e ferramentas	7 022 536	(6 407 658)	264 126	-	(206 836)	(3 074)	6 750 877	(6 081 783)	669 094
Equipamento informático	9 008 787	(7 672 742)	2 417 095	-	(2 086 209)	-	9 406 708	(7 739 777)	1 666 931
Instalações interiores	21 495 393	(17 798 242)	570 894	191 726	(880 193)	(50 495)	21 560 253	(18 031 170)	3 529 083
Material de transporte	338 945	(77 422)	-	-	(84 116)	-	338 945	(161 538)	177 407
Equipamento hospitalar	6 542	(6 542)	-	-	-	-	6 542	(6 542)	-
Outro equipamento	4 499 364	(2 582 860)	44 359	-	(367 173)	-	4 543 723	(2 950 033)	1 593 690
Património artístico	1 565 522	-	364 421	-	-	(3 689)	1 926 254	-	1 926 254
Equipamento em locação financeira	6 915 140	(6 910 641)	-	-	-	(4 499)	114 043	(114 043)	-
Outros ativos	216 792	-	124 717	(191 726)	-	-	149 783	-	149 783
	69 863 205	(60 176 882)	4 113 958	-	(3 967 207)	(61 791)	62 865 569	(53 094 286)	9 771 283
Inventários	117 107	-	42 663	-	-	-	159 770	-	159 770
	69 980 312	(60 176 882)	4 156 621	-	(3 967 207)	(61 791)	63 025 339	(53 094 286)	9 931 053

(valores em euros)

	2015									
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	18 592 720	(18 445 232)	263 329	-	(327 203)	-	(10 205)	18 794 184	(18 720 775)	73 409
Máquinas e ferramentas	12 441 843	(11 710 070)	269 522	36 676	(411 345)	(2 719)	(9 029)	7 022 536	(6 407 658)	614 878
Equipamento informático	13 688 592	(12 257 008)	1 950 871	-	(2 047 651)	-	1 241	9 008 787	(7 672 742)	1 336 045
Instalações interiores	22 650 882	(18 625 449)	452 288	195 589	(876 253)	(60 598)	(39 308)	21 495 393	(17 798 242)	3 697 151
Material de transporte	144 183	(55 847)	246 250	-	(73 305)	-	242	338 945	(77 422)	261 523
Equipamento hospitalar	6 542	(6 397)	-	-	(145)	-	-	6 542	(6 542)	-
Outro equipamento	4 311 409	(2 170 815)	197 555	-	(420 889)	(756)	-	4 499 364	(2 582 860)	1 916 504
Património artístico	1 573 221	-	-	-	-	-	(7 699)	1 565 522	-	1 565 522
Equipamento em locação financeira	9 123 675	(9 119 176)	-	-	-	-	-	6 915 140	(6 910 641)	4 499
Outros ativos	92 443	-	369 831	(232 265)	-	(13 217)	-	216 792	-	216 792
	82 625 510	(72 389 994)	3 749 646	-	(4 156 791)	(77 290)	(64 758)	69 863 205	(60 176 882)	9 686 323
Inventários	107 012	-	10 095	-	-	-	-	117 107	-	117 107
	82 732 522	(72 389 994)	3 759 741	-	(4 156 791)	(77 290)	(64 758)	69 980 312	(60 176 882)	9 803 430

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos tangíveis" inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 44 206 860 Euros e 50 774 020 Euros, respetivamente.

12. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016								
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Outros movimentos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	45 775 685	(36 406 864)	348 829	1 469 187	(5 765 694)	-	47 593 701	(42 172 558)	5 421 143
Ativos intangíveis em curso	7 524 091	-	3 665 711	(1 469 187)	-	-	9 720 615	-	9 720 615
	53 299 776	(36 406 864)	4 014 540	-	(5 765 694)	-	57 314 316	(42 172 558)	15 141 758

(valores em euros)

	2015									
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Outros movimentos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	150 787 366	(137 930 033)	1 477 897	2 183 166	(7 139 913)	(5 738)	(3 924)	45 775 685	(36 406 864)	9 368 821
Ativos intangíveis em curso	5 264 862	-	4 442 395	(2 183 166)	-	-	-	7 524 091	-	7 524 091
	156 052 228	(137 930 033)	5 920 292	-	(7 139 913)	(5 738)	(3 924)	53 299 776	(36 406 864)	16 892 912

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 15 634 897 Euros e 17 717 161 Euros, respetivamente.

13. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	136 594	65 493 177	65 629 771	122 501	62 716 173	62 838 674
Provisão matemática	10 921 720	-	10 921 720	12 277 625	-	12 277 625
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	7 324 643	143 693 449	151 018 092	7 882 623	124 726 223	132 608 846
Sinistros não declarados (IBNR)	2 674 438	10 340 517	13 014 955	2 517 579	6 808 431	9 326 010
	9 999 081	154 033 966	164 033 047	10 400 202	131 534 654	141 934 856
	21 057 395	219 527 143	240 584 538	22 800 328	194 250 827	217 051 155

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	136 594	-	136 594	122 501	-	122 501
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	143 103	(5 678)	137 425	124 500	(1 070)	123 430
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 462 298	(1 537 108)	1 925 190	3 834 467	(1 739 279)	2 095 188
Doença	23 172 251	(148)	23 172 103	22 222 518	(254)	22 222 264
Incêndio e outros danos	21 931 410	(3 578 390)	18 353 020	20 734 852	(3 084 693)	17 650 159
Automóvel	393 268	(31 364)	361 904	314 478	(11 017)	303 461
Marítimo, aéreo e transportes	227 412	(17 138)	210 274	245 011	(27 415)	217 596
Responsabilidade civil geral	1 822 029	(98 915)	1 723 114	1 662 577	(89 812)	1 572 765
Crédito e cauções	67 356	(1 604)	65 752	109 972	(3 881)	106 091
Proteção jurídica	1 734 966	(84)	1 734 882	1 675 780	(84)	1 675 696
Assistência	13 866 260	(1 604)	13 864 656	13 349 344	(1 396)	13 347 948
Diversos	5 884 495	(1 939 638)	3 944 857	4 870 290	(1 468 715)	3 401 575
	72 704 848	(7 211 671)	65 493 177	69 143 789	(6 427 616)	62 716 173
	72 841 442	(7 211 671)	65 629 771	69 266 290	(6 427 616)	62 838 674

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros vida			
Provisão para prémios não adquiridos	122 501	14 093	136 594
Seguros não vida			
Provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes de trabalho	124 500	18 603	143 103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 834 467	(372 169)	3 462 298
Doença	22 222 518	949 733	23 172 251
Incêndio e outros danos	20 734 852	1 196 558	21 931 410
Automóvel	314 478	78 790	393 268
Marítimo, aéreo e transportes	245 011	(17 599)	227 412
Responsabilidade civil geral	1 662 577	159 452	1 822 029
Crédito e cauções	109 972	(42 616)	67 356
Proteção jurídica	1 675 780	59 186	1 734 966
Assistência	13 349 344	516 916	13 866 260
Diversos	4 870 290	1 014 205	5 884 495
	69 143 789	3 561 059	72 704 848
Custos de aquisição diferidos			
Acidentes de trabalho	(1 070)	(4 608)	(5 678)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 739 279)	202 171	(1 537 108)
Doença	(254)	106	(148)
Incêndio e outros danos	(3 084 693)	(493 697)	(3 578 390)
Automóvel	(11 017)	(20 347)	(31 364)
Marítimo, aéreo e transportes	(27 415)	10 277	(17 138)
Responsabilidade civil geral	(89 812)	(9 103)	(98 915)
Crédito e cauções	(3 881)	2 277	(1 604)
Proteção jurídica	(84)	-	(84)
Assistência	(1 396)	(208)	(1 604)
Diversos	(1 468 715)	(470 923)	(1 939 638)
	(6 427 616)	(784 055)	(7 211 671)
	62 716 173	2 777 004	65 493 177
	62 838 674	2 791 097	65 629 771

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Outros	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	121 619	882	-	122 501
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	96 528	27 972	-	124 500
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2 957 373	969 150	(92 056)	3 834 467
Doença	21 769 601	455 989	(3 072)	22 222 518
Incêndio e outros danos	24 421 341	(1 044 034)	(2 642 455)	20 734 852
Automóvel	181 813	132 665	-	314 478
Marítimo, aéreo e transportes	1 886 662	(1 597 296)	(44 355)	245 011
Responsabilidade civil geral	1 998 787	(54 456)	(281 754)	1 662 577
Crédito e cauções	187 131	(76 781)	(378)	109 972
Proteção jurídica	1 623 525	52 255	-	1 675 780
Assistência	12 202 518	1 146 826	-	13 349 344
Diversos	3 895 742	974 548	-	4 870 290
	71 221 021	986 838	(3 064 070)	69 143 789
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	-	(1 070)	-	(1 070)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 265 533)	(516 344)	42 598	(1 739 279)
Doença	(525)	271	-	(254)
Incêndio e outros danos	(3 868 541)	117 417	666 431	(3 084 693)
Automóvel	-	(11 017)	-	(11 017)
Marítimo, aéreo e transportes	(202 411)	169 741	5 255	(27 415)
Responsabilidade civil geral	(150 094)	(4 603)	64 885	(89 812)
Crédito e cauções	(5 568)	1 508	179	(3 881)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1 396)	-	-	(1 396)
Diversos	(870 873)	(597 842)	-	(1 468 715)
	(6 365 025)	(841 939)	779 348	(6 427 616)
	64 855 996	144 899	(2 284 722)	62 716 173
	64 977 615	145 781	(2 284 722)	62 838 674

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à transformação da anterior sucursal de Macau não vida para uma entidade de direito local.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	7 324 643	2 674 438	9 999 081	7 882 623	2 517 579	10 400 202
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	579 480	54 226	633 706	276 387	-	276 387
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13 557 812	132 657	13 690 469	7 868 764	65 593	7 934 357
Doença	43 988 709	3 126 392	47 115 101	45 556 497	3 246 981	48 803 478
Incêndio e outros danos	52 751 264	4 565 835	57 317 099	33 002 573	2 345 109	35 347 682
Automóvel	6 127 617	1 618 479	7 746 096	5 145 921	1 057	5 146 978
Marítimo, aéreo e transportes	3 816 902	132 569	3 949 471	5 777 757	189 664	5 967 421
Responsabilidade civil geral	16 167 154	275 940	16 443 094	21 821 782	87 889	21 909 671
Crédito e cauções	550	17 270	17 820	396	27 441	27 837
Diversos	6 703 961	417 149	7 121 110	5 276 146	844 697	6 120 843
	143 693 449	10 340 517	154 033 966	124 726 223	6 808 431	131 534 654
	151 018 092	13 014 955	164 033 047	132 608 846	9 326 010	141 934 856

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros vida	10 400 202	9 417 095	(9 818 216)	9 999 081
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	276 387	1 543 951	(1 186 632)	633 706
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 934 357	7 932 829	(2 176 717)	13 690 469
Doença	48 803 478	178 332 516	(180 020 893)	47 115 101
Incêndio e outros danos	35 347 682	65 647 732	(43 678 315)	57 317 099
Automóvel	5 146 978	4 836 413	(2 237 295)	7 746 096
Marítimo, aéreo e transportes	5 967 421	(777 500)	(1 240 450)	3 949 471
Responsabilidade civil geral	21 909 671	(2 434 819)	(3 031 758)	16 443 094
Crédito e cauções	27 837	34 461	(44 478)	17 820
Diversos	6 120 843	13 367 472	(12 367 205)	7 121 110
	131 534 654	268 483 240	(245 983 928)	154 033 966
	141 934 856	277 900 335	(255 802 144)	164 033 047

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Outros	Saldo final
Seguros vida	8 756 822	8 105 895	(6 462 515)	-	10 400 202
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	14 510	1 953 132	(1 677 004)	(14 251)	276 387
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 212 035	1 344 294	(579 417)	(42 555)	7 934 357
Doença	44 558 122	159 873 825	(155 628 009)	(460)	48 803 478
Incêndio e outros danos	45 769 999	33 762 444	(27 252 419)	(16 932 342)	35 347 682
Automóvel	3 450 489	2 823 621	(1 127 132)	-	5 146 978
Marítimo, aéreo e transportes	8 766 670	790 013	(3 588 751)	(511)	5 967 421
Responsabilidade civil geral	22 198 414	1 679 291	(1 570 636)	(397 398)	21 909 671
Crédito e cauções	27 913	1 232	(1 308)	-	27 837
Diversos	6 233 152	9 658 974	(9 771 283)	-	6 120 843
	138 231 304	211 886 826	(201 195 959)	(17 387 517)	131 534 654
	146 988 126	219 992 721	(207 658 474)	(17 387 517)	141 934 856

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à transformação da anterior sucursal de Macau não vida para uma entidade de direito local.

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

14. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	71 883 475	54 700 517
Reembolsos de sinistros	22 492 630	17 099 467
Mediadores	35 598 902	32 289 178
Cosseguradores	22 708 040	14 585 495
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	3 711 125	8 022 707
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 132 479	2 159 507
Outros	547 757	650 596
	159 074 408	129 507 467
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 37)	(10 148 605)	(9 426 553)
(Ajustamentos IFAP - Nota 37)	(484 133)	(424 635)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 37)	(10 089 321)	(10 118 579)
	(20 722 059)	(19 969 767)
	138 352 349	109 537 700
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	18 436 208	17 241 642
Contas correntes de ressegurados	8 735 045	6 731 614
	27 171 253	23 973 256
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 37)	(6 665 093)	(8 996 572)
	20 506 160	14 976 684
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	1 676 702	7 428 258
Empresas associadas	686 709	1 654 641
Pessoal	470 878	1 396 890
Fundos de pensões	55 328	45 243
Clientes - contas correntes	4 673 655	2 635 719
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	4 442 829	4 596 206
Devedores por valores em depósito	251 840	237 035
Arrendamentos imobiliários	2 454 038	2 494 896
Transações a liquidar	125 516 922	1 012 374
Adiantamento a fornecedores	466 017	657 145
Outros	48 725 936	13 386 103
	189 420 854	35 544 510
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 37)	(13 517 561)	(14 980 285)
	175 903 293	20 564 225
	334 761 802	145 078 609

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2012 a 2016.

15. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	73 929 009	-
Outros	83 221	111 056
	74 012 230	111 056
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(26 619 583)
Outros		
Imposto do selo	(8 029 748)	(7 912 242)
Fundo de garantia automóvel	(1 928 482)	(1 887 358)
Fundo de acidentes de trabalho	(4 159 250)	(4 736 344)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(1 861 103)	(1 851 218)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(1 897 054)	(1 714 432)
Instituto nacional de emergência médica	(2 628 006)	(2 365 192)
Segurança social	(2 161 725)	(3 545 214)
Retenções	(5 819 730)	(4 924 961)
Outros	(2 819 845)	(1 126 087)
	(31 304 943)	(56 682 631)
Ativos por impostos diferidos	403 870 553	254 228 505
Passivos por impostos diferidos	(204 280 152)	(117 494 182)
	199 590 401	136 734 323
Total	242 297 688	80 162 748

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(80 455 445)	(115 581 001)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	3 953 604	7 825 048
Retenções na fonte	3 271 172	4 803 348
Pagamentos por conta	93 069 668	74 625 530
Outros	45 517	1 707 492
	19 884 517	(26 619 583)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2016 e 2015, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

Em 2016, no âmbito do RETGS, os "Pagamentos Adicionais por Conta" foram entregues ao Estado pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. (sociedade dominante). Assim, a Companhia tem registado no seu balanço um valor a receber da Longrun Portugal, SGPS, S.A. referente aos "Pagamentos Adicionais por Conta" e um valor a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A., referente à "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados".

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				
	Saldos iniciais	Variação em			Saldos finais
		Capital próprio	Resultados	Outros	
Ativo					
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	61 968 825	(11 276 046)	-	-	50 692 779
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	14 076 307	26 152 312	-	-	40 228 619
De rendimento	35 527 156	-	87 431 227	-	122 958 383
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	130 327 960	882 176	44 585 671	-	175 795 807
Benefícios com trabalhadores	12 328 256	3 932 807	2 653 270	(4 719 368)	14 194 965
	254 228 504	19 691 249	134 670 168	(4 719 368)	403 870 553
Passivo					
Valorização de ativos disponíveis para venda	(112 970 905)	24 251 250	-	-	(88 719 655)
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	(4 523 276)	(21 747 574)	-	-	(26 270 850)
De rendimento	-	-	(89 289 647)	-	(89 289 647)
	(117 494 181)	2 503 676	(89 289 647)	-	(204 280 152)
	136 734 323	22 194 925	45 380 521	(4 719 368)	199 590 401

(valores em euros)

	2015			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital próprio	Resultados	
Ativo				
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	1 613 576	60 355 249	-	61 968 825
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	12 958 791	1 259 951	(142 434)	14 076 308
De rendimento	40 128 974	-	(4 601 818)	35 527 156
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	87 498 058	351 032	42 478 868	130 327 958
Benefícios com trabalhadores	10 857 160	-	1 471 098	12 328 258
	153 056 559	61 966 232	39 205 714	254 228 505
Passivo				
Valorização de ativos disponíveis para venda	(115 160 954)	2 190 049	-	(112 970 905)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(3 364 394)	(1 158 883)	-	(4 523 277)
De rendimento	-	-	-	-
	(118 525 348)	1 031 166	-	(117 494 182)
	34 531 211	62 997 398	39 205 714	136 734 323

No exercício de 2016 a taxa de imposto diferido ascende a 29,5%, exceto na parte que corresponde aos prejuízos fiscais em que a taxa de imposto diferido corresponde a 21% (quando aplicável).

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2016	2015
Impostos correntes		
Do exercício	58 182 404	84 099 530
Derrama municipal e estadual	21 373 122	30 210 808
Tributação autónoma	888 782	838 377
	80 444 308	115 148 715
Outros (Sucursais)	11 137	432 286
	80 455 445	115 581 001
Impostos diferidos	(45 380 521)	(39 205 714)
Total de impostos em resultados	35 074 924	76 375 287
Lucro antes de impostos	135 495 427	284 237 504
Carga fiscal	25,89%	26,87%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		135 495 427		284 237 505
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,84%	39 076 151	29,19%	82 955 064
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(2,02%)	(2 741 493)	(0,91%)	(2 579 252)
Mais e menos-valias potenciais imóveis	(1,17%)	(1 581 031)	0,00%	-
Mais e menos-valias contabilísticas	(29,39%)	(39 824 057)	(18,90%)	(53 734 861)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(6,12%)	(4 991 734)	0,00%	-
Variações patrimoniais negativas	0,00%	-	(0,47%)	(1 340 424)
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa de IRC	0,00%	-	(0,47%)	(1 338 673)
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	(0,58%)	(788 548)	0,00%	984 013
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	(0,01%)	(34 074)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,00%	-	3,34%	9 482 316
Imparidades não dedutíveis	3,85%	5 215 478	1,38%	3 931 506
Mais e menos-valias potenciais imóveis	0,00%	-	2,52%	7 152 873
Mais e menos-valias fiscais	29,02%	39 323 752	13,82%	39 280 542
Insuficiência de estimativa de IRC	0,21%	281 922	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,25%	335 073	0,00%	-
Outras	0,18%	244 386	0,66%	1 866 220
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,04%)	(57 037)	(0,03%)	(75 952)
Outros	(0,23%)	(306 719)	(0,06%)	(166 687)
Tributação autónoma	0,66%	888 781	0,29%	838 377
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa	0,00%	-	(3,82%)	(10 845 701)
	25,89%	35 074 924	26,87%	76 375 287

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

16. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Acréscimos de rendimentos	3 238 475	4 397 301
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	13 779 734	12 502 337
Seguros	421 841	204 943
Rendas e alugueres	311 168	558 502
Assistência equipamento informático	1 596 382	887 435
Publicidade	372 964	438 495
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	496 645	289 348
Licenças de software	350 188	620 484
Outros	514 040	482 378
	21 081 437	20 381 223

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Acréscimos de rendimentos" inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo vida, nos montantes de 3 070 819 Euros e 3 658 000 Euros, relativas aos exercícios de 2016 e 2015, respetivamente.

A rubrica "Gastos diferidos - Comissões de emissão de produtos financeiros" corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

17. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1 567 236	247 347 139	248 914 375	1 796 858	235 029 912	236 826 770
Provisão matemática do ramo vida	1 646 693 482	-	1 646 693 482	1 632 603 560	-	1 632 603 560
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	97 168 545	1 481 614 726	1 578 783 271	98 642 986	1 472 852 674	1 571 495 660
Sinistros não declarados (IBNR)	23 801 595	59 635 670	83 437 265	25 966 462	75 840 812	101 807 274
	120 970 140	1 541 250 396	1 662 220 536	124 609 448	1 548 693 486	1 673 302 934
Provisão para participação nos resultados	68 711 511	314	68 711 825	68 763 675	1 764	68 765 439
Provisão para compromissos de taxa	7 025 239	-	7 025 239	5 626 534	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	21 750 883	25 272 158	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24 001 691	24 001 691	-	22 425 562	22 425 562
Provisão para riscos em curso	-	46 210 749	46 210 749	-	58 773 463	58 773 463
	1 866 718 491	1 858 810 289	3 725 528 780	1 858 672 233	1 864 924 187	3 723 596 420

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	1 567 236	-	1 567 236	1 796 858	-	1 796 858
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	12 576 577	(2 062 019)	10 514 558	12 117 531	(2 148 713)	9 968 818
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8 950 472	(1 593 165)	7 357 307	7 416 088	(1 285 995)	6 130 093
Doença	23 172 778	(2 778 612)	20 394 166	22 261 877	(2 767 169)	19 494 708
Incêndio e outros danos	86 238 030	(15 373 098)	70 864 932	84 782 141	(15 100 771)	69 681 370
Automóvel	135 244 707	(26 927 652)	108 317 055	129 443 179	(25 429 902)	104 013 277
Marítimo, aéreo e transportes	1 690 049	(264 925)	1 425 124	1 990 065	(339 722)	1 650 343
Responsabilidade civil geral	9 683 268	(1 779 605)	7 903 663	8 859 573	(1 405 416)	7 454 157
Crédito e cauções	143 458	(12 030)	131 428	191 325	(16 684)	174 641
Proteção jurídica	2 110 552	(422 004)	1 688 548	2 105 806	(421 100)	1 684 706
Assistência	11 207 505	(2 232 727)	8 974 778	9 912 352	(1 974 500)	7 937 852
Diversos	12 086 029	(2 310 449)	9 775 580	8 449 690	(1 609 743)	6 839 947
	303 103 425	(55 756 286)	247 347 139	287 529 627	(52 499 715)	235 029 912
	304 670 661	(55 756 286)	248 914 375	289 326 485	(52 499 715)	236 826 770

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros vida			
Provisão para prémios não adquiridos	1 796 858	(229 622)	1 567 236
Seguros não vida			
Provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes de trabalho	12 117 531	459 046	12 576 577
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 416 088	1 534 384	8 950 472
Doença	22 261 877	910 901	23 172 778
Incêndio e outros danos	84 782 141	1 455 889	86 238 030
Automóvel	129 443 179	5 801 528	135 244 707
Marítimo, aéreo e transportes	1 990 065	(300 016)	1 690 049
Responsabilidade civil geral	8 859 573	823 695	9 683 268
Crédito e cauções	191 325	(47 867)	143 458
Proteção jurídica	2 105 806	4 746	2 110 552
Assistência	9 912 352	1 295 153	11 207 505
Diversos	8 449 690	3 636 339	12 086 029
	287 529 627	15 573 798	303 103 425
Custos de aquisição diferidos			
Acidentes de trabalho	(2 148 713)	86 694	(2 062 019)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 285 995)	(307 170)	(1 593 165)
Doença	(2 767 169)	(11 443)	(2 778 612)
Incêndio e outros danos	(15 100 771)	(272 327)	(15 373 098)
Automóvel	(25 429 902)	(1 497 750)	(26 927 652)
Marítimo, aéreo e transportes	(339 722)	74 797	(264 925)
Responsabilidade civil geral	(1 405 416)	(374 189)	(1 779 605)
Crédito e cauções	(16 684)	4 654	(12 030)
Proteção jurídica	(421 100)	(904)	(422 004)
Assistência	(1 974 500)	(258 227)	(2 232 727)
Diversos	(1 609 743)	(700 706)	(2 310 449)
	(52 499 715)	(3 256 571)	(55 756 286)
	235 029 912	12 317 227	247 347 139
	236 826 770	12 087 605	248 914 375

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1 515 796	281 062	-	1 796 858
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13 297 159	371 225	(1 550 853)	12 117 531
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	6 841 957	763 221	(189 090)	7 416 088
Doença	21 935 300	342 173	(15 596)	22 261 877
Incêndio e outros danos	87 716 222	1 179 560	(4 113 641)	84 782 141
Automóvel	129 062 892	998 246	(617 959)	129 443 179
Marítimo, aéreo e transportes	2 804 457	(762 448)	(51 944)	1 990 065
Responsabilidade civil geral	9 077 102	138 786	(356 315)	8 859 573
Crédito e cauções	300 899	(107 236)	(2 338)	191 325
Proteção jurídica	2 118 800	(12 994)	-	2 105 806
Assistência	8 805 424	1 106 928	-	9 912 352
Diversos	8 697 794	(248 104)	-	8 449 690
	290 658 006	3 769 357	(6 897 736)	287 529 627
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2 304 492)	41 172	114 607	(2 148 713)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 361 344)	46 192	29 157	(1 285 995)
Doença	(2 712 293)	(55 321)	445	(2 767 169)
Incêndio e outros danos	(15 324 656)	(336 144)	560 029	(15 100 771)
Automóvel	(25 547 306)	(4 793)	122 197	(25 429 902)
Marítimo, aéreo e transportes	(303 995)	(39 697)	3 970	(339 722)
Responsabilidade civil geral	(1 471 891)	40 047	26 428	(1 405 416)
Crédito e cauções	(23 398)	6 287	427	(16 684)
Proteção jurídica	(423 284)	2 184	-	(421 100)
Assistência	(1 748 682)	(225 818)	-	(1 974 500)
Diversos	(1 670 845)	61 102	-	(1 609 743)
	(52 892 186)	(464 789)	857 260	(52 499 715)
	237 765 820	3 304 568	(6 040 476)	235 029 912
	239 281 616	3 585 630	(6 040 476)	236 826 770

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à transformação da anterior sucursal de Macau não vida para uma entidade de direito local.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	97 168 545	23 801 595	120 970 140	98 642 986	25 966 462	124 609 448
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	573 330 355	1 010 934	574 341 289	564 357 106	905 428	565 262 534
Provisão para assistência vitalícia	163 207 398	7 950 714	171 158 112	160 826 545	7 911 113	168 737 658
Provisão para assistência temporária	44 102 252	2 526 360	46 628 612	45 129 681	2 892 171	48 021 852
	780 640 005	11 488 008	792 128 013	770 313 332	11 708 712	782 022 044
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21 389 338	401 084	21 790 422	22 120 799	464 077	22 584 876
Doença	44 000 718	3 302 247	47 302 965	45 621 781	3 429 060	49 050 841
Incêndio e outros danos	107 518 037	13 275 799	120 793 836	92 885 909	11 445 721	104 331 630
Automóvel	422 184 686	15 437 791	437 622 477	420 814 909	40 669 784	461 484 693
Marítimo, aéreo e transportes	8 532 984	991 516	9 524 500	11 231 739	1 075 443	12 307 182
Responsabilidade civil geral	87 924 474	13 846 076	101 770 550	102 819 225	5 253 856	108 073 081
Crédito e cauções	431 202	64 140	495 342	509 294	74 844	584 138
Proteção jurídica	12 402	6 579	18 981	15 549	8 314	23 863
Assistência	61 462	37 154	98 616	64 883	37 938	102 821
Diversos	8 919 418	785 276	9 704 694	6 455 254	1 673 063	8 128 317
	700 974 721	48 147 662	749 122 383	702 539 342	64 132 100	766 671 442
	1 481 614 726	59 635 670	1 541 250 396	1 472 852 674	75 840 812	1 548 693 486
	1 578 783 271	83 437 265	1 662 220 536	1 571 495 660	101 807 274	1 673 302 934

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros vida	124 609 448	263 457 446	(267 096 754)	120 970 140
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	782 022 044	151 665 893	(141 559 924)	792 128 013
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22 584 876	7 839 029	(8 633 483)	21 790 422
Doença	49 050 841	179 431 986	(181 179 862)	47 302 965
Incêndio e outros danos	104 331 630	128 595 612	(112 133 406)	120 793 836
Automóvel	461 484 693	296 323 509	(320 185 725)	437 622 477
Marítimo, aéreo e transportes	12 307 182	803 401	(3 586 083)	9 524 500
Responsabilidade civil geral	108 073 081	6 936 186	(13 238 717)	101 770 550
Crédito e cauções	584 138	72 646	(161 442)	495 342
Proteção jurídica	23 863	(3 177)	(1 705)	18 981
Assistência	102 821	(1 687)	(2 518)	98 616
Diversos	8 128 317	20 325 934	(18 749 557)	9 704 694
	1 548 693 486	791 989 332	(799 432 422)	1 541 250 396
	1 673 302 934	1 055 446 778	(1 066 529 176)	1 662 220 536

(valores em euros)

	2015				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Outros	Saldo final
Seguros vida	123 756 345	285 501 475	(284 648 372)	-	124 609 448
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	779 884 465	145 750 394	(139 112 000)	(4 500 815)	782 022 044
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 238 570	15 129 489	(7 726 691)	(56 492)	22 584 876
Doença	42 527 278	163 358 580	(156 833 699)	(1 318)	49 050 841
Incêndio e outros danos	120 078 046	98 749 533	(97 269 181)	(17 226 768)	104 331 630
Automóvel	486 201 061	265 733 570	(287 813 241)	(2 636 697)	461 484 693
Marítimo, aéreo e transportes	14 092 886	3 765 601	(5 549 636)	(1 669)	12 307 182
Responsabilidade civil geral	111 853 953	7 661 541	(10 708 631)	(733 782)	108 073 081
Crédito e cauções	601 479	95 485	(112 826)	-	584 138
Proteção jurídica	77 460	(46 560)	(7 037)	-	23 863
Assistência	208 151	(102 732)	(2 598)	-	102 821
Diversos	8 695 003	15 071 057	(15 637 743)	-	8 128 317
	1 579 458 352	715 165 958	(720 773 283)	(25 157 541)	1 548 693 486
	1 703 214 697	1 000 667 433	(1 005 421 655)	(25 157 541)	1 673 302 934

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à transformação da anterior sucursal de Macau não vida para uma entidade de direito local.

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	16 279 028	25 113 465
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	223 197	352 326
Doença	-	3 669 909
Incêndio e outros danos	2 748 136	3 130 461
Automóvel	21 024 402	19 331 931
Marítimo, aéreo e transportes	416	39 286
Responsabilidade civil geral	411 465	1 036 256
Crédito e cauções	15 823	55 297
Assistência	5 467 544	6 008 104
Diversos	40 738	36 428
	46 210 749	58 773 463

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	25 113 465	(8 834 437)	16 279 028
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	352 326	(129 129)	223 197
Doença	3 669 909	(3 669 909)	-
Incêndio e outros danos	3 130 461	(382 325)	2 748 136
Automóvel	19 331 931	1 692 471	21 024 402
Marítimo, aéreo e transportes	39 286	(38 870)	416
Responsabilidade civil geral	1 036 256	(624 791)	411 465
Crédito e cauções	55 297	(39 474)	15 823
Assistência	6 008 104	(540 560)	5 467 544
Diversos	36 428	4 310	40 738
	58 773 463	(12 562 714)	46 210 749

(valores em euros)

	2015			
	Saldo inicial	Dotações no período	Outros	Saldo final
Seguros não vida				
Acidentes de trabalho	23 277 225	1 836 240	-	25 113 465
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	250 141	102 185	-	352 326
Doença	3 428 386	241 523	-	3 669 909
Incêndio e outros danos	4 940 738	(1 776 721)	(33 556)	3 130 461
Automóvel	17 945 075	1 678 811	(291 955)	19 331 931
Marítimo, aéreo e transportes	4 909	34 500	(123)	39 286
Responsabilidade civil geral	576 568	459 688	-	1 036 256
Crédito e cauções	3 082	52 215	-	55 297
Proteção jurídica	306	(306)	-	-
Assistência	6 586 948	(578 844)	-	6 008 104
Diversos	-	36 428	-	36 428
	57 013 378	2 085 720	(325 635)	58 773 463

A coluna "Outros" corresponde à saída de carteira associada à transformação da anterior sucursal de Macau não vida para uma entidade de direito local.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	60 851 119	(77 110)	60 774 009	15 722 480	76 496 489
Vida risco grupo	148 113 688	-	148 113 688	16 441 868	164 555 556
Vida capitalização individual	30 781 307	(50 415)	30 730 892	40 937	30 771 829
Vida capitalização grupo	2 969 919	-	2 969 919	-	2 969 919
	242 716 033	(127 525)	242 588 508	32 205 285	274 793 793
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	259 827 922	(11 462)	259 816 460	17 325 095	277 141 555
Vida capitalização grupo	301 373 036	-	301 373 036	4 585 661	305 958 697
Vida PPR individual	842 944 534	(29 056)	842 915 478	14 595 470	857 510 948
	1 404 145 492	(40 518)	1 404 104 974	36 506 226	1 440 611 200
	1 646 861 525	(168 043)	1 646 693 482	68 711 511	1 715 404 993

(valores em euros)

	2015				Total
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	
De contratos de seguro					
Vida risco individual	54 244 787	(3 544)	54 241 243	15 182 138	69 423 381
Vida risco grupo	156 322 686	-	156 322 686	15 702 383	172 025 069
Vida capitalização individual	22 236 205	(51 388)	22 184 817	31 283	22 216 100
Vida capitalização grupo	2 860 953	-	2 860 953	-	2 860 953
	235 664 631	(54 932)	235 609 699	30 915 804	266 525 503
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	293 471 531	(15 358)	293 456 173	13 839 322	307 295 495
Vida capitalização grupo	283 509 692	-	283 509 692	6 528 762	290 038 454
Vida PPR individual	820 064 029	(36 033)	820 027 996	17 479 787	837 507 783
	1 397 045 252	(51 391)	1 396 993 861	37 847 871	1 434 841 732
	1 632 709 883	(106 323)	1 632 603 560	68 763 675	1 701 367 235

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	235 609 699	6 830 602	-	(72 598)	-	220 805	242 588 508
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 396 993 861	(5 121 046)	-	10 878	3 396 418	8 824 863	1 404 104 974
	1 632 603 560	1 709 556	-	(61 720)	3 396 418	9 045 668	1 646 693 482
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	30 915 804	4 941 827	(475 398)	-	-	(3 176 948)	32 205 285
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	37 847 871	4 687 983	2 829 030	-	-	(8 858 658)	36 506 226
	68 763 675	9 629 810	2 353 632	-	-	(12 035 606)	68 711 511
	1 701 367 235	11 339 366	2 353 632	(61 720)	3 396 418	(2 989 938)	1 715 404 993

(valores em euros)

	2015						Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	227 523 003	7 548 184	-	(4 139)	-	542 651	235 609 699
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 439 399 638	(52 983 084)	-	14 371	418 385	10 144 551	1 396 993 861
	1 666 922 641	(45 434 900)	-	10 232	418 385	10 687 202	1 632 603 560
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	31 068 577	8 279 453	(5 056 722)	-	-	(3 375 504)	30 915 804
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	78 060 258	33 250 200	(63 318 034)	-	-	(10 144 553)	37 847 871
	109 128 835	41 529 653	(68 374 756)	-	-	(13 520 057)	68 763 675
	1 776 051 476	(3 905 247)	(68 374 756)	10 232	418 385	(2 832 855)	1 701 367 235

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.15.f).

18. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	544 300 085	35 932 004	(94 527 512)	(397 810)	-	485 306 767
Unit-linked capitalização grupo	721 245	-	-	-	-	721 245
Unit-linked PPR	28 028 092	222 154	(1 367 109)	176 882	(110 838)	26 949 181
	573 049 422	36 154 158	(95 894 621)	(220 928)	(110 838)	512 977 193
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4 517 190 923	869 171 791	(594 650 712)	81 160 761	(3 285 580)	4 869 587 183
Vida Taxa Fixa individual	2 979 955 085	1 211 410 102	(1 353 631 014)	67 516 051	-	2 905 250 224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5 447 800	-	(107 351)	35 286	-	5 375 735
	7 502 593 808	2 080 581 893	(1 948 389 077)	148 712 098	(3 285 580)	7 780 213 142
	8 075 643 230	2 116 736 051	(2 044 283 698)	148 491 170	(3 396 418)	8 293 190 335

(valores em euros)

	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	668 648 640	3 464 807	(135 466 572)	7 653 210	-	544 300 085
Unit-linked capitalização grupo	668 782	-	-	52 463	-	721 245
Unit-linked PPR	42 346 865	236 478	(14 809 031)	304 590	(50 810)	28 028 092
	711 664 287	3 701 285	(150 275 603)	8 010 263	(50 810)	573 049 422
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	3 728 227 572	1 040 758 750	(353 146 808)	101 718 984	(367 575)	4 517 190 923
Vida Taxa Fixa individual	3 246 908 900	1 453 579 399	(1 806 342 000)	85 808 786	-	2 979 955 085
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5 429 277	-	(5 348)	23 871	-	5 447 800
	6 980 565 749	2 494 338 149	(2 159 494 156)	187 551 641	(367 575)	7 502 593 808
	7 692 230 036	2 498 039 434	(2 309 769 759)	195 561 904	(418 385)	8 075 643 230

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

19. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 6)	33 170 490	18 448 784
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 6)	8 737 701	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	4 438 349	4 994 028
Não Vida	109 978 267	100 449 388
	123 154 317	109 599 072
	156 324 807	128 047 856

20. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	33 283 681	27 234 243
Tomadores de seguro	25 497 377	25 897 292
Cosseguradoras	12 008 818	11 831 688
	70 789 876	64 963 223
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	29 485 681	35 843 378
Contas correntes de ressegurados	1 818 293	2 358 197
	31 303 974	38 201 575
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo	1 320 520	373 500
Imposto agregado	54 044 492	-
Fornecedores de ativos tangíveis	678 316	920 261
Fornecedores conta corrente	10 089 790	6 483 868
Fundos de pensões	385 614	387 227
Contas de regularização interna	9 604 819	1 340 869
Credores diversos	34 286 043	1 136 274
	110 409 594	10 641 999
	212 503 444	113 806 797

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a pagar pela Companhia à Longrun Portugal, SGPS, S.A. resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

21. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	1 056 644	1 063 778
	1 056 644	1 063 778
Acréscimos de gastos		
Férias e subsídios a pagar	13 228 881	13 365 646
Seguros	1 717 020	92 255
Remunerações variáveis, incluindo encargos	1 478 875	2 184 644
Prémios de desempenho da empresa	9 894 764	9 917 685
Prémio de permanência	595 503	828 451
Outros custos com pessoal	21 449	743 212
Comissões a pagar	39 812 261	35 225 115
Pagamentos diferidos - Marketing	4 879 121	4 972 178
Imposto municipal de imóveis	760 816	785 000
Auditoria	213 848	269 611
Publicidade	5 301	66 824
Faturas em conferência	4 300 996	3 127 164
Outros	3 515 334	3 800 576
	80 424 169	75 378 361
	81 480 813	76 442 139

22. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Desvios atuariais por capital Próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	20 520 772	3 000 000	(19 670 772)	-	3 850 000
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 29)					
Benefícios de saúde	22 191 389	-	(716 713)	2 162 605	23 637 281
Encargos com pensões	3 017 807	-	(65 318)	352 414	3 304 903
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	47 036 302	1 500 000	-	-	48 536 302
Provisão para reestruturação	60 524 302	-	(25 099 384)	-	35 424 918
Outras	1 253 296	14 147 995	-	-	15 401 291
	154 543 868	18 647 995	(45 552 187)	2 515 019	130 154 695

(valores em euros)

	2015				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Desvios atuariais por capital Próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	15 000 173	5 520 599	-	-	20 520 772
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 29)					
Benefícios de saúde	22 021 108	-	(648 039)	818 320	22 191 389
Encargos com pensões	2 893 589	-	(15 689)	139 907	3 017 807
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	45 236 302	1 800 000	-	-	47 036 302
Provisão para reestruturação	52 153 927	25 100 000	(16 729 625)	-	60 524 302
Outras	41 403 630	-	(40 150 334)	-	1 253 296
	178 708 729	32 420 599	(57 543 687)	958 227	154 543 868

A Fidelidade tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 a Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, para o período de 2015 a 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27 299 163 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7 038 236 Euros. Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52 153 927 Euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

Em 2015 a Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, para o período 2016 a 2019, mantendo as mesmas condições divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25 100 000 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16 729 625 Euros. Em 31 de dezembro para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60 524 302 Euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2016 saíram 177 colaboradores, o que originou a utilização de 25 099 384 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação no valor de 35 424 918 Euros. No mesmo período foram contratados 118 colaboradores.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos e 3 meses.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

Em 2016 e 2015, as rubricas “Outras Provisões” inclui utilizações de 5 374 533 Euros e 6 453 883 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Provisões para encargos com benefícios dos empregados - Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pela Companhia para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 30).

23. Capital

O capital social no valor de 381 150 000 Euros constituído por 121 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

Em dezembro de 2015 foram realizadas, pelos acionistas prestações suplementares por forma a construírem um reforço dos capitais próprios da Fidelidade no montante global de 521 530 515 Euros nos seguintes termos:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A. pelo montante de 500 000 000 Euros;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. pelo montante de 21 530 515 Euros.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da assembleia geral de 31 de março de 2015, 13 300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 Euros, perfazendo o valor total de 148 960 Euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

(valores em euros)

Acionistas	2016		2015	
	Número de Ações	% Participação	Número de Ações	% Participação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	102 833 140	84,9861%	102 833 140	84,9861%
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	18 150 000	15,0000%	18 150 000	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores				
da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	3 560	0,00290%	3 560	0,00290%
Ações Próprias	13 300	0,01100%	13 300	0,01100%
	121 000 000	100%	121 000 000	100%

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade, via Longrun Portugal SGPS, S.A. a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun.

Os resultados dos exercícios de 2015 e de 2014 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2015	2014
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	17 033 340	14 774 336
Reservas livres	153 300 064	123 144 878
Resultados transitados	37 528 813	21 188 816
	207 862 217	159 108 030

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	100 420 503	207 862 217
Número de ações (no final do exercício)	121 000 000	121 000 000
Resultado por ação (em Euros)	0,83	1,72

24. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 7)	88 361 675	118 552 619
Montante atribuível aos segurados	(7 633 508)	(5 042 089)
	80 728 167	113 510 530
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 9)	25 727 507	24 007 061
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	48 824 813	59 649 728
Montante atribuível aos segurados	-	(237 787)
	48 824 813	59 411 941
	155 280 487	196 929 532
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(38 026 876)	(51 002 080)
De terrenos e edifícios de uso próprio	5 509 502	1 104 764
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	24 747 576	14 391 010
Benefícios de saúde	2 976 512	2 338 543
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(6 896 425)	(7 825 551)
	(11 689 711)	(40 993 314)
Outras reservas		
Reserva legal	134 128 970	117 095 630
Prémios de emissão	115 103 280	115 103 280
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(55 296 129)	(46 518 428)
Benefícios de saúde	(6 415 803)	(4 253 197)
Reserva de fusão	-	91 335 345
Outras reservas	367 631 328	122 995 918
	555 151 646	395 758 548
Resultados transitados	138 272 457	108 609 257
Resultado do exercício	100 420 503	207 862 217
	937 435 382	868 166 240

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

A variação de "Outras reservas" corresponde à aplicação do resultado distribuível do ano anterior reconhecida em Reservas Livres.

25. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	159 818 165	(13 345 085)	146 473 080	162 408 104	(13 405 451)	149 002 653
Contrato seguro com participação nos resultados	40 955 826	(1 228 286)	39 727 540	41 084 870	(1 406 524)	39 678 346
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	132 569 311	-	132 569 311	92 714 169	-	92 714 169
	333 343 302	(14 573 371)	318 769 931	296 207 143	(14 811 975)	281 395 168
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	151 693 550	(5 450 072)	146 243 478	135 486 173	(7 863 888)	127 622 285
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	27 947 171	(11 367 269)	16 579 902	26 248 757	(7 901 689)	18 347 068
Doença	236 441 704	(234 505 517)	1 936 187	205 453 693	(203 726 850)	1 726 843
Incêndio e outros danos	239 829 977	(92 504 600)	147 325 377	237 545 722	(91 917 046)	145 628 676
Automóvel	371 866 729	(2 050 893)	369 815 836	348 826 967	(1 652 885)	347 174 082
Marítimo, aéreo e transportes	17 536 243	(10 147 350)	7 388 893	17 507 196	(10 047 537)	7 459 659
Responsabilidade civil geral	33 964 902	(9 450 320)	24 514 582	32 559 376	(9 576 722)	22 982 654
Crédito e cauções	612 631	(447 616)	165 015	706 003	(445 583)	260 420
Proteção jurídica	5 113 947	(3 459 955)	1 653 992	5 065 014	(3 343 837)	1 721 177
Assistência	28 495 775	(28 156 925)	338 850	24 662 853	(27 002 744)	(2 339 891)
Diversos	37 225 149	(18 339 976)	18 885 173	27 704 955	(9 998 653)	17 706 302
	1 150 727 778	(415 880 493)	734 847 285	1 061 766 709	(373 477 434)	688 289 275
	1 484 071 080	(430 453 864)	1 053 617 216	1 357 973 852	(388 289 409)	969 684 443
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	246 544	18 840	265 384	(362 384)	3 224	(359 160)
Contrato seguro com participação nos resultados	(10 765)	(4 747)	(15 512)	40 435	(2 342)	38 093
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	(6 157)	-	(6 157)	40 887	-	40 887
	229 622	14 093	243 715	(281 062)	882	(280 180)

(continuação)

(valores em euros)

	2016			2015		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(459 046)	18 603	(440 443)	(371 225)	27 972	(343 253)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 534 384)	(372 169)	(1 906 553)	(763 221)	969 150	205 929
Doença	(910 901)	949 733	38 832	(342 173)	455 989	113 816
Incêndio e outros danos	(1 455 889)	1 196 558	(259 331)	(1 179 560)	(1 044 034)	(2 223 594)
Automóvel	(5 801 528)	78 790	(5 722 738)	(998 246)	132 665	(865 581)
Marítimo, aéreo e transportes	300 016	(17 599)	282 417	762 448	(1 597 296)	(834 848)
Responsabilidade civil geral	(823 695)	159 452	(664 243)	(138 786)	(54 456)	(193 242)
Crédito e cauções	47 867	(42 616)	5 251	107 236	(76 781)	30 455
Proteção jurídica	(4 746)	59 186	54 440	12 994	52 255	65 249
Assistência	(1 295 153)	516 916	(778 237)	(1 106 928)	1 146 826	39 898
Diversos	(3 636 339)	1 014 205	(2 622 134)	248 104	974 548	1 222 652
	(15 573 798)	3 561 059	(12 012 739)	(3 769 357)	986 838	(2 782 519)
	(15 344 176)	3 575 152	(11 769 024)	(4 050 419)	987 720	(3 062 699)
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	160 064 709	(13 326 245)	146 738 464	162 045 720	(13 402 227)	148 643 493
Contrato seguro com participação nos resultados	40 945 061	(1 233 033)	39 712 028	41 125 305	(1 408 866)	39 716 439
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	132 563 154	-	132 563 154	92 755 056	-	92 755 056
	333 572 924	(14 559 278)	319 013 646	295 926 081	(14 811 093)	281 114 988
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	151 234 504	(5 431 469)	145 803 035	135 114 948	(7 835 916)	127 279 032
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	26 412 787	(11 739 438)	14 673 349	25 485 536	(6 932 539)	18 552 997
Doença	235 530 803	(233 555 784)	1 975 019	205 111 520	(203 270 861)	1 840 659
Incêndio e outros danos	238 374 088	(91 308 042)	147 066 046	236 366 162	(92 961 080)	143 405 082
Automóvel	366 065 201	(1 972 103)	364 093 098	347 828 721	(1 520 220)	346 308 501
Marítimo, aéreo e transportes	17 836 259	(10 164 949)	7 671 310	18 269 644	(11 644 833)	6 624 811
Responsabilidade civil geral	33 141 207	(9 290 868)	23 850 339	32 420 590	(9 631 178)	22 789 412
Crédito e cauções	660 498	(490 232)	170 266	813 239	(522 364)	290 875
Proteção jurídica	5 109 201	(3 400 769)	1 708 432	5 078 008	(3 291 582)	1 786 426
Assistência	27 200 622	(27 640 009)	(439 387)	23 555 925	(25 855 918)	(2 299 993)
Diversos	33 588 810	(17 325 771)	16 263 039	27 953 059	(9 024 105)	18 928 954
	1 135 153 980	(412 319 434)	722 834 546	1 057 997 352	(372 490 596)	685 506 756
	1 468 726 904	(426 878 712)	1 041 848 192	1 353 923 433	(387 301 689)	966 621 744

Nos exercícios de 2016 e 2015, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(valores em euros)

	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto	333 282 291	296 143 907
Contratos individuais	135 977 388	100 626 124
Contratos de grupo	197 304 903	195 517 783
	333 282 291	296 143 907
Periódicos	270 325 214	225 414 110
Não periódicos	62 957 077	70 729 797
	333 282 291	296 143 907
Contratos sem participação nos resultados	159 834 765	162 550 304
Contratos com participação nos resultados	173 447 526	133 593 602
	333 282 291	296 143 906
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	61 011	63 236
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	333 343 302	296 207 143
Saldo de resseguro	(5 330 819)	(2 838 127)

26. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2016 e 2015 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 2 551 811 Euros e a 2 306 164 Euros, respetivamente.

27. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite	268 891 603	(3 638 510)	265 253 093	287 989 956	829 851	288 819 807
Resseguro cedido	(8 673 625)	401 122	(8 272 503)	(5 772 359)	(1 781 096)	(7 553 455)
	260 217 978	(3 237 388)	256 980 590	282 217 597	(951 245)	281 266 352
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	146 353 272	10 009 221	156 362 493	144 970 698	6 424 230	151 394 928
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	10 564 468	(805 322)	9 759 146	9 118 891	7 403 727	16 522 618
Doença	178 026 806	(2 295 651)	175 731 155	152 410 633	6 648 135	159 058 768
Incêndio e outros danos	118 836 719	15 318 401	134 155 120	100 893 690	3 065 919	103 959 609
Automóvel	294 698 298	(27 623 610)	267 074 688	263 808 152	(22 175 310)	241 632 842
Marítimo, aéreo e transportes	3 633 674	(2 782 210)	851 464	5 920 824	(1 779 976)	4 140 848
Responsabilidade civil geral	13 531 159	(6 176 893)	7 354 266	9 912 674	(3 018 668)	6 894 006
Crédito e cauções	314 750	(88 428)	226 322	666 296	(17 708)	648 588
Proteção Jurídica	89 106	(4 881)	84 225	93 486	(53 598)	39 888
Assistência	488 943	(4 205)	484 738	414 063	(105 329)	308 734
Diversos	19 381 264	1 570 686	20 951 950	16 488 002	(561 122)	15 926 880
	785 918 459	(12 882 892)	773 035 567	704 697 409	(4 169 700)	700 527 709
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(801 405)	(357 318)	(1 158 723)	(1 363 944)	(276 128)	(1 640 072)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 678 033)	(5 756 111)	(7 434 144)	(556 676)	(764 878)	(1 321 554)
Doença	(176 790 769)	2 236 152	(174 554 617)	(151 147 132)	(4 369 070)	(155 516 202)
Incêndio e outros danos	(42 768 843)	(22 003 460)	(64 772 303)	(24 518 679)	(6 494 436)	(31 013 115)
Automóvel	(971 548)	(2 599 118)	(3 570 666)	(840 976)	(1 696 489)	(2 537 465)
Marítimo, aéreo e transportes	(941 300)	2 015 562	1 074 262	(3 531 023)	2 794 449	(736 574)
Responsabilidade civil geral	(2 509 125)	5 513 008	3 003 883	(1 127 291)	(75 079)	(1 202 370)
Crédito e cauções	(35 272)	10 017	(25 255)	33 457	76	33 533
Assistência	(185)	-	(185)	-	-	-
Diversos	(12 288 483)	(1 000 270)	(13 288 753)	(9 734 590)	112 311	(9 622 279)
	(238 784 963)	(21 941 538)	(260 726 501)	(192 786 854)	(10 769 244)	(203 556 098)
	547 133 496	(34 824 430)	512 309 066	511 910 555	(14 938 944)	496 971 611
	807 351 474	(38 061 818)	769 289 656	794 128 152	(15 890 189)	778 237 963

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pela Companhia.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016						Total
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	96 504 550	(3 236 393)	93 268 157	(3 521 275)	6 830 602	4 941 827	101 519 311
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	172 387 053	(402 117)	171 984 936	1 398 705	(5 121 046)	4 687 983	172 950 578
	268 891 603	(3 638 510)	265 253 093	(2 122 570)	1 709 556	9 629 810	274 469 889
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8 673 625)	401 122	(8 272 503)	-	1 349 368	-	(6 923 135)
	(8 673 625)	401 122	(8 272 503)	-	1 349 368	-	(6 923 135)
Líquido							
De contratos de seguro	87 830 925	(2 835 271)	84 995 654	(3 521 275)	8 179 970	4 941 827	94 596 176
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	172 387 053	(402 117)	171 984 936	1 398 705	(5 121 046)	4 687 983	172 950 578
	260 217 978	(3 237 388)	256 980 590	(2 122 570)	3 058 924	9 629 810	267 546 754

(valores em euros)

	2015						Total
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Sub-total	Varição das outras provisões técnicas	Varição da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	103 493 007	792 819	104 285 826	770 000	7 548 184	8 279 453	120 883 463
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	184 496 949	37 032	184 533 981	(1 828 216)	(52 983 084)	33 250 200	162 972 881
	287 989 956	829 851	288 819 807	(1 058 216)	(45 434 900)	41 529 653	283 856 344
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(5 772 359)	(1 781 096)	(7 553 455)	-	(1 932 957)	(3 671)	(9 490 083)
	(5 772 359)	(1 781 096)	(7 553 455)	-	(1 932 957)	(3 671)	(9 490 083)
Líquido							
De contratos de seguro	97 720 648	(988 277)	96 732 371	770 000	5 615 227	8 275 782	111 393 380
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	184 496 949	37 032	184 533 981	(1 828 216)	(52 983 084)	33 250 200	162 972 881
	282 217 597	(951 245)	281 266 352	(1 058 216)	(47 367 857)	41 525 982	274 366 261

Nos exercícios de 2016 e 2015, a variação das outras provisões técnicas inclui a reversão da provisão para estabilização de carteira, no montante de 3 521 275 Euros e a dotação de 770 000 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica inclui ainda a dotação de 1 398 705 Euros e a reversão de 1 828 216 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

28. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2016 e 2015, os custos de exploração incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2016	2015
Custos com pessoal (Nota 29)	156 545 613	146 517 464
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	2 093 518	2 162 754
Combustível	446 786	498 947
Água	186 909	161 287
Impressos	360 240	400 828
Material de escritório	246 823	309 357
Conservação e reparação	5 165 012	5 392 341
Rendas e alugueres	16 166 801	16 841 810
Despesas de representação	1 515 757	1 064 016
Comunicação	6 147 426	7 989 624
Deslocações e estadas	3 957 065	4 296 021
Seguros	648 469	665 951
Gastos com trabalho independente	509 798	848 174
Publicidade e propaganda	10 018 846	8 888 515
Contencioso e notariado	202 789	304 196
Vigilância e segurança	1 233 654	1 310 386
Trabalhos especializados	37 423 292	37 275 247
Quotizações	1 179 910	887 514
Limpeza, higiene e conforto	1 603 643	1 638 457
Gastos com cobrança de prémios	1 631 890	1 213 267
Licenças de software	5 262 096	4 694 128
Outros	2 714 822	2 536 963
	98 715 546	99 379 783
Impostos e taxas	11 957 054	11 157 486
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 9, 11 e 12)	11 704 235	13 483 465
Outras provisões	(21 529 659)	(18 669 205)
Comissões	6 229 783	6 868 066
Juros suportados	2 365 968	1 216 807
	265 988 540	259 953 866

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	582 825	1 722 499	2 305 324
Relativos aos ramos não vida	60 442 879	6 089 763	66 532 642
	61 025 704	7 812 262	68 837 966

(valores em euros)

	2015		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	857 519	1 629 035	2 486 554
Relativos aos ramos não vida	42 970 987	4 045 666	47 016 653
	43 828 506	5 674 701	49 503 207

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6 097 280	49 164 887	-	55 262 167
Custos técnicos	262 794 323	736 753 572	-	999 547 895
	268 891 603	785 918 459	-	1 054 810 062
Custos de aquisição				
Custos imputados	28 816 184	91 856 306	-	120 672 490
Comissões de mediação	40 466 369	136 131 315	-	176 597 684
Outros	(279 898)	193 367	-	(86 531)
	69 002 655	228 180 988	-	297 183 643
Gastos administrativos				
Custos imputados	20 325 135	55 156 339	-	75 481 474
Remunerações de mediação	63 666	6 569 846	-	6 633 512
Outros	(464)	(46 264)	-	(46 728)
	20 388 337	61 679 921	-	82 068 258
Gastos financeiros (Nota 32)				
Custos imputados	2 667 227	9 625 577	2 279 605	14 572 409
Outros	728 156	195 920	24 909	948 985
	3 395 383	9 821 497	2 304 514	15 521 394
Total dos custos de exploração imputados	57 905 826	205 803 109	2 279 605	265 988 540

(valores em euros)

	2015			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6 295 487	50 154 953	-	56 450 440
Custos técnicos	281 694 469	654 542 456	-	936 236 925
	287 989 956	704 697 409	-	992 687 365
Custos de aquisição				
Custos imputados	28 547 744	89 607 803	-	118 155 547
Comissões de mediação	46 977 610	121 266 690	-	168 244 300
Outros	297 903	1 136 911	-	1 434 814
	75 823 257	212 011 404	-	287 834 661
Gastos administrativos				
Custos imputados	19 891 302	52 359 418	-	72 250 720
Remunerações de mediação	66 807	6 224 561	-	6 291 368
Outros	456	43 253	-	43 709
	19 958 565	58 627 232	-	78 585 797
Gastos financeiros (Nota 32)				
Custos imputados	4 111 885	6 801 908	2 183 366	13 097 159
Outros	2 396 096	454 029	-	2 850 125
	6 507 981	7 255 937	2 183 366	15 947 284
Total dos custos de exploração imputados	58 846 418	198 924 082	2 183 366	259 953 866

29. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Remunerações		
Órgãos sociais	2 769 876	2 827 386
Pessoal	91 944 075	93 577 266
Encargos sobre remunerações	21 618 674	20 961 761
Benefícios pós-emprego	16 961 450	11 849 852
Benefícios de cessação de emprego	10 329 741	7 122 549
Seguros obrigatórios	1 693 887	1 594 491
Gastos de ação social	9 741 337	7 518 665
Outros gastos com pessoal	1 486 573	1 065 494
	156 545 613	146 517 464

A existência de estruturas transversais a algumas empresas do Grupo conduz à necessidade de efetuar a alocação de custos comuns entre as várias empresas, baseada em chaves de repartição subordinadas ao princípio custo-benefício. Consequentemente, nos exercícios de 2016 e 2015, os gastos com pessoal incluem o impacto decorrente dos seguintes movimentos com entidades relacionadas:

(valores em euros)

	2016	2015
Gastos com pessoal da Companhia a desempenhar funções para a		
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(1 777 215)	(2 358 068)
Sogrupu - Sistemas de Informação, S.A.	(802 583)	(900 416)
Fidelidade - Property Europe, S.A.	708 108	725 686
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	245 584	(177 079)
Outras	(303 237)	(63 817)
	(1 929 343)	(2 773 694)

Nos exercícios de 2016 e 2015, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 30)	15 144 847	10 335 928
Plano individual de reforma	1 076 204	1 152 615
Cedência de pessoal	(23 239)	(76 975)
Outros encargos	763 638	438 284
	16 961 450	11 849 852

Em 2016 e 2015, a rubrica "Benefícios pós-emprego - Cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores da Companhia que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2016 e 2015, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2016	2015
Dirigentes	67	67
Gestores	124	130
Técnicos	1 445	1 457
Operacionais	966	1 025
Apoio	11	15
	2 613	2 694

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia registou uma reversão da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 17 744 Euros e 96 789 Euros, respetivamente. A rubrica "Acréscimos e diferimentos" inclui 595 503 Euros relativo ao prémio de permanência.

30. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativo		
Plano de benefício definido	8 531 339	13 679 537
Passivo		
Plano de contribuição definida	(72 273)	(90 121)
	8 459 066	13 589 416

Relativamente ao exercício de 2016, no "Plano de contribuição definida" a Companhia teve um custo de 1 066 097 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 72 273 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2016 que foram pagos em janeiro de 2017.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Plano de Benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, a Fidelidade concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com "níveis salariais internos XVII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2016	2015
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,80%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2016 e 2015 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2016		2015	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,12%	2,00%	0,91%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,24%	0,75%	0,00%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2016	2015
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	10 217 625	6 301 565
Reformados e pré-reformados	182 184 965	181 856 040
	192 402 590	188 157 605
Fundos de pensões autónomos	153 835 385	151 192 163
Provisões matemáticas	47 098 544	50 644 979
	200 933 929	201 837 142
Diferencial	8 531 339	13 679 537
Nível de financiamento	104,43%	107,27%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia.

Os fundos de pensões de benefício definido da Companhia apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.:	
Fundo de Pensões da Fidelidade	8,73 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,38 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,02 anos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de beneficiários era o seguinte:

	2016	2015
Ativos	1 117	1 106
Reformados e pré-reformados	2 115	2 085
Rendeiros	541	589
	3 773	3 780

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

Saldos em 31 de dezembro de 2014	203 641 129
Contribuições	17 785 176
Varição nas provisões matemáticas	(3 466 048)
Pensões pagas	(18 322 837)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(864 970)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3 064 692
Saldos em 31 de dezembro de 2015	201 837 142
Contribuições	18 421 934
Varição nas provisões matemáticas	(3 546 435)
Pensões pagas	(18 556 669)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(581 429)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3 359 386
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200 933 929

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os Fundos de Pensões da Fidelidade eram geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Preço de mercado	Outros	Valor de carteira	Preço de mercado	Outros	Valor de carteira
Caixa e equivalentes de caixa	25 177 330	-	25 177 330	40 783 467	-	40 783 467
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	3 811 388	-	3 811 388	4 295 171	-	4 295 171
	3 811 388	-	3 811 388	4 295 171	-	4 295 171
Fundos de investimento						
Ações nacionais	663 286	-	663 286	597 855	-	597 855
Ações europeias	5 627 802	-	5 627 802	2 614 508	-	2 614 508
Outras ações	97 814	-	97 814	-	-	-
Imóveis	12 731 703	2 281 180	15 012 883	12 682 271	2 299 686	14 981 957
Obrigações						
De dívida pública	17 424 477	-	17 424 477	19 573 182	-	19 573 182
De outros emissores	85 373 345	-	85 373 345	67 738 200	-	67 738 200
Hedge funds	636 026	-	636 026	576 717	-	576 717
	122 554 453	2 281 180	124 835 634	103 782 733	2 299 686	106 082 419
Outros	11 033	-	11 033	31 107	-	31 107
	151 554 204	2 281 180	153 835 385	148 892 478	2 299 686	151 192 163

Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	24 603 410	31 906 566
Fundos de investimento		
Ações nacionais	657 727	597 855
Imóveis	2 281 180	2 299 686
Obrigações		
De outros emissores	14 626 113	12 767 171
	17 565 020	15 664 712
	42 168 431	47 571 278

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados da Companhia e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser demonstrados da seguinte forma:

(valores em euros)

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Situação em 31 de dezembro de 2014	193 434 487	203 641 129	10 206 642
Custo do serviço corrente	107 997	-	(107 997)
Juro líquido de benefício definido	3 254 051	3 509 216	255 165
Custo do exercício	3 362 048	3 509 216	147 168
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	9 618 124	-	(9 618 124)
Outras variações em resultados	-	(864 972)	(864 972)
Variações com impacto em resultados (Nota 29)	12 980 172	2 644 244	(10 335 928)
Ganhos e perdas atuariais			
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	(444 522)	(444 522)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	3 033 125	-	(3 033 125)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	498 706	-	(498 706)
Variações com impacto em capitais próprios	3 531 831	(444 522)	(3 976 353)
Contribuições para o plano:			
efetuadas pela Companhia	-	17 785 176	17 785 176
Varição das provisões matemáticas	(3 466 048)	(3 466 048)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(18 322 837)	(18 322 837)	-
Situação em 31 de dezembro de 2015	188 157 605	201 837 142	13 679 537
Custo do serviço corrente	100 714	-	(100 714)
Juro líquido de benefício definido	2 885 271	3 193 061	307 790
Custo do exercício	2 985 985	3 193 061	207 076

(continuação)

(valores em euros)

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	14 770 494	-	(14 770 494)
Outras variações em resultados	-	(581 429)	(581 429)
Variações com impacto em resultados (Nota 29)	17 756 479	2 611 632	(15 144 847)
Ganhos e perdas atuariais			
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	166 327	166 327
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	5 397 670	-	(5 397 670)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	3 193 944	-	(3 193 944)
Variações com impacto em capitais próprios	8 591 614	166 327	(8 425 287)
Contribuições para o plano			
efetuadas pela Companhia	-	18 421 936	18 421 936
Variação das provisões matemáticas	(3 546 434)	(3 546 434)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(18 556 674)	(18 556 674)	-
Situação em 31 de dezembro de 2016	192 402 590	200 933 929	8 531 339

Assistência médica

A Companhia compartilha os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estas responsabilidades ascendem a 23 637 281 Euros e a 22 191 389 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 22). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referentes a este benefício ascenderam a 2 515 019 Euros e 958 227 Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2016, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Companhia, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2016	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	1,80%	1,55%	2,05%	1,80%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de Reforma	0	0	0	0

(valores em euros)

Responsabilidades em 31 de dezembro 2016		2016	A	B	C
Cenários					
Reformados	Velhice	59 254 964	60 492 118	58 061 599	63 848 247
	Antecipação	15 243 729	15 602 394	14 898 248	16 408 415
	Invalidez	12 145 006	12 557 522	11 753 358	12 472 152
Pensionistas	Viuvez	3 955 739	4 045 662	3 869 392	3 971 076
	Orfandade	158 661	165 865	151 944	159 701
Pré-Reformados	Pensão até INR	34 800 980	35 042 180	34 563 016	34 849 194
	Encargos até INR	5 776 711	5 818 296	5 735 691	5 798 598
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3 491 452	3 613 107	3 375 438	3 700 592
	> Plano Complementar	259 179	270 157	248 784	263 720
Ativos	Plano CCT	6 838 701	7 270 128	6 437 766	7 224 304
	Plano Complementar	3 378 924	3 619 242	3 156 955	3 574 616
Totais		145 304 046	148 496 671	142 252 191	152 270 615

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas no valor de 47 098 544 Euros.

31. Rendimentos

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões								
técnicas do ramo vida								
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	54 169	-	54 169	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	497 344	-	-	497 344	55 362	-	-	55 362
Ativos disponíveis para venda	46 081 793	977 796	-	47 059 589	44 841 108	7 068 334	-	51 909 442
Empréstimos e contas a receber	3 749 353	-	-	3 749 353	6 529 125	-	-	6 529 125
Depósitos à ordem	27 148	-	-	27 148	74 933	-	-	74 933
	50 355 638	1 031 965	-	51 387 603	51 500 528	7 068 334	-	58 568 862
Investimentos relativos a contratos								
considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento								
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1 241 295	-	1 241 295	-	732 472	-	732 472
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 491 921)	-	-	(1 491 921)	(1 393 936)	-	-	(1 393 936)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	22 264 680	155 370	-	22 420 050	28 004 652	181 991	-	28 186 643
Ativos disponíveis para venda	174 077 687	9 298 064	-	183 375 751	207 664 994	23 502 287	-	231 167 281
Empréstimos e contas a receber	3 144 985	-	-	3 144 985	4 225 264	-	-	4 225 264
Depósitos à ordem	119 041	-	-	119 041	179 335	-	-	179 335
	198 114 472	10 694 729	-	208 809 201	238 680 309	24 416 750	-	263 097 059
	248 470 110	11 726 694	-	260 196 804	290 180 837	31 485 084	-	321 665 921
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida								
Terrenos e edifícios	-	-	18 709 499	18 709 499	-	-	18 302 839	18 302 839
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	1 533 312	-	-	1 533 312	1 445 438	-	-	1 445 438
Ativos disponíveis para venda	26 074 809	8 821 457	-	34 896 266	29 174 152	10 891 464	-	40 065 616
Empréstimos e contas a receber	736 133	-	-	736 133	1 038 555	-	-	1 038 555
Depósitos à ordem	-	-	-	-	10 289	-	-	10 289
	28 344 254	8 821 457	18 709 499	55 875 210	31 668 434	10 891 464	18 302 839	60 862 737

(continuação)

(valores em euros)

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	2 504 415	2 504 415	-	-	2 532 728	2 532 728
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	13 624	-	13 624	-	830 053	-	830 053
Ativos financeiros detidos para negociação	(460)	-	-	(460)	(1 128)	-	-	(1 128)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	215	-	-	215	56 160	-	-	56 160
Ativos disponíveis para venda	416 422	3 164	-	419 586	4 039 706	1 113 095	-	5 152 801
Empréstimos e contas a receber	1 160 628	-	-	1 160 628	1 079 801	-	-	1 079 801
Depósitos à ordem	(51 349)	-	-	(51 349)	3 723	-	-	3 723
	1 525 456	16 788	2 504 415	4 046 659	5 178 262	1 943 148	2 532 728	9 654 138
	278 339 820	20 564 939	21 213 914	320 118 673	327 027 533	44 319 696	20 835 567	392 182 796

32. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016				2015			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 28)								
Custos imputados	2 667 227	9 625 577	2 279 605	14 572 409	4 111 886	6 801 907	2 183 366	13 097 159
Outros gastos de investimentos	728 156	195 920	24 909	948 985	2 396 095	454 030	-	2 850 125
	3 395 383	9 821 497	2 304 514	15 521 394	6 507 981	7 255 937	2 183 366	15 947 284

33. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos disponíveis para venda	31 669 603	(12 469 189)	19 200 414	69 102 039	(3 139 736)	65 962 303
	31 669 603	(12 469 189)	19 200 414	69 102 039	(3 139 736)	65 962 303
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	152 637 370	(15 115 795)	137 521 575	344 052 783	(109 071 621)	234 981 162
Empréstimos e contas a receber	-	(83 484)	(83 484)	-	-	-
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	342	(148 712 440)	(148 712 098)	108 274	(187 659 915)	(187 551 641)
	152 637 712	(163 911 719)	(11 274 007)	344 161 057	(296 731 536)	47 429 521
	184 307 315	(176 380 908)	7 926 407	413 263 096	(299 871 272)	113 391 824
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos disponíveis para venda	51 465 858	(3 126 142)	48 339 716	55 873 139	(8 111 447)	47 761 692
	51 465 858	(3 126 142)	48 339 716	55 873 139	(8 111 447)	47 761 692
Investimentos não afetos						
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	-	-	-	-	(32)	(32)
Ativos disponíveis para venda	7 804 113	(1 496 133)	6 307 980	4 856 544	(135 232)	4 721 312
	7 804 113	(1 496 133)	6 307 980	4 856 544	(135 264)	4 721 280
	243 577 286	(181 003 183)	62 574 103	473 992 779	(308 117 983)	165 874 796

34. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2016 e 2015, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(26 311 206)	(26 311 206)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 182 238	(525 056)	657 182	-	(17 931)	(17 931)
	1 182 238	(26 836 262)	(25 654 024)	-	(17 931)	(17 931)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	83 278	(74 903 075)	(74 819 797)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38 470 125	(3 031 295)	35 438 830	6 460 844	(4 720 254)	1 740 590
	38 553 403	(77 934 370)	(39 380 967)	6 460 844	(4 720 254)	1 740 590
	39 735 641	(104 770 632)	(65 034 991)	6 460 844	(4 738 185)	1 722 659
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(13 384 794)	(13 384 794)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3 068 718	(6 958 200)	(3 889 482)	9 513 605	(77 343)	9 436 262
	3 068 718	(20 342 994)	(17 274 276)	9 513 605	(77 343)	9 436 262
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1 890 958	(13 232 440)	(11 341 482)	-	-	-
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	12 292	(19 359)	(7 067)	147 350	(834)	146 516
	1 903 250	(13 251 799)	(11 348 549)	147 350	(834)	146 516
	44 707 609	(138 365 425)	(93 657 816)	16 121 799	(4 816 362)	11 305 437

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	106 677 897	(98 715 172)	7 962 725	6 222 644	(11 933 610)	(5 710 966)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 134 621	(1 915 217)	(780 596)	-	(396 363)	(396 363)
Outros	4 594 621	(5 731 918)	(1 137 297)	4 579 866	(5 346 993)	(767 127)
	112 407 139	(106 362 307)	6 044 832	10 802 510	(17 676 966)	(6 874 456)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	271 117 079	(233 451 677)	37 665 402	6 685 390	(37 082 616)	(30 397 226)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	9 216 071	(37 080 944)	(27 864 873)	21 824 451	(17 729 182)	4 095 269
Outros	359 388 838	(357 958 994)	1 429 844	240 836 417	(237 708 266)	3 128 151
	639 721 988	(628 491 615)	11 230 373	269 346 258	(292 520 064)	(23 173 806)
	752 129 127	(734 853 922)	17 275 205	280 148 767	(310 197 029)	(30 048 262)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	69 445 695	(73 444 296)	(3 998 601)	2 911 694	(4 115 742)	(1 204 048)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3 069 945	(6 422 841)	(3 352 896)	3 182 191	(1 361 189)	1 821 002
Outros	130 390 595	(135 334 837)	(4 944 242)	69 340 003	(68 266 228)	1 073 775
	202 906 235	(215 201 974)	(12 295 739)	75 433 888	(73 743 159)	1 690 729
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	167 801 517	(152 533 264)	15 268 253	1 589	(4 354)	(2 765)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	43 441	(25 591)	17 850	195 679	(108 191)	87 488
	167 844 958	(152 558 855)	15 286 103	197 268	(112 545)	84 723
	1 122 880 320	(1 102 614 751)	20 265 569	355 779 924	(384 052 734)	(28 272 810)

(valores em euros)

Total	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	106 677 897	(125 026 378)	(18 348 481)	6 222 644	(11 933 610)	(5 710 966)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	2 316 859	(2 440 273)	(123 414)	-	(414 294)	(414 294)
Outros	4 594 621	(5 731 918)	(1 137 297)	4 579 866	(5 346 993)	(767 127)
	113 589 377	(133 198 569)	(19 609 192)	10 802 510	(17 694 897)	(6 892 387)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	271 200 357	(308 354 752)	(37 154 395)	6 685 390	(37 082 616)	(30 397 226)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	47 686 196	(40 112 239)	7 573 957	28 285 295	(22 449 436)	5 835 859
Outros	359 388 838	(357 958 994)	1 429 844	240 836 417	(237 708 266)	3 128 151
	678 275 391	(706 425 985)	(28 150 594)	275 807 102	(297 240 318)	(21 433 216)
	791 864 768	(839 624 554)	(47 759 786)	286 609 611	(314 935 214)	(28 325 603)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	69 445 695	(86 829 090)	(17 383 395)	2 911 694	(4 115 742)	(1 204 048)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	6 138 663	(13 381 041)	(7 242 378)	12 695 796	(1 438 532)	11 257 265
Outros	130 390 595	(135 334 837)	(4 944 242)	69 340 003	(68 266 228)	1 073 774
	205 974 953	(235 544 968)	(29 570 015)	84 947 493	(73 820 502)	11 126 991
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	169 692 475	(165 765 704)	3 926 771	1 589	(4 354)	(2 765)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	55 733	(44 950)	10 783	343 029	(109 025)	234 004
	169 748 208	(165 810 654)	3 937 554	344 618	(113 379)	231 239
	1 167 587 929	(1 240 980 176)	(73 392 247)	371 901 723	(388 869 096)	(16 967 373)

35. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 735 182)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 446 002	(255 290)
Ativos disponíveis para venda	14 290 983	6 112 499
Empréstimos e contas a receber	1 530 103	2 262 421
Depósitos à ordem	(1 256 939)	1 244 251
Outros	(44 556)	629
	14 230 411	9 364 510
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(3 968 620)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	716 302	12 784 221
Ativos disponíveis para venda	19 590 088	19 367 695
Empréstimos e contas a receber	795 172	955 274
Depósitos à ordem	(432 336)	3 048 332
Outros	(3 580 467)	107
	13 120 139	36 155 629
	27 350 550	45 520 139
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1 096 369)	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	5 311 591	2 738 194
Ativos disponíveis para venda	539 464	4 198 551
Empréstimos e contas a receber	674 892	1 580 987
Depósitos à ordem	4 562 981	(392 643)
Outros	(1 315 738)	202
	8 676 821	8 125 291
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	891 127	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(1 332)	146 797
Ativos disponíveis para venda	804	890
Empréstimos e contas a receber	(731 131)	-
Depósitos à ordem	3 219 646	(7 967 977)
Outros	2	41
	3 379 116	(7 820 249)
	39 406 487	45 825 181

36. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	3 496	-	3 496
Terrenos e edifícios de rendimento	55 493	(62 642)	(7 149)	1 474 910	-	1 474 910
	55 493	(62 642)	(7 149)	1 478 406	-	1 478 406

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 9)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 9)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	21 220 121	(8 796 229)	12 423 892	34 224 307	(15 757 828)	18 466 479
	21 220 121	(8 796 229)	12 423 892	34 224 307	(15 757 828)	18 466 479
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	2 201 098	(2 965 838)	(764 740)	2 337 721	(2 725 134)	(387 413)
	2 201 098	(2 965 838)	(764 740)	2 337 721	(2 725 134)	(387 413)
	23 421 219	(11 762 067)	11 659 152	36 562 028	(18 482 962)	18 079 066

(valores em euros)

Total	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	3 496	-	3 496
Terrenos e edifícios de rendimento	21 275 614	(8 858 871)	12 416 743	35 699 217	(15 757 828)	19 941 389
	21 275 614	(8 858 871)	12 416 743	35 702 713	(15 757 828)	19 944 885
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	2 201 098	(2 965 838)	(764 740)	2 337 721	(2 725 134)	(387 413)
	2 201 098	(2 965 838)	(764 740)	2 337 721	(2 725 134)	(387 413)
	23 476 712	(11 824 709)	11 652 003	38 040 434	(18 482 962)	19 557 472

37. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2016				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade de investimentos em subsidiárias (Nota 4)	23 816 647	917 455	(1 063 150)	-	23 670 952
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	2 526 943	-	-	-	2 526 943
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7)					
Instrumentos de dívida	118 739 319	43 429 562	(8 103 178)	-	154 065 703
Instrumentos de capital	141 807 191	140 049 097	-	(6 923 550)	274 932 738
Outros Instrumentos	66 317 254	3 969 378	-	(20 207 599)	50 079 033
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 8)	1 329 886	141 117	(340 768)	-	1 130 235
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	8 418 939	2 676 292	(362 253)	(2 093 398)	8 639 580
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	9 426 553	722 052	-	-	10 148 605
Ajustamentos IFAP (Nota 14)	424 635	59 498	-	-	484 133
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	34 095 436	-	(3 823 461)	-	30 271 975
	406 902 803	191 964 451	(13 692 810)	(29 224 547)	555 949 897

(valores em euros)

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade de investimentos em subsidiárias (Nota 4)	11 970 061	12 269 379	(422 793)	-	23 816 647
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	1 753 541	773 402	-	-	2 526 943
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7)					
Instrumentos de dívida	47 930 890	70 808 429	-	-	118 739 319
Instrumentos de capital	54 836 667	141 202 804	-	(54 232 280)	141 807 191
Outros Instrumentos	74 987 041	4 082 353	-	(12 752 140)	66 317 254
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 8)	1 826 426	-	(496 540)	-	1 329 886
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	9 183 321	2 573 328	(1 381 382)	(1 956 328)	8 418 939
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	9 055 886	-	987 623	(616 956)	9 426 553
Ajustamentos IFAP (Nota 14)	650 826	-	(226 191)	-	424 635
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	68 716 153	(34 620 418)	-	(299)	34 095 436
	280 910 812	197 089 277	(1 539 283)	(69 558 003)	406 902 803

No exercício de 2016 e 2015, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui utilizações de "Outras provisões" (Nota 22), nos montantes de 5 374 533 Euros e 6 453 883 Euros, respetivamente.

38. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de cosseguro	12 610	(21 730)	(9 120)	15 513	(19 710)	(4 197)
Comissões de gestão de fundos de pensões	516 728	-	516 728	534 654	-	534 654
Outros	18 141	(4 900)	13 241	13 183	(10 954)	2 229
	547 479	(26 630)	520 849	563 350	(30 664)	532 686
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de cosseguro	718 734	(195 586)	523 148	837 706	(406 759)	430 947
Outros	467 169	(10 555)	456 614	1 276 426	(424 194)	852 232
	1 185 903	(206 141)	979 762	2 114 132	(830 953)	1 283 179
	1 733 382	(232 771)	1 500 611	2 677 482	(861 617)	1 815 865

39. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016	2015
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	154 538	4 511 201
Outros	65 644	98 733
	220 182	4 609 934
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	276 817	385 608
Diferenças de câmbio favoráveis	6 610 752	10 413 103
Descontos de pronto pagamento	618	3 227
Outros	887 475	129 645
	7 775 662	10 931 583
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	50	6 391
	50	6 391

(continuação)

(valores em euros)

	2016	2015
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	13 388	12 657
	13 388	12 657
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	16 957	182 930
Prestação de serviços	545 646	250 621
	562 603	433 551
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(20 199)	(5 051)
Mecenato	(549 529)	(430 978)
Ofertas a clientes	(6 994)	(5 641)
Multas e penalidades	(41 231)	(26 535)
Quotizações diversas	(86 117)	(73 909)
Insuficiência estimativa impostos	(955 667)	(1 301 256)
Correções a exercícios anteriores	(661 379)	(27 007)
Dívidas incobráveis	(4 118 765)	(1 655 232)
Regularização de saldos	(454 208)	62 531
Outros	(59 189)	(277 619)
	(6 953 278)	(3 740 697)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(17 082)	76 787
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5 848 795)	(8 602 589)
Serviços bancários	(269 601)	(199 523)
Outros	(1 773 376)	(53 560)
	(7 908 854)	(8 778 885)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	-	(9 361)
Perdas em outros ativos tangíveis	(60 792)	(64 189)
	(60 792)	(73 550)
	(6 351 039)	3 400 984

40. Relato por Segmentos

A Companhia apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias Transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, a Companhia elegeu os seguintes:

- Portugal
- Resto da União Europeia
- Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

2016

(valores em euros)

	Segmento seguradoras			Total
	Vida	Não vida	Não afetos	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	319 013 646	722 834 546	-	1 041 848 192
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 551 811	-	-	2 551 811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(256 980 590)	(512 309 066)	-	(769 289 656)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2 122 570	10 986 585	-	13 109 155
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12 688 735)	(29 786)	-	(12 718 521)
Custos e gastos de exploração líquidos	(87 023 948)	(220 071 696)	-	(307 095 644)
Rendimentos	260 196 805	55 875 209	4 046 659	320 118 673
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15 878 212)	35 690 424	4 906 740	24 718 952
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(143 182 995)	(38 934 252)	9 220 140	(172 897 107)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	590 634	962 935	(6 403 997)	(4 850 428)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(13 140 691)	(28 060 004)	6 125 771	(35 074 924)
	55 580 295	26 944 895	17 895 313	100 420 503
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	437 388 309	15 744 250	175 031 158	628 163 717
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 590 118 809	208 571 079	35 974 132	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	6 481 688	1 288 680	18 097 852	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	586 662 909	79 198 521	316 190	666 177 620
Derivados de cobertura	2 606 399	2 064 457	-	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	7 708 287 110	1 353 865 957	15 011 617	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	647 413 777	197 729 289	100 312 609	945 455 675
Terrenos e edifícios	-	354 260 496	30 467 180	384 727 676
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5 509 082	19 300 380	263 349	25 072 811
Provisões técnicas de resseguro cedido	21 057 394	219 527 144	-	240 584 538
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	8 531 339	8 531 339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	165 454 722	131 623 786	39 931 640	337 010 148
Ativos por impostos	183 909 583	183 023 126	111 132 699	478 065 408
Acréscimos e diferimentos	14 526 019	2 306 259	4 249 159	21 081 437
	11 369 415 801	2 768 503 424	539 318 924	14 677 238 149
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1 567 237	247 347 138	-	248 914 375
Provisão matemática do ramo vida	1 646 693 482	-	-	1 646 693 482
Provisão para sinistros	120 970 140	1 541 250 396	-	1 662 220 536
Provisão para participação nos resultados	68 711 511	314	-	68 711 825
Provisão para compromissos de taxa	7 025 239	-	-	7 025 239
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	-	21 750 883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24 001 691	-	24 001 691
Provisão para riscos em curso	-	46 210 749	-	46 210 749
Passivos financeiros	8 316 314 310	112 719 917	20 480 915	8 449 515 142
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	72 273	72 273
Outros credores por operações de seguros e outras operações	45 344 341	75 557 815	93 849 635	214 751 791
Passivos por impostos	59 853 347	107 436 994	68 477 378	235 767 719
Acréscimos e diferimentos	32 876 354	45 489 767	3 114 692	81 480 813
Outras Provisões	-	48 536 302	81 618 393	130 154 695
	10 321 106 844	2 248 551 083	267 613 286	12 837 271 213
Total segmentos				1 739 546 433
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados				1 739 546 433

	Vida			Total
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	177 456 172	141 557 474	-	319 013 646
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2 551 811	2 551 811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(83 062 265)	(173 918 325)	-	(256 980 590)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3 521 275	(1 398 705)	-	2 122 570
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(4 458 075)	(8 230 660)	-	(12 688 735)
Custos e gastos de exploração líquidos	(29 594 458)	(9 549 766)	(47 879 724)	(87 023 948)
Rendimentos	8 121 115	43 266 489	208 809 201	260 196 805
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	5 351 539	7 317 343	(28 547 094)	(15 878 212)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1 085 100)	(1 064 528)	(141 033 367)	(143 182 995)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	504 038	72 028	14 568	590 634
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10 384 335)	(676 530)	(2 079 826)	(13 140 691)
	66 369 906	(2 625 180)	(8 164 431)	55 580 295
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	39 938 418	162 551 538	234 898 353	437 388 309
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	94 995 235	-	1 495 123 574	1 590 118 809
Ativos financeiros detidos para negociação	333 966	1 928 725	4 218 997	6 481 688
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2 093 808	37 791 668	546 777 433	586 662 909
Derivados de cobertura	1 233	-	2 605 166	2 606 399
Ativos disponíveis para venda	272 543 245	1 421 213 698	6 014 530 167	7 708 287 110
Empréstimos e contas a receber	10 736 328	65 989 215	570 688 234	647 413 777
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 392 203	777 672	2 339 207	5 509 082
Provisões técnicas de resseguro cedido	21 057 394	-	-	21 057 394
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32 316 355	5 289 562	127 848 805	165 454 722
Ativos por impostos	31 366 730	2 129 937	150 412 916	183 909 583
Acréscimos e diferimentos	278 346	765 892	13 481 781	14 526 019
	508 053 261	1 698 437 907	9 162 924 633	11 369 415 801
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1 549 119	18 118	-	1 567 237
Provisão matemática do ramo vida	208 887 693	1 437 805 789	-	1 646 693 482
Provisão para sinistros	101 262 397	19 707 743	-	120 970 140
Provisão para participação nos resultados	32 164 348	36 547 163	-	68 711 511
Provisão para compromissos de taxa	-	7 025 239	-	7 025 239
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	-	21 750 883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	4 584 477	1 863 273	8 309 866 560	8 316 314 310
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	5 816 763	16 669 315	22 858 263	45 344 341
Passivos por impostos	3 565 986	2 952 867	53 334 494	59 853 347
Acréscimos e diferimentos	4 578 518	3 177 206	25 120 630	32 876 354
Outras Provisões	-	-	-	-
	384 160 184	1 525 766 713	8 411 179 947	10 321 106 844

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	145 803 035	1 975 019	156 865 338	371 567 677	7 653 297	23 850 338	15 119 842	722 834 546
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(155 203 770)	(1 176 535)	(74 797 432)	(266 493 703)	(1 918 664)	(10 358 148)	(2 360 814)	(512 309 066)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8 834 437	3 669 909	(1 158 639)	(1 178 045)	38 869	624 791	155 263	10 986 585
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12 375)	(7 284)	(12 792)	(1 623)	-	7 656	(3 368)	(29 786)
Custos e gastos de exploração líquidos	(33 078 811)	2 361 098	(63 435 874)	(107 591 861)	(2 383 531)	(10 852 665)	(5 090 052)	(220 071 696)
Rendimentos	20 699 521	2 625 497	8 681 531	19 071 822	544 990	3 631 612	620 236	55 875 209
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(136 671)	1 990 418	9 586 450	20 165 461	612 061	4 023 491	(550 786)	35 690 424
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(11 933 623)	(2 320 491)	(6 107 487)	(15 280 138)	(344 411)	(2 677 756)	(270 346)	(38 934 252)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	243 104	158 891	633 352	(49 535)	(585)	2 752	(25 044)	962 935
Imposto sobre o rendimento do exercício	(761 574)	(2 574 146)	(9 314 093)	(11 021 429)	(664 897)	(1 895 541)	(1 828 324)	(28 060 004)
	(25 546 727)	6 702 376	20 940 354	9 188 626	3 537 129	6 356 530	5 766 607	26 944 895
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 807 473	536 914	3 831 483	5 892 837	81 386	994 582	599 575	15 744 250
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	96 321 852	8 039 931	22 604 707	68 889 328	1 081 673	9 772 064	1 861 524	208 571 079
Ativos financeiros detidos para negociação	802 035	32 287	113 882	284 400	4 477	43 941	7 658	1 288 680
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	48 101 219	2 213 326	6 349 164	19 007 009	298 503	2 715 844	513 456	79 198 521
Derivados de cobertura	-	147 868	415 740	1 266 993	19 894	179 725	34 237	2 064 457
Ativos disponíveis para venda	669 017 720	46 550 370	152 823 396	405 046 980	6 363 514	60 380 149	13 683 828	1 353 865 957
Empréstimos e contas a receber	47 070 787	9 926 863	34 330 762	85 267 592	1 390 180	12 238 236	7 504 869	197 729 289
Terrenos e edifícios	87 583 315	18 881 238	52 119 874	166 532 089	2 685 350	23 699 208	2 759 422	354 260 496
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 316 232	1 242 902	4 612 455	8 702 412	100 915	1 152 662	1 172 802	19 300 380
Provisões técnicas de resseguro cedido	771 130	70 287 205	86 819 655	23 703 252	4 159 745	18 166 208	15 619 949	219 527 144
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	26 566 043	15 055 984	48 894 839	25 809 747	6 025 041	6 266 722	3 005 410	131 623 786
Ativos por impostos	49 767 395	11 304 145	37 692 621	65 423 520	2 417 221	10 174 337	6 243 887	183 023 126
Acréscimos e diferimentos	302 711	221 961	563 347	982 108	14 176	102 735	119 221	2 306 259
	1 032 427 912	184 440 994	451 171 925	876 808 267	24 642 075	145 886 413	53 125 838	2 768 503 424
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	10 514 558	20 394 166	78 515 480	121 305 371	1 426 785	7 903 663	7 287 115	247 347 138
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	792 128 013	47 302 965	130 239 070	438 532 197	9 525 078	101 770 550	21 752 523	1 541 250 396
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	314	314
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	23 940 009	-	-	61 682	-	24 001 691
Provisão para riscos em curso	16 279 028	-	2 804 697	26 603 814	416	411 465	111 329	46 210 749
Passivos financeiros	1 451 213	69 592 511	20 092 179	4 235 335	954 050	1 395 799	14 998 830	112 719 917
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8 394 725	14 773 729	26 831 909	15 145 008	2 726 864	5 688 560	1 997 020	75 557 815
Passivos por impostos	54 858 428	4 499 593	13 553 518	29 769 739	475 967	3 416 618	863 131	107 436 994
Acréscimos e diferimentos	7 342 243	3 755 892	11 238 963	19 095 662	452 759	1 919 716	1 684 532	45 489 767
Outras Provisões	48 536 302	-	-	-	-	-	-	48 536 302
	939 504 510	160 318 856	307 215 825	654 687 126	15 561 919	122 568 053	48 694 794	2 248 551 083

	Segmento seguradoras			Total
	Vida	Não vida	Não afetos	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	281 114 730	685 507 014	-	966 621 744
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 306 164	-	-	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(281 266 352)	(496 971 611)	-	(778 237 963)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	1 058 216	(3 555 537)	-	(2 497 321)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	5 841 875	19 374	-	5 861 249
Custos e gastos de exploração líquidos	(93 305 500)	(223 157 194)	-	(316 462 694)
Rendimentos	321 665 920	60 862 739	9 654 137	392 182 796
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	124 078 380	87 184 815	(12 920 403)	198 342 792
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(177 089 162)	(44 468 473)	32 461 523	(189 096 112)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	458 319	1 483 671	3 274 859	5 216 849
Imposto sobre o rendimento do exercício	(37 594 504)	(37 829 683)	(951 100)	(76 375 287)
	147 268 086	29 075 115	31 519 016	207 862 217
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 317 923 251	106 971 028	405 982 010	1 830 876 289
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 005 714 678	191 191 712	46 356 194	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	822 588 087	64 795 338	675 984	888 059 409
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	7 194 021 019	1 271 341 664	66 017 128	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	586 647 360	32 968 156	47 613 886	667 229 402
Terrenos e edifícios	-	345 673 762	31 093 495	376 767 257
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6 053 731	20 366 877	275 734	26 696 342
Provisões técnicas de resseguro cedido	22 800 329	194 250 826	-	217 051 155
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	13 679 537	13 679 537
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33 863 834	93 289 561	23 500 428	150 653 823
Ativos por impostos	140 821 700	74 213 864	40 262 666	255 298 230
Acréscimos e diferimentos	13 178 755	2 033 441	5 169 027	20 381 223
	11 145 856 603	2 397 096 229	680 626 089	14 223 578 921
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1 796 858	235 029 912	-	236 826 770
Provisão matemática do ramo vida	1 632 603 560	-	-	1 632 603 560
Provisão para sinistros	124 609 449	1 548 693 485	-	1 673 302 934
Provisão para participação nos resultados	68 763 676	1 763	-	68 765 439
Provisão para compromissos de taxa	5 626 534	-	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	22 425 562	-	22 425 562
Provisão para riscos em curso	-	58 773 463	-	58 773 463
Passivos financeiros	8 100 730 635	102 850 375	110 076	8 203 691 086
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	90 121	90 121
Outros credores por operações de seguros e outras operações	33 082 605	75 707 065	10 592 341	119 382 011
Passivos por impostos	99 975 509	66 193 032	8 966 940	175 135 481
Acréscimos e diferimentos	31 486 077	42 207 925	2 748 137	76 442 139
Outras Provisões	-	47 036 302	107 507 566	154 543 868
	10 123 947 061	2 198 918 884	130 015 181	12 452 881 126
Total segmentos				1 562 835 578
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados				1 562 835 578

	Vida			Total
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	181 952 275	99 162 455	-	281 114 730
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2 306 164	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(92 887 925)	(188 378 427)	-	(281 266 352)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(770 000)	1 828 216	-	1 058 216
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(8 866 579)	14 708 454	-	5 841 875
Custos e gastos de exploração líquidos	(29 202 042)	(9 613 709)	(54 489 749)	(93 305 500)
Rendimentos	9 828 340	48 740 522	263 097 058	321 665 920
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38 851 404	27 701 977	57 524 999	124 078 380
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(3 753 009)	(4 832 066)	(168 504 087)	(177 089 162)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	532 328	(73 739)	(270)	458 319
Imposto sobre o rendimento do exercício	(17 331 697)	(144 456)	(20 118 351)	(37 594 504)
	78 353 095	(10 900 773)	79 815 764	147 268 086
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	33 038 534	120 261 980	1 164 622 737	1 317 923 251
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	34 731 423	-	970 983 255	1 005 714 678
Ativos financeiros detidos para negociação	642 969	-	314 951	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	23 342 557	10 246 641	788 998 889	822 588 087
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	246 997 359	1 267 848 329	5 679 175 331	7 194 021 019
Empréstimos e contas a receber	67 651 045	271 165 577	247 830 738	586 647 360
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 498 992	944 051	2 610 688	6 053 731
Provisões técnicas de resseguro cedido	22 800 329	-	-	22 800 329
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5 803 393	2 685 615	25 374 826	33 863 834
Ativos por impostos	15 058 346	955 821	124 807 533	140 821 700
Acréscimos e diferimentos	249 623	310 808	12 618 324	13 178 755
	452 814 570	1 674 418 822	9 018 623 211	11 145 856 603
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1 784 898	11 960	-	1 796 858
Provisão matemática do ramo vida	210 563 925	1 422 039 635	-	1 632 603 560
Provisão para sinistros	104 451 604	20 157 845	-	124 609 449
Provisão para participação nos resultados	30 884 520	37 879 156	-	68 763 676
Provisão para compromissos de taxa	-	5 626 534	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	5 050 621	2 672 231	8 093 007 783	8 100 730 635
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8 962 654	7 590 295	16 529 656	33 082 605
Passivos por impostos	11 218 864	2 271 061	86 485 584	99 975 509
Acréscimos e diferimentos	4 322 097	2 743 109	24 420 871	31 486 077
Outras Provisões	-	-	-	-
	402 511 341	1 500 991 826	8 220 443 894	10 123 947 061

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	127 279 029	1 840 659	156 529 775	351 498 007	6 655 819	22 789 412	18 914 313	685 507 014
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(149 754 856)	(3 542 567)	(77 652 255)	(241 467 555)	(3 410 916)	(5 691 635)	(15 451 827)	(496 971 611)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1 836 240)	(241 523)	220 017	(1 096 035)	(34 500)	(461 446)	(105 810)	(3 555 537)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(8 177)	(3 729)	(10 742)	(2 470)	-	(8 094)	52 586	19 374
Custos e gastos de exploração líquidos	(31 502 623)	(4 749 946)	(63 888 731)	(101 855 278)	(2 459 923)	(9 812 360)	(8 888 333)	(223 157 194)
Rendimentos	24 237 454	2 360 243	7 518 581	20 572 064	1 396 580	3 988 840	788 977	60 862 739
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	33 842 249	2 623 094	11 168 127	30 425 072	2 177 853	5 916 534	1 031 886	87 184 815
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(17 156 165)	(1 503 207)	(5 691 875)	(15 264 252)	(1 082 952)	(3 001 945)	(768 077)	(44 468 473)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	274 528	446 388	104 368	537 512	11 750	99 270	9 855	1 483 671
Imposto sobre o rendimento do exercício	(2 769 601)	(1 485 774)	(11 436 745)	(17 841 133)	(872 191)	(3 044 217)	(380 022)	(37 829 683)
	(17 394 402)	(4 256 362)	16 860 520	25 505 932	2 381 520	10 774 359	(4 796 452)	29 075 115
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	55 090 645	3 576 044	10 714 715	30 533 995	598 474	4 706 907	1 750 248	106 971 028
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	78 942 486	8 313 074	21 140 392	68 880 838	1 371 024	10 156 932	2 386 966	191 191 712
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	31 007 686	2 475 583	6 458 379	20 618 506	412 372	3 109 191	713 621	64 795 338
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	608 771 231	47 344 037	132 198 331	396 958 172	7 998 019	62 030 304	16 041 570	1 271 341 664
Empréstimos e contas a receber	11 935 693	610 958	9 126 170	5 280 093	203 361	1 497 276	4 314 605	32 968 156
Terrenos e edifícios	86 539 106	18 883 350	46 053 527	162 368 630	3 269 011	24 240 464	4 319 674	345 673 762
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2 595 505	1 394 323	5 212 550	8 827 496	149 343	1 097 978	1 089 682	20 366 877
Provisões técnicas de resseguro cedido	399 817	71 025 743	62 654 182	20 463 667	6 185 017	23 482 436	10 039 964	194 250 826
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18 066 313	7 311 021	37 042 356	19 617 607	1 750 133	5 668 165	3 833 966	93 289 561
Ativos por impostos	16 299 744	3 440 497	14 876 578	32 237 871	1 015 595	5 324 962	1 018 617	74 213 864
Acréscimos e diferimentos	274 450	186 109	530 709	844 870	16 394	80 371	100 538	2 033 441
	909 922 676	164 560 739	346 007 889	766 631 745	22 968 743	141 394 986	45 609 451	2 397 096 229
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	9 968 818	19 494 707	74 636 893	115 759 728	1 667 479	7 454 157	6 048 130	235 029 912
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	782 022 044	49 050 841	112 064 460	462 712 425	12 315 164	108 073 081	22 455 470	1 548 693 485
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	1 763	1 763
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	22 363 880	-	-	61 682	-	22 425 562
Provisão para riscos em curso	25 113 465	3 669 909	3 222 186	25 425 770	39 286	1 036 256	266 591	58 773 463
Passivos financeiros	1 946 637	70 524 190	16 356 595	3 246 120	1 270 831	1 050 509	8 455 493	102 850 375
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	9 429 856	13 840 674	21 736 048	13 728 535	1 269 987	5 383 157	10 318 808	75 707 065
Passivos por impostos	21 309 779	3 326 782	12 242 523	25 059 107	637 132	2 862 574	755 135	66 193 032
Acréscimos e diferimentos	6 739 164	3 287 324	10 995 037	17 614 274	574 481	1 518 245	1 479 400	42 207 925
Outras Provisões	47 036 302	-	-	-	-	-	-	47 036 302
	903 566 065	163 194 427	273 617 622	663 545 959	17 774 360	127 439 661	49 780 790	2 198 918 884

Mercados geográficos

2016

(valores em euros)

	Segmento geográfico			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	975 046 402	55 810 454	10 991 336	1 041 848 192
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 508 587	43 224	-	2 551 811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(729 217 975)	(36 601 325)	(3 470 356)	(769 289 656)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	12 123 301	(598 878)	1 584 732	13 109 155
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	11 559 074	(14 781 367)	(9 496 228)	(12 718 521)
Custos e gastos de exploração líquidos	(286 952 254)	(17 523 987)	(2 619 403)	(307 095 644)
Rendimentos	308 525 917	10 750 600	842 156	320 118 673
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	25 357 036	(1 366 913)	728 829	24 718 952
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(173 692 660)	869 640	(74 087)	(172 897 107)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	(5 482 886)	529 329	103 129	(4 850 428)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(34 759 793)	(303 994)	(11 137)	(35 074 924)
	105 014 749	(3 173 217)	(1 421 029)	100 420 503
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	535 723 585	89 870 704	2 569 428	628 163 717
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 834 664 020	-	-	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	25 813 330	54 890	-	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	659 941 212	6 236 408	-	666 177 620
Derivados de cobertura	4 670 856	-	-	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	8 704 742 877	371 952 260	469 547	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	872 520 985	37 696 210	35 238 480	945 455 675
Terrenos e edifícios	384 727 676	-	-	384 727 676
Outros ativos tangíveis e intangíveis	22 964 231	997 693	1 110 887	25 072 811
Provisões técnicas de resseguro cedido	192 318 297	47 937 087	329 154	240 584 538
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8 531 339	-	-	8 531 339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	298 622 645	16 349 406	561 495	315 533 546
Ativos por impostos	475 643 034	2 671 515	9 537	478 324 086
Acréscimos e diferimentos	20 705 460	326 390	49 587	21 081 437
	14 041 589 547	574 092 563	40 338 115	14 656 020 225
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	236 388 910	12 152 476	372 989	248 914 375
Provisão matemática do ramo vida	1 285 368 204	328 988 118	32 337 160	1 646 693 482
Provisão para sinistros	1 607 676 218	54 313 413	230 905	1 662 220 536
Provisão para participação nos resultados	64 798 795	3 872 094	40 936	68 711 825
Provisão para compromissos de taxa	6 799 165	226 074	-	7 025 239
Provisão para estabilização de carteira	21 750 883	-	-	21 750 883
Provisão para desvios de sinistralidade	23 967 554	34 137	-	24 001 691
Provisão para riscos em curso	43 906 248	1 392 468	912 033	46 210 749
Passivos financeiros	8 360 137 467	89 377 675	-	8 449 515 142
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	72 273	-	-	72 273
Outros credores por operações de seguros e outras operações	172 687 117	20 096 794	491 278	193 275 189
Passivos por impostos	230 698 623	5 254 829	72 945	236 026 397
Acréscimos e diferimentos	80 160 017	1 200 025	120 771	81 480 813
Outras Provisões	130 080 186	74 509	-	130 154 695
	12 264 491 660	516 982 612	34 579 017	12 816 053 289
Total Segmentos				1 739 546 433
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados				1 739 546 433

	Segmento geográfico			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	893 283 526	61 369 308	11 968 910	966 621 744
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2 262 057	44 107	-	2 306 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(727 205 693)	(42 502 387)	(8 529 883)	(778 237 963)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2 922 822)	611 009	(185 508)	(2 497 321)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	26 061 952	(15 203 985)	(4 996 718)	5 861 249
Custos e gastos de exploração líquidos	(292 611 745)	(22 253 769)	(1 597 180)	(316 462 694)
Rendimentos	377 820 412	13 399 935	962 449	392 182 796
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	188 420 887	7 152 768	2 769 137	198 342 792
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(183 463 418)	(5 476 769)	(155 925)	(189 096 112)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	4 438 252	53 370	725 227	5 216 849
Imposto sobre o rendimento do exercício	(76 905 212)	581 331	(51 406)	(76 375 287)
	209 178 196	(2 225 082)	909 103	207 862 217
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 795 817 797	34 564 887	493 605	1 830 876 289
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1 243 262 584	-	-	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	881 736 504	6 322 905	-	888 059 409
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	8 260 078 134	271 301 677	-	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	520 923 092	120 166 176	26 140 134	667 229 402
Terrenos e edifícios	376 767 257	-	-	376 767 257
Outros ativos tangíveis e intangíveis	25 327 863	1 368 479	-	26 696 342
Provisões técnicas de resseguro cedido	183 715 250	33 328 887	7 018	217 051 155
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	13 679 537	-	-	13 679 537
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	140 202 830	10 211 230	239 763	150 653 823
Ativos por impostos	251 627 045	3 671 112	73	255 298 230
Acréscimos e diferimentos	19 538 852	842 371	-	20 381 223
	13 714 920 604	481 777 724	26 880 593	14 223 578 921
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	227 457 322	9 369 448	-	236 826 770
Provisão matemática do ramo vida	1 295 650 361	314 046 651	22 906 548	1 632 603 560
Provisão para sinistros	1 635 996 454	37 259 771	46 709	1 673 302 934
Provisão para participação nos resultados	63 303 685	5 430 473	31 281	68 765 439
Provisão para compromissos de taxa	5 626 534	-	-	5 626 534
Provisão para estabilização de carteira	25 272 158	-	-	25 272 158
Provisão para desvios de sinistralidade	22 417 559	8 003	-	22 425 562
Provisão para riscos em curso	57 727 665	1 045 798	-	58 773 463
Passivos financeiros	8 150 539 073	53 152 013	-	8 203 691 086
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	90 121	-	-	90 121
Outros credores por operações de seguros e outras operações	102 917 350	14 299 885	2 164 776	119 382 011
Passivos por impostos	170 072 883	5 044 598	18 000	175 135 481
Acréscimos e diferimentos	75 263 572	1 150 254	28 313	76 442 139
Outras Provisões	154 482 559	61 309	-	154 543 868
	11 986 817 296	440 868 203	25 195 627	12 452 881 126
Total segmentos				1 562 835 578
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados				1 562 835 578

As rubricas "Tomadores, mediadores e cosseguradoras", "Ressegurados e resseguradores", "Outros devedores e credores" e "Impostos correntes" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

41. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Companhia, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão.

2016	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Universal Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (2)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	173 393 334	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	29 924 788	10 967 358	-	6 260 184
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	49 920 435	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	23 728 405	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	507 804	73 890 684	141 795
Provisões técnicas de resseguro cedido	16 939 939	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	1 786 052	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	53 197	8 273 448	-	37 321
Contas a receber por outras operações	17 872	-	5 417 201	16 187	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18 497	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	1 311 423	-	50 997
Provisão para sinistros	-	459 906	725 368	-	773 978
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	7 164 396	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	4 610 738	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	545 876	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	3 311	1 263 661	53 731	43 230
Acréscimos e diferimentos	22 150	-	-	16 389 822	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	1 708 413	4 146 371	-	1 262 545
Prémios de resseguro cedido	(39 131 126)	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	(297 596)	-	(73 886)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	601 526	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1 467)	(485 660)	74 526	(261 298)	(309 001)
Custos e gastos de exploração líquidos	3 023 068	176 028	(386 921)	(45 082 657)	(303 719)
Rendimentos	265 662	240 256	14 452	10 069 844	328 212
Gastos financeiros	-	-	(247 163)	(2 492 973)	(46 370)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	35 793	2 376 017	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	290	1 207 872	(55 945)	-

(valores em euros)

(continuação)

(valores em euros)

	Fidelidade Property Europe, S.A. (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (2)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	751 231 363	-	-	-	10 485 000
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	117 156 094	11 615 058	-	-
Empréstimos e contas a receber	9 039 022	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	70 246 856	3 601 708
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	379 764	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	71 943
Contas a receber por outras operações	4 807	-	-	-	33 619
Acréscimos e diferimentos	17 147	-	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	776 446
Provisão para sinistros	-	-	-	-	1 289 197
Passivos financeiros detidos para negociação	130 865	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	69 479 349	119 371
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	4 209 184	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	4 188 777	190 812
Contas a pagar por outras operações	13 186 846	-	-	333 503	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	47 071	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	2 011 885
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(233 725 837)	(2 252 438)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	(856 862)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	949 896	856 862
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	43 629	-	-	174 224 177	1 656 962
Custos e gastos de exploração líquidos	39 673	-	-	36 766 637	(5 414)
Rendimentos	1 343 380	-	-	564 551	-
Gastos financeiros	(1 069 517)	-	-	(873 696)	(2 114)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	(40 525)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	(13 380 717)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	44 692	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	192 000
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(73 396)	48 101

(continuação)

(valores em euros)

	FCM Beteiligungs GmbH (2)	Tom Tailor, GmbH (2)	Luz Saúde, S.A. (2)	Fidelidade - Property International, S.A. (2)	HOLDING GAILLON II (5)	Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (2)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5 329 676	-	476 516 854	522 576 721	-	17 889 052
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	20 675 880	-	-	149 936 082	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	32 802
Contas a receber por outras operações	-	-	4 905	5 410 134	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	29 036
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	17 880 630	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	4 905	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	207 728
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	(35 330)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(90)	-	-	(38 946)
Rendimentos	-	-	-	-	7 731 074	-
Gastos financeiros	-	-	-	17 605	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	(13 452 137)	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	783 324	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(45 636)	(7 282 173)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(202 486)

(continuação)

(valores em euros)

	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, SA) (5)	Peak Reinsurance Company (5)	Longrun Portugal, SGPS, S.A. (1)	Outros	TOTAL
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	173 393 334
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	3 483 024	1 834 664 020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	49 920 435
Ativos disponíveis para venda	302 242 500	-	-	-	-	625 354 019
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30 100	83 609 405
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	148 379	-	-	90 936 882
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	526 304	2 692 120
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	68 299	-	-	8 537 010
Contas a receber por outras operações	-	-	-	151 113	504 663	11 560 501
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	35 644
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	192 065	-	-	2 359 967
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	3 248 449
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	25 175 891
Outros passivos financeiros	-	-	604 002	-	-	70 202 722
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	8 819 922
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	692 814	-	-	5 618 279
Contas a pagar por outras operações	-	-	1 913	54 063 821	1 198 194	70 153 115
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	9 453	16 468 496
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	254 596	-	-	9 591 538
Prémios de resseguro cedido	-	-	(6 525 292)	-	-	(281 634 693)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	(192 065)	-	-	(1 455 739)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	2 408 284
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	2 102 117	-	(648 870)	176 395 115
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	1 132 840	-	(1 170 641)	(5 850 142)
Rendimentos	21 168 883	-	-	-	260 828	41 987 142
Gastos financeiros	-	-	-	-	(42 420)	(4 756 648)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(10 197)	11 090 496	-	-	-	26 273 370
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	(26 538 734)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	3 239 826
Perdas de imparidade (liquidadas reversão)	-	-	-	-	(670)	(7 136 479)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	149	3 881	928 466

	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Universal Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (2)	Fidelidade Property Europe, S.A. (2)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 584 896 634	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	29 924 788	10 967 358	-	6 260 184	324 906 732
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	62 366 492	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	487 078 867	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	730 541	73 941 363	74 564	8 984 116
Provisões técnicas de resseguro cedido	16 338 413	-	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	2 598 733	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	5 944 285	-	533 630	-
Contas a receber por outras operações	12 795	9 242	2 483 483	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	20 533	-	19 439
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	1 182 072	-	-	-
Provisão para sinistros	-	525 926	1 301 379	-	859 107	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	7 625 988	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	5 067 344	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	407 466	6 873	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	2 097	-	1 488 372	129 118	34 903	1 763
Acréscimos e diferimentos	22 115	-	-	13 445 555	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	1 613 795	4 051 875	-	1 514 125	-
Prémios de resseguro cedido	(37 754 377)	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	1 932 436	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	1 208 158	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9 952	(380 390)	(1 880 499)	(371 973)	(604 238)	22 797
Custos e gastos de exploração líquidos	2 873 907	72 313	(649 590)	(44 586 339)	(364 605)	(131 412)
Rendimentos	265 379	469 913	90 554	22 194 514	355 876	185 516
Gastos financeiros	-	371	(237 160)	(2 991 094)	-	(856 284)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	(696 602)	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	245 543	1 404 621	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(3 395 812)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	1	1 421 168	(22 485)	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (2)	FCM Beteiligungs GmbH (2)	Tom Tailor, GmbH (5)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	10 293 000	5 375 313	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	106 887 373	14 815 022	-	-	-	21 051 291
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	70 673 754	527 026	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	282 308	-	-
Contas a receber por outras operações	-	-	37 237	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	-	591 929	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	70 454 022	281 871	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	2 502 250	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	2 967 329	38 463	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	372 736	23 172	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	46 996	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	1 647 310	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	(203 456 683)	(1 912 644)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	454 927	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	155 097 953	103 997	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	28 077 030	(4 119)	-	-
Rendimentos	-	-	563 949	197 278	-	-
Gastos financeiros	-	-	(814 511)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	267 733	(8 718 507)	(21 840 553)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(69 977)	2 537	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Luz Saúde, S.A. (2)	Fidelidade - Property International, S.A. (2)	HOLDING GAILLON II (5)	Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (2)	HOLDING GAILLON II (5)	Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco Ltd (2)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	474 876 398	359 286 067	-	-	-	335
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	142 205 008	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	34 299 681	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	-	357 266	3 144	-	10 217
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	6 785
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(3 846)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	-	-	(7 693)
Rendimentos	-	-	-	-	6 631 484	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	(1 282)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	(16)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	16
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	(4 062)	117	-	(677)

(continuação)

(valores em euros)

	Fidelidade - Assistência e Serviços, S.A. (2)	Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Bona Film Group Ltd (5)	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, SA) (5)	Outros	TOTAL
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	1 584 896 634
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	335	17 889 052	-	-	-	3 483 022	1 243 262 584
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	62 366 492
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	669 756 750	66 079 133	-	1 507 873 444
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	797 737	118 828 002
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	4 618	87 543 811
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-	2 598 733
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	6 760 223
Contas a receber por outras operações	20 849	6 774 066	-	-	-	225 547	9 933 846
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	32 850	79 607
Passivo							
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	1 182 072
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-	3 278 341
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	7 625 988
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	732 222	71 468 115
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-	7 569 594
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	1 681 438	5 101 569
Contas a pagar por outras operações	-	6 569 849	-	-	-	232 087	8 854 097
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	9 703	13 524 369
Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	-	8 827 105
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	(5 015 387)	(248 139 091)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	-	1 932 436
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-	1 663 085
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(7 304)	-	-	-	-	(601 021)	151 385 428
Custos e gastos de exploração líquidos	(14 609)	-	-	-	-	(454 665)	(15 189 782)
Rendimentos	-	-	-	32 085 859	-	925 049	63 965 371
Gastos financeiros	(2 435)	-	-	-	-	(23 034)	(4 925 429)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(16)	-	58 770 367	(155 680)	-	-	71 046 838
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	(696 602)
Diferenças de câmbio	16	-	8 543 466	-	-	-	10 193 662
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-	(773 402)	(34 460 541)
Outros rendimentos/gastos	(73)	204 217	-	-	-	(335)	1 530 431

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2016 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Membros não executivos					
Presidente					
Guangchang Guo	-	-	-	-	-
Vice - Presidente					
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	-	-	-	-	-
Vogais					
Qunbin Wang	-	-	-	-	-
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	-	-	-	-	-
Michael Lee	-	-	-	-	-
José Pedro Cabral dos Santos	-	-	-	-	-
Lan Kang	-	-	-	-	-
Xiaoyong Wu	-	-	-	-	-
Lingjiang Xu	-	-	-	827	-

(valores em euros)

	Remuneração Fixa	Seguro de Capitalização Recebimento Diferido	Remuneração Variável *	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Membros executivos						
Vice - Presidente e Presidente da Comissão Executiva						
Jorge Manuel Baptista Magalhaes Correia	350 000	-	240 000	2 564	1 935	181
Vogais Comissão Executiva						
António Manuel Marques Sousa Noronha	290 000	-	120 400	2 564	1 853	181
José Manuel Alvarez Quintero	290 000	-	120 400	2 564	2 448	181
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	290 000	-	120 400	2 506	2 961	181
Wai Lam William Mak	290 000	-	120 400	2 574	827	181

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subs. Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Presidente					
Pedro Antunes de Almeida	42 000	-	-	-	-
Vogais					
José António da Costa Figueiredo	30 800	-	-	-	-
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	30 800	-	-	-	-

* Relativa ao exercício de 2015

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2016 ascendem a 462 000 Euros, dos quais 380 000 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas, 47 000 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade e 25 000 Euros relativos a outros serviços.

42. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2016		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	628 163 717	628 163 717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1 834 664 020	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	25 868 220	-	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	666 177 620	-	666 177 620
Derivados de cobertura	4 670 856	-	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	9 021 042 515	56 122 169	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	-	945 455 675	945 455 675
Outros devedores	-	152 951 281	152 951 281
	9 717 759 211	3 617 356 862	13 335 116 073
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 404 104 974	1 404 104 974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	512 977 194	7 780 213 141	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	33 170 490	-	33 170 490
Derivados de cobertura	8 737 701	-	8 737 701
Depósitos recebidos de resseguradores	-	114 416 616	114 416 616
Outros credores	-	102 093 850	102 093 850
	554 885 385	9 400 828 581	9 955 713 966

(valores em euros)

	2015		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 830 876 289	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1 243 262 584	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	888 059 409	-	888 059 409
Derivados de cobertura	1 285 939	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	8 477 411 151	53 968 660	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	-	667 229 402	667 229 402
Outros devedores	-	114 106 209	114 106 209
	9 367 714 419	3 909 443 144	13 277 157 563
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 396 993 861	1 396 993 861
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	573 049 422	7 502 593 808	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	18 448 784	-	18 448 784
Derivados de cobertura	4 155 656	-	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores	-	105 443 416	105 443 416
Outros credores	-	103 164 798	103 164 798
	595 653 862	9 108 195 883	9 703 849 745

O montante da rubrica "Provisão matemática do ramo vida" corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	132 563 154	-	132 563 154	92 755 056	-	92 755 056
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(171 984 936)	-	(171 984 936)	(184 533 981)	-	(184 533 981)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5 121 046	-	5 121 046	52 983 084	-	52 983 084
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1 492 381)	-	(1 492 381)	(1 395 064)	-	(1 395 064)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	24 450 921	-	24 450 921	29 743 603	-	29 743 603
de ativos disponíveis para venda	265 751 192	-	265 751 192	328 295 140	-	328 295 140
de empréstimos e contas a receber	8 791 099	-	8 791 099	12 872 745	-	12 872 745
de depósitos à ordem	94 840	-	94 840	268 280	-	268 280
de outros ativos financeiros	1 309 088	-	1 309 088	1 562 525	-	1 562 525
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	211 369 685	(43 369 491)	168 000 194	353 426 469	(284 952 925)	68 473 544
de empréstimos e contas a receber	(83 484)	-	(83 484)	-	-	-
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(148 712 098)	-	(148 712 098)	(187 551 641)	-	(187 551 641)
de outros	-	-	-	(32)	-	(32)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(68 959 500)	-	(68 959 500)	(37 315 005)	-	(37 315 005)
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	218 948	-	218 948	16 912 834	-	16 912 834
de outros	(4 651 695)	-	(4 651 695)	3 434 798	-	3 434 798
Diferenças de câmbio	39 406 487	-	39 406 487	45 825 181	-	45 825 181
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(179 344 859)	-	(179 344 859)	(216 093 586)	-	(216 093 586)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	199 651	-	199 651	496 540	-	496 540
de outros	145 695	-	145 695	(12 619 988)	-	(12 619 988)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(2 334 984)	-	(2 334 984)	(1 196 610)	-	(1 196 610)
	111 857 869	(43 369 491)	68 488 378	297 870 348	(284 952 925)	12 917 423

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016	2015
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	246 650 711	285 719 961
Empréstimos e contas a receber	8 791 099	12 872 745
Depósitos à ordem	94 840	268 280
	255 536 650	298 860 985
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(29 945 814)	(32 296 814)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(148 712 098)	(187 551 641)
Depósitos recebidos de resseguradores	(2 334 984)	(1 196 610)
	(180 992 896)	(221 045 065)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2016			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	628 163 717	628 163 717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1 834 664 020	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	9 140 005	16 728 215	-	-	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	372 148 596	293 958 635	70 389	-	666 177 620
Derivados de cobertura	4 356 758	314 098	-	-	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	6 620 979 199	1 438 520 031	961 543 285	56 122 169	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	945 455 675	945 455 675
Outros devedores	-	-	-	152 951 281	152 951 281
	7 006 624 558	1 749 520 979	961 613 674	3 617 356 862	13 335 116 073
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 404 104 974	1 404 104 974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	512 977 194	-	7 780 213 141	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	9 277 880	23 892 610	-	-	33 170 490
Derivados de cobertura	8 737 701	-	-	-	8 737 701
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	114 416 616	114 416 616
Outros credores	-	-	-	102 093 850	102 093 850
	18 015 581	536 869 804	-	9 400 828 581	9 955 713 966
	6 988 608 977	1 212 651 175	961 613 674	(5 783 471 719)	3 379 402 107

(valores em euros)

	2015				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	1 830 876 289	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1 243 262 584	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	957 920	-	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	411 966 336	468 164 968	7 928 105	-	888 059 409
Derivados de cobertura	1 285 939	-	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	5 014 963 043	1 737 629 286	1 724 818 822	53 968 660	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	667 229 402	667 229 402
Outros devedores	-	-	-	114 106 209	114 106 209
	5 429 173 238	2 205 794 254	1 732 746 927	3 909 443 144	13 277 157 563
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 396 993 861	1 396 993 861
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	573 049 422	-	7 502 593 808	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	10 822 796	7 625 988	-	-	18 448 784
Derivados de cobertura	4 155 656	-	-	-	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	105 443 416	105 443 416
Outros credores	-	-	-	103 164 798	103 164 798
	14 978 452	580 675 410	-	9 108 195 883	9 703 849 745
	5 414 194 786	1 625 118 844	1 732 746 927	(5 198 752 739)	3 573 307 818

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2015 e 2016, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	944 692 201	25 166 801
Aquisições	170 767 929	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	2 549 809	2 968
por contrapartida de capitais próprios	7 105 402	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	8 682 335	-
Transferências		
de nível 2 para nível 3	689 243 417	-
Alienações	(98 222 271)	(17 241 664)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 724 818 822	7 928 105
Aquisições	1 019 692	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(18 757 025)	200 469
por contrapartida de capitais próprios	64 272 276	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3 659 236)	-
Alienações	(806 151 244)	(8 058 185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	961 543 285	70 389

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(valores em euros)

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	628 163 717	628 163 717	-
Ativos disponíveis para venda	56 122 169	56 122 169	-
Empréstimos e contas a receber	945 455 675	945 455 675	-
Outros devedores	152 951 281	152 951 281	-
	1 782 692 842	1 782 692 842	-

(valores em euros)

	2015		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 830 876 289	1 830 876 289	-
Ativos disponíveis para venda	53 968 660	53 968 660	-
Empréstimos e contas a receber	667 229 402	667 229 402	-
Outros devedores	114 106 209	114 106 209	-
	2 666 180 560	2 666 180 560	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:
 - i. Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
 - ii. Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Fidelidade

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações aprovadas pela Comissão Executiva. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento da Companhia, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pela Companhia tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento da Companhia deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité de Investimento e que apresentem uma relação entre rentabilidade e risco adequada para a Companhia;

- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);

- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão, responsável da Direção de Investimento ou da Fidelidade Property de acordo com a delegação de competências, respeitando as seguintes orientações:

- a. As operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples referindo a operação, o seu racional, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação. Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;

- b. Para operações que superem o limite de autonomia do responsável do órgão de estrutura proponente uma proposta de investimento deverá ser feita e submetida à Comissão Executiva.

- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Gestão de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pela Companhia.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é a geração de rendimento para a Companhia tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comitês Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco versus retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos da Companhia pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor na Companhia e na ASF em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte da Companhia, bem como os respetivos universos de investimento são:

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo;
- Rendimento fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo;

- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão;
- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário;
- Investimentos alternativos:
 - Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado;
 - Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas;
 - Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura;
 - Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais;
 - Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categoria fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um look through mensal do fundo;
 - Outros instrumentos equivalentes aprovados pela Comissão Executiva.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno versus risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da ASF.

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira da Companhia, em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

- **Gestão do risco dos ativos** - Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco versus retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.
- **Processo de controlo e gestão do risco** - O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

• **Mecanismos de controlo de perdas nos ativos** - Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento da Companhia em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

• **Reporte e monitorização da atividade de investimento** - Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016			2015		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	625 244 600	-	625 244 600	1 828 211 788	-	1 828 211 788
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	648 943 513	-	648 943 513	867 131 333	-	867 131 333
Ativos disponíveis para venda	7 592 829 341	(154 065 703)	7 438 763 638	6 591 121 425	(118 739 319)	6 472 382 106
Empréstimos e contas a receber	946 585 910	(1 130 235)	945 455 675	668 559 288	(1 329 886)	667 229 402
Outros devedores	179 854 300	(26 903 019)	152 951 281	142 647 913	(28 541 704)	114 106 209
Exposição máxima a risco de crédito	9 993 457 664	(182 098 957)	9 811 358 707	10 097 671 747	(148 610 909)	9 949 060 838

Em 2016 e 2015, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 15 915 Euros e 16 675 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 7).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(valores em euros)

Classe de ativo	2016			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	2 350 713	518 496 012	5 432 620	526 279 345
BBB- até BBB+	275 151 897	80 251 303	-	355 403 200
BB- até BB+	153 112 041	47 434 547	-	200 546 588
B- até B+	390 610 110	22 048 823	36 686 693	449 345 626
Sem rating	3 605 521	-	129 009	3 734 530
	824 830 282	668 230 685	42 248 322	1 535 309 289
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	805 710	-	649 600	1 455 310
	805 710	-	649 600	1 455 310
Total	825 635 992	668 230 685	42 897 922	1 536 764 599

(valores em euros)

Classe de ativo	2015			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	439 816 765	2 787 209	286 790	442 890 764
BBB- até BBB+	-	120 731 993	1 432	120 733 425
BB- até BB+	1 795 650 032	51 793 678	-	1 847 443 710
B- até B+	1 821 489	33 382	24 303 916	26 158 787
Sem rating	1 793 059	4 904 958	2 516 431	9 214 448
	2 239 081 345	180 251 220	27 108 569	2 446 441 134
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	824 915	-	805 105	1 630 020
	824 915	-	805 105	1 630 020
Total	2 239 906 260	180 251 220	27 913 674	2 448 071 154

Na rubrica "Depósitos em instituições de crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 910 064 689 Euros e 618 229 346 Euros, em 2016 e 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	1 680 353	106 914	-	1 787 267
A- até A+	-	1 221 073	304 438	-	1 525 511
BBB- até BBB+	198 468	1 766 637	506 974	-	2 472 079
BB- até BB+	-	106 531	-	83 955 509	84 062 040
Sem rating	-	66 326 470	-	52 155 838	118 482 308
	198 468	71 101 064	918 326	136 111 347	208 329 205
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 022 121	-	-	3 022 121
AA- até AA+	-	4 430 571	-	-	4 430 571
BBB- até BBB+	-	5 194 071	-	-	5 194 071
BB- até BB+	340 390 253	-	-	-	340 390 253
	340 390 253	12 646 763	-	-	353 037 016
Instituições Financeiras					
AAA	-	421 112	-	-	421 112
AA- até AA+	-	401 844	-	122 943	524 787
A- até A+	104 694	2 143 312	150 331	57 457	2 455 794
BBB- até BBB+	572 605	866 375	399 258	-	1 838 238
B- até B+	49 920 216	-	-	-	49 920 216
	50 597 515	3 832 643	549 589	180 400	55 160 147
Outros emitentes					
A- até A+	-	31 032 376	-	-	31 032 376
BBB- até BBB+	19 556	-	-	-	19 556
BB- até BB+	1 365 213	-	-	-	1 365 213
	1 384 769	31 032 376	-	-	32 417 145
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	392 571 005	118 612 846	1 467 915	136 291 747	648 943 513

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	78 760	-	-	78 760
A- até A+	-	26 083 116	17 282 756	11 959 433	55 325 305
BBB- até BBB+	-	49 173 392	9 670 137	60 960 826	119 804 355
BB- até BB+	11 007 422	72 254 210	33 669 233	262 293 225	379 224 090
B- até B+	-	41 994 341	79 985 564	15 903 776	137 883 681
CCC- até CCC+	-	74 678 857	58 814 938	13 286 098	146 779 893
CC- até CC+	-	-	-	4 865 122	4 865 122
D	-	13 980 385	-	8 343 684	22 324 069
Sem rating	147 932 976	95 896 563	17 369 544	490 949 614	752 148 697
	158 940 398	374 139 624	216 792 172	868 561 778	1 618 433 972
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	23 721 984	-	-	23 721 984
AA- até AA+	-	24 335 399	-	-	24 335 399
BBB- até BBB+	-	47 109 386	-	-	47 109 386
BB- até BB+	5 100 331 948	-	-	136 032 610	5 236 364 558
B- até B+	80 059 005	-	-	-	80 059 005
Sem rating	-	-	-	469 547	469 547
	5 180 390 953	95 166 769	-	136 502 157	5 412 059 879
Instituições Financeiras					
AAA	-	4 648 425	-	9 386 706	14 035 131
AA- até AA+	-	22 017 804	-	10 447 169	32 464 973
A- até A+	-	85 458 868	10 830 139	-	96 289 007
BBB- até BBB+	51 988	37 113 821	41 668 978	-	78 834 787
BB- até BB+	15 915	20 738 441	-	52 362 986	73 117 342
B- até B+	15 599 667	27 400 743	-	-	43 000 410
CCC- até CCC+	8 940 208	-	-	-	8 940 208
Sem rating	-	-	30 035 950	7 783 752	37 819 702
	24 607 778	197 378 102	82 535 067	79 980 613	384 501 560
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 368 807	17 368 807
BBB- até BBB+	1 461 690	-	-	-	1 461 690
BB- até BB+	-	-	4 937 730	-	4 937 730
	1 461 690	-	4 937 730	17 368 807	23 768 227
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	5 365 400 819	666 684 495	304 264 969	1 102 413 355	7 438 763 638

(valores em euros)

Classe de ativo	2015				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2 693 958	868 985	-	3 562 943
A- até A+	-	1 499 730	337 539	-	1 837 269
BBB- até BBB+	-	1 335 526	299 999	-	1 635 525
BB- até BB+	-	2 003 138	-	60 416 747	62 419 885
Sem rating	-	15 770 185	-	278 034 438	293 804 623
	-	23 302 537	1 506 523	338 451 185	363 260 245
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2 502 873	-	-	2 502 873
AA- até AA+	-	4 739 835	-	-	4 739 835
BBB- até BBB+	-	6 042 880	-	-	6 042 880
BB- até BB+	375 369 103	-	-	-	375 369 103
	375 369 103	13 285 588	-	-	388 654 691
Instituições Financeiras					
AAA	-	221 375	-	-	221 375
AA- até AA+	-	604 336	175 233	122 057	901 626
A- até A+	-	2 657 612	199 059	57 623	2 914 294
BBB- até BBB+	2 927 391	9 789 720	572 793	-	13 289 904
B- até B+	52 432 843	7 807 269	-	-	60 240 112
	55 360 234	21 080 312	947 085	179 680	77 567 311
Outros emitentes					
A- até A+	-	36 220 115	-	-	36 220 115
BBB- até BBB+	68 259	-	-	-	68 259
BB- até BB+	1 360 017	-	-	-	1 360 017
Sem rating	-	695	-	-	695
	1 428 276	36 220 810	-	-	37 649 086
Total ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas	432 157 613	93 889 247	2 453 608	338 630 865	867 131 333

(valores em euros)

Classe de ativo	2015				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	5 274 332	2 153	-	5 276 485
A- até A+	-	29 777 246	1 337 559	2 928 662	34 043 467
BBB- até BBB+	59 118 922	67 942 035	30 630 403	120 218 644	277 910 004
BB- até BB+	4 833 521	197 579 321	25 992 173	141 492 872	369 897 887
B- até B+	-	72 456 570	35 124 110	85 415 405	192 996 085
Menor que B-	-	23 325 719	8 120 774	23 454 046	54 900 539
Sem rating	148 333 396	89 014 928	-	870 524 939	1 107 873 263
	212 285 839	485 370 151	101 207 172	1 244 034 568	2 042 897 730
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	23 994 043	-	-	23 994 043
AA- até AA+	-	41 353 500	-	-	41 353 500
BBB- até BBB+	-	61 264 952	-	61 634 918	122 899 870
BB- até BB+	3 194 594 405	-	-	43 259 650	3 237 854 055
	3 194 594 405	126 612 495	-	104 894 568	3 426 101 468
Instituições Financeiras					
AAA	-	10 433 834	-	11 444 702	21 878 536
AA- até AA+	-	19 832 995	-	10 721 865	30 554 860
A- até A+	-	112 218 747	16 077 803	-	128 296 550
BBB- até BBB+	5 440 754	97 234 668	51 470 295	50 508 917	204 654 634
BB- até BB+	55 303 203	21 826 402	-	37 610 741	114 740 346
B- até B+	389 585 881	61 087 560	-	8 930 663	459 604 104
Menor que B-	8 671 530	-	-	-	8 671 530
Sem rating	-	-	-	7 443 422	7 443 422
	459 001 368	322 634 206	67 548 098	126 660 310	975 843 982
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 368 293	17 368 293
BBB- até BBB+	10 170 633	-	-	-	10 170 633
	10 170 633	-	-	17 368 293	27 538 926
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3 876 052 245	934 616 852	168 755 270	1 492 957 739	6 472 382 106

Periodicamente, a Companhia efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 37). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(valores em euros)

	2016						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	3 826 993	731 568	155 223	107 538	21 957	(39 457)	4 803 822
Produtos vida risco	492 382	462 034	501 367	1 152 489	2 849 246	(3 233 415)	2 224 103
Ramo não vida							
Automóvel	7 785 472	1 585 453	1 063 429	473 150	748 747	(2 735 556)	8 920 695
Acidentes de trabalho	3 526 553	1 427 244	1 386 203	364 183	292 216	(1 869 322)	5 127 077
Doença	7 116 633	4 931 550	988 207	284 951	196 078	(698 886)	12 818 533
Incêndio e outros danos	10 106 110	3 821 642	732 255	648 473	347 357	(700 832)	14 955 005
Transportes	756 803	186 432	167 391	89 376	37 593	(118 759)	1 118 836
Responsabilidade civil	1 488 238	409 882	69 481	40 420	52 041	(173 192)	1 886 870
Outros (inclui Acidentes pessoais)	4 420 513	5 061 179	228 751	217 479	531 193	(579 186)	9 879 929
	39 519 697	18 616 984	5 292 307	3 378 059	5 076 428	(10 148 605)	61 734 870

(valores em euros)

	2015						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo vida							
Produtos de capitalização	5 311 904	350 804	285 433	263 121	30 885	(94 815)	6 147 332
Produtos vida risco	406 439	484 521	740 379	1 003 917	1 918 155	(2 010 268)	2 543 143
Ramo não vida							
Automóvel	7 984 273	1 447 424	1 285 302	513 760	586 579	(3 114 979)	8 702 359
Acidentes de trabalho	1 932 055	1 907 122	344 880	1 503 935	993 306	(783 824)	5 897 474
Doença	2 303 232	1 626 560	561 622	124 019	175 036	(547 720)	4 242 749
Incêndio e outros danos	5 756 700	2 142 628	1 135 399	2 539 838	401 684	(1 426 638)	10 549 611
Transportes	765 296	295 354	93 945	137 856	75 914	(220 509)	1 147 856
Responsabilidade civil	808 039	386 835	376 630	351 909	80 182	(432 129)	1 571 466
Outros (inclui Acidentes pessoais)	2 368 641	879 603	552 048	850 369	616 984	(795 671)	4 471 974
	27 636 579	9 520 851	5 375 638	7 288 724	4 878 725	(9 426 553)	45 273 964

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2016									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	628 163 717	-	-	-	-	-	-	-	-	628 163 717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1 834 664 020	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	25 868 220	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 384 972	2 337 973	102 330 176	287 227 133	241 383 564	6 206 546	69 759 937	1 220 395	17 234 107	729 084 803
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4 670 856	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	351 406 155	321 015 812	410 815 972	1 102 175 510	1 483 939 429	1 556 594 314	3 501 575 810	137 958 826	1 638 401 046	10 503 882 874
Empréstimos e contas a receber	224 836 976	536 960 218	39 836 603	71 234 980	49 519 634	23 601 503	12 022 463	168 679	30 100	958 211 156
Outros devedores	152 951 281	-	-	-	-	-	-	-	-	152 951 281
	1 358 743 101	860 314 003	552 982 751	1 460 637 623	1 774 842 627	1 586 402 363	3 583 358 210	139 347 900	3 520 868 349	14 837 496 927
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	40 214 577	16 550 164	22 990 288	98 152 490	292 708 367	279 575 920	292 957 743	299 375 626	-	1 342 525 175
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	113 606 065	276 221 337	186 111 430	886 928 427	2 633 721 193	2 344 235 626	1 906 575 498	731 039 535	4 884 887	9 083 323 998
Passivos financeiros detidos para negociação	-	761 600	(7 350)	771 155	3 050 810	3 050 810	4 410	-	26 006 095	33 637 530
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	8 737 701	8 737 701
Depósitos recebidos de resseguradores	119 184	238 368	357 552	115 131 720	-	-	-	-	-	115 846 824
Outros credores	102 093 850	-	-	-	-	-	-	-	-	102 093 850
	256 033 676	293 771 469	209 451 920	1 100 983 792	2 929 480 370	2 626 862 356	2 199 537 651	1 030 415 161	39 628 683	10 686 165 078

(valores em euros)

	2015									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	1 830 876 289	-	-	-	-	-	-	-	-	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1 243 262 584	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	464 479	22 789 216	13 790 540	171 288 653	585 984 987	94 219 635	8 584 790	1 283 576	20 928 076	919 333 952
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	93 177 536	511 403 333	302 034 965	1 104 207 262	1 332 428 863	864 617 710	3 583 561 637	138 043 857	2 058 997 705	9 988 472 868
Empréstimos e contas a receber	35 944 418	505 614 506	9 815 977	23 878 083	116 109 773	2 499 461	13 244 673	182 348	1 162 158	708 451 397
Outros devedores	114 106 209	-	-	-	-	-	-	-	-	114 106 209
	2 074 568 931	1 039 807 055	325 641 482	1 299 373 998	2 034 523 623	961 336 806	3 605 391 100	139 509 781	3 326 594 382	14 806 747 158
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	18 906 447	18 131 552	29 194 259	114 815 915	313 858 262	272 610 603	296 527 095	262 947 204	24 447 238	1 351 438 575
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	202 567 306	316 818 662	381 412 507	726 684 822	2 639 287 973	1 954 294 091	1 968 549 843	470 787 709	4 040 053	8 664 442 966
Passivos financeiros detidos para negociação	-	715 400	(7 016)	725 289	2 867 346	2 867 346	1 439 419	-	10 822 796	19 430 580
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4 155 656	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores	109 837	219 674	329 511	106 102 437	-	-	-	-	-	106 761 459
Outros credores	103 164 798	-	-	-	-	-	-	-	-	103 164 798
	324 748 388	335 885 288	410 929 261	948 328 463	2 956 013 581	2 229 772 040	2 266 516 357	733 734 913	43 465 743	10 249 394 034

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";

- O valor de "Empréstimos e contas a receber", classificado com maturidade "Indeterminado", diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os "Derivados de Cobertura" foram classificados com maturidade "Indeterminado", por se tratar de contratos de futuros e forwards cambiais;
- Para o cálculo dos cash-flows previsionais dos "Passivos financeiros detidos para negociação" foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2015.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2016			Total
	Exposição a Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	625 244 600	2 919 117	628 163 717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1 834 664 020	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	25 868 220	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	565 541 526	83 401 987	17 234 107	666 177 620
Derivados de cobertura	-	-	4 670 856	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	7 232 834 564	205 929 074	1 638 401 046	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	-	945 425 575	30 100	945 455 675
Outros devedores	-	-	152 951 281	152 951 281
	7 798 376 090	1 860 001 236	3 676 738 747	13 335 116 073
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 404 104 974	-	1 404 104 974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7 780 213 141	512 977 194	-	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	119 643	7 044 752	26 006 095	33 170 490
Derivados de cobertura	-	-	8 737 701	8 737 701
Depósitos recebidos de resseguradores	-	114 416 616	-	114 416 616
Outros credores	-	-	102 093 850	102 093 850
	7 780 332 784	2 038 543 536	136 837 646	9 955 713 966

(valores em euros)

	2015			Total
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	1 828 211 788	2 664 501	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1 243 262 584	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	957 920	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	767 747 193	99 384 140	20 928 076	888 059 409
Derivados de cobertura	-	-	1 285 939	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	6 164 374 206	308 007 900	2 058 997 705	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	-	666 067 244	1 162 158	667 229 402
Outros devedores	-	-	114 106 209	114 106 209
	6 932 121 399	2 901 671 072	3 443 365 092	13 277 157 563
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 396 993 861	-	1 396 993 861
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7 502 593 808	573 049 422	-	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	134 708	7 491 280	10 822 796	18 448 784
Derivados de cobertura	-	-	4 155 656	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores	-	105 443 416	-	105 443 416
Outros credores	-	-	103 164 798	103 164 798
	7 502 728 516	2 082 977 979	118 143 250	9 703 849 745

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2016					
	Varição +200bp's	Varição +100bp's	Varição +50bp's	Varição -50bp's	Varição -100bp's	Varição -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(9 003 039)	(4 582 206)	(2 311 785)	2 354 210	4 751 944	9 682 552
Ativos disponíveis para venda	(570 219 634)	(295 589 945)	(150 545 138)	156 327 822	318 740 368	663 138 179
Empréstimos e contas a receber	(2 727 470)	(1 374 565)	(690 032)	695 616	1 396 906	2 816 866
	(581 950 143)	(301 546 716)	(153 546 955)	159 377 648	324 889 218	675 637 597
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(3 884)	(1 970)	(992)	1 007	2 030	4 125
	(3 884)	(1 970)	(992)	1 007	2 030	4 125

(valores em euros)

	2015					
	Varição +200bp's	Varição +100bp's	Varição +50bp's	Varição -50bp's	Varição -100bp's	Varição -200bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(24 190 422)	(12 379 968)	(6 263 297)	6 414 359	12 984 381	26 610 650
Ativos disponíveis para venda	(594 119 227)	(309 419 497)	(157 965 849)	164 839 258	336 938 868	704 610 692
Empréstimos e contas a receber	(2 857 232)	(1 444 442)	(726 256)	734 487	1 477 373	2 989 028
	(621 166 881)	(323 243 907)	(164 955 402)	171 988 104	351 400 622	734 210 370
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(4 108)	(2 090)	(1 054)	1 074	2 167	4 418
	(4 108)	(2 090)	(1 054)	1 074	2 167	4 418

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas yields.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2016				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	482 021 083	94 264 108	18 351 424	33 527 102	628 163 717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 799 547 427	-	-	35 116 593	1 834 664 020
Ativos financeiros detidos para negociação	16 728 215	8 876 976	-	263 029	25 868 220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	483 977 487	177 964 590	3 970 887	264 656	666 177 620
Derivados de cobertura	314 098	4 356 758	-	-	4 670 856
Ativos disponíveis para venda	6 887 063 570	1 512 525 734	609 532 075	68 043 305	9 077 164 684
Empréstimos e contas a receber	789 249 966	107 130 829	10 749 597	38 325 283	945 455 675
Outros devedores	144 951 748	7 581 013	56 750	461 500	153 051 011
	10 603 853 594	1 908 343 250	642 660 733	176 001 468	13 335 215 803
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1 400 822 441	-	-	3 282 533	1 404 104 974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8 293 190 335	-	-	-	8 293 190 335
Passivos financeiros detidos para negociação	23 892 611	9 014 850	-	263 029	33 170 490
Derivados de cobertura	-	6 931 648	-	1 806 053	8 737 701
Depósitos recebidos de resseguradores	114 416 616	-	-	-	114 416 616
Outros credores	100 344 132	1 602 698	110 962	135 788	102 193 580
	9 932 666 135	17 549 196	110 962	5 487 403	9 955 813 696

(valores em euros)

	2015				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 605 349 484	194 190 433	18 497 757	12 838 615	1 830 876 289
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 208 145 321	-	-	35 117 263	1 243 262 584
Ativos financeiros detidos para negociação	-	957 920	-	-	957 920
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	533 445 761	350 910 816	3 320 494	382 338	888 059 409
Derivados de cobertura	-	1 285 939	-	-	1 285 939
Ativos disponíveis para venda	6 111 512 229	1 693 392 152	627 249 388	99 226 042	8 531 379 811
Empréstimos e contas a receber	541 649 053	65 499 091	4 629 835	55 451 423	667 229 402
Outros devedores	107 430 824	5 944 356	-	735 735	114 110 915
	10 107 532 672	2 312 180 707	653 697 474	203 751 416	13 277 162 269
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1 394 623 898	-	-	2 369 963	1 396 993 861
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8 075 643 230	-	-	-	8 075 643 230
Passivos financeiros detidos para negociação	7 625 988	10 822 796	-	-	18 448 784
Derivados de cobertura	-	4 155 656	-	-	4 155 656
Depósitos recebidos de resseguradores	105 443 416	-	-	-	105 443 416
Outros credores	99 542 045	1 514 057	4 556	2 108 846	103 169 504
	9 682 878 577	16 492 509	4 556	4 478 809	9 703 854 451

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

43. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

43.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com cláusulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

43.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cumulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

43.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cumulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto

Seguro Direto

(valores em euros)

	2016			2015		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	177 009 518	1,15	1,14	157 544 162	1,35	1,34
Doença	235 163 325	0,88	0,87	204 581 671	0,93	0,92
Incêndio e Outros Danos	232 500 910	0,88	0,87	224 880 622	0,76	0,74
Automóvel	364 502 656	1,01	1,00	342 372 648	0,99	0,97
Marítimo	4 215 745	0,32	0,31	3 601 197	0,58	0,57
Aéreo	6 086 809	-0,19	-0,21	7 380 193	-0,01	-0,02
Mercadorias transportadas	7 079 288	0,45	0,43	6 761 309	0,57	0,55
Responsabilidade Civil Geral	32 496 223	0,57	0,56	31 209 992	0,55	0,53
Outros ramos (Crédito e Cauções + Diversos)	66 525 720	0,76	0,76	57 392 626	0,68	0,67

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2016 e 2015.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Marítimo, Mercadorias Transportadas, Acidentes e Doença registaram um desagravamento do rácio em 46,3%, 21,3%, 14,5% e 5,7% respetivamente.

Nos grupos de ramos Aéreo, Incêndio e Outros Danos, Outros Ramos, Responsabilidade Civil e Automóvel a tendência é no sentido do agravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2016, foram positivos em aproximadamente 49 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 12,5% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de resseguro

À exceção dos ramos Aéreo e Marítimo e Transportes os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2016, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente, foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma diminuição face à provisão constituída no período homólogo de 2015.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2016.

Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2016	2015
A -	14,3%	11,1%
A	25,0%	33,3%
A +	25,0%	27,8%
AA -	25,0%	19,4%
AA	3,6%	2,8%
AA+	3,6%	2,8%
Sem Rating	3,6%	2,8%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100 000 000 Euros e capacidade de 420 000 000 Euros.

Na Fidelidade 60,23% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2015 ascendia a 1 548 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2016, para sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores, foram pagos 310 485 264 Euros.

Em dezembro de 2016 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1 238 208 222 Euros. No entanto, assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 38 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2015, no valor de 1 200 035 019 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença e Diversos ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 40 Milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(valores em euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2015 (1)	Montantes Pagos no Exercício* (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	853 657 761	135 360 428	729 215 228	10 917 895
Incêndio e Outros Danos	104 331 630	42 703 351	53 169 902	(8 458 377)
Automóvel	461 484 693	111 023 493	310 289 660	(40 171 540)
Marítimo e Transportes	3 774 810	430 809	3 141 969	(202 032)
Aéreo	2 828 990	313 889	1 037 633	(1 477 468)
Mercadorias transportadas	5 703 382	1 316 836	2 935 644	(1 450 902)
Responsabilidade Civil Geral	108 073 081	8 539 103	93 006 601	(6 527 377)
Crédito e Cauções	584 138	91 594	492 365	(179)
Proteção Jurídica	23 863	401	1 479	(21 983)
Assistência	102 821	1 605	6 715	(94 501)
Diversos	8 128 317	10 703 755	6 737 823	9 313 261
Total	1 548 693 486	310 485 264	1 200 035 019	(38 173 203)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Riscos de Seguros

A Seguradora subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da seguradora e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A seguradora efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Seguradora também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos, como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos, nomeadamente, alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidades
Longevidade	+ 20%	5,20%
Despesa	+ 10%	0,80%
Revisão	4%	2,10%
Taxa de Juro	-1%	12,08%

43.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirrisco Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, a Companhia opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere aos ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil, os riscos são protegidos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotizações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de caráter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

43.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Percentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2017	153 454 465	112 097 998	0	14 906 603	20 340 612	183 003 475
2018	125 996 491	93 416 508	0	14 082 327	18 117 145	148 594 511
2019	117 168 474	86 157 865	0	13 269 645	16 147 734	161 021 051

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2017	149 834 305	109 774 572	0	14 906 603	19 823 380	232 113 377
2018	116 350 417	87 306 965	0	14 082 327	16 750 376	182 733 543
2019	102 411 776	76 907 012	0	13 269 645	14 165 737	179 155 331

44. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão de capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade efetua um planeamento das suas necessidades de capital, a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II definiu, por um lado critérios para determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital através da avaliação económica do ativo e do passivo da Companhia. Por outro lado, define dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o nível máximo de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da Companhia. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que a Companhia pode estar exposta, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que a Companhia pode estar exposta.

Nos termos do previsto no RJASR, caso a Companhia verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter, a esta Autoridade, um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

O regime de Solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente a Companhia, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos, anualmente da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, a Companhia deve efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório decorrente deve ser remetido para o supervisor.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

O Pilar III estabelece novas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor. Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF a informação de abertura de Solvência II (1 de janeiro de 2016) e reportes trimestrais. Adicionalmente, passará a ser publicado anualmente, no segundo trimestre, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira" da Companhia, o qual deverá ser certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável da Companhia.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira", importa referir que a Companhia evidencia o cumprimento dos requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Companhia dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Gabinete de Compliance (GC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição;
- f. Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

Direção de Gestão de Risco

A DGR é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

A DGR tem como principais funções:

a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte à tomada de decisões;

b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento e de Gestão de Ativo-Passivo, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro.

c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Gabinete de Compliance

O GC é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem da Companhia e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

O GC tem como principais funções:

a. Prevenção de branqueamento de capitais

Assegurar a coordenação da prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, garantindo a execução e procedimentos internos nesta matéria.

b. Compliance

Assegurar a gestão da função de compliance, com vista ao cumprimento da legislação e demais regulamentação, assim como de políticas e de procedimentos internos, visando prevenir sanções de caráter legal ou regulamentar e prejuízos financeiros ou de ordem reputacional.

Direção de Auditoria

A DAU é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- b. Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- c. Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- d. Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelas Companhias. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

Comités de Produtos, Vida e Não Vida

Os Comités de Produtos têm como principal missão a coordenação do lançamento de produtos de todas as empresas do Grupo, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia multicanal e de criação de valor, assegurando o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco da Companhia definido pela Comissão Executiva.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do novo regime Solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam a Companhia num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

45. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Sucursal de Macau tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2016						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	24 399 235	32 857 477	34 154 957	392 968	180 119	688 283	360 681
Instrumentos de dívida	112 727 740	387 450 630	-	3 593 161	2 363 705	4 460 539	2 931 578
Instrumentos de capital	23 285 816	185 620 055	-	1 256 682	3 683 091	6 312 482	5 051 920
Outros	(20 049)	(318 112)	(174 828)	(43 055)	(53 486)	(93 521)	(68 720)
	160 392 742	605 610 050	33 980 129	5 199 756	6 173 429	11 367 783	8 275 459
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	2 897 634	3 902 128	4 056 216	46 669	21 391	81 740	42 834
Instrumentos de dívida	13 387 457	46 013 328	-	426 721	280 712	529 730	348 152
Instrumentos de capital	2 765 405	22 044 090	-	149 243	437 401	749 665	599 962
Outros	(2 381)	(37 779)	(20 762)	(5 113)	(6 352)	(11 106)	(8 161)
	19 048 115	71 921 767	4 035 454	617 520	733 152	1 350 029	982 787

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses.

	2015						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	29 379 892	33 533 911	19 024 486	145 066	276 413	296 111	161 614
Instrumentos de dívida	119 581 696	341 211 575	-	2 911 298	2 197 092	3 913 697	2 426 652
Instrumentos de capital	13 880 493	150 483 532	-	951 536	3 295 957	5 971 497	4 373 318
Outros	(98 635)	(275 745)	(140 720)	(37 375)	(53 373)	(95 060)	(70 591)
	162 743 446	524 953 273	18 883 766	3 970 525	5 716 089	10 086 245	6 890 993
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	3 380 613	3 858 597	2 189 063	16 692	31 806	34 072	18 596
Instrumentos de dívida	13 759 731	39 261 691	-	334 990	252 810	450 332	279 224
Instrumentos de capital	1 597 166	17 315 467	-	109 489	379 251	687 113	503 218
Outros	(11 349)	(31 729)	(16 192)	(4 301)	(6 141)	(10 938)	(8 123)
	18 726 161	60 404 026	2 172 871	456 870	657 726	1 160 579	792 915

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses.

46. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

**RELATÓRIO
E PARECERES
ÀS CONTAS
INDIVIDUAIS**



FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2016

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

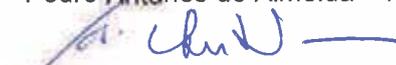
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 14 de Março de 2017.

O CONSELHO FISCAL,


Pedro Antunes de Almeida – Presidente


José António da Costa Figueiredo – Vogal


Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha – Vogal

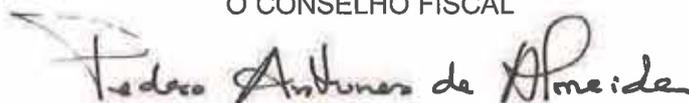
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 14 de Março de 2017.

O CONSELHO FISCAL



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



José António da Costa Figueiredo – Vogal



Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (a "Companhia"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 14.674.807.178 euros e um total de capital próprio de 1.839.966.936 euros, incluindo um resultado líquido de 100.420.503 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Determinação das Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros (Vida)

De acordo com as normas em vigor, os contratos do ramo vida sem risco de seguro significativo (sem participação nos resultados) e os contratos de seguro, cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro ("*unit linked*"), são classificados como contratos de investimento e contabilizados como Passivos Financeiros. Conforme detalhado na Nota 18 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 estes contratos ascendiam a 8.293 milhões de euros ("m€"), representando cerca de 65% do total do Passivo, dos quais 7.780 m€ valorizados ao custo amortizado, que incluem, essencialmente, responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade anual até à sua maturidade.

Como evidenciado na Nota 17, as provisões matemáticas do ramo vida totalizavam 1.647 m€ (cerca de 13% do total do Passivo), das quais 1.404 m€ correspondem a produtos de capitalização com participação nos resultados, cuja responsabilidade é determinada tendo por base os prémios pagos capitalizados à taxa técnica garantida, deduzidos de taxas de gestão e eventuais resgates parciais efetuados e acrescidos das quantias distribuídas a título de participação nos resultados.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades não serem suficientes para assegurar o cumprimento das taxas técnicas dos contratos.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões matemáticas (Vida) e nos Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões matemáticas (Vida) e valorização dos Passivos Financeiros;
- ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de *cash flows*, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador.
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões Matemáticas do Ramo Vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Determinação das Provisões para sinistros (Não Vida)

Conforme detalhado na Nota 17 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.541 m€ (12% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.15).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);

- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;
- ▶ Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Companhia (Automóvel e Acidentes de Trabalho), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho analisámos os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Conforme detalhado nas Notas 5, 6, 7 e 19, o Ativo e Passivo da Companhia incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 9.800 m€ e 42 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 67% do total do Ativo e 0,3% do total do Passivo.

A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo da Companhia, ascendem a cerca de 2.711 m€ (18% do ativo) e 24m€ (0,2% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 42).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia com as observadas em fontes de informação externas;

- ▶ Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

4. Testes de imparidade em Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos conjuntos

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, investimentos em subsidiárias e associadas, no montante de 1.835 m€, representando 13% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

A nossa abordagem ao risco de distorção material nos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- ▶ Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

5. Determinação das perdas por imparidade relativas a ativos financeiros

A demonstração de resultados da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como “Ativos financeiros disponíveis para venda”, no montante de 179 m€ (detalhe divulgado na Nota 37).

Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.4, alínea d), a Companhia reconhece perdas por imparidade nos seus ativos disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras do emitente ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- ▶ Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia;
- ▶ Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade;
- ▶ Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia, tendo por base o referencial contabilístico e as práticas de mercado;
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável por acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente

esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para a revisão legal das contas de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017.

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta data.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - Procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma;
 - Formação profissional sobre as Normas Internacionais de relato financeiro aos colaboradores da Companhia.

Lisboa, 13 de Março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “Fidelidade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade, de forma clara e transparente, à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade, respeitante ao exercício de 2016, foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar N.º 8/2016 – R, de 16 de agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de Capital

O capital social da Fidelidade, no montante de 381.150.000,00 euros, é representado por 121.000.000 ações nominativas, com o valor nominal de 3,15 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a Fidelidade, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, até ao montante de 20% do capital social. A Fidelidade apenas emitiu ações ordinárias.

A estrutura acionista da companhia é a seguinte:

Acionista	% de Capital	N.º de ações
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	84,9861%	102.833.140
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	15,0000%	18.150.000
Trabalhadores	0,0029%	3.560
Ações Próprias	0,0110%	13.300
TOTAL	100%	121.000.000

2. Restrições à transmissibilidade das ações

Nos termos do n.º 1 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, que aprovou o processo de alienação do capital social da Fidelidade, e dos n.ºs 4 e 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, as ações representativas do capital social adquiridas no âmbito da Venda Direta de Referência feita no quadro do processo de privatização e respetivos direitos de voto, estão sujeitas ao regime de indisponibilidade por um período de quatro anos.

Ao abrigo do Acordo Parassocial subscrito em 7 de fevereiro de 2014, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., doravante "CSS", e a Longrun Portugal, SGPS, S.A., doravante "Longrun", assumiram a obrigação, no que respeita à transmissibilidade das ações, de, durante um período de 4 (quatro) anos a contar da data da conclusão da VDR, não alienar, prometer alienar, onerar ou prometer onerar quaisquer ações representativas do capital social da Fidelidade e em geral a não celebrarem negócios jurídicos que visem a oneração ou transmissão da respetiva titularidade, ainda que sujeita a eficácia futura, ou que permitam o exercício de direitos de voto por interposta pessoa, incluindo indiretamente através da transmissão de ações representativas do capital social da Longrun, sem prejuízo de situações específicas contempladas no referido Acordo Parassocial.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2016, a Fidelidade detinha 13.300 ações próprias, que correspondem a 0,0110% do capital social e percentagem de votos.

4. Regime a que se encontre sujeita a renovação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Ver ponto n.º 2 supra.

II. Participações Sociais detidas

6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da sociedade a 31 de dezembro de 2016, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	N.º de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	102.833.140	84,9861%	84,9861%	Aquisição
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	18.150.000	15%	15%	Aquisição

7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2016, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2016, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandado

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

b) Exercício do direito de voto

9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto. Os acionistas possuidores de um número de ações que não atinja esse número mínimo podem agrupar-se de forma a, em conjunto, e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número necessário ao exercício do voto.

Os acionistas da Fidelidade apenas podem participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, se, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, forem titulares de ações que lhes confirmam, segundo a lei e os Estatutos, pelo menos um voto e que cumpra as formalidades legais aplicáveis, nos termos descritos na correspondente convocatória.

Nenhum acionista se pode fazer representar por duas ou mais pessoas.

Não é permitido o voto por correspondência.

10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do Artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da Sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

II. Administração

Conselho de Administração

Composição

12. Identificação do modelo de governo adotado

A Fidelidade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva.

13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente e os vice-presidentes do Conselho de Administração são escolhidos pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando sejam designados pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2016, é composto por onze membros, designados para exercer funções no triénio 2014-2016, dos quais seis são membros não executivos e cinco são executivos, situação que se espelha no Quadro seguinte:

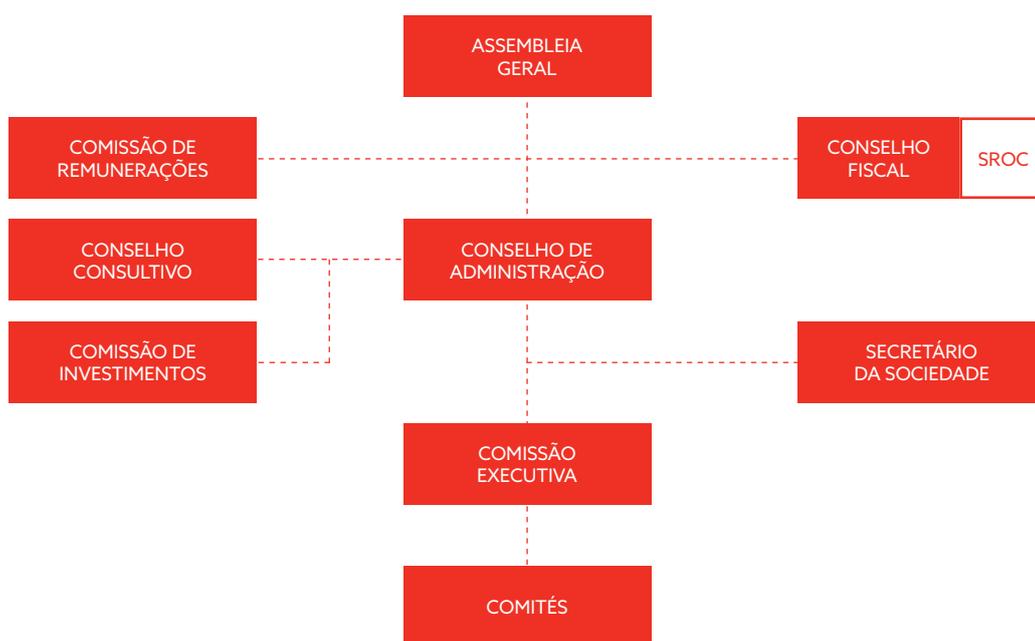
Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Guangchang Guo	Presidente	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Vice-Presidente	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Qunbin Wang	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Michael Lee	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Wai Lam William Mak	Vogal	05-06-2014	2014/2016	Executivo
Lan Kang	Vogal	31-10-2014	2014/2016	Não executivo
Xiaoyong Wu	Vogal	13-01-2015	2014/2016	Não executivo
Lingjiang Xu	Vogal	24-09-2015	2014/2016	Não executivo

A Comissão Executiva tem, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição:

Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	30-05-2014	2014/2016
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	30-05-2014	2014/2016
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	30-05-2014	2014/2016
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vogal	30-05-2014	2014/2016
Wai Lam William Mak	Vogal	06-06-2014	2014/2016

15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Fidelidade durante o exercício de 2016:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade. Nos termos do n.º 1 do artigo 15º dos Estatutos da Sociedade, ao CA compete, além das atribuições gerais que por lei lhe são conferidas:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar ou onerar direitos e bens, móveis e imóveis;
- Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

As deliberações do CA que versem sobre as seguintes matérias só podem ser tomadas por uma maioria de 6/7 dos membros que compõem o CA:

- Alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade;
- Celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade e qualquer acionista, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista;

c) Definição do sentido de voto a ser adotado pelos representantes da Sociedade nas assembleias gerais e no conselho de administração das sociedades comerciais nas quais a Sociedade detenha a maioria dos direitos de voto ou o direito a nomear a maioria dos membros do órgão de administração, quando esteja em causa deliberação sobre as seguintes matérias:

- i. alterações aos Estatutos, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
- ii. supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas em aumentos de capital;
- iii. amortização de ações representativas do capital social;
- iv. suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social;
- v. autorização para a compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata;
- vi. nomeação do órgão de fiscalização e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria;
- vii. alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da sociedade em causa;
- viii. celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a sociedade em causa e qualquer acionista da Sociedade, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista da Sociedade.

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe, nos termos do disposto no artigo 16º dos Estatutos:

- a) Representar o CA em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a atividade do CA e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do CA.

Comissão Executiva

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva (CE), o CA, delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- a) Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- b) Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- c) Aquisição de serviços;
- d) Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- e) Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- f) Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- g) Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- h) Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- i) Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;
- j) Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;

k) Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;

l) Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respectivos mandatos.

A delegação de poderes na CE não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do CA.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo (CC) tem as seguintes competências:

a) Analisar e refletir sobre a estratégia global do grupo segurador Fidelidade, cabendo-lhe pronunciar-se sobre as linhas gerais do plano de atividades e do orçamento anual;

b) Acompanhar a evolução da implementação da estratégia de internacionalização e de investimentos do grupo segurador Fidelidade, apreciando os assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

O CC reúne, ordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Os membros do CC são designados pelo CA, coincidindo o respetivo mandato com o mandato do CA.

Comissão de Investimento

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a CE reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

Compete à Comissão de Investimento definir as diretrizes de investimento e as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

Os membros da Comissão de Investimento são designados pelo CA, coincidindo o respetivo mandato com o mandato do CA.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Composição

16. Identificação do órgão de fiscalização e competências

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2015-2017.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo, em 31 de dezembro de 2016, a seguinte composição:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Pedro Nunes de Almeida	Presidente	31-03-2015	2015/2017
José António da Costa Figueiredo	Vogal	31-03-2015	2015/2017
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	Vogal	31-03-2015	2015/2017
Isabel Gomes de Novais Paiva	Suplente	31-03-2015	2015/2017

Os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, pois não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

IV. Revisor Oficial de Contas

18. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas, em 31 de dezembro de 2016, é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230 e registada na CMVM com o n.º 20160841.

19. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções desde a 15 de maio de 2014.

20. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta de forma recorrente qualquer outro tipo de serviços.

No exercício de 2016, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. ministrou uma sessão de formação sobre Normas Internacionais de Contabilidade.

A prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, quando tenha lugar, é feita em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei 140/2015, de 7 de setembro.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

21. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

Qualquer alteração dos Estatutos da Sociedade carece de deliberação da Assembleia Geral com o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de votos representativos da totalidade do capital social.

II. Comunicação de irregularidades

22. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Fidelidade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Companhia;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Companhia ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

23. Órgãos responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Gabinete de Compliance, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos Vida e Não Vida

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

As alterações introduzidas com este novo regime foram significativas e abrangentes, quer ao nível da avaliação e gestão dos riscos, quer ao nível do sistema de governação, quer ainda ao nível das exigências de reporte.

No contexto da fase de preparação para a sua aplicação, que decorreu desde 1 de janeiro de 2014 a Companhia desenvolveu um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, foi sempre entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, prosseguiram as iniciativas assentes nas melhores práticas definidas, quer pelo então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF"), quer pela EIOPA – Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma:

- Documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio;
- Implementação de procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, incluindo quase-perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de autoavaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

Relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Relativamente às exigências de reporte previstas no novo regime de solvência, a Companhia, no âmbito da informação de abertura, com data de referência a 1 de janeiro de 2016, remeteu a informação anual incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates – QRT), bem como a respetiva informação qualitativa, as quais foram sujeitas a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável, nos termos da regulamentação emitida pela ASF, designadamente a Norma Regulamentar N.º 5/2016 –R, de 12 de maio

Também durante o ano de 2016, foi iniciado o reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

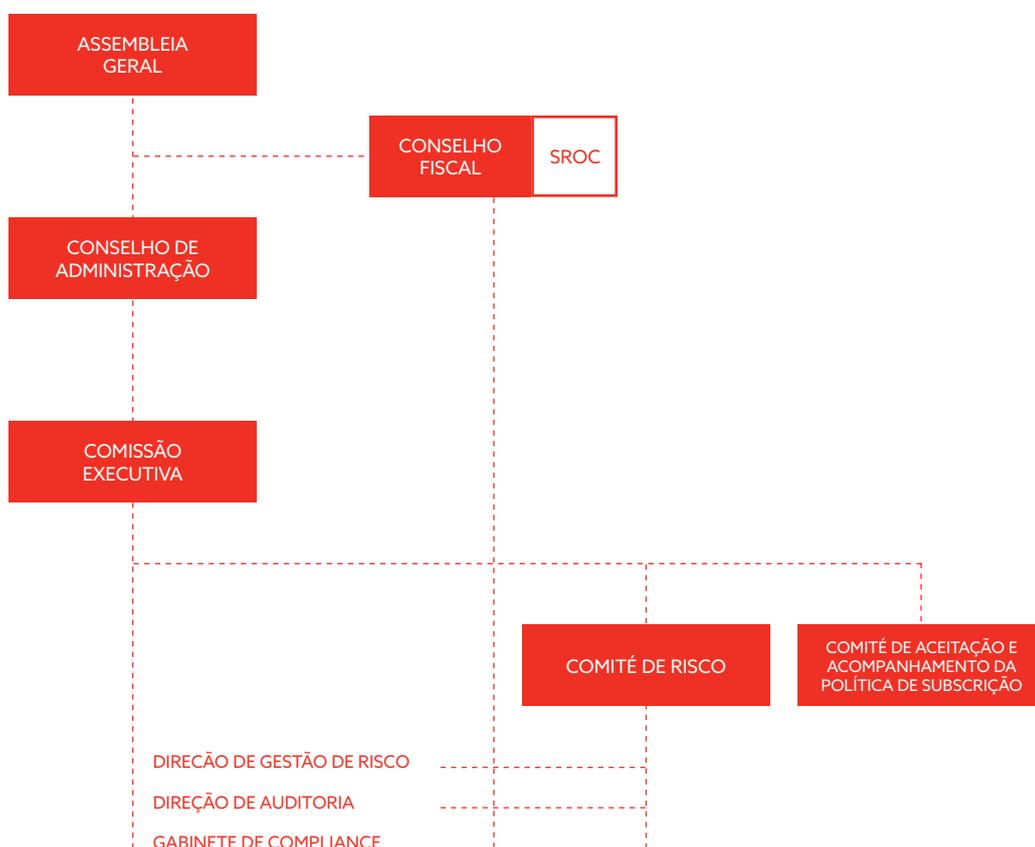
Em relação à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), a Companhia efetuou o respetivo exercício anual, tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão.

Finalmente, e ainda no contexto do primeiro exercício sob o regime Solvência II, a Companhia reportou à ASF informação atualizada relativamente ao seu sistema de governação.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como as atividades, ainda em curso, destinadas à sua consolidação, colocam a Fidelidade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

24. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

A dependência hierárquica e/ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e do Gabinete de Compliance, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade, encontra-se espelhada no Quadro seguinte:



25. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção de Planeamento Estratégico e Performance Corporativa e da Direção de Contabilidade e Informação Financeira que garantem a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspectivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão, é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, o Gabinete de Compliance, a Direção de Auditoria, a Direção de Contabilidade e Informação Financeira e a Direção de Planeamento Estratégico e Performance Corporativa asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

26. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para as Notas às Demonstrações Financeiras Separadas (Notas 42, 43 e 44) e Consolidadas (Notas 47, 48 e 49).

27. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Para cumprimento das normas em vigor é preparado o Relatório Anual sobre a Estrutura Organizacional e os Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno da Fidelidade, sujeito a uma certificação por um Revisor Oficial de Contas.

O Relatório relativo ao exercício de 2016 contemplará, por um lado, capítulos relacionados com a estrutura organizacional, principais atividades em regime de subcontratação, modelo de governação e sistemas de informação que suportam os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, por outro, os seguintes aspetos:

- Atividades e acompanhamento efetuado pelas funções-chave estabelecidas no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;
- Procedimentos de gestão de riscos, controlo interno e combate ao branqueamento de capitais;
- Lista das deficiências identificadas no sistema de gestão de riscos e de controlo interno;

- Procedimentos no âmbito da política antifraude, conforme previsto no artigo 25.º da Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho.

Por força do novo regime Solvência II, foram criadas novas obrigações de informação ao público e ao supervisor, nomeadamente, a divulgação anual de um relatório sobre a solvência e a situação financeira da Companhia.

V. Sítio de Internet

28. Endereço(s)

O endereço da Fidelidade na Internet é o seguinte:

www.fidelidade.pt

29. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet, atrás indicado.

30. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

31. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

32. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

33. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

II. Comissão de remunerações

34. Composição da comissão de remunerações

A Comissão de Remunerações em exercício de funções em 31 de dezembro de 2016, foi nomeada em 29 de julho de 2014 e tem a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Lan Kang
Vogais	Michael Lee
	Yao Xu

35. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

III. Estrutura das remunerações

36. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2016, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pela totalidade dos acionistas presentes ou representados.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assentava nos seguintes princípios:

“A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada pela Comissão de Remunerações à luz da Política de Remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

Com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da Sociedade, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares.

A remuneração fixa é paga em 14 prestações mensais, nelas se incluindo os correspondentes subsídios de férias e de Natal, nos termos da legislação em vigor.

A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente, em relação ao exercício findo, não devendo representar mais do que uma percentagem da remuneração fixa bruta em vigor no termo desse exercício, de forma a estarem adequadamente equilibradas.

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa.

Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade.

Na sequência da apresentação desta Declaração, a Comissão de Remunerações deliberou, em 17 de maio de 2016, sobre as seguintes matérias:

1. A atribuição de participação nos lucros aos membros da Comissão Executiva, enquadrados na componente remuneratória denominada "remuneração variável de curto prazo".
2. A atribuição aos membros da Comissão Executiva de remuneração variável de longo prazo relativa ao exercício de 2015.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta neste Relatório do Governo da Sociedade.

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	Os membros da Comissão de Remunerações, pese embora sejam dois deles também membros do Conselho de Administração, são independentes, na medida em que são administradores não executivos e sem remuneração

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Cumprida	
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.	Cumprida	
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Cumprida	Através de mecanismo equivalente a instrumentos financeiros emitidos pela instituição.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Cumprida	
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Cumprida	
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Cumprida	Através de mecanismo equivalente a instrumentos financeiros emitidos pela instituição.
IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de opções.	
IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de opções.	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Não aplicável	Os membros não executivos não auferem remuneração.
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada, destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não cumprida	Não houve lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Crítérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
Diferimento da remuneração variável	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	Sendo a remuneração consentânea com o seu papel na instituição ela não é alheia ao desempenho da mesma.
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Parcialmente cumprida	
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

IV. Divulgação das remunerações

37. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros executivos do órgão de administração da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros executivos do Conselho de Administração	Remuneração Fixa (€)	Remuneração Variável (€) *	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	350.000	240.000	01.01.2016 a 31.12.2016
António Manuel Marques de Sousa Noronha	290.000	120.400	01.01.2016 a 31.12.2016
José Manuel Alvarez Quintero	290.000	120.400	01.01.2016 a 31.12.2016
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	290.000	120.400	01.01.2016 a 31.12.2016
Wai Lam William Mak	290.000	120.400	01.01.2016 a 31.12.2016
TOTAL	1.510.000	721.600	

* Relativa ao exercício de 2015.

38. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Nenhum administrador executivo cessou funções durante o exercício de 2016.

39. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	Fidelidade (€)	Observações
Pedro Nunes de Almeida	42.000	
José António da Costa Figueiredo	30.800	
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	30.800	
Isabel Gomes de Novais Paiva	0	Suplente
TOTAL	103.600	

40. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

V. Acordos com implicações remuneratórias

37. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º 1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

42. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

43. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

44. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Fidelidade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

45. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

46. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

47. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas Notas às Demonstrações Financeiras Separadas (Nota 41) e Consolidadas (Nota 46).

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808